

1) Violência é uma palavra com vários significados, por exemplo, violência nas escolas, alunos quebrando escolas, Alunos colocando fogo nas escolas, tem o abuso sexual que ocorre muito no dia a dia, tem assaltos, assassinatos em lojas, casas, tem a violência dentro de casa, por exemplo, filho matando pai ao defender a mãe, pai mata esposa.

ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA

2) sim, aconteceu uma vez, em que um homem colocou fogo na casa onde ~~uma pessoa estava~~ ocorreu queimado

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

A violência é uma coisa ~~que acontece~~ ^{WALERIDO DA SILVA} que acontece no dia a dia, tem pessoas que matam outras à sangue frio, A violência é um fato que acontece, e que muitas pessoas praticam, eu acho que a maioria da violência que acontece é por ~~uma~~ que tem pessoas que na hora do choque e do apavoro matam uma pessoa por acidente ou por defesa própria ou por vingança.

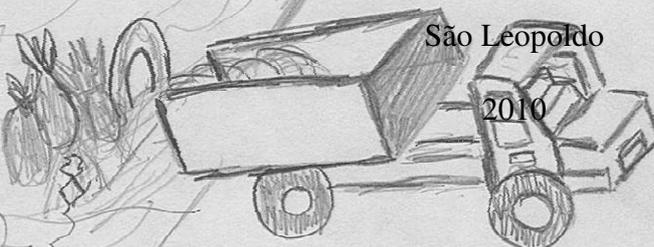
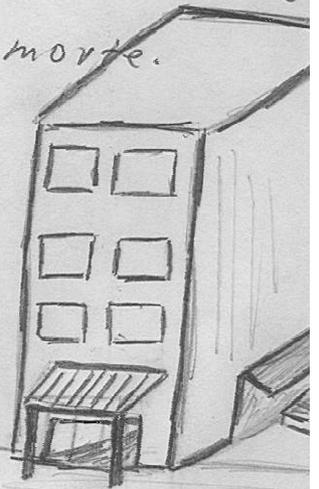
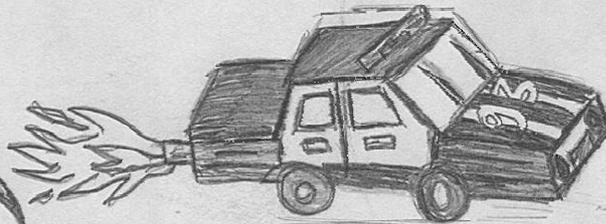
tenho medo de ser assaltado e muitas outras coisas.

De vez em quando ocorre alguma violência.

OS REARRANJOS SOCIAIS DOS SUJEITOS DIANTE DA VIOLÊNCIA

O papel da escola para ^{INSTITUCIONALIZADA} a violência e proibir os alunos de chegar próximo de lugares perigosos, na verdade a escola faz o papel da escola, mas não tem como evitar a violência, somente Deus para nos livrar da morte.

DEUS
É
FIEL.



Não a poluição!

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

WALFRIDO DA SILVA

OS REARRANJOS SOCIAIS DOS SUJEITOS DIANTE DA VIOLENCIA
INSTITUCIONALIZADA

Tese de Doutorado
Para obtenção do grau de
Doutor em Teologia
Programa de Pós-Graduação
Área de Concentração: Religião e Educação

Orientadora: Elaine G. Neuenfeldt

São Leopoldo

2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586r Silva, Walfrido da

Os rearranjos sociais dos sujeitos diante da violência institucionalizada / Walfrido da Silva ; orientadora Elaine Gleci Neuenfeldt. – São Leopoldo : EST/PPG, 2010.

237 f.

Tese (doutorado) – Escola Superior de Teologia. Programa de Pós-Graduação. Doutorado em Teologia. São Leopoldo, 2010.

1. Violência – Aspectos sociais. 2. Violência – Aspectos psicológicos. I. Neuenfeldt, Elaine Gleci. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

WALFRIDO DA SILVA

OS REARRANJOS SOCIAIS DOS SUJEITOS DIANTE DA VIOLENCIA
INSTITUCIONALIZADA

Tese de Doutorado
Para obtenção do grau de
Doutor em Teologia
Programa de Pós-Graduação
Área de Concentração: Religião e Educação

Data:

Elaine Gleci Neunfeldt - Doutora em Teologia - EST

Valério Guilherme Schaper - Doutor em Teologia - EST

Rudolf Von Sinner - Doutor em Teologia - EST

Marcos Villela Pereira - Doutor em Educação - PUC

Karen Bergesch - Doutora em Teologia - SENAI

RESUMO

Como o sujeito pode se rearranjar em sociedade, consigo mesmo e com o mundo diante da violência institucionalizada? A pergunta atravessa a produção deste trabalho e gera algumas reflexões, divagações e considerações pontuais. Ela não quer pressupor uma resposta óbvia e tranqüila, por isso, agencia uma série de fatos, espaços e relações, a fim de gerar outras análises das interações sociais.

A tese indica a possibilidade de novas relações sociais, baseadas no envolvimento com a realidade e na produção de outros modos de ser. Se a violência institucionalizada produz seus mecanismos recorrentes, cabe as relações sociais presentes, coletivas e comunitárias proporem e experimentarem outras formas de ser. Enfim, não se trata somente de novas possibilidades de relações sociais, mas, também, de outras formas de visibilidade, interpretação e problematização dos exercícios de si, ou seja, dos modos de ser em sociedade. Nesta direção, Michel Foucault, Deleuze, Guatarri, Bauman, Mafessoli, entre outros, possibilitarão outros modos de análise da sociedade, dos modos de conexão e de variação dos sujeitos.

O modelo de escrita será circular, indicando a própria força e tensão do tema. Em outros termos, a violência instituída cria estes mecanismos de verossimilhanças nas interações dos sujeitos, condicionando, muitas vezes, seus estilos de ser. A fim de contornar estas condições de possibilidade, cabe uma nova ação, a saber, aquela baseada na procura do bem e na misericórdia, ou seja, na cessação do ódio. Assim, o sujeito buscará agenciar as forças e agregar as diferenças, as experiências e os espaços sociais.

A situação não pressupõe uma generalização, o modo de ser não aloca um idealismo e a realidade não se mantém nos determinismos. Desta maneira, a vida inventa-se, experimenta-se, transforma-se e se rearranja socialmente, mesmo diante de situações adversas e recorrentes, como é o caso da violência institucionalizada na regulação, centralização, unificação e controle da sociedade.

Palavras-Chave: Sujeito. Rearranjo. Social. Violência. Relações. Instituições. Agenciamento.

ABSTRACT

As the subject can rearrange in society, with yourself and with the world on institutionalised violence? The question through the production of this work and generates some thoughts, ramblings and specific considerations, it does not either assume an obvious response and so smooth, add e series of facts, spaces and relationships to generate other analyses of social interactions.

The thesis indicates the possibility of new social relations based on involvement with reality and in other modes of production. If the institutionalised violence produces its recurring mechanisms, social relations, collective community present and propose and try other ways of being. Finally, it is not only new possibilities of social relations, but also other forms of visibility, interpretation and problem years themselves, i.e., be in society. In this direction, Michel Foucault, Deleuze, Guattari, Bauman, Mafessoli, among others, will enable other analysis modes, society of connection modes and variation of the subject.

Written model is circles, indicating the strength and tension of the theme. In other words, the violence established creates these mechanisms of resemble in the subject, making interactions, often, their styles. In order to circumvent these conditions, it is a new action, one based on demand and mercy termination of hatred. Thus, the subject will add forces and aggregate the differences, social experiences and spaces.

The situation does no presuppose a generalization, the manner does not allocate an idealism and reality remains in righter. This way, the life invents, experiences, becomes socially and rearrange, even in the face of adversity and applicants, as is the case of institutionalised violence in regulating, centralization, unification and control of society.

Keywords: Subject. Rearrange. Social. Violence. Relationships. Institutions. Add.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO -----	8
1 O MÉTODO E A GENEALOGIA -----	22
1.1 O PROBLEMA DAS GÊNESES E A GENEALOGIA-----	22
1.1.1 <i>A genealogia e o drama</i> -----	27
1.1.2 <i>Análise genealógica e a estruturação dos fatos</i> -----	30
1.1.3 <i>A criação de si e a genealogia</i> -----	34
1.1.4 <i>A genealogia e a arqueologia</i> -----	39
1.1.5 <i>A transformação do modo de visibilidade</i> -----	43
1.1.6 <i>Os exemplos e a genealogia</i> -----	45
1.1.7 <i>A história e as marcas corporais</i> -----	48
1.2 ARRANJOS E REARRANJOS SOCIAIS-----	49
1.2.1 <i>As interações e heterogeneidades</i> -----	53
1.2.2 <i>As coletividades e a solidariedade</i> -----	57
1.2.3 <i>As relações e as tensões sociais</i> -----	61
1.2.4 <i>O sistema de produção e os rearranjos</i> -----	63
1.2.5 <i>Os modos de ser e os sujeitos</i> -----	66
1.2.6 <i>Os rearranjos sociais e singularidade</i> -----	69
1.3 A GENEALOGIA E OS REARRANJOS SOCIAIS: PERSPECTIVAS-----	70
2 A INSTITUIÇÃO COMO MECANISMO DE SOCIALIZAÇÃO -----	72
2.1 AS TENSÕES E A ESTRUTURA-----	74
2.2 A INSTITUIÇÃO E OS MECANISMOS LEGAIS-----	78
2.3 O CAPITALISMO E A INSTITUIÇÃO-----	81
2.4 A INSTITUIÇÃO E A SOCIEDADE CIVIL-----	84
2.5 A SOCIEDADE DO CONTROLE E A SOCIEDADE CIVIL-----	91
2.6 AS HETEROTOPIAS E AS VARIAÇÕES SOCIAIS-----	95
2.7 O ISOMORFISMO E O POVO BRASILEIRO-----	99
2.8 AS TRANSFORMAÇÕES E AS CONVERGÊNCIAS SOCIAIS-----	104
2.9 AS INTENSIDADES O SISTEMA INTEGRADO-----	110
2.10 AS CONSIDERAÇÕES FINAIS: FUGAS E EFETIVAÇÕES-----	113
3 AS MARCAS DA VIOLÊNCIA E A FORMAÇÃO DO SUJEITO -----	118
3.1 A FORMAÇÃO DO SUJEITO-----	118
3.1.1 <i>As marcas e os modos de ser dos sujeitos</i> -----	119
3.1.2 <i>A memória e os modelos institucionais</i> -----	121
3.1.3 <i>A memória e as transformações sociais</i> -----	123
3.1.4 <i>As marcas da violência</i> -----	125
3.1.5 <i>O sujeito e as marcas da violência</i> -----	128
3.2 O LUGAR E ESPETÁCULO DA VIOLÊNCIA-----	129
3.2.1 <i>A insegurança</i> -----	131
3.3 AS MARCAS DA VIOLÊNCIA E OS REARRANJOS SOCIAIS-----	135
3.3.1 <i>As relações sociais</i> -----	139
3.3.2 <i>As identidades cambiantes</i> -----	140
3.4 A ESCOLA E A FORMAÇÃO DOS SUJEITOS-----	145
3.4.1 <i>As marcas da violência na escola</i> -----	150
3.5 AS PALAVRAS DO SILÊNCIO E O SILÊNCIO DAS PALAVRAS-----	153
3.6 A DISCIPLINA DOS CORPOS – CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	156
4 AS MARCAS E OS REARRANJOS DOS SUJEITOS -----	160
4.1 A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO CORPO ALHEIO-----	161
4.1.1 <i>A existência e a insistência</i> -----	166
4.1.2 <i>A ontogênese e os jogos de sobrevivência</i> -----	168
4.2 AS TENSÕES E AS REGRAS DE DOMINAÇÃO-----	171
4.2.1 <i>A idealização e as realidades vivenciais dos sujeitos</i> -----	173
4.2.2 <i>O jogo das sobrevivências e as tensões sociais</i> -----	176

4.3 O SENSACIONALISMO E A VIOLÊNCIA INSTITUCIONALIZADA-----	178
4.3.1 <i>O poder econômico, consumo e a violência</i> -----	182
4.4 A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA -----	185
4.4.1 <i>Subjetividade, violência e os rearranjos sociais</i> -----	188
4.5 CRIMINALIZAÇÃO, PENALIZAÇÃO E DESCARTE SOCIAL -----	196
4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A INSTITUIÇÃO, REARRANJO E INTERAÇÕES SOCIAIS -----	199
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	207
REFERÊNCIAS -----	227
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR -----	233

APRESENTAÇÃO

A pesquisa faz parte, conforme já considerado consenso, de um processo de constituição, maturação e desenvolvimento. Ela não é um produto acabado, mas um recorte de tempo, tema, tópico e trajeto. A afirmação ainda poderia conter outros títulos, tangentes e trabalhos, configurando contextos repletos de nuanças a serem discutidas. No entanto, ela envolve, como aqui se quer acreditar, uma história de militância, arte, relações sociais e suor. Isso poderia ser assim definido:

Não sei exatamente precisar onde começa um e termina o outro, eu só sei que me habitam 24 horas por dia e durarão por toda uma existência. Talvez, a explicação esteja nas águas de infância que inundavam meus olhos e meus sentimentos de uma forma compreensível, quase mágica, como se fizessem parte de um jogo de deuses marotos, a brincar com meu destino em algum lugar do firmamento. A militância se compara a um mergulho sem volta que topa o fundo do poço, sem passagem de volta. A partir da consciência das injustiças não como obra do acaso ou destino, mas resultado das ações concreta dos homens, da exploração do trabalho, da cruel distribuição das riquezas.¹

A escrita deste texto, portanto, torna-se resultado de um movimento e de uma preocupação. Ela não busca condensar um universo de verdades incandescentes e carentes de visibilidade, mas, sim, tensões, contradições, ações e contrações de corpos relacionais e divergentes. Dessa maneira, a escrita desta pesquisa é um mergulho num poço conhecido e desconhecido ao mesmo. Enfim, não pretende ser uma obra acabada, mas...

Com o passar dos anos, os livros envelhecem, ou ao contrário, recebem uma segunda juventude. Ora eles engordam e incham, ora modificam seus traços, acentuam suas arestas, fazem subir à superfície novos planos. Não cabe aos autores determinar um tal destino objetivo, mas cabe a eles refletir sobre o lugar que tal livro ocupou, com o tempo, no conjunto de seu projeto [...].²

A relação do corpo com a criação e a renovação dos conceitos tem a mesma história. Eles funcionam por determinado tempo, agenciam algumas experiências e, não por fim, também envelhecem. Isso não os torna descartáveis, mas, sim, sedentos de outras viagens, militâncias, experiências e olhares. A análise da violência como uma instigadora de rearranjos sociais, redefinições, transformações, alterações segue mais ou menos esse princípio, ou seja, a de se tornar jovial. O termo jovial segue o sentido de efetivação, criação, invenção de outras possibilidades.

¹ RIBEIRO, Joãozinho. "Pra resistir, eu canto". In: TEIXEIRA Cesar; AZEVEDO Emílio. **Vias de fato jornalismo a serviço da causa popular**. Ano 01, n. 05. São Luís, fevereiro de 2010, p. 5.

² DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e Esquizofrenia**. V. 1. Trad. Aurélio Guerra neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro, editora 34, 1995, p.7.

O que seriam estas possibilidades? Quais as condições que estariam demarcando suas efetivações? A partir dessas inquietações formula-se, no decorrer do trabalho, uma série de conceitos, tornando visíveis estes destinos nos quais estão inseridas as inquietações, as incomodações, as movimentações de um (ou de vários) corpo. Assim, os eventos ora modificam, ora encruam, ora paralisam, ora movimentam os corpos, recriam conceitos e possibilitam outras formas de visibilidade. As condições de possibilidade, neste sentido, definem-se por certos retesamentos, recorrências, angústias, isolamentos, revoltas e silêncios. São elas que circundam os eventos criativos e renovadores dos conceitos.

A análise de todos estes movimentos pretende seguir um roteiro singular. Ao cruzar as experiências e colocá-las em determinadas disposições acredita-se estar criando um ambiente para outros rearranjos, enfim, tornando joviais e efetivas as alterações dos corpos. A exigência, portanto, é de criação de outros espaços, olhares, redefinições, criações e variações de olhar, pois o corpo não comporta mais o destino de outrora. Assim sendo, ele multiplica seus perfis, faz circular as tensões por outros dizeres.

A fim de estabelecer determinada visibilidade e condições de possibilidade para tais desafios, instrumentaliza-se a filosofia, baseando em três autores: Michael Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari. O primeiro autor oferece bom parâmetro para analisar as relações de poder, ou seja, as relações sociais e criativas, que podem possibilitar as criações de si. Os outros dois autores são parceiros e trabalham com as relações imbricadas, conceitos criativos e com um conjunto de ações que não indicam um centro, ou uma causa comum, mas, antes, coloca-o em dispersão.

A análise dos rearranjos sociais do sujeito em situação de violência agencia um modo de pensar vitalista, isto é, que procura tratar das experiências de vida (desconectadas, complicadas e soltas) e que produz outros corpos. Os conceitos instrumentalizados no campo da filosofia, a partir dos autores acima citados, procura compreender os eventos e seus efeitos nos corpos, importando menos com as leis científicas e universais de análise. Isso não quer dizer que ela é superficial, irresponsável e descartável, mas, sim, de superfície.

A filosofia estabelece certa conexão com os eventos sociais, pinçados e analisados com o instrumental oferecido por Pierre Bourdieu, Michel Maffesoli, Boa Ventura de Sousa e Santos e Zygmunt Bauman. O primeiro problematiza os sistemas encruados e que criam certa idéia de norma, em que determinados eventos são naturalizados. O segundo autor trabalha com alguns modos de conjunção, isto é, com alguns estilos de socialização. O terceiro autor tematiza os problemas globais e os efeitos dos mesmos sobre as organizações sociais. O

sociólogo Zygmunt Bauman será mais utilizado, pois trata dos problemas sociais atuais, a partir de uma concepção mais intrincada, ou seja, baseada nas multiplicidades sociais.

A sociologia, portanto, no diálogo com a filosofia trata destas questões e condições de efetivação, em que os corpos são provocados a redefinirem seus modos de ser, suas formas de agregação e conjunção de determinadas situações vividas. Além disso, ela auxilia na compreensão das formas de ser das instituições, pois as mesmas buscam normatizar certos valores, delimitar as ações e promover determinados sistemas de produção. A sociologia auxilia na análise dos eventos sociais, das formas de efetivação e dos modos de agregação dos corpos.

Ao final a teologia tratará do tema na perspectiva da misericórdia. A fim de conhecer outras dimensões, buscar-se-á instrumentalizá-la com o auxílio de Spinoza. A partir dessa dimensão, ela estabelecerá, primordialmente, um diálogo com a filosofia, possibilitando uma maior coesão no desenvolvimento e finalização dessa pesquisa. Assim sendo, a teologia será marcada por conceitos nômades, em movimento e no desafio de estabelecer sentido, contornando, à medida do possível, a exigência do ponto final. Ela não seguirá o fundamentalismo e, tampouco, o teologismo (defesa incondicional do teocentrismo).

Ao se planejar determinada viagem é mister tomar algumas precauções e escolher algumas peças. A mala já está pronta, o objetivo já está traçado e o roteiro delineado. Assim, gostaria, ainda, de definir meu parceiro preferencial nesta viagem. A escolha, por ora, parece-me fácil. A partir de algumas aproximações teóricas, da ousadia de mudar o pensamento, de experimentar o mundo, de viver intensamente seus desejos, de arriscar outros olhares e de complicar as noções do presente escolho Michael Foucault. As relações sociais, os regimes normatizadores e as interações sociais permitirão analisar as violências institucionalizadas.

De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, do descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir.³

Os problemas a serem analisados, então, serão: os rearranjos sociais dos sujeitos diante da violência institucionalizada. Ao instrumentalizar as análises acima especificadas, procurar-se-á compreender as formas de conexão e renovação que as experiências atuais provocam nos sujeitos. A violência, neste sentido, tem sido compreendida como um conjunto de ações de um sobre outros e do sistema sobre os corpos, a fim de condicionar determinados resultados e

³ FOUCAULT, Michel. **Historia da sexualidade II: o uso dos prazeres**. 12. Ed. São Paulo, Graal, 2007, p. 13.

transformações. E as ações podem naturalizar e banalizar algumas repressões, criando determinados sistemas de recorrências, tais como vingança, justiça com as próprias mãos, manter a honra, o assassinato, entre outras coisas.

A violência, então, institucionaliza-se e remete ao problema das generalizações, das estruturações e das dissecações analíticas; procura agregar o mecanismo⁴ das sobreposições, dos condicionamentos e dos controles das interações. Desta maneira, a violência torna-se potência de ressentimento, institucionalizada nos modos de ser. Ela condiciona a compreensão do presente e das relações sociais, sejam elas domésticas, psicológicas, emocionais, patriarcais e misóginas.⁵ Ela sobrepõe e cria sistemas de recorrências nos modos de ser.

O trabalho versará, portanto, sobre esta violência que institucionaliza determinados modos de ser. Desse modo, ela cria dificuldades nas relações dos espaços, nas relações corporais e nos modos de posicionamento do mundo. Ela cria heterotopias e tensões corporais. Isto é, ela se inscreve nos corpos dos homens e mulheres; torna-os lócus de efetivação, institucionalização e naturalização de certos instrumentos de sobreposição. A violência, portanto, institucionaliza-se e se inscreve sobre os corpos dos sujeitos,⁶ não importando, a priori, o gênero, a situação social e os estilos de ser. Ela transforma-os.

Por que a violência? Ela tornou-se institucionalizada, presente nos modos de ser e nos sistemas de organização social, criando estilos, espaços, concepções mais ou menos aceitos. Assim sendo, ela dissemina uma série de ações, atrações e repulsões que alteram as formas de organização social. A partir desta assertiva desenvolve-se o trabalho, a seguir, averiguando as mais diferentes conjunções, encontros e situações que a mesma agrega. Em outros termos, as experiências relacionadas à situação de agressão serão analisadas na perspectiva dos rearranjos sociais. Ou ainda:

Deve-se entender, com isso, práticas refletidas e voluntárias através das quais os [seres humanos] não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo.⁷

⁴ O termo mecanismo aproxima-se de uma noção dinâmica dos sistemas. Ele, portanto, remete à idéia da efetivação, instrumentalização e disposição dos corpos. Desta maneira, o termo refere-se a uma idéia de manipulação e modelação das interações sociais.

⁵ Filósofas, teólogas, sociólogas, pedagogas, psicólogas, entre outras, têm trabalhado e analisado a violência doméstica, patriarcal e de gênero. Entre estas pensadoras posso citar Elizabeth Fiorenza, Rosemary R. Ruether, Wanda Deifelt, Ivone Gebara, Elaine G. Neuenfeldt.

⁶ Obviamente, esta inscrição tem escalonamentos, pois o gênero masculino se torna arauto destes dispositivos e, assim, domina, oprime e agride o outro. Entretanto, é importante, também, destacar que o mesmo gênero masculino (aqui como representação de poder, hierarquia, dominação) domina não só o feminino, mas outros homens. A instituição, portanto, dissemina um modelo de subjugação. O exercício dele é indistinto.

⁷ FOUCAULT, Michel. 2007, p.15.

O problema a ser considerado e auscultado não estará associado à discussão ontológica, mas, sim, relacionado aos exercícios de si em sociedade. Algumas reflexões acerca das relações sociais. O sujeito não será discutido a partir, portanto, de essencialidades e realidades incólumes e, sim, de interações e encontros com os outros e com as realidades circunvizinhas. Os quatro capítulos formulados, a seguir, estarão relacionados a estas formas e situações de encontros, em que serão analisados os modos de conexões dos encontros (metodologia), a normatização dos valores (instituição⁸), as relações dos corpos (instituição e realidades locais) e, não por fim, os estilos de rearranjos (recorrências). O plano de ação é o da insistência, antes mesmo da resistência e existência.

O desenvolvimento do trabalho trará várias dimensões, ou seja, divagações dos conceitos e meandros analíticos, bem como inserções nos fatos e contextos atuais. Dessa maneira, a escrita será circular, navegando uma e outra realidade a fim de produzir amenizações. Alguns conceitos, portanto, serão instrumentalizados para gerar, assim como nos processos vitais e cotidianos, um olhar de soslaio e de pausa. Enfim, os conceitos possibilitarão algumas formas de envolvimento com o tema, mas, também, de fuga e de elucubração. Nessa direção, Zygmunt Bauman possibilita a compreensão das vidas desperdiçadas e segregadas, em função de sistemas efetivos, que instrumentalizam os conflitos, as tensões e as ações dos sujeitos, a fim de garantirem certa operacionalidade.

A hipótese desta tese é: Há uma forma de violência que institucionaliza, condiciona e, até mesmo, delimita os rearranjos sociais dos sujeitos, pois cria os meios de conexões e normatiza os ditos estilos aceitáveis. Ela se caracteriza pela recorrência, ou seja, por um modo de repetição da realidade experimentada, em que o sujeito procura resgatar de forma angustiada, sem potência e isolado o evento vivido, dimensionando-o no presente. Dessa maneira, ela se dissemina nos modos de ser, nos sistemas de interpretação da realidade, nos modos de produção econômica e nas relações entre os sujeitos. Ela se institucionaliza, portanto, através das marcas e molda os modos de ser dos sujeitos em sociedade. Isso poderá ser averiguado do primeiro ao quarto capítulo deste texto.

⁸ “A realidade é uma articulação entre um plano diagramático (de forças e acontecimentos) e um plano estratificado (de instituições e práticas). O diagrama é o campo em que vivem e atuam as forças, umas sobre as outras, em movimentos de afecção constante [...]”. PEREIRA, Marcos Villela. **A estética da professoralidade: um estudo interdisciplinar sobre a subjetividade do professor**. São Paulo, PUC, 1996. Tese de Doutorado. P. 30. Instituição, institucionalização e institucionalizada trata desta compreensão em que certos dispositivos passam a mensurar, organizar e escalonar as realidades. Enfim, ela procura inferir elementos progressivos nas realidades tensas das relações sociais.

O primeiro Capítulo

Os rearranjos sociais dos sujeitos não estão, inteiramente, associados aos processos de adaptação. A arte da adaptação define-se pelo envolvimento conformado e por um modelo de sociedade idealizado e, além disso, um método de compreensão dos conflitos sociais. Ela, portanto, torna-se uma espécie de lei sumária, contra a qual não há recurso, pois todos os eventos precisam ser escalonados dentro de determinadas funções. Já a compreensão dos rearranjos sociais dos sujeitos, nesta pesquisa, envolve mais a dinâmica de inventar-se nos entremeios, de manter certo grau de felicidade, alegria e variação de viver, apesar das agruras do dia a dia.

A arte da invenção de si na sociedade pressupõe a dinamicidade das relações corporais, enquanto a adaptação aos processos institucionais congrega os valores numa direção determinada, fundamentada no bem-estar da nação e subjugação calculada. A pesquisa agrega estas duas dimensões, isto é, as variações fugidias dos movimentos sociais e as regulações uniformizadoras das instituições na sociedade, objetivando uma compreensão dos mecanismos agenciados nas interações entre os sujeitos, especialmente, em situação de violência.

A pesquisa e as leituras buscam averiguar as transformações sociais, ou seja, a análise dos rearranjos sociais dos sujeitos, a partir das diversas formas de relações vivenciadas e marcadas na sociedade pelas violências. A preocupação, portanto, com os eventos de violência delinea um modo particular de auscultação dos processos das composições sociais, relacionando o sujeito, também, com espaços, temporalidades e circularidades⁹. Assim sendo, os capítulos a seguir tratarão destes temas e de suas imbricações nos modos de ser e de relacionar-se dos sujeitos com o mundo (sistemas, espaços e modos de velocidade), com os outros e consigo mesmos.

A invenção dentro deste “corredor” demonstra outro modo de ser dos sujeitos diante de situações constrangedoras. O ônibus pára no ponto e de repente sobem crianças com pequenos pacotes de balas, chocolates e artesanatos para venderem. Outros pedem esmolas ou fazem marketing de determinados produtos populares. Enfim, esta circularidade social, regada por diferentes acontecimentos e situações, configura um espaço em movimento, repleto de

⁹ Os termos espacialidades e circularidades, como entendo, remetem ao problema das heterotopias, isto é, dos espaços criados dentro de outros espaços como, por exemplo, os cemitérios dentro das cidades, o quarto de dispensa e a sala de janta. Espaços inventados para finalidades específicas. As circularidades remetem à noção das comunidades, grupos e tribos que se formam nestes diferentes espaços sociais, constituindo diferentes perfis. As circularidades, portanto, refere-se à noção de abertura de espaços, de multiplicação das possibilidades coletivas e individuais. FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema. Ditos e Escritos III**. Rio de Janeiro, 2001.

variações, intensidades e de modos de subjetividades. Portanto, cria uma heterogeneidade de acontecimentos; perfaz um modo de produção de subjetividade, baseado em primeiro lugar na família, educação, meio ambiente, religião, arte e esporte; em segundo lugar nos produtos industriais da mídia, cinema e consumo; em terceiro lugar nas máquinas de informação de signos e significações.¹⁰

A intenção é apresentar, no primeiro capítulo, as conceituações dos processos dos rearranjos sociais dos sujeitos em situação de violência. A pesquisa, portanto, procura compreender as possíveis conexões entre os eventos de violência, as instituições de determinadas ações e os modos de ser, averiguando as questões subjetivas.¹¹ As análises dos processos subjetivos, neste caso, não se definem por um conjunto de causas exatas, prováveis e pré-determinadas; configuram diversos territórios e comunidades locais, voltadas para os desafios contextuais e culturais no estudo dos rearranjos.

O estudo metodológico permite afirmar que as questões vivenciais são subjetivas, condicionadas por uma forma de visibilidade (interpretação, significação e produção) momentânea e recorrente. Em outras palavras, as preocupações do pesquisador com os rearranjos em situação de violência pautam-se pelas marcas¹² operantes, isto é, pelas experiências apreendidas e pululantes. Neste sentido, urge a invenção de outros corpos e circularidades. Já que os modos de subjetividade são livres e diversos, cabe criar outras referências de análise, possibilitando outros olhares e resultados nos estudos das violências.

O segundo capítulo

As instituições educacionais, religiosas e estatais são agentes de formação social. Enfim, agem e interagem nos modos de rearranjos sociais e de subjetivação dos sujeitos, defendendo e disseminando normatizações e conceitos globalizantes. Neste sentido, elas definem modos de ser e regulam as relações sociais; são guardiãs das regras e dos bons costumes. Embora, constituam para si certas barreiras protetoras e regimes conservadores, as suas formas organizacionais são multifacetadas, pois os sujeitos que as compõem são, igualmente, variados e variantes.

¹⁰ GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro, Editora 34, 1992, p. 14.

¹¹ O estudo da subjetividade é marcado por diversas tendências. Uma relaciona-a as questões das potências, independente dos sujeitos, ou assim denominadas zonas de intensidades. Esta dimensão marca a parceria Gilles Deleuze e Félix Guattari conforme obra citada anteriormente. A outra está relacionada ao trabalho dos sujeitos no mundo e sobre si mesmos. Esta linha de pensamento é adotada por Foucault, por exemplo, no livro história da sexualidade já citado anteriormente.

¹² As marcas são quase que como imagens que gerem novas imagens, imbricando o viver, o pensar e o escrever. Em outras palavras, elas produzem desejos e ressentimentos, colocando os sujeitos numa relação presencial de memórias, subvertendo a idéia das lembranças como baús fechados e seguros. Neste sentido, as marcas são rememorações vivenciais de fatos que se atualizam sobre superfícies variadas. ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. São Paulo, Estação Liberdade, 1989.

A definição de determinada normatização das relações sociais apresenta-se sob duas perspectivas: uma que remete às questões das regras fixadoras de costumes; e outra que a insere no mundo das tensões e transformações sociais. A primeira instrumentaliza as relações sociais (contratos, parcerias, compromissos, senso-comuns) e torna-as gerais. A consequência é o afastamento e distância das tensões sociais. Já a segunda, envolve as realidades e está preocupada com as transformações nas formas de organização. A normatização do social instrumentaliza as realidades e insere nelas mecanismos de mediação, funcionando ora como oposição, ora como agregação.

A pergunta imediata poderia ser: por que analisar a instituição? Porque ela engloba e regula as relações sociais; apresenta-se como organizadora e necessária à vida social. Elas, por isso, subjagam misturam, interligam e tangenciam os modos de ser dos sujeitos. Neste sentido, as movimentações e as variações nas diversas formas de rearranjos sociais, conforme se poderá averiguar no segundo capítulo deste trabalho, expressa a forma de conexão, instituição e definição dos valores. Se a violência, conforme afirmação acima, pode se tornar institucional, a análise do papel da instituição nas relações sociais é fundamental, pois permitirá entender os mecanismos e suas operações.

A produção de subjetividade do capitalismo integrado é serializada, normalizada, centralizada em torno de uma imagem, de um consenso subjetivo referido e sobrecodificado por uma lei transcendental. Esse esquadramento da subjetividade é o que permite que ela se propague, a nível de produção e do consumo das relações sociais, em todos os meios (intelectual, agrário, fabril, etc) e em todos os pontos do planeta.¹³

As diversas experiências sociais, as variações e as movimentações dos sujeitos constituem o objeto cambiante da pesquisa. Em outras palavras, os intervalos, as repetições, os vazios, os estilos, as linguagens, os gestos, as palavras, as circularidades, as topologias conectam o tema às diversas realidades experimentadas. Enfim, não se pressupõe uma ausência de sentido, mas espaços, conexões, visibilidades, efeitos diversificantes que geram a idéia de multiplicidade.¹⁴ O garoto para entrar em determinado grupo de tráfico e ser aceito pelos outros, precisa antes cometer um crime e matar alguém. Isso é denominado de batismo. O soldado precisa passar por uma série de humilhações e os calouros nas universidades pelos trotes. Enfim, um conjunto de regras que permitem certas conexões.

As experiências que os sujeitos provam e aprovam nos rearranjos sociais apresentam distintos conteúdos, formas e intensidades. Elas não se reduzem a um centro inerte, ou a um

¹³ GUATTARI, Félix & ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis, Vozes, 1986.

¹⁴ [...] As multiplicidades são a própria realidade, e não supõem nenhuma unidade, não entram em nenhuma totalidade e tampouco remetem a um sujeito [...]. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 1995, p. 8.

espaço de vácuo permanente; são também ebulitivas. Por isso, dimensionam e provocam efeitos nas constituições comunitárias. Efeitos estes eruptivos, que no conjunto das extensões sociais efetuam-se ora como estranhos, ora como recorrentes formas de ser. Neste contexto, as intensidades configuram coletividades. Cada experiência pessoal torna-se também social, isto é, ações e composições *assujeitadas*. O Estado, uma forma de instituição, submete todos estes eventos aos processos de centralização, direcionando as tensões.

As violências podem se tornar instrumentos potenciais e engendrades, pois distendem e conectam elementos distintos, reproduzindo e transformando as experiências vividas. Além disso, podem provocar e constituir territórios alternativos de circularidade, em que os espaços fechados e abertos (fora e dentro) tornam-se aglomerados, rompendo a estruturação clássica do centro e da margem, do interno e externo, do privado e público. As intensidades e as recorrências ampliam os espaços, complicam o tempo e acirram as movimentações sociais. Neste sentido, a instituição instrumentaliza a violência e cria determinada forma de solução dos conflitos. O tratamento se torna pior do que a doença.

Os modos de subjetivação do capitalismo, um modo de instituição, operam agregando as diferentes classes de consumo; e instrumentalizam às diferentes classes sociais, fazendo com que as mesmas entendam suas existências dentro de certos limites sociais. A ambivalência e a liberdade nos modos de subjetivação são evidentes, pois separam e agregam, destroem e constroem, mutilam e corrigem ao mesmo tempo, fabricando as relações, as compreensões e as composições do ser humano com o mundo e consigo mesmo.

O termo institucional, ou aquilo que institui uma determinada conduta, também estabelece certas condições e possibilidades de progresso.¹⁵ A “revolução pós-industrial”, baseada em relações fluídas e sem muitas garantias, subverteu o caráter protetor das instituições. A globalização das relações, dos contratos e dos perfis tem demonstrado que “ilhas” isoladas não conseguem sobreviver às velocidades das inovações. Em outras palavras, as relações estão imbricadas, isto é, cada segmento influencia e é influenciado pelos outros. Isto define um conjunto de atravessamentos que impõem adequações e variações às instituições. Neste sentido, as interações tornaram-se mais fluidas, tangenciando e transformando as disciplinas e os disciplinamentos.

¹⁵ A idéia de progresso é amplamente desenvolvida por Maffesoli na perspectiva de uma idéia de justaposição. Em outros termos, o progresso rege as formas pelas quais se analisa os movimentos sociais, ou seja, ou eles contribuem ou não para o desenvolvimento de determinada sociedade. Ele questiona esta tendência, afirmando que o progresso não admite o reverso como crescimento. MAFFESOLI, Michel. **A violência totalitária: ensaio de antropologia política**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

As realidades são marcadas, conforme hipótese acima, por uma violência institucional, ou ainda, por relações opressivas e institucionalizadas, quiçá naturalizadas. Elas penetram os espaços, alteram os modos de ser e sucumbem os rearranjos sociais aos mesmos e fadados processos recorrentes. Enfim, a instituição cria os problemas, as soluções e os estilos de vida afeitos aos modelos econômicos, sociais, religiosos e interativos da sociedade. A normatização impera sobre o espontâneo, a regulação sobre o desvairado, os costumes sobre as inovações e as solidificações sobre os fluídos. Ela sobrecodifica as relações e encontros corporais,¹⁶ alijando os elementos estranhos e fugidios; compõe territórios conhecidos e comuns.

A violência não pode ser limitada, obviamente, somente ao modelo da instituição, pois ultrapassa as fronteiras, ora como dispositivo estranho, ora como mecanismo criador. Os dispositivos estranhos e alheios podem impedir o progresso e a convivência social, por isso, são alijados e expurgados pelas instituições. Já o mecanismo criador possibilita o cerceamento das liberdades civis, a delimitação dos estilos e a demarcação dos territórios seguros. A partir destas duas dimensões, a invasão de outro país e a destruição dos governos, por exemplo, torna-se plausível, a fim de garantir a segurança nacional, uma área verde e disfarçados modelos exploratórios. A instituição instrumentaliza a violência e cria o discurso necessário à sua aceitação.

A análise dos rearranjos sociais não se limita a estes conflitos transnacionais, aos interesses econômicos e aos modelos exemplares de socialização. Ela predispõe os sujeitos, os fatos, as imagens, as possibilidades de si, as variações compositivas e os movimentos sociais dentro de certos imbróglis relacionais, buscando com isso descobrir e, até mesmo incentivar, dinâmicas e visibilidades alternativas. Desta maneira, dispondo de certa forma os corpos, almeja-se analisar os elos, as fugas e as variações na arte do rearranjo social.

O problema a ser desenvolvido no segundo capítulo será: Análise dos movimentos criativos, das relações sociais e das recorrências de certos princípios instituídos, a fim de compreender, melhor, os estratos pré-definidos e uma determinada forma de violência aceitável, ou seja, instituída. Ao buscar compreender a instituição de determinado valor, descobre-se que o mesmo segue determinado discurso utilitarista, funcional e centralizador. A

¹⁶ A noção de corpo e de relações corporais na constituição dos encontros, das relações e os conseqüentes efeitos daí decorrentes serão desenvolvidos no decorrer do trabalho na perspectiva spinoziana, a saber, dos corpos que são, constantemente, compostos e compõem as realidades. Os corpos são os vários elementos que compõem o universo e as visibilidades sociais. SPINOZA, Benedictus de. **Pensamentos metafísicos, tratado da correção do intelecto, ética, tratado político; correspondência**. 3. Ed. Trad. Marilena de Sousa Chauí. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

partir disso, compreender os mecanismos de conexão, de compreensão e de criação de território será fundamental na compreensão de determinada forma de violência institucional.

O terceiro capítulo

A análise dos rearranjos sociais dos sujeitos pode possibilitar o estudo dos meandros, entremeios, fugas, desvios, estranhamentos, espaços como modos de estar no mundo. Em outras palavras, ela procura agenciar as realidades e tensões sociais relacionadas à violência, averiguando as heterotopias, as possibilidades de circularidade e de rearranjos dos sujeitos. A partir desta perspectiva, ela busca compor um espaço de fora, de curvatura e de dobra,¹⁷ constituindo um espaço de subjetividade, de descontinuidades, de vazios e de estranhamentos ocasionais que permitem outras formas de compreensão das interações sociais.

Ao agregar todos estes elementos (instituição, sujeito, espaços, rearranjos, estilos) percebe-se que os termos passam a ter outras conceituações. A finalidade de tal agenciamento possibilita o estudo subjetivo das violências nas recomposições dos sujeitos. Os diversos elementos são também forças potenciais, pois criam estilos de vida, ou seja, modos de ser. A compreensão e conjugação dos termos permitem a análise dos rearranjos sociais dos sujeitos, relacionando a situação com as realidades circundantes.

A análise das violências não precisa ater-se às estatísticas e atrocidades rotineiras. A urgência e a truculência dos fatos sociais exigem ações pró-ativas, que de alguma forma possam dar conta dos efeitos culturais dos inúmeros casos de violências “naturalizadas” e banalizadas. Assim sendo, as situações de violência são concebidas, no decorrer da análise dos rearranjos, como realidades experimentadas e instrumentalizadas, como forma de comunicação e de estilo de ser, como modo de relação consigo e com os outros, como transformação que impõe aos envolvidos variadas composições.

Uma das implicações que demarca o estudo das violências é, nestes casos, a falta de juízos apriorísticos. O objetivo, portanto, é analisar vestígios, marcas, movimentos, deslocamentos, variações e modos de ser dos sujeitos nas composições de si, acentuando, especialmente, os modos de relações, conexões e associações às realidades circundantes. As condições e as experiências de vida definirão, conforme se propõe, modos de circularidades e de composições sociais.

¹⁷ O conceito de dobra é desenvolvido no livro dedicado a Foucault. Ali, o autor analisa e desenvolve a premissa do trabalho do sujeito consigo mesmo. Ela procura agregar as variações, as experiências, as tensões sociais no objetivo de estabelecer outra visibilidade, a saber, das subjetividades. DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo, Brasiliense, 2005.

A partir da pesquisa dos rearranjos sociais o desafio é analisar algumas formas de composições sociais, ou seja, as ações que permitem certas ligações, transformações e territorializações. A partir das análises dos rearranjos, descobrir os mecanismos que criam as heterotopias,¹⁸ possibilitando aos corpos agrupamentos e a criação de outros estilos de ser. A interação social permite as constantes invenções das identidades, das heterotopias e dos modos de subjetividades (exercícios de si). Surge, portanto, o pichador, o malandro, o roqueiro... Enfim, uma série de grupos e espaços peculiares, singulares.

Alguns estudiosos¹⁹ demonstram que pequenos e grandes conflitos são resolvidos por conta própria, pois a justiça passa a ser feita com as próprias mãos, indicando que a violência tornou-se institucionalizada, pois cria seus próprios mecanismos e valores. O sistema judicial, por exemplo, não tem conseguido mediar os conflitos sociais, fomentando o voluntarismo e as relações violentas como forma de resolução das querelas pessoais. Os dados estatísticos e objetivos apresentam os fatos e, no entanto, não conseguem apreender as micro-violências que ocorrem, diariamente, nas diversas formas de interações.

Em suma, o terceiro capítulo permitirá compreender as formas de conexão dos sujeitos e os mecanismos que violência institucionaliza. As recorrências, o medo, a insegurança, a angústia, o individualismo, o isolamento são alguns dos mecanismos. Nesse sentido, a auscultação dos eventos precisa seguir, conforme tema a ser desenvolvido, vestígios, marcas, estilos, lacunas, ações que agenciam, em diferentes situações e espaços, formas recorrentes e ressentidas de ser. São estas tensões e estilos que compõem formas e grupos sociais que baseados nas querelas corriqueiras e banais do dia-a-dia constituem gestos, modos e linguagens.

O quarto capítulo

A partir de contextos hostis, a ação precisa agregar todos os eventos sociais e, depois, alinhá-los numa perspectiva e alternativa de vida. Assim, ela agregará as potências sociais dentro de um processo onde os rearranjos sociais dos sujeitos podem ser, constantemente, auscultados e problematizados nas composições sociais. Uma ação poderia criar, portanto, outros modos de afetividade, heterotopias, possibilidades de combinações sociais, estilos de ser e formas recorrentes de solução dos conflitos.

¹⁸ FOUCAULT, Michel. 2001.

¹⁹ Sérgio Adorno trabalha dentro desta perspectiva no Brasil. Este sociólogo pesquisa as questões dos direitos e dos jogos sociais na sociedade brasileira, em que a ausência do Estado dissemina uma cultura do voluntarismo, isto é, das pessoas resolvendo seus conflitos em mediação, com as próprias mãos. ADORNO, Sérgio. **Cadernos de Direito e Cidadania I**. <<http://www.iedc.org.br/publica/dialogos/sergioadorno.html>> Editado em junho de 1998.

As violências criam sistemas de recorrências, conforme já foi acima afirmado, baseados no ressentimento, na vingança, na eliminação do outro, no isolamento, no medo, etc. Estes dispositivos produzem recorrências, dificultando os movimentos de transformação. Os sujeitos tornam-se reféns de modelos simplistas de solução dos conflitos, preferindo, quase sempre, o retorno aos eventos da violência, sobrecodificando um estilo voluntarista; apreendem um sistema de repetição do mesmo, transmitindo aos outros as próprias frustrações e mazelas, em que as inovações descartáveis e o consumo tornam-se motivação para o agenciamento de determinadas comunidades e estilos de vida.

A sociedade não vive só o problema crescente das violências, mas também constantes processos de mudanças, inovações e estilos.²⁰ Assiste-se, repetitivamente, nos noticiários o drama dos assassinatos, roubos, latrocínios, seqüestros, guerras entre gangues, torcidas organizadas, traficantes, etc. Um verdadeiro clima de terror assola as casas, as mentes e os corações dos sujeitos, impondo aos mesmos medos, inseguranças, preconceitos, desconfianças, proteções. A sensação de pavor e de caos social divulgada pelas mídias estarrece a confiança das pessoas nos espaços públicos e privados, dificultando, ainda mais, as circularidades e as relações de convivialidades.

O quarto capítulo, em suma, permitirá a compreensão dos sistemas de rearranjos sociais dos sujeitos, ou seja, dos espaços, grupos, instituições, instrumentos que eles agenciam e gerem. A violência institucional, aceita e difundida por alguns mecanismos de socialização, cria tensões e certos modos de angústia, silenciando vozes e reprimindo estilos de ser. O texto, portanto, trará estas dimensões e oposições que dissemina certos modos de ser baseados na força e na subjugação do outro.

Considerações sobre o lugar teologia na produção deste texto

Eu não pressuponho a falta, mas as multiplicidades. Eu não procuro fragmentar o corpo, mas disseminá-lo. Eu não busco a redução, mas a ampliação do horizonte. Não levo a teologia para o deserto, mas a jogo na povoada arca de Noé. Eu não termino na cruz, mas procuro dinamizar as cruzes. Não poderia encerrar-me no sentido, mas torná-los tão amplos que os olhos seriam dominados pelas distrações. E sem medo de errar, assim como Paulo, trilhar entre o bem e o mal.²¹

²⁰ As transformações sociais na modernidade são latentes e visuais. A velocidade e as movimentações sociais dão contornos a estas mudanças, possibilitando as circularidades dos sujeitos, as redefinições das ciências e as alterações dos sistemas econômicos. SANTOS, Boaventura de Sousa. O Estado e o direito na transição pós-moderna: para um novo senso comum. **In: Humanidades. Mente humana: interface entre o real e o observado.** v. 7, n° 3, Brasília, 1991, p.276-281.

²¹ A orientação dos dois últimos anos do curso de doutorado foi realizada via MSN, pois a orientadora professora Elaine G. Neuenfeldt e eu estávamos em países diferentes. A presente citação adveio de uma conversa entre a ela e eu. Nós procurávamos descobrir o sentido e o lugar da teologia na produção do texto.

As considerações finais buscarão tratar, portanto, da teologia na relação com as virtudes, ou seja, como uma ética de si em sociedade. Assim sendo, o diálogo será baseado na virtude da misericórdia e na ética do bem. A teologia assumirá, portanto, uma dimensão de guerrilha,²² em que determinados conceitos aleatórios, advindos de outras áreas de conhecimento servirão para produzir determinada proposta de ação no mundo.

A questão individual de produção de si e do mundo é deslocada para a questão dos arranjos individuais e coletivos em situações de violência na sociedade. O objetivo é averiguar a interação entre uma análise social destes processos de arranjos sociais, a partir de uma concepção teológica em movimento,²³ na discussão e na problematização das experiências das violências vividas pelos sujeitos. A distinção entre análise social²⁴ e teologia pode possibilitar, portanto, a discussão dos modos de relação e de apreensão das realidades sociais.

Os acontecimentos sociais de violência se mostram de forma complicada e requerem, no contexto e situação vivencial, certos modos de análise específica. Um jovem numa praia no Rio de Janeiro tenta assaltar um turista de bicicleta.²⁵ Ele reage e o bandido sai correndo. O turista não teve a mesma sorte. Ele foi atropelado por um ônibus ao cair da bicicleta. O jovem foge e reapresenta-se à polícia na companhia de um pastor. Confessa o crime e seu arrependimento. O pastor bem vestido e com a Bíblia debaixo do braço afirma que o jovem estava dominado por espíritos maus. Declarou que havia feito orações e livrado o jovem dos espíritos maus. O caso demonstra a complexidade das relações sociais, onde determinada ação religiosa pode ser passível de processo judicial. A teologia serve para justificar a situação, permanecendo fora das tensões sociais, demonizando-as.

²² O conceito de guerrilha está ligado à noção das posições, isto é, nos jogos sociais cada grupo toma sua posição, faz circular potências de vida e valores, tornando as composições sociais ambiente de permanente tensão. A guerrilha, neste caso, está associada à idéia dos rearranjos sociais, da tomada de posições dos sujeitos e dos jogos conceituais. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. 1995.

²³ A formulação deste termo está baseada no texto de Gn 32. 22-32. O texto apresenta uma forma tensa de relação entre Jacó e Deus, em que a busca de sentido está na produção de espaço (altar) e na benção (multiplicação das possibilidades de compreensão da realidade). A intenção, neste caso, específico da análise dos rearranjos é colocar a teologia como uma espécie de guerrilha, de estranhamento, de encontro, de inserção nas movimentações sociais. Enfim, uma teologia em movimento.

²⁴ A análise social compõe-se das várias ciências instrumentalizadas neste trabalho, por exemplo, filosofia, pedagogia, sociologia e psicologia. O conceito análise social pressupõe o conjunto dos conceitos operacionalizados destas diferentes ciências. Para a formulação dos conceitos utilizo um conjunto de autores e autoras como interlocutores na construção teórica e metodológica que serão explicitados ao longo do texto, dentre eles estão: Nietzsche, Foucault, Deleuze, Guattari, Bauman, Mafessoli e Spinoza.

²⁵ Acesso no dia 15/04/08 ao site: www.oglobo.com/rio/mat/2007/11/26/327317428.asp

1 O MÉTODO E A GENEALOGIA

A partir da qualificação e das sugestões buscarei, a seguir, apontar alguns passos metodológicos. O objetivo, portanto, neste capítulo é apresentar o modo de análise dos rearranjos sociais em situação de violência. Ao estabelecer um roteiro de caminhada, cabe demonstrar, também, a forma e os instrumentos que serão utilizados nesta viagem. Enfim, apresentarei alguns passos que permitem certas análises e visibilidade dos eventos.

A discussão metodológica não girará, portanto, em torno do problema relacionado à análise das causas e das conseqüências. A empreitada visa demonstrar que é possível averiguar os efeitos de uma violência institucionalizada, naturalizada e, até mesmo, banalizada arregimentando outros mecanismos. Dessa maneira, o capítulo, com auxílio dos autores como: Michael Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, demonstrará que pode ser possível analisar os rearranjos sociais diante das violências institucionalizadas, os efeitos e os vários pontos de conexão dos mesmos sem a premissa do estudo das causas e definições pré-estruturadas.

1.1 O problema das gêneses e a genealogia

A apresentar uma linha metodológica que permite, ao pesquisador e ao objeto de pesquisa, uma discussão das situações vivenciais das composições de modos de ser sem, portanto, a noção, a priori, das superações e classificações correntes nos estudos das teses, antíteses e sínteses serão contornadas. A análise dos rearranjos sociais dos sujeitos na interação com certa violência institucionalizada aproxima-se da noção dos acontecimentos,²⁶ afastando-se das tendências estruturalistas de compreensão das realidades. Enfim, circunda o problema e averigua seus efeitos no conjunto das ações de criação de si.

[...] O objetivo da análise é estabelecer relações entre os saberes – cada um considerado como possuindo positividade específica, a positividade do que foi efetivamente dito e deve ser aceito como tal e não julgado a partir de um saber posterior e superior – para que destas relações surjam, em uma mesma época diferentes, compatibilidades e incompatibilidades que não sancionam ou invalidam, mas estabelecem regularidades, permitem individualizar formações discursivas.²⁷

As análises, por isso, envolvem campos distintos, ou seja, a genealogia e a arqueologia através do nascimento dos eventos sociais. A primeira está relacionada com as articulações e as

²⁶ O conceito de acontecimento será melhor desenvolvido no decorrer da pesquisa. Por ora cabe afirmar que o mesmo pode ser associado às irrupções sociais. O acontecimento irrompe e se esvae sem as premissas estruturantes de determinadas análises. O conceito, portanto, valoriza as noções dos efeitos, variações e deslocações e não as causas e as origens dos fatos. Ele remonta a noção de conjunto e não de uniformidade.

²⁷ FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 17 ed. Rio de Janeiro, Graal, 2002, p. VII-VIII.

condições dos eventos (violências institucionalizadas), ou seja, como eles interferem, conectam e transformam os modos de ser. Enquanto que a arqueologia preocupa-se com as descrições dos locais na análise dos discursos, isto é, das realidades presentes e materiais que circundam os eventos. Neste sentido, a análise dos rearranjos sociais será envolvida por estas duas vertentes, possibilitando averiguar as variações, transformações e articulações dos eventos na relação com os modos de ser.

Os estudos fundamentados neste modelo não pressupõem críticas, julgamentos e discussões que vislumbram, a priori, a superação e escalonamentos dos fatos. A preocupação remete os estudos às interconexões, aos meandros, aos silêncios, às fissuras, às lacunas, aos intervalos de determinados acontecimentos. Nesse sentido, as análises genealógicas são compreendidas e efetivas quando buscam os acontecimentos locais, pontuais e coletivos, sem colocar, a título de um discurso verdadeiro, os fatos globais e, quiçá, universais colocados por determinadas concepções científicas alvissareiras.

O senso comum²⁸ compreende e instrumentaliza o conceito de gênese como origem, surgimento e começo. Os termos correlatos indicam, de alguma forma, o início de uma vida, de um estilo, de um local e de uma obra. O termo é, portanto, instrumentalizado pelo discurso com a finalidade de conferir valor e verdade ao que se cria, ou está sendo criado; designa certa historicidade e naturalidade na discussão da novidade, elemento imprescindível na estruturação interpretativa e analítica. Assim compreendida, uma análise metodológica pode tornar-se funcional, pois coloca elementos extras, ou super naturais, na auscultação de determinados eventos, criando, por força de critérios fundamentais, os liames e as filigranas.

O Novo Dicionário Aurélio eletrônico apresenta o termo como sendo substantivo feminino, que designa formação dos seres, desde uma origem, geração. De acordo com o dicionário o termo está relacionado à formação, constituição e origem de determinado elemento e vida. O significado atribuído ao termo tanto no dicionário quanto no senso comum demonstra que ele está relacionado à origem de algo, à formação histórica da vida. O uso do termo remonta, portanto, a idéia do surgimento gradativo, natural e concatenado da vida, intrinsecamente ligada à compreensão causal dos eventos, desvinculando os mesmos do inesperado, fortuito e casuístico.

²⁸ Compreendo senso comum como um saber particular, regional e local. Uma espécie de saber que seria incapaz, como afirma Foucault, de unanimidade, devendo sua força, dinamicidade, circulação e efetivação na oposição, adequação, revolta, conformação na relação com os outros saberes que o circunvizinham. O senso-comum é compreendido pela ciência positivista como saber desqualificado, por isso, inferior. FOUCAULT, M. 2002, p. 170.

F. Nietzsche emprega termos como *Ursprung*, em consonância com *Entstehung*, *Herkunft*, *Abkunft*, *Geburt* nos estudos genealógicos. Por exemplo, no estudo da Genealogia da Moral²⁹ o autor trabalha estes conceitos como sentimento de falta, relacionando o termo ao conceito de acontecimento; em outros trabalhos como em a Gaia Ciência,³⁰ tratando do tema do conhecimento, o autor já prefere a *Ursprung*, remetendo o tema ao conceito de origem. Nietzsche, nos estudos genealógicos, redefine o trabalho com a história, preferindo tratar dos temas relacionados à vida, ou seja, a vontade de potência do ser humano. Neste sentido, as determinações gerais, a preocupação com as normas e conceitos universais, são deslocadas para as experiências diárias dos indivíduos, para as relações de forças e de constituição do próprio.

A lógica que predomina nas atribuições analíticas das gêneses baseia-se, principalmente, na causalidade, pois liga o evento à idéia do tempo, das condições contextuais e ao seu desenvolvimento formativo. Um exemplo que atesta esta lógica é o livro de Gênesis, do Pentateuco. Ali pode ser averiguada esta forma de pensamento e de estruturação dos fatos, em que os relatos demonstram as condições que cercavam o contexto (antes) da criação, as descrições revelam (durante) os eventos criacionistas, a convivência (depois) provoca a derrocada da criação. A instrumentalização do termo, nesta perspectiva, coloca a vida e os eventos sociais como uma sucessão de fatos ininterruptos e repetitivos, reduzindo *a multiplicidade e a dispersão das práticas de poder*³¹ *através de uma teoria global que subordine a variedade e a descontinuidade a um conceito universal.*³²

A teologia, enquanto busca de uma ciência ou cientificidade, compreende os estudos genealógicos como uma oportunidade de descobrimento e, até mesmo, de assunção dos conteúdos libertários camuflados nos estudos exegéticos preocupados com a estruturação (data, contexto, personagens) dos eventos. Ela não trata das práticas dos sujeitos no presente, mas do fundamento do vivido. Neste sentido, a teologia transforma a genealogia no estudo da origem e da vontade primeira, contornando os eventos díspares da atualidade. A procura pela verdade em algumas linhas teológicas pode colocar a preocupação dos estudos, portanto, naquilo que está “fora do caminho”, ou seja, alheio às realidades vivenciadas pelos sujeitos e incólumes aos processos de afecções.

²⁹ NIETZSCHE, Friedrich. **A Genealogia da Moral**. Lisboa, Guimarães editores, 1976.

³⁰ NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia da Ciência**. 3. Ed. São Paulo, Humes, 1995.

³¹ Importante lembrar que o poder não é um objeto natural, uma coisa que se possui, mas uma prática social, recheada pelas formas díspares, tensões e heterogeneidades. Neste sentido, o conceito é, portanto, remetido para as relações constitutivas das práticas de si, definindo saberes e procedimentos. As potências, neste sentido, tornam-se atrativas; funcionam mais pelas agregações e menos pelas sobreposições.

³² FOUCAULT, M. 2002, p. XI.

Alguns estudos teológicos preferem tratar, então, dos grandes temas que envolvem o presente dos sujeitos, por exemplo, fome, violência, exploração, marginalização, opressão como problemas permanentes, oriundos da condição humana pecadora, remetendo os estudos para a atualidade contextual dos sujeitos. A presente análise dos rearranjos segue esta perspectiva teológica, contornando a compreensão histórica de continuidade da criação e da queda do ser humano, pois esta linha pode conectar a análise ao ulterior, remetendo as conclusões para a necessária e prudente crítica da realidade presente. Em outros termos, as análises teológicas baseadas nas gêneses e quedas podem condicionar as compreensões do ser humano, do mundo e das relações sociais, enquanto outra linha prefere o encontro com os pecadores e a encarnação no mundo.³³

O deslocamento espacial, os encontros aleatórios e os rearranjos sociais são desafios permanentes, também, às análises teológicas. Em outros termos, elas, ao se pautam pela figura que caminha no deserto, encontram aqui ou acolá, em diferentes condições e preocupações, novos ditos e modos de ser. A preocupação da teologia, como entendo, fundamenta-se na tensão entre o fossilizado e inesperado, colocando roupagens novas em corpos circulados por verdades embotadas, cascalhos institucionalizados e empoeirados pelo tempo. A discussão não seria, portanto, em torno dos remendos novos em roupas velhas, mas das novas condições de possibilidade³⁴ que marcam os rearranjos sociais e atuais.

A análise genealógica agregada aos estudos teológicos estaria mais voltada para os deslocamentos, para as reconfigurações das forças, e menos para os mecanismos de proteção e delimitação das fontes. Nesta direção, a análise teológica dos rearranjos dos sujeitos se preocupa com as relações (conexões) que os mesmos estabelecem com a realidade, retomando o exemplo de Jesus Cristo no deserto, no encontro com os pecadores e leprosos, ou seja, envolvendo-se com a realidade sem a premissa de julgá-la a priori, sabendo compor com a tentação (tensão) uma situação alternativa, pois a pedra ainda que transformada em pão não elimina a fome. A pedra, o pão e a palavra constituem um universo de tensão.

A figura de Jó pode também ser exemplar nesta perspectiva. O mal e o bem não se fundem, mas criam suas possibilidades para além das apreensões pressupostas de realização ideal do corpo. Embora, o texto acabe fortalecendo a imagem negativa desta junção, pois a

³³ Por exemplo, as análises baseadas nas relações de gênero, na situação vivencial dos pobres, na discussão pública da teologia aproximam-se desta forma de fazer-teológico, pois procuram potencializar a vida, os direitos humanos e as relações equânimes.

³⁴ As condições de possibilidade definem modos de ser como um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiriam, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições das práticas sociais dos sujeitos. FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. 6.ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2002b.

doença é o mal que toma conta do corpo de Jó, é possível acompanhar os eventos existenciais, ou seja, perdas, conquistas e recorrências. Algumas análises teológicas incorrem no erro da separação e distorção da realidade, dando visibilidade somente as condições de vida na relação com os elementos super-naturais. Enquanto outras análises compreendem que a realidade não contém uma negação imanente e inerente, mas infinitas facetas e multiplicidades que constituem modos de ser, práticas de si. Assim sendo, a análise teológica não pressupõe um vazio, um espírito que se move sobre uma ausência de estrutura, mas, sim, realidades múltiplas e tensas.

O modelo cristão, difundido a partir do apóstolo Paulo, compreende a solidariedade desde a perspectiva do amor, em que o sujeito precisa aceitar as diferenças (I Co 12) como condição de vida comunitária. O amor cristão, por sua vez, estaria relacionado ao objetivo da vida comunitária e da salvação. Assim compreendido, ele remete os sujeitos para as realidades essenciais, afastando-os das tensões sociais. A solidariedade torna-se possível à medida que se projeta uma meta-realidade, definida pela idéia positiva e asséptica de ausência de tensões, diferenças e sofrimento. Entretanto, o mesmo amor pode ser compreendido de outro modo e levar à encarnação e vivência das realidades. O próprio Cristo engendra-se nas realidades, embora na maioria dos casos representados por certo pessimismo hipocondríaco. Ele busca e fomenta a solidariedade, por exemplo, ao desafiar o retorno para casa, para a cidade, para o trabalho.

A análise teológica, portanto, no estudo dos rearranjos sociais segue esta dimensão da inserção, multiplicidade e tensão que circundam as relações e interações do sujeito. A genealogia está voltada para as conexões e alterações dos modos de ser e de estabelecer-se. Assim, como compreendo, a teologia, a partir dos exemplos acima mencionados, passa a envolver outros elementos, não reduzindo sua visibilidade, tão somente, a pedra e ao pão, mas ao conjunto dos elementos que envolvem determinada relação. Dessa maneira, ela não precisa pressupor simbologias.

A recusa a certa análise dos campos simbólicos³⁵ ou das estruturas significantes³⁶ tem por finalidade uma aproximação dos eventos por outros vieses, a saber, pelas relações de forças

³⁵ Pierre Bourdieu fez estudos fundamentais nesta direção, ao analisar, por exemplo, as violências simbólicas, associadas ao modelo masculino-patriarcal, ao sistema de educação baseado na inculcação dos valores e hierarquias. As análises simbólicas trabalham, a meu ver, mais próximas de uma visão de superestrutura, de valores fixos e fixantes que transformam os sujeitos em marionetes, sofrendo somente os efeitos de um poder dominador quase super-natural. BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

³⁶ As análises, neste caso, preocupam mais com as questões psicológicas, dotando a história de sentido, de necessidades significativas. A disputa passa a operar numa batalha semiótica, ou seja, entre significante e significado. Os estudos psicanalíticos, nesta direção, analisam os eventos sociais, dotando-os de certos conceitos e causas originais.

estabelecidas entre os sujeitos, na compreensão da realidade, nas condições de possibilidades, na capacidade de rearranjo social, nos encontros dos corpos que podem provocar desenvolvimentos e estratégias diferenciadas. Assim sendo, a sociedade passa a ser compreendida como movimentação, transformação e deslocamento, recheada pelos diversos acontecimentos. E estes acontecimentos definem, através da permanente batalha, guerrilha e tensão nos modos de rearranjos e composições sociais dos sujeitos.

1.1.1 A genealogia e o drama

[...] deviam colocar as mesmas questões que eles, tratar dos mesmos problemas e dos mesmos domínios. “Apesar de sermos marxistas, não estamos alheios aos que vos preocupa; porém, somos os únicos a dar às vossas velhas preocupações soluções novas”. O marxismo queria se fazer aceitar como renovação da tradição liberal [...].³⁷

O espaço no qual os sujeitos vivem e se movimentam; experimentam os encontros e rearranjos sociais; criam idéias e estilos, agem e relacionam-se é heterogêneo. Se por um lado, o espaço possibilita o surgimento das concepções de heterotopias,³⁸ dos deslocamentos e das constituições territoriais, por outro lado, os estilos permitem aos sujeitos conexões às diferentes condições de possibilidade. Os sujeitos vivem em espaços e criam determinados modos de ser diversificantes, que permitem e provocam rearranjos sociais. Eles colocam os corpos em movimento de transformação (conexão e transformação) e territorialização (estabelecimento e posse).

As relações são, portanto, baseadas mais nas multiplicidades e menos nos esvaziamentos. A preocupação com a violência e os rearranjos sociais pode ser repetitiva e recorrente, no entanto, as conexões, a maleabilidade e as visibilidades podem produzir diferenças. Os sistemas instituídos (estado, escola, família, igreja) não conseguiram confiscar e delimitar os movimentos sociais, pois os mesmos se criam nas lacunas do que é instituído.³⁹ Isto é, as afecções e criações do corpo fogem ao controle central e centralizante, permanecendo alhures e configurando outros modos de rearranjos sociais. A tensão entre os vários elementos que configuram a vida social escapa aos modos analíticos unificadores, centralizadores. As relações dos sujeitos estão, portanto, em permanente dispersão, transformação e adequação, alterando e multiplicando as realidades circundantes.

³⁷ FOUCAULT, M. 2002b, p. 2.

³⁸ O conceito está em oposição ao termo utopia. Enquanto a utopia define-se pelos espaços irreais em analogia com os espaços reais da sociedade, as heterotopias definem-se pelos *lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis*. [...] *entre as utopias e estes posicionamentos absolutamente outros [...] haveria, sem dúvida, uma espécie de experiência mista, mediana, que seria o espelho*. FOUCAULT, Michel. 2001, p. 414-415.

³⁹ HARDT, Michel. A sociedade mundial de controle. In: ALLIEZ, Eric (org.). **Gilles Deleuze: uma vida filosófica**. São Paulo, Ed. 34, 2000.

As rotas do tráfico de drogas, por exemplo, dão exemplos desta dimensão criativa do crime organizado. A polícia descobre e dificulta o livre acesso ao produto, controlando o espaço onde o mesmo circula. As rotas e os lugares de comércio são mudadas. Outro exemplo, os alunos descobrem que conversar, paralelamente, na sala de aula não é permitido, então, passam a usar bilhetinhos e enviam torpedos pelos celulares. Enfim, ação e comunicação descobrem caminhos alternativos, contornando alguns modos de repressão e imposição de regras dos sistemas controladores e instituidores de determinadas relações.

A genealogia, a partir destes exemplos, pode retomar a idéia da interpretação dramática dos fatos e da vida, levando a uma compreensão repetitiva dos eventos sociais, em que a concepção dos fatos é regida por uma lei super-natural, dissociada das tensões dos corpos. E poderia concluir: há uma perda dos valores e a sociedade está perdida. Uma análise centralizadora que procura colocar os mais diferentes eventos dentro de determinadas estruturas, chegaria, facilmente, a tal conclusão. Assim, compreende-se dramaticamente⁴⁰ a vida social.

O drama, enquanto modo de compreensão da existência humana, procura alongar a possibilidade de transformação da situação vivida, abrindo espaço nas convulsões sociais para o utópico, o esperado e ansiado. Dentro desta perspectiva, ele acentua a visão do horizonte e minimiza as pedras de tropeços da atualidade; apreende a força de constituição dos processos rearranjos coletivos dos sujeitos, caracterizando-a por quatro diferentes modos de ser: a) separação ou ruptura; b) crise e intensificação da crise; c) ação remediadora; e d) reintegração.⁴¹ Assim sendo, a análise, dentro do espectro do drama, ameniza e desvirtua o presente, pois se fixa na ação de remediação e reintegração dos processos vividos. A história, neste caso, baseia-se na continuidade dos fatos, em que as possibilidades são estruturadas e fechadas dentro de princípios de continuação e repetição.

A primeira etapa (a separação ou ruptura) define-se pelo rompimento de alguma situação considerada essencial, em que os sujeitos são colocados diante do desafio da resignificação; a segunda (a intensificação da crise), por exemplo, procura apontar para uma

⁴⁰ O elemento fundamental no desenvolvimento do teatro - o diálogo - resgatado por Platão, sucumbe a arte dramática, afastando-a da existência humana, jogando-a para o plano abstrato das idéias e do pensamento. O pensamento racionalista compreende que pela razão podem ser superados todos os males da existência. Isso, de alguma forma, impede a experiência trágica da vida, não admitindo as controversas ocasionais. A dramática, associada ao pensamento racional, entende que os problemas essenciais da existência humana possam ser resolvidos pelas atividades da mente. O ser humano passa a ser liderado pela razão. Assim, a morte é afastada da vida e surge um otimismo progressista, em que a verdade é racionalmente acessível. Isso projeta sobre os acontecimentos da vida um quefazer lógico e gradual. NIETZSCHE, F. **A origem da tragédia**. Trad. Álvaro Ribeiro. Lisboa, Guimarães, 1978.

⁴¹ DAWSEY, John C. O teatro dos "bóias-frias", repensando a antropologia da performance. **In: Horizontes Antropológicos**. v. 11, nº 24, Porto Alegre, Jul.Dec. 2005.

estruturação do evento dentro dos padrões recorrentes; a terceira (a ação remediadora) define-se pela possibilidade de reconciliação ou adequações entre os sujeitos envolvidos; e, concluindo, a última etapa caracteriza-se pela *reintegração* dos eventos sociais dispersos, em que o sujeito reconhece, socialmente, que a cisão pode ser irreparável.

O sucesso que faz as novelas no Brasil demonstra que o drama gere, boa parte, da vida dos sujeitos. O enredo da novela traz traição, assassinato, suspense e investigação. Estes elementos têm por finalidade capturar a atenção do público, envolvê-los na trama. O drama, portanto, num primeiro momento transforma o caos num problema alheio e, depois, num segundo momento, afasta a pessoa expectadora da realidade contextual. Assim, as diferentes situações de agressão, perda, ciúme, traição vividas no dia a dia pelos sujeitos passam a ser representadas por outras pessoas.

O desfecho desta forma de rearranjo social baseado no drama pode ser recorrente, levando os sujeitos a aceitarem e repetirem as situações vividas. A análise dramática, portanto, fortalece a estrutura opressiva, a situação de agressão e as continuidades históricas. O modo de compreensão dramático dos conflitos aproxima-se mais da realidade do povo brasileiro. A representação e as imagens amplamente difundidas no país demonstram e sustentam o estilo repetitivo de ser, em que a terra, o povo e a cultura são exemplos de constituição coletiva de respeito ao diferente, de honradez aos costumes e de ações pacíficas, por isso, não precisam ser questionadas e, tampouco, mudadas.

O estudo do rearranjo social em situação de violência, nesses casos acima citados, deixa clara a intrínseca relação entre formação dos fatos e sofreguidão, ao estabelecer certo grau de comoção social, expondo determinados fatos e sensações. Dessa maneira, o processo de formação social se torna e é configurado, a partir dos dramas e fatos corriqueiros, numa espécie de relação de superação entre a estrutura (apreensão e representação da realidade cotidiana) e caos (momentos extraordinários e movimentação social).

O drama de Jó, no relato bíblico, é atenuado com a perseverança, ou seja, por uma fé inabalável em Deus. A esperança que ele tem traz a idéia da recompensa última e divina, e doença torna-se efeito do afastamento de Deus. O sofrimento embasa a idéia da repetição, servindo em alguns casos como necessário e fundamental no caminho da salvação (ou realização plena). A partir dessa concepção, os eventos sociais passam a ser compreendidos como parciais, pois a realização final ainda está no horizonte. O desafio dos rearranjos sociais sujeitos diante das violências institucionalizadas e da compreensão do sofrimento como

expição, por isso, pode se tornar uma preocupação menor, pois a perfeição final guarda outros modos e realidades.

Ao atenuar os fatos, a situação vivencial dos sujeitos pode ser compreendida de tal forma a dirimir as responsabilidades e os envolvimento individuais. A trama repetitiva inculca a idéia da continuidade do sofrimento (expiatório ou não), e os fatos vividos passam a representar apenas uma provação. Assim sendo, a análise dos rearranjos sociais poderia demonstrar uma espécie de adequação, ajustamento, empilhamento de corpos renegados e excluídos. Entretanto, o que se quer demonstrar é, justamente, o desafio de repensar as realidades sem os assujeitamentos estruturais e corriqueiros (violências instituídas), isto é, compreender as diversas situações e descobrir nelas mesmas a potência da vida.

A história, como afirma Foucault, é coroada pelas discontinuidades.⁴² Os eventos sociais, sejam eles quais forem, seguem algumas condições estabelecidas, mas não precisam estar determinados por princípios gerais, totalizantes e unificadores. A análise dos rearranjos sociais diante das violências institucionalizadas, neste caso, está posicionada, essencialmente, nestes pontos de encontro entre o experimentado (passado e estruturado) e o que nasce na atualidade (presente e inominado). Na junção dos elementos tensos (instituídos e criativos) os sujeitos precisam rearranjar seus modos de ser, ver, dizer, perceber e nominar as realidades, os espaços e as variações corporais diante das novas situações experimentadas.

1.1.2 Análise genealógica e a estruturação dos fatos

A genealogia enquanto sistema de análise pode apresentar, como acima mencionado, uma série de conclusões, bem como de possibilidade de estudo da realidade. A fim de melhor definir, como nesta pesquisa se trabalha o termo, é que se apresentam as linhas de pensamento que cercam o estudo das origens, das composições dos sujeitos e da variação dos fatos sociais. Portanto, os eventos ligados à violência devem ser apresentados e, concomitantemente, analisados na relação com os modos de ser. A assunção de uma linha analítica permitirá a compreensão dos rearranjos sociais dos sujeitos diante de tal situação.

O estudo da origem e da verdade⁴³ escondida atrás dos fatos pode condicionar os resultados, pois os mesmos são deslocados no tempo (presente e passado) para dentro de certas

⁴² Conforme afirma o filósofo: A história não tem “sentido” o que não quer dizer que seja absurda e incoerente. Ao contrário, é inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas. Nem a dialética (como lógica de contradição), nem a semiótica (como estrutura da comunicação) não poderiam dar conta do que é a inteligibilidade intrínseca dos confrontos. FOUCAULT, Michel. 2002, p. 5.

⁴³ O problema da verdade colocado pelos estudos científicos tem provocado uma espécie de estudo em espiral, em que os pontos de encontros entre os vários elementos são compreendidos como demonstração de veracidade. Neste caso, como entendo, estes encontros tornam-se funcionais, servindo para a produção de uma verdade que se quer incontestável.

categorias analíticas. Assim, o modo de compreensão pode desvincular os fatos históricos, isolando-os em certos modos de estruturação e interpretação da realidade. Ele utiliza o método para encontrar uma suposta verdade primeira, escamoteada nos eventos históricos carente de descoberta e de efetivação no presente. Assim, o método passa a atribuir valor de verdade aos fatos históricos, conferindo sentido aos mesmos.

A análise pode, por um lado, baseada no estudo do evento histórico conta a saga do herói, preocupada com a evidência da causa. Por outro lado, fundamentada no estudo do nascimento contar o crescimento e o processo de maturação; retratar a evolução e transformação dos fatos sociais. Nietzsche no livro *O nascimento da tragédia*⁴⁴ contesta, de modo até visceral, essa forma de fazer história, em que o início guarda um componente mítico, revelador e totalizante. A análise preocupada com a origem pode fixar-se na saga do herói fundador, renegando as variações e deslocamentos dos fatos. Dessa maneira, ela pode personificar os fatos, pois os mesmos passam a ser mediados pelo advento mítico da figura do herói.

O começo coincide e se mistura, portanto, com a origem. As histórias bíblicas recorrem a este modelo narrativo da origem, para dar início e certa fundamentação ao texto. A consolidação dos fatos decorre no avançar do tempo, progressivamente, num permanente processo de melhora e de superação do fato precedente. O tempo presente e a posição atual do analisador são, neste caso, os melhores. A visão, portanto, moldada pelo padrão do estudo da origem pode prender-se num passado remoto e primordial. A trajetória dos fatos é que cria, portanto, o drama e as causas.

As pesquisas fundamentadas, por isso, nas gêneses das formações salientam os processos geradores de determinados eventos, fixam-se nos mesmos, a fim de explicar a origem, as causas e as conseqüências dos mesmos no desenvolvimento da história. A análise pode elencar, portanto, um fato e isolá-lo dos demais, buscando melhor compreender os processos de constituição do mesmo. Nesse processo, quase sempre, as condições de possibilidade (alterações, medo, desvios, angústia, insegurança), sejam elas contextuais, temporais e relacionais são relegadas para um segundo plano, pois a finalidade é a busca de uma verdade incólume, primeira e exterior posicionada atrás dos fatos.

[...] É isto que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que

⁴⁴ NIETZSCHE, F. 1978. Ao apresentar o seu estudo sobre a tragédia, Nietzsche não fala em *origem*, e sim em *nascimento*, diferença semântica que aponta para outro posicionamento metodológico. Assim sendo, a história da literatura caracteriza-se pela descontinuidade, na sua perspectiva, porque não provém de algum começo, nem ruma para o cumprimento de um destino. Ela irrompe na história e cria pontos associativos, porém não surgem, necessariamente, dentro de lastro de causalidade e estruturação a priori.

referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história.⁴⁵

A compreensão da realidade passaria pela apreensão dos mecanismos de constituição dos eventos e os modos de conexão, sem, no entanto, supervalorizar as questões ontológicas, quase sempre, baseadas nos estudos dos indivíduos, individualidades e individuação. As análises se pautariam, então, mais pelos jogos de poder, isto é, as relações, interconexões e junções das diversas forças sociais, isto é, as práticas sociais dos sujeitos. Neste sentido, os rearranjos são colocados como forma de conexão, caminho possível de adequação ao presente, recheado de forças agregadoras e dispersantes que arremessam os corpos em diferentes situações, provocando rearranjos sociais, diante de determinados mecanismos instituídos, entre eles a violência. As análises genealógicas deslocam os sujeitos, ascendendo as diversas relações e conexões sociais, temporais e espaciais como meio de compreensão da realidade.

Os estudos das gêneses que buscam compreender a origem, a geração, a fundamentação e a causa primeira ancoram-se na metodologia do distanciamento e da observação. Eles não analisam as possibilidades que os encontros dos corpos produzem e as variações do presente.⁴⁶ Dessa maneira, a análise dos processos de rearranjos sociais dos sujeitos, nesta pesquisa, agencia os estudos das gêneses que agregam os diversos elementos: tempo, espaço, corpos, mecanismos, contextos sociais e modos de ser.

A assunção de um determinado evento passado pode tornar possível a compreensão dos processos de formação do mesmo, de acordo com os estudos baseados na origem, mas não das possibilidades criativas que cercam as relações atuais. Ao descobrir os processos de formação dos eventos, as várias nuances contextuais e sociais dos mesmos, a análise genealógica cria um liame que estrutura o tempo passado dentro de certo conjunto de causalidade, visando a compreensão das variações e transformações dos mesmos.⁴⁷ A análise das junções e dissipações, posições e disposições possibilita, portanto, como se propõe nesta pesquisa, a averiguação da dinâmica social de repetição e fuga dos encontros corporais.

A criação dos seres humanos narrada pelo livro de Gênesis pode elucidar um modo de compreensão das relações sociais, em que humanidade vive na realidade de pecado por causa

⁴⁵ FOUCAULT, M. 2002, p. 7.

⁴⁶ DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Trad. Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1992. Neste livro o autor desenvolve a idéia do tempo complicado, em que as noções de tempo são misturadas e que a estruturação entre passado, presente e futuro desemboca numa espécie de tempo atualizado, tornado potência criativa nas relações dos sujeitos com as diversas realidades que compõem as realidades contextuais.

⁴⁷ A história de José e de seus irmãos no livro de Gênesis demonstra este estilo de constituição do povo, em que os fatos, embora dispersos e dissonantes, corroboram para a unidade, isto é, eles são unificados numa história comum. A unificação dos fatos dispersos é possibilitada com a instrumentalização da figura do herói.

da desobediência de dois seres humanos que viviam no paraíso.⁴⁸ A história, vista sob este prisma, pode salientar, por exemplo, a continuidade dos fatos, em que uma determinada ação primeira desencadeou a série de conseqüências vividas no presente. E compreendida desta maneira, os sujeitos estão presos àquela ação, determinados em seu viver e morrer. Enfim, a causalidade petrifica o modo de visibilidade, transformando o retorno à origem numa possibilidade de re-ligação com o ser fundante e fundamental.

A interpretação privilegia, a partir do modo de visibilidade, o evento primeiro (passado) e relega os eventos presentes ao papel de simples coadjuvância e conseqüência. A análise dos rearranjos sociais diante das violências instituídas baseada, portanto, neste método e termo pode fixar o passado como condição de compreensão do presente, contornando os acontecimentos presentes, isto é, as irrupções inesperadas que provocam outros devires. Assim, o tempo presente seria apenas representativo e figurativo, dependente dos eventos primeiros e a procura de fatos reconciliadores e re-integrativos.

As análises podem ser, também, perceptivas,⁴⁹ ou seja, baseadas nos modos de compreensão, reação e composição dos sujeitos após terem vivenciado, por exemplo, determinada violência. Nesse contexto, o estudo dos rearranjos sociais dos sujeitos busca compreender não as causas, as origens, as formações dos eventos, mas, sim, os modos pelos quais acontecem as reorganizações coletivas, seja na vida em sociedade, na família, na escola, na comunidade, no trabalho diante das situações de violência. Assim, são formas de conexão e de variação de si.

[...] para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos [...].⁵⁰

As situações de violência (instituição e centralização) dão à análise dos rearranjos sociais o caráter atual, isto é, remetem os estudos à compreensão presente, contornam os estudos estatísticos, sociológicos, psicológicos de compreensão das mesmas. A correlação com os rearranjos sociais remete as mesmas para o vivido e o experimentado nos mais diferentes

⁴⁸ Importante salientar que existem outras formas de exegese bíblica, ou seja, de interpretação dos textos bíblicos. Saliento, por exemplo, a hermenêutica feminista que difere, em muito, dos problemas exegéticos acima expostos. Ela agrega mais as dimensões relacionais, as representações sociais e as formas de corporeidade dos sujeitos. A forma exegética exposta acima quer acentuar um problema inerente em alguns processos analíticos (sejam eles quais forem) de negar o presente, os conflitos atuais e as variações em função das tensões que eles produzem nos corpos.

⁴⁹ DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Trad. Bento Prado Jr. E Alberto Alonso Munoz. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1992. O conceito de percepção é desenvolvido pelos autores dentro do objetivo de ampliar a noção de sentido. A percepção extrapola a idéia dos sentidos, pois ela não é dependente do espectador. Ela se torna um composto de perceptos e afectos que afetam os corpos (p. 211).

⁵⁰ FOUCAULT, M. 2002, p. 15.

espaços e modos de ser. A partir desta perspectiva, as situações de violência podem possibilitar algumas conexões com o vivido num determinado tempo, configurando formas de recorrência nos modos de ser.

Ao relacionar os termos como: estrutura, espaço, relações sociais, origem, busca-se agregar as diferentes condições de possibilidade (alterações, repetições, presente, passado) que circundam as análises dos rearranjos sociais diante das violências institucionalizadas. A discussão dos conceitos objetivou demonstrar que os rearranjos sociais envolvem diferentes dimensões e não podem ficar circunstanciadas aos métodos unificadores, que tendem a erigir um tópico de observação, na grande maioria dos casos, alheio aos movimentos produzidos pelos encontros. A perspectiva, portanto, é agregar na exigência dos rearranjos sociais diferentes condições, contextos e agentes, isto é, a forma como os sujeitos descortinam suas ações, compreendem seus mecanismos e modos de ser.

1.1.3 A criação de si e a genealogia

A análise dos eventos sociais corriqueiros segue, como aqui se entende, os modelos estruturadores, classificadores e centralizadores. Os estudos fazem parte de um modo de compreensão, seleção e estruturação social. A partir desta perspectiva, a sociedade usa e engendra certos mecanismos de produção discursiva, de seleção dos fatos e de enunciação de veredictos. Ao analisar os rearranjos dos sujeitos diante de regras instituídas o desafio é compreender os mecanismos de seleção e estruturação dos fatos, priorizando os meandros, silêncios, fissuras, dispersões, medos, angústias, medo, insegurança, isolamento e recorrências.

Analisar os discursos, através da perspectiva de Foucault, é recusar as explicações unificadoras, as fáceis conclusões e, igualmente, a busca insistente do sentido último e oculto das coisas. É preciso trabalhar com o próprio discurso, que movimenta a sociedade e cria modos de ser. A primeira tarefa é desligar-se do aprendizado incutido de que os discursos são apenas um conjunto de signos e significantes que se referem, portanto, a determinados conteúdos, carregando este ou aquele significado oculto, dissimulado, distorcido e, intencionalmente, deturpado. A forma de análise leva a compreensão de que no interior de um determinado discurso, num tempo anterior a ele, pode ser encontrada, ainda intocada, uma verdade que deve ser despertada e averiguada pelos estudos das gêneses.

[...] gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática

discursiva. (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.⁵¹

O discurso é definido e compreendido como uma multiplicidade aberta, em que os acontecimentos são analisados pelo princípio dos deslocamentos, isto é, o que irrompe não está naquilo que é dito, mas no acontecimento e nas condições de possibilidade que estão à sua volta. Assim, ele assume e se cria na tensão inerente ao conjunto das realidades circundantes, seguindo certos procedimentos de organização, distribuição e seleção defendidos pela sociedade.⁵² Ele, portanto, não está relacionado à menção de uma situação, mas ao conjunto dos elementos que o constitui e são constituídos por ele.

Os conceitos de Foucault⁵³ em relação a produção discursiva remetem a análise, impreterivelmente, à complexa relação entre realidade e signo; não sendo este último apenas uma espécie de expressão simbólica da primeira, mas, sim, a própria. Em outros termos, a primeira entra em uma relação de derivação quanto ao enunciado (condições circunvizinhas) que lhe produz. O discurso, por isso, configura-se na dimensão do real, pois é no campo dos enunciados que toda realidade se manifesta e, também, cria. Assim sendo, as realidades são elementos constitutivos e não, somente, reflexos e causas de ações primeiras e estruturadas na história descobertas pelos estudos genealógicos. Estes estudos privilegiam, por sua vez, os processos de geração e origem dos eventos, contornando as tensões das realidades atuais.

Os rearranjos sociais dos sujeitos em situação de violência seguem esta linha analítica da produção discursiva. Eles não estão em posições alheias às experiências de violência. Ambos constituem uma realidade (ou realidades) que aqui se quer analisar, priorizando os modos de ser que acabam, diante de tais situações, reproduzindo um vivido, recorrendo aos mesmos mecanismos aliciadores e impositivos anteriores. Enfim, o desafio é agregar os elementos sem, no entanto, naturalizá-los, demonizá-los, afastá-los, tornando-os essenciais e necessários aos processos constitutivos de si. A análise genealógica como aqui se quer trabalhar, possibilita tal estudo.

A sociedade, compreendida a partir do conceito do discurso, é uma construção histórica. Ela mantém-se e é constituída, também, dentro de certas práticas discursivas que a

⁵¹ FOUCAULT, M. 2002, p.56.

⁵² FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo, Edições Loyola, 1996.

⁵³ FOUCAULT, M. 1996, p. 8-9.

atravessa e provoca, na organização da mesma, deslocamentos.⁵⁴ E são estas práticas e movimentos que criam outras possibilidades para que ela surja (multiplique-se), através de determinadas formações discursivas próprias, porém inter-relacionadas com as macro-realidades contextuais. O discurso possibilita, dentro de certos regimes normatizadores, o nascimento e análise de certos eventos, bem como dos procedimentos instrumentalizados pelos mesmos.

Assim, a análise genealógica não quer buscar o sentido a ser descoberto na origem do evento, mas, sim, aquilo que é produzido e que possibilita a construção de certos enunciados,⁵⁵ sendo imprescindível, portanto, às disciplinas utilizadas por determinada sociedade a formulação, latente, de outras proposições. Assim, a análise dos rearranjos situa-se nos ínterims das ações, averiguando as variações e os modos de conjunções dos fatos, procurando dar corpo às situações vivenciais, experimentadas e difundidas no presente.

Não obstante, para que uma proposição pertença a uma determinada lógica disciplinar, ou seja, a um domínio específico, é necessário que ela responda a certas condições bastante estritas e complexas. Ela precisa dirigir-se a um campo de objetos determinados e deve se inscrever em um horizonte teórico singular, para que as suas proposições e condições formativas sejam compreensíveis e dizíveis. O conjunto dos acontecimentos precisa seguir certos padrões de organização e classificação usuais da sociedade. A partir desta perspectiva, os rearranjos sociais e o contexto de violência possibilitam a criação desta realidade, a fim de produzir um campo de objetos determinados e, conseqüentemente, analisáveis.

A análise genealógica, através do entendimento das condições que possibilitam o surgimento e permanência de determinadas práticas discursivas, permite a compreensão dos mecanismos de significação. Assim sendo, o entendimento dos enunciados e da formação discursiva como construção histórica valoriza as condições abertas no ambiente. Isso define um modo de produção e permanência da mesma prática discursiva como dispositivo de poder, pois *“a genealogia, como análise da proveniência está “[...] no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo.”*⁵⁶

⁵⁴ [...] um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que empregue tal ou qual enunciação, para que utilize tal conceito, para que organize tal ou qual estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática. FOUCAULT, M. 2002b, p. 90.

⁵⁵ O enunciado em si não constitui uma unidade, ele se encontra é na transversalidade das frases, das proposições e dos atos de linguagem na ação discursiva. Ele é *“sempre um acontecimento, que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente (32); relaciona-se a “uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que [estas] apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço”* (p. 99). FOUCAULT, M. 2002b.

⁵⁶ FOUCAULT, M. 2002, p. 22.

As relações sociais, por exemplo, são marcadas por certos valores que regem diferentes situações e espaços. Elas perpetuam modos de ser. O encontro do bar,⁵⁷ entre amigos, pode demonstrar esta dimensão. As pessoas se cumprimentam com os olhares e gestos disfarçados, pedindo autorização aos presentes. Uma violência instituída, porém dissimulada e marcada pela idéia de cordialidade. A norma social, neste caso, é discreta e fluída. A discrição, por exemplo, funciona como uma exigência local. Assim, determinados valores e costumes instituídos marcam o corpo e as relações sociais, perpetuando as regras e os modos de ser.

A produção e análise dos discursos seguem uma série de interdições que auxiliam no processo de seleção, estruturação e normatização dos mesmos. A primeira, por exemplo, é a interdição da *proibição*⁵⁸ que tem por finalidade inibir o aparecimento de determinado evento sob pena de supressão, acessando a alternativa de duas inexistências (jogo de negação). A *segunda é a censura*, em que a interdição toma três distintos aspectos: a) afirmar que não é permitido, b) impedir que se diga e c) negar que exista. Esta ação tem por finalidade ligar o discurso ao inexistente, ao ilícito e àquilo que não pode ser formulado, tornando-os princípio e efeito do outro:

[...] do que é interdito não se deve falar até ser anulado no real; o que é inexistente não tem direito à manifestação nenhuma, mesmo na ordem da palavra que enuncia sua inexistência; e o que deve ser calado encontra-se banido do real como o interdito por excelência.⁵⁹

A terceira interdição, por sua vez, é a *unidade* dos mecanismos, em que as relações atravessam os vários níveis, regulamentando-os na sua constituição e efeitos. Existem outras formas de problematização e esclarecimento do discurso, por exemplo, a separação e a rejeição. A análise utiliza-se de uma divisão valorativa. A divisão valorativa atravessa as mais distintas formações discursivas (eventos, acontecimentos), selecionando, classificando, habilitando ou excluindo os enunciados. O artifício pode provocar a marginalização de determinados discursos como menores ou inexistentes. A partir desta forma de separação, eles passam a ser compreendidos, também, como divergentes; e como tais, engendrados pela razão passam a ser rejeitados, Portanto, tornam-se nulos.

Ao analisar os rearranjos em situação de violência, em que agressões são naturalizadas e banalizadas, cabe afirmar que a estruturação, interdição e seleção dos fatos pode ser aleatória.

⁵⁷ O bar, a meu ver, torna-se um modelo de sociedade dentro de outra sociedade. Ele assemelha-se à noção de heterotopia. As regras, as disposições, as relações são singulares. A violência instituída é local e cria seus efeitos sociais.

⁵⁸ O termo, neste caso, não é ambíguo e, até mesmo, redundante. A interdição da proibição compreende uma perspectiva dinâmica das relações, isto é, o funcionamento por agregação e não, simplesmente, oposição. O interdito, por isso, engendra dispositivos nos modos de ser aceitos e alijados da sociedade. Ele influencia, tangencia e envolve os ditos.

⁵⁹ FOUCAULT, M. *História da sexualidade I — a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1993, p. 82.

A estruturação da violência seguirá, portanto, o princípio da instituição, ou seja, da efetivação da mesma no conjunto dos rearranjos sociais. Não se pretende, por isso, recriar formas de interdição, estruturação e seleção dos fatos. Os fatos pinçados serão aqueles que afetam o autor, independente de sua especificidade e estrutura analítica.

Os procedimentos externos como proibição, censura e unidade são instrumentalizados, neste caso, como mecanismos que possibilitam a assunção de determinada verdade. O desafio, dentro das análises dos rearranjos sociais, é descrever e compreender estes diversos mecanismos instrumentalizados, que configuram novas realidades. Isto é, num primeiro momento, elencar situações e elementos envolvidos na situação, possibilitando, como isso, outras visibilidades e, num segundo momento, analisar as recorrências, variações, transformações, angústias, silêncios, isolamentos e deslocamentos dos corpos.

A preocupação, portanto, com os procedimentos é atravessada pelo poder e pelo saber, produzindo, através deles, um regime de verdade que não cessa de reforçar e de tornar mais profundos seus próprios procedimentos e resultados.⁶⁰ Os demais procedimentos externos (censurados e proibidos), atravessados e rejeitados pelas situações vivenciais, tornam-se mais frágeis e incertos, pois o senso-comum torna-se uma espécie de resistência contra as regras que normatizam as dissipações. Assim sendo, as violências experimentadas e institucionalizadas, no presente, expõem toda a fragilidade destes mecanismos unificadores ao distender os sistemas e organizações sociais. Ela se torna expoente de uma espécie de senso-comum criativo e recorrente.

Os princípios de estruturação colocam em pauta o desejo, poder e os encontros dos corpos, mas alija-os como elementos menores e supérfluos. A valorização de determinados eventos encontra-se, nos modos de estruturação e significação dos mesmos, dentro de certas escalas socialmente difundidas. Desta maneira, os efeitos da violência no jogo social do senso-comum (ditos, costumes, práticas de si) são apreendidos como elementos constituintes e naturalizados, suportando determinados valores agressivos e instituídos.

A partir deste regime de verdade, onde a figura do analítico tem papel fundamental, compreender os rearranjos sociais dos sujeitos implica na observação dos fatos cotidianos, relegados, muitas vezes, a um papel inexpressivo, ocultado, de significação e circulação ignorada. Um exemplo disso é a violência que circula nos gestos, xingamentos e marginalizações sociais, instituída por sistemas de pensamento e de produção econômica. O sujeito denomina o outro de vagabundo e alija-o de determinado grupo. Os fatos podem

⁶⁰ FOUCAULT, M. 1993.

possibilitar certa circularidade e sustentação dos modos ser, fomentando certas práticas sociais de composição repetitiva, em que algumas formas de violência passam a ser perpetuadas. O senso-comum funcionaria, a partir disso, como uma espécie de esponja, absorvendo todas as espécies de líquidos produzidos em determinado local, tempo e situação, tornando-os naturais e banais.

O senso-comum não está para os eventos, somente, como esponja que tudo absorve, mas também como barreira, como dispositivo regulador, embora numa intensidade tênue. Neste sentido, o senso-comum escapa dos grandes regimes reguladores, pois permite na composição de sua cientificidade as incoerências, as diferenças e as tensões próprias das práticas sociais. Enfim, ele possibilita os jogos sociais e os rearranjos coletivos, pois a preocupação central é com o agenciamento das forças e não com a estruturação dos espaços, regimes e temporalidades. A efetivação dos problemas tende a ser dinâmica, diferente dos modelos institucionais, que criam regimes e normas para determinados ações instituídas.

As práticas sociais possibilitam certos modos de visibilidade, em que a honra, coragem, altivez e persistência tornam-se critérios de análise, ou seja, são formas de visibilidades defendidas pelo senso-comum do povo brasileiro. As situações experimentadas de violência, nestas formas de interpretação da realidade, configuram e dissimulam realidades latentes de agressão, desrespeito e supressão do outro. Enfim, tornam-se ações banais que sustentam grandes e pequenos atos de violência. Assim sendo, o senso-comum também se configura como problema, pois não retoma as ações dos diferentes corpos, mas arremessa-os em outras direções e ações.

O senso-comum conecta-se aos estudos genealógicos, à medida que valoriza os eventos sociais, agregando as diferentes ligações que os mesmos produzem nos modos de ser dos sujeitos. A partir desta perspectiva, os fatos corriqueiros que ocorrem nas relações dos sujeitos possibilitam a análise dos rearranjos sociais dos sujeitos, ou seja, os diferentes pontos de encontro e variações que os mesmos provocam nos modos de ser. O senso-comum não julga os fatos a priori, mas agrega-os, enquanto a genealogia persegue seus movimentos, suas variações e encontros. Desta maneira, os fatos deverão ser avaliados pelos seus efeitos e não por suas eventuais características e estruturações analíticas.

1.1.4 A genealogia e a arqueologia

A compreensão das artimanhas que circundam os acontecimentos, ou seja, os discursos e os imbricamentos dos mesmos nas práticas sociais definem um modo de análise. A análise,

desde a perspectiva da genealogia e da arqueologia, torna-se um jogo de mutualidade, em que cada elemento pode ser compreendido nas condições de possibilidades que ele mesmo gera, ou seja, os intervalos, variações, deslocamentos. Desse modo, conforme já foi acima afirmado, as análises dos rearranjos sociais atêm-se aos pontos de encontros, variações e transformações das práticas sociais, voltada mais para os eventos e realidades presentes, e menos para as causas únicas e primeiras dos mesmos.

[...] Trata-se de ativar os saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns. As genealogias não são portanto retornos positivistas a uma ciência mais atenta ou mais exata, mas anti-ciências.⁶¹

As análises genealógicas buscam valorizar, então, os saberes locais, o senso comum, as situações presentes e os mecanismos de rearranjos sociais em determinados eventos, neste trabalho especificamente, nas formas de conexões e os efeitos das violências instituídas. A preocupação não se atém a um absorto não-saber (verdade por trás de um fato) e às experiências imediatas (ainda não mediadas), isto é, ainda não capturadas pelo saber. Assim sendo, os estudos genealógicos procuram contornar uma forma de metodologia científica que procura centralizar os saberes, organizando-os e ordenando-os de tal forma a unificar seus resultados. A análise, portanto, aqui proposta quer valorizar as diversas experiências sociais e diferentes processos de rearranjos, sem unificar resultados e delimitar a potência do sujeito nas relações sociais.

A análise discursiva caracteriza os estudos genealógicos e propõe quatro noções básicas de regulação. Os quatro pontos apresentados por Foucault buscam dar subsídios analíticos, ampliando os modos de visibilidade dos eventos sociais na atualidade. As noções são as seguintes: noção de acontecimento: conjunto de forças presentes em determinado contexto que possibilitam a emergência desta ou daquela prática, desviando o foco preso à criação ou ponto de origem da obra; série: analisa a relação do tema como uma espécie de multiplicidades determináveis, historicamente, que procuram substituir à unidade de uma obra como continuidade e estabilidade; regularidade: são regras do campo, em que as singularidades distribuem-se e reproduzem-se, em substituição à preocupação com a originalidade centrada em um indivíduo; condições de possibilidade: são alternativas abertas, no campo, como resultado das relações de força que definem as opções de emergência, em substituição à idéia de significação das realidades ocultas.⁶²

⁶¹ FOUCAULT, M. 2002b, p. 171.

⁶² FOUCAULT, M. 2005.

A partir destas concepções as relações sociais passam a configurar um universo possível de análise. O perigo é dar excessivo valor à relação entre saber e poder e, portanto, a conseqüente representação e nomeação da realidade. As relações estão circundadas por um terceiro elemento, ou seja, as práticas de si⁶³ (o que se denomina neste trabalho também de modos de ser) no âmbito das disciplinas e normatizações correntes na sociedade.⁶⁴ Nesta perspectiva, a genealogia define-se pelo estudo das condições de possibilidades que cercam determinadas ações, transformações sociais e rearranjos; a arqueologia compreende as mudanças nos espaços, locais e contextos provocados pelos acontecimentos sociais. A análise dos rearranjos sociais, portanto, conjuga os diversos elementos dentro destas perspectivas de compreensão da realidade, diferente de outros métodos que separam, marginalizam e hierarquizam determinados eventos.

A análise genealógica e arqueológica provoca, portanto, através da investigação do discurso como prática social de normatização e de visibilidade, um confronto com a história (descontínua) ou passado, desafiando a pensar de outra forma o agora, o presente. Enfim, analisar as diversas realidades que circundam determinadas práticas dos sujeitos, tais como agressões, recorrências de determinadas mecanismos, repetições do vivido, indiferença, medo, insegurança, angústia, isolamento. As práticas podem ser interpretadas, a partir de suas variações, ondulações e transformações. A preocupação, deste modo, precisa estar voltada para as movimentações sociais e menos para a verdade implícita, tácita nos distintos eventos. A preocupação, portanto, está ligada à efetivação, instituição e recorrência de determinadas violências nos modos de rearranjos sociais.

[...] A história, genealógicamente dirigida, não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, se obstinar em dissipá-la; ela não pretende demarcar o território único onde nós viemos, essa primeira prática à qual os metafísicos prometem que nos retornaremos; ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam.⁶⁵

A arqueologia tem por propósito descrever, por exemplo, a constituição do campo epistemológico, compreendendo-o como uma rede, formada na interligação dos diversos saberes ali presentes. É nesta rede de saberes interligada que se abrem os espaços de

⁶³ As práticas de si, no estudo dos estilos de vida dos gregos feito pelo autor, estão voltadas para o uso dos prazeres, para o exercício social dos encontros corporais e da economia dos prazeres sociais. A meu ver, o uso deste conceito na atualidade remete os sujeitos para o aperfeiçoamento de si nas relações com os espaços, estilos e configurações sociais, e menos para o uso econômico dos corpos, voltado, supostamente, para o gozo máximo das potências. As relações atuais são efêmeras e, por isso, liberam os sujeitos da noção temporal da repetição, da continuidade e da causalidade histórica. O que acontece é fortuito e como tal é passageiro, não vai se repetir. Neste sentido, a economia dos prazeres nas práticas de si passa a ser regidas por novas noções de temporalidades e de espacialidades. O que passa a vigorar é o inesperado, o surpreendente, o desconhecido. FOUCAULT, M. 2007.

⁶⁴ FOUCAULT, M. 2007.

⁶⁵ FOUCAULT, 2002, p. 35.

possibilidade para a emergência do discurso, ou seja, de novos modos de ser, espaços e idéias de composição social. Os rearranjos sociais dos sujeitos estão, intensamente, ligados ao contexto social de cada um, à posição que cada um constrói e multiplica nas relações sociais. O abuso sexual, por exemplo, sofrido por uma adolescente pode ter como um efeito a redução da capacidade criativa, pois acaba provocando o desejo da reconstituição do espaço e das relações sociais.

A reconstituição do espaço nada mais é do que criar um ambiente de repetição, de retorno ao princípio a fim de descobrir ou escapar do evento. A ação delimita o campo criativo, pois o movimento de retorno cria espaços de recorrências, em que o envolvido pode repetir o abuso, a violência sofrida. Desta maneira, ele institui um modo de ser, delimitando o rearranjo social, pois não cria outros modos de efetivação para os abalos sofridos. Assim sendo, o termo efetivação e instituição aproximam-se de uma concepção de recorrência, pois não consegue tratar as situações diversas de modo diferente. O espaço é recriado de forma a perpetuar o evento passado.

A análise da arqueologia procura *cercar as formas da exclusão, da limitação, da apropriação*,⁶⁶ mostrando que as formações dos espaços, relações, necessidades. Além disso, permite averiguar como se elas modificaram e se deslocaram; as forças que exerceram, efetivamente, em que medida elas foram contornadas nas constituições destes diferentes espaços. Se determinada experiência cria algumas dificuldades na relação com os espaços e a criação dos mesmos na exigência dos rearranjos sociais dos sujeitos diante das violências instituídas, averiguar as variações na constituição destes espaços pode dar pistas para a compreensão dos mecanismos que inibem e ou motivam determinadas ações.

A análise arqueológica procurou, justamente, explicitar os princípios de organização da medicina em épocas diferentes, evidenciando que, se a medicina moderna se opõe à medicina clássica, a razão é que esta se funda na história natural enquanto aquela – mais explicitamente, a anátomo-clínica – encontra seus princípios na biologia.⁶⁷

A genealogia preocupa-se com as condições de possibilidade que cercaram a formação de determinados eventos (acontecimentos), ou seja, com a configuração de suas positivities. A partir das condições de possibilidades a análise passa a considerar os elementos dispostos, as estratégias adotadas para a composição e significação dos rearranjos sociais. Nesta direção, a prioridade é a compreensão dos fatores que interferiram e possibilitaram a emergência, permanência e adequação ao campo discursivo de determinadas ações e tendências sociais. A

⁶⁶ FOUCAULT, M. 2002, p. 60.

⁶⁷ MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder (prefácio). In: FOUCAULT, M. 2002, p. VII.

existência destes elementos passa a ser incluída (normatizada) como dispositivo político, ou seja, como prática social, que aqui se acredita ser recorrente.

A arqueologia e a genealogia constituem-se como dois dispositivos metodológicos complementares. A diferença reside na perspectiva de leitura, delimitação e encontro. O objeto, dentro deste viés analítico, não contém uma verdade originária, incólume e estrutural, tampouco, carece o mesmo de domínio externo. A genealogia está voltada para as condições de insurgências sociais, em que os fatos tornam-se interligados não só por meio de uma determinada linguagem e código, mas, também, por uma série de ações que aproximam as diferentes práticas dos sujeitos. Enfim, a forma pela qual os sujeitos apropriam-se de determinados mecanismos instituídos e de como eles alteram os modos de ser dos mesmos.

As práticas, ou modos de ser, precisam ser analisadas, portanto, dentro dos rearranjos sociais dos sujeitos, problematizando as filigranas dos encontros, os liames de adequação e as composições (rearranjos) daí decorrentes. Neste sentido, o desafio não reside tanto na questão da linguagem (denominação) atribuída aos fatos, transformando a genealogia numa espécie de análise da produção de significados. A tarefa reside mais na busca, portanto, da compreensão das recorrências nas práticas de si, que instituem e efetivam (naturalizam e banalizam) certas ações. Através da análise os modos que fundamentam e provocam estas recorrências, isto é, medo, angústia, insegurança, isolamento, repetição.

Assim, a análise, conforme apresentada acima, com base na arqueologia busca a compreensão dos eventos sociais na criação e na relação com os espaços e discursos locais, enquanto a análise genealógica busca as condições de emergência e formação discursiva destes mesmos eventos. O sujeito e sociedade são considerados “efeitos de discursos”, ou melhor, tornam-se formações discursivas, emergindo num determinado campo, coberto por diferentes potências. A cada relação, a cada momento e de modo imbricado (não linear) estas potências atualizam-se, criam e multiplicam os corpos. Em outras palavras, o conjunto daquilo que se denomina de realidade é ampliado, conectando os vários elementos que compõem e envolvem os eventos sociais.

1.1.5 A transformação do modo de visibilidade

A análise dos rearranjos sociais dos sujeitos, enquanto genealogia da constituição da subjetividade, preocupa-se essencialmente com o problema das condições de possibilidade nas constituições dos discursos. Neste sentido, o genealogista procura, no campo da pesquisa, um distanciamento de si mesmo, enfrentando os possíveis descaminhos daí decorrentes como uma

espécie de condição de reflexão, permanentemente, na produção do conhecimento e nas correlações de força sociais a que esta fica vinculada. Enfim, a análise genealógica problematiza tanto o objeto de pesquisa quanto o pesquisador, deslocando-os, constantemente, do preceito de uma única visão, da generalização dos fatos e da criação de uma regra geral de visibilidade.

“Existem momentos na vida onde a questão de saber se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar e a refletir”.⁶⁸ A análise genealógica busca mostrar, nesta perspectiva, que “tudo” e “todos”, dentro do espaço social, do corpus científico e do filosófico, tornam-se, portanto, passíveis de questionamento e deslocamentos, sendo os mesmos colocados sob intensa e constante suspeita. A crítica, em Foucault, torna-se também autocrítica, isto é, não são só as realidades externas criticadas, mas também a função e o local de quem a exerce.

A especificidade de sua posição de classe (pequeno burguês a serviço do capitalismo, intelectual orgânico do proletariado); a especificidade de suas condições de vida e de trabalho, ligadas à sua condição de intelectual (seu domínio de pesquisa, seu lugar no laboratório, as exigências políticas a que se submete, ou contra as quais se revolta, na universidade, no hospital etc.); por último, a especificidade da “política de verdade” nas sociedades contemporâneas.⁶⁹

O conjunto de elementos envolvidos na análise genealógica põe em prática os princípios que se formaram através, apesar ou com o apoio de outros saberes. Assim, define-se um modo de pensar, refletir, analisar o presente, em que vários eventos e modos de apreensão do mesmo estão em pleno jogo de constituição, multiplicando os fatos e complicando as formas de visibilidade:

[...] este concerne à formação efetiva dos discursos, quer no interior dos limites do controle, quer no exterior, quer, a maior parte das vezes, de um lado e de outro da delimitação. A crítica analisa os processos de rarefação, mas também de agrupamento e de unificação dos discursos; a genealogia estuda sua formação ao mesmo tempo dispersa, descontínua e regular.⁷⁰

A interpretação genealógica dos eventos sociais e das relações de força na esfera política (práticas de si) é fortemente influenciada pela genealogia nietzschiana, baseada na vontade de poder. Assim como Nietzsche,⁷¹ Foucault não busca lançar os fundamentos de uma nova teoria crítica, política e moral. A pesquisa baseada na genealogia busca apresentar contribuições significativas, portanto, para a reformulação de algumas questões centrais no

⁶⁸ FOUCAULT, M. 1993, p. 13.

⁶⁹ FOUCAULT, M. 2002, p. 13.

⁷⁰ FOUCAULT, M. 2005, p. 65-66.

⁷¹ NIETZSCHE, F. W. Para além do bem e Mal: Prelúdio a uma filosofia do futuro. Martin Claret, 2001.

debate político e atual. Nesta direção, o método de análise genealógica quer contribuir no estudo dos rearranjos sociais diante de alguns modos instituídos (já citados acima) de violência, isto é, possibilitando a discussão dos modos de ser repetitivos, das recorrentes formas de solução dos conflitos sociais e dos efeitos destes nas conjunções coletivas.

A genealogia trabalha sob duas perspectivas inseparáveis: por um lado, conforme já mencionado acima, estão postas as formas da seleção, adequação, reagrupamento, alteração ou exclusão. Elas submetem determinado discurso ao controle disciplinar e social. E, por outro lado, está o mecanismo que dá sustentação à análise da emergência, que considera os dispositivos e estratégias colocados em prática nas relações de força e, principalmente, os limites e regras que irrompem deste dispositivo político-social. Enfim, as perspectivas, assim dispostas, delimitam o espaço de existência e as condições de possibilidade de determinado discurso, limitando a visibilidade dos eventos, ou seja, a compreensão do mesmo. Desta maneira, torna-se importante não só a crítica do objeto, mas também de quem critica, ou seja, a autocrítica. A distância permite, por isso, a visibilidade do problema, mas também de quem olha, o lugar que ocupa e a disposição do mesmo.

1.1.6 Os exemplos e a genealogia

Os eventos de violência não serão analisados nos seus mínimos detalhes, procurando a acuidade daquilo que se supõe como causa e conseqüência. Enfim, o mecanismo não permitirá a dissecação dos corpos envolvidos, mas sim certa triagem dos efeitos, a partir de determinados casos de violência, que possibilitaram conexões diversas, ou seja, rearranjos sociais. A partir dessa premissa, a análise dos rearranjos sociais torna-se uma atividade de investigação dos efeitos, transformações, dos modos de ser e de conexão dos eventos, procurando indícios de aproximação, separação, normatização, efetivação e institucionalizado de determinados estilos de ser.

A análise como uma atividade genealógica provoca, indispensavelmente, a procura da singularidade dos acontecimentos, em que cada um dos elementos provoca seus rearranjos, suas combinações, seus espaços de modo a permitir circularidade dos corpos. Neste sentido, os acontecimentos irrompem, abalam e provocam readequações dos elementos envolvidos em determinada situação, impedindo as generalizações e agenciamentos uniformizadores. A adolescente abusada sexualmente precisa reorganizar seu campo epistemológico. Ela pode, portanto, tentar refazer as relações e espaços de outrora, criando formas ressentidas de ser, ou criar novos modos de ser, agregando e transformando as diferentes experiências vividas.

A procura pelos eventos baseia-se nas afecções que eles geram, deslocamentos que os mesmos produzem nas condições que cercam sua emergência, irrupção. A mulher grávida que abandona ou mata seu filho é, por exemplo, julgada e, quiçá, execrada socialmente, enquanto o homem, pai, permanece no anonimato, alheio e distante da situação. São casos corriqueiros no Brasil e demonstram que "[...] os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos"⁷² fazem surgir o entendimento acerca dos espaços, dos papéis distintos e dos modos exclusão/ocultação exercidos pelos discursos, isto é, pelos mecanismos de seleção, censura, estruturação correntes em determinado espaço, situação e tempo. Dessa maneira, irrompem os métodos científicos universalizantes e oprimem o senso-comum.

A representação e a definição da função, por exemplo, da mãe na criação, educação e cuidado do filho ou da filha no Brasil possibilita a verificação desses saberes defendidos, legitimados, estruturados e naturalizados. A partir desta imagem alguns saberes tornam-se dispositivos científicos e qualificadores de perfis; passam, portanto, a criar, ordenar, hierarquizar, classificar e depurar algumas práticas maternas como legítimas. Isto é, institucionaliza-se um modo de ser e normatiza-se algumas práticas recorrentes de violência. Os detentores desta ciência têm poder para definir e estabelecer estas práticas, a partir de um sistema de regulamentos, apoiados em dados específicos, que caracterizam o papel de mãe na estrutura familiar ou na relação com o filho e a filha.

A genealogia procura averiguar a história das condições de possibilidades dos eventos, prestando, especialmente, atenção aos seus acasos e descontinuidades. Enfim, às suas singularidades locais. A sociedade acaba imputando à mãe do filho jogado no córrego o papel de desequilibrada, reforçando o papel anônimo do pai. O rearranjo social, a partir deste exemplo, delimita espaços de *condenação*, em que a mãe é silenciada e isolada; e espaço de *ocultação*, onde o pai (e grande parte da sociedade) fica protegido da seleção, adequação, reagrupamento, alteração ou exclusão. A tensão é amenizada e as ações devidamente estruturadas, porque o dispositivo social instrumentaliza uma forma recorrente de juízo. Assim, o mecanismo seletivo trabalha com as dissipações sociais, reconhecendo os limites ao analisar os fatos efêmeros, as nuances organizacionais e os constantes deslocamentos, mas escalona os sujeitos dentro de determinados modos de ser.

As experiências sociais (violentas ou não) não podem ser apreendidas, por isso, como fatos estagnados, engessados numa compreensão estrutural e sistêmica. Se existe algo a ser

⁷² FOUCAULT, M. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamentos*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2000, p. 260.

descoberto e revelado seria: as coisas não possuem uma essência ontológica, primeira e super-natural, elas constituem formas de jogos de sobrevivência. Uma essência pode ter sido, deliberadamente, construída, a partir de condições específicas, contextualizadas histórica e socialmente dentro de determinado projeto, isto é, a forma de ocultação de determinada função social masculina.

A razão, por exemplo, enquanto modelo de racionalidade confiável e esclarecedor, surgiu do acaso, da paixão dos cientistas, da busca incessante de verdade e das discussões acaloradas dos mesmos. Enfim, de sua vontade de saber (verdade) e do projeto de supressão das paixões. Aquilo que dá forma as coisas emergentes não é uma suposta identidade baseada na origem, mas, sim, a discórdia existente entre as coisas.⁷³ Os eventos, sejam eles quais forem, produzem tensão e não finalidades pré-concebidas, definidas a partir de determinantes sociais. O jogo social torna-se repleto de situações que distendem o presente, imbricam espaços e multiplicam os estilos de ser. As violências, neste caso, provocam rearranjos, pois fazem parte das relações sociais, compõem os elementos enquanto força vital, definindo certas condições de assujeitamentos e reações.⁷⁴ Elas passam a constituir sistema de verdade, em que a ação sobre o outro pode ser aceita e justificável.

A genealogia procura demarcar os acontecimentos e suas variações, multiplicações e deslocamentos, independente de grau de valor atribuído aos mesmos. Ela não fixa, portanto, padrões e, tampouco, obedece a certa cordialidade interativa. Enfim, analisa os modos de ser, no caso específico dos rearranjos sociais dos sujeitos diante das violências instituídas, na interação social, averiguando os deslocamentos, as variações, os modos de conexão, os efeitos de determinados casos e de como eles efetivam nos corpos.

Em suma, os rearranjos sociais dos sujeitos, dentro destas condições, seriam analisados mais pelos aspectos relacionados aos diversos efeitos sociais, e menos pelas suas razões históricas e causais. Os efeitos sociais, por exemplo, podem variar, dependendo dos espaços ocupados e das condições de apreensão e experimentação dos mesmos. As violências, neste caso, tornariam-se modos de socialização, produzindo suas variações, sejam elas encruadas, repetitivas, ressentidas, dissimuladoras e opressivas, configurando alguns modos de instituição de determinados regimes. A recorrência, a repetição, o isolamento, a insegurança, o medo seriam alguns dos modos de instituição da violência.

⁷³ FOUCAULT, M. 2002, p. 248.

⁷⁴ ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo, Companhia da Letras, 1989. A autora afirma que as violências são elementos acessados, por determinado grupo, instituição e indivíduo como forma de sobrevivência.

1.1.7 A história e as marcas corporais

Aprendemos durante a nossa vida de estudos que as analogias são sempre perigosas; os diversos métodos, epistemológicos, científicos e outros nos aconselham a dela tomarmos distância sob o risco de estarmos, de saída, comprometendo qualquer hipótese de rigor, arriscando-nos assim a não compreender "que a história só se repete como farsa".⁷⁵

A história define as condições para a produção do sujeito, que, ao se produzir, reproduz a história. A conjunção destes fatores cria, portanto, o discurso. A genealogia, neste processo de produção mútuo, procura conectar o presente, as realidades envolvidas com as diversas práticas sociais dos sujeitos. O fato não é único, tampouco os efeitos provenientes dele. Se há uma multiplicidade de acontecimentos, de condições de possibilidades e de conectividade, o desafio analítico é averiguar os meandros, como eles se reproduzem e se estabelecem nos jogos sociais, conforme já foi afirmado acima. A preocupação, assim sendo, não está voltada para as causas, mas, sim, para os deslocamentos e as transformações dos modos de ser.

A genealogia ou a análise da emergência, das condições de possibilidades e deslocamentos dos eventos sociais está no ponto de articulação destes diferentes corpos com a história. Isto é, a genealogia preocupa-se, essencialmente, com as condições de nascimento destes rearranjos dos sujeitos diante destes difusos eventos. As situações de violência, ou práticas agressivas, dissimuladoras e de ocultação estão colocadas como pontos de referência. Neste sentido, os estudos dos rearranjos estão voltados para estes encontros e tensões sociais na exigência das composições diante dos inúmeros casos de violência e eventos sociais.

A história se define como saber perspectivo, em que as condições possibilidades de criação e recriação dos eventos estão abertas, configurando, por um lado, a dinâmica dos conceitos instrumentalizados na análise social dos eventos e, por outro lado, as práticas sociais dos sujeitos, sejam elas de rearranjos e desarranjos coletivos. É importante salientar, sempre de novo, que o método genealógico não busca a destruição daquilo que temos sido, da historicidade, da existência e dos encontros dos corpos. A análise, conforme já afirmado acima, não procura avaliar o passado buscando uma (nova) verdade oculta, ela preocupa-se, isto sim, com o que temos sido, enquanto seres perpassados por uma série de fatores. Assim sendo, a genealogia seria o estudo das formas de poder,⁷⁶ relacionados às práticas sociais dos sujeitos, em que os mesmos formam e transformam as realidades presentes.

⁷⁵ TUCHERMAN, Ieda. Tendências Contemporâneas: contaminações e hibridismo. In: **Semiosfera Especial**. Rio de Janeiro, 2002.

⁷⁶ As relações de poder, a partir de Michel Foucault (2002), estariam fundamentadas em três preocupações básicas, ou seja, o saber, o poder e a constituição dos sujeitos. As relações emergem, daí, numa tripla raiz de problematização do pensamento e das práticas de si na sociedade, em que os sujeitos e as forças vigentes procuram novos meios de atualização, experimentação e problematização do vivido.

[...] na sua multiplicidade, nas suas diferenças, na sua especificidade, na sua reversibilidade: estudá-las, [acrescento: práticas sociais] portanto, como relações de força que se entrecruzam, que remetem umas às outras, convergem ou, ao contrário se opõem [...].⁷⁷

À guisa das experimentações sociais, os sujeitos são provocados, constantemente, a redefinirem suas práticas, ou seja, seus modos de rearranjos e de composição das coletividades. As situações correntes de violência que o tempo presente nomeia, seleciona, estrutura e censura tornam-se, por isso, instrumento de análise. A crítica, conforme estudo das análises das gêneses, pode compreender que a interpretação acorrenta-se, neste caso, nas condições de possibilidades, isto é, nas possibilidades situacionais dos corpos.

Enfim, a análise baseada na tríplice raiz dos rearranjos dos sujeitos (o outro, o mundo e consigo mesmo) não quer reduzir as irrupções sociais vividas e promovidas pelos mesmos na sociedade. Neste sentido, a análise dos eventos sociais de rearranjos dos sujeitos extrapola a idéia redutiva da análise situacionista, englobando os movimentos, as nuances, os espaços, as potências que circundam as coletividades, ou seja, sua historicidade. Desta maneira, extrapola a crítica relacionada à visão situacionista, pois averigua os modos de conexões e os efeitos da mesma. Assim sendo, os arranjos sociais constituem, por isso, jogos de sobrevivência, relações de poder, que agenciam e agregam elementos distintos.

A lógica das descontinuidades na histórica traz consigo a exigência da análise dos acontecimentos sociais do presente, averiguando os pontos de influência, de convergência e divergência dos mesmos. Em outros termos, analisar as realidades atuais que circundam os rearranjos coletivos dos sujeitos, especialmente relacionados os eventos experimentados, constituídos e disseminados de violência, requer, fundamentalmente, o agenciamento de conceitos, conforme já mencionado no estudo do método das genealogias, aproximados da compreensão trágica da vida. Assim sendo, os acontecimentos sociais criam e possibilitam pontos de conexões distintos, permitindo a auscultação dos efeitos daí decorrentes, suas variações e difusões.

1.2 Arranjos e rearranjos sociais

A partir destes conceitos dinâmicos de estudo dos eventos sociais, isto é, dos efeitos e transformações dos modos de ser em sociedade, a análise dos rearranjos sociais dos sujeitos poderá criar outros modos de visibilidade, de assunção dos problemas e rastreamento dos modos de adequação dos mesmos. Além disso, permitirá estudar os eventos sociais de

⁷⁷ FOUCAULT, M. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997, p. 71.

violência, sejam eles quais forem, na sua especificidade e variação própria, liberando o observador das exigências programadas de estudo das causas únicas, primeiras e últimas relacionadas ao fato pinçado da realidade.

A posse e a instrumentalização desses conceitos, enfim, permitem a compreensão da realidade, compreendendo a mesma como múltipla e inapreensível na sua diversificação. Deste modo, não é possível fazer generalizações, pois um determinado evento contém, nas suas próprias condições de possibilidade e nascimento, os elementos e os efeitos nos rearranjos dos sujeitos interliga as variações, os deslocamentos e transformações.

A preocupação com os arranjos dos sujeitos, portanto, insere-se dentro destes conceitos fluídos dos modos de ser na atualidade. O estudo dos rearranjos não pressupõe, necessariamente, um estado original, uma condição dada, a uma realidade primeira, um lugar essencial, delimitando, de certo modo, uma espécie de “viagem às índias”, coroada de descobertas, riquezas, iguarias e conhecimento. Ele busca averiguar, isto sim, o conjunto de filigranas, conexões, efeitos, deslocamentos próprios de determinado evento e quais variações foram possíveis nestes diferentes arranjos casuais, advindos das violências que nos jogos de sobrevivência institucionalizaram-se.

Assim sendo, ao colocar este problema dos rearranjos sociais não se pressupõe, conforme método analítico de estudo das origens, um modo essencial e primeiro que poderia ser, também, denominado de arranjo, de adequação. As forças agem e interagem nas coletividades, conforme já foi escrito acima, sem preconceberem um estado primeiro, estático e organizado. A partir desta perspectiva, os diversos corpos sociais fazem e se desfazem nos encontros e nas relações corporais. Portanto, as condições de possibilidades, nestes casos, estão em permanente transformação, definindo os modos de ser como relacionais. As diferentes forças que compõem e atravessam estas relações, sempre de novo, definem outros estilos, espaços e noções, provocando os rearranjos sociais. Enfim, as condições de possibilidades são também metamorfoseantes.

Em primeiro lugar, a passagem da fase “sólida” da modernidade “líquida” – ou seja, para uma condição em que as organizações sociais (estruturas que limitam as escolhas individuais, instituições que asseguram a repetição das rotinas, padrões de comportamento aceitável) não podem mais manter sua forma por muito tempo (nem se espera que o façam), pois se decompõem e se dissolvem mais rápido que o tempo que leva para moldá-las e, uma vez reorganizadas, para que se estabeleçam.⁷⁸

⁷⁸ BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2007, p. 7.

A atualidade é marcada pelas relações sociais efêmeras, ou líquidas como define Bauman, em que a condição de possibilidade é definida pelas inconstâncias tanto institucionais quanto corporais. A partir desta perspectiva, os modos de ser na sociedade definem-se por um conjunto de ações dispersas, que podem ser analisadas nas diversas conexões que as mesmas tecem e destecem. Enfim, criar uma estrutura e um método de observação que fixam essas diversas nuances numa determinada forma de interpretação pode provocar o engessamento das variações sociais, instituindo um modelo ideal de análise. Assim como a grama cria suas diversas interconexões, os eventos possibilitam diferentes análises das direções e ramificações dos mesmos. A instituição, ao contrário, fixa uma possibilidade e criação.

A análise dos rearranjos sociais diante das violências instituídas, atravessada pelas transformações constantes, pode desembocar numa espécie de paradoxo, pois se os mesmos estão em constante transformação e deslocamento espacial, temporal e situacional, como estudá-los? Averiguar os diferentes liames, em alguns eventos sociais, torna-se complicado, uma vez que os mesmos são fortuitos. Desta maneira, a estratégia de análise baseada na expectativa de compreensão delimitada do tempo, na variação dos eventos e na efetivação dos mesmos pode possibilitar o estudo de algumas ligações, variações e nuances dos eventos relacionados, por exemplo, com os processos de rearranjos na experimentação de fatos violentos. Enfim, sua efetivação e disseminação nos modos de ser social.

O medo, conforme defende Bauman, adquire um ímpeto e uma lógica de desenvolvimento próprio e precisa de poucos cuidados e praticamente nenhum investimento adicional para crescer e se espalhar – irrefreavelmente.⁷⁹ O medo pode tornar-se, portanto, numa espécie de arauto do recolhimento, levando as pessoas a ações defensivas. Assim sendo, as relações corporais passam a ser perigosas, reduzindo os rearranjos sociais a atitudes excludentes. Neste sentido, é mister redescobrir e reafirmar a espontaneidade dos encontros, das paixões e da vida social, retomando a dimensão da coletividade na produção de si, pois o ostracismo leva a criação de estilos que reafirmam as convulsões sociais.

As mudanças constantes marcam a atualidade, em que as instituições que protegiam e organizavam a vida enfrentam dificuldades crescentes; o progresso do bem-estar baseado na industrialização e nas relações contratuais de trabalho perde espaço; a segurança promovida pelo Estado não é mais palpável. A vertigem no âmbito social generaliza-se, de tal forma a produzir modos de ser reclusos, em que no espaço de dentro está toda uma parafernália de

⁷⁹ BAUMAN, Zygmunt. 2007, p. 15.

proteção e no de fora um amálgama de perigos e ações violentas.⁸⁰ Enfim, assim compreendidos, os rearranjos sociais passam a caracterizar as relações com o tempo (época de incertezas), com o espaço (rua, casa, praça, escola) e com os outros (relações, transações) como uma forma de reforçar o medo, a distância e o individualismo. Os efeitos daí provenientes acabam por aumentar o fosso da insegurança, levando as pessoas a viverem cada vez mais retraídas.

O novo individualismo, o enfraquecimento dos vínculos humanos e o definhamento da solidariedade estão gravados num dos lados da moeda cuja outra face mostra os contornos nebulosos da “globalização negativa”. [...] a globalização é um processo parasitário e predatório que se alimenta da energia sugada dos corpos dos Estados-nações e de seus sujeitos.⁸¹

O fim de certo projeto de proteção, segurança e estabilidade provoca, nos vários agentes sociais, uma espécie de catatonia, em que o próprio exercício da vida em sociedade se torna um ato perigoso. A solução imediata implica no afastamento das relações e coletividades, reduzindo o espaço de atuação conjunta e delimitando a preocupação com a própria sobrevivência. Os sujeitos tornam-se presas fáceis dos sistemas vigentes, que procuram manipular estes corpos tomados pelos medos e reclusos para os seus fins. Desta maneira, certo individualismo, baseado no medo do espaço de fora, é difundido e instrumentalizado como uma espécie de proteção possível contra as coletividades, associadas, quase sempre, ao caos, a desordem e às violências.

Os rearranjos sociais, a partir destas situações, podem levar a reclusão dos sujeitos, bem como possibilitar o nascimento de novas formas de coletividades. Se por um lado a globalização torna-se “negativa”, pois fundamenta seus projetos em seus vieses parasitários, por outro lado, ela super dimensiona a cultura, a comunidade e os estilos locais. O projeto do individualismo recluso acaba, portanto, fomentando outras formas de coletividades, tais como comunidades, serviços e espaços virtuais. Assim sendo, os diversos estilos de vida na atualidade corroboram para o nascimento de novos espaços, modos e resistências sociais.

Bauman apresenta alguns efeitos destes processos de rearranjos sociais que acabam criando novos ambientes e fatos para a vida. Neste sentido, os rearranjos sociais tornam-se imbricados, latentes e urgentes, pois são, por um lado, instrumentalizados pelos sistemas vigentes de produção e, por outro lado, tornam-se condição de sobrevivência e circularidade

⁸⁰ A delimitação de certos espaços divide os de dentro e os de fora. O que está dentro para determinados grupos de pessoas, está fora para outros grupos. Os condomínios se cercam fora da vida tumultuada da cidade, supostamente dentro de um espaço de calma e segurança. Alguns edifícios protegem seus moradores dentro de muita vigilância contra os perigos do mundo de fora. Os espaços de dentro e de fora tornam-se modos de colocação nos espaços coletivos, demarcando ou se posicionando de tal forma a classificar as pessoas dentro deles.

⁸¹ BAUMAN, Zygmunt. 2007, p. 30.

social. No primeiro caso, são aprimorados na busca de uma finalidade global de produção e progresso defendidos pelo capitalismo. E, no segundo caso, eles respondem e dispersam as várias nuances sociais, provocando outras possibilidades de práticas de si, tais como: grupos, comunidades, galeras, festas, estilos.

Os efeitos destes processos levam as instituições a reorganizarem-se, isto é, a definirem novas estratégias de atuação; a separação entre poder e política, em que algumas funções são transferidas e terceirizadas; a redução gradual, endossada pelo Estado, da segurança social, provocando o fim das solidariedades; o desaparecimento das estruturas sociais, levando ao desmembramento entre o social e o individual; a solução dos problemas passa⁸² para o âmbito individual, reforçando os voluntarismos. Enfim, os efeitos envolvem tanto a sociedade organizada quanto as individualidades difundidas, provocando mudanças nos modos de ser e gerando novos processos de rearranjos sociais.

1.2.1 As interações e heterogeneidades

[...] é incrível o quanto as pessoas gostam de julgar. Julga-se em todo lugar, continuamente. Provavelmente, para a humanidade, é uma das coisas mais simples a fazer [...] Não posso deixar de pensar em uma crítica que não procure criticar, mas fazer existir uma obra, uma frase, uma idéia; acenderia fogos, olharia a grama crescer, escutaria o vento e imediatamente tomaria a espuma do mar para dispersar. Reproduziria, ao invés de juízos, sinais de vida; invocá-los-ia, arrancá-los-ia do seu sono.⁸³

A análise dos rearranjos sociais dos sujeitos se define, igualmente, pela preocupação com o vital, atual e circulante na sociedade. Eles estão ligados, portanto, aos diversos movimentos dos sujeitos, às experimentações dos mesmos das realidades de violência ou não; remetem para as multiplicidades, contornando os processos de individuação que reduzem a dispersão das forças circunvizinhas. Em outros termos, os rearranjos sociais estão voltados para as experiências de si na relação com as violências instituídas, e menos para as ontologias, quiçá, axiologias voltadas para as personalidades dos sujeitos.

As características dos rearranjos são definidas, por isso, mais pelas potências, possibilidades e agenciamentos dos diversos corpos sociais, e menos pelos automatismos e continuidades históricas. Nesta direção, eles produzem diferença, levando os sujeitos a outras espacializações, modos de ser e composição sociais. Assim sendo, os rearranjos tornam-se dinâmicos, pois procuram agregar as diferentes forças criativas e dispersas envolvidas nas relações dos corpos, ou seja, eles compõem e são compostos pelos eventos sociais. Desta

⁸² BAUMAN, Zygmunt. 2007, p. 5-10.

⁸³ FOUCAULT, M. *Arquivo Foucault: Estetica dell'esistenza - A cura di Alessandro Pandolfi*. v. 3. Trad. Selvino José Assmann, Florianópolis, 2000, p. 138.

maneira, as adequações remetem os corpos para os interstícios, possibilitando ajustamentos e tensões permanentes nas movimentações dos mesmos.

Os diferentes efeitos, a partir desta premissa, podem ser compreendidos como funcionais e obedecendo a certa finalidade, situação. O querer *estar-junto*⁸⁴ pode ser uma ação social que busca nas diversas formas de comunidade, tribo e estilos aglomerar e juntar forças. Neste caso, as forças corroboram para o bom desempenho das coletividades, em que as tensões passam a circular nos corpos alheios, mas com a finalidade pré-determinada numa determinada condição social. Os rearranjos sociais, portanto, a partir desta condição de querer *estar-junto*, funcionam dentro de certos parâmetros atenuadores, em que festas, rituais, jogos e celebrações passam a ter funções fundamentais de absorção das tensões.

A operacionalização de certos dispositivos⁸⁵ tais como: festas, jogos e diferentes rituais objetivam amenizar as diferenças sociais, ao estabelecer certa rotina e ciclos. Desta maneira, os rearranjos sociais são sobredeterminados por elementos recorrentes; assimilam as tensões, mas não se transformam numa espécie de fio condutor, imune aos próprios eventos que agrega. Assim compreendidos, eles tornam-se alheios às tensões sociais, ou seja, ao problema das violências experimentadas na atualidade. Enfim, os rearranjos sociais agregam as tensões e constituem-se a partir das mesmas, alterando todos os elementos envolvidos num determinado espaço, tempo e condição de possibilidade.

O dispositivo dos rearranjos sociais, por isso, estabelece uma relação de ressonância, ou de contradição com os outros, e exige uma rearticulação, um reajustamento dos elementos heterogêneos que surgem dispersamente.⁸⁶ Assim sendo, as composições sociais agrupam os diversos elementos, e, ao mesmo tempo, dissemina-os em outras direções, intensidades e mutações. Portanto, os rearranjos sociais além de agregar e dispersar os elementos envolvidos em determinada relação e encontro dos corpos, transforma-os constantemente, ao seguir certos modelos estratégicos de composição coletiva.

[...] o que supõe que trata-se no caso de uma certa manipulação das relações de força, seja para desenvolvê-las em determinada direção, seja para bloqueá-las, para estabilizá-las, utilizá-las, etc. O dispositivo, portanto, está inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nasce, mas que igualmente o condicionam.⁸⁷

⁸⁴ MAFESSOLI, M. **No fundo das aparências**. Trad. Bertha Halpern Gurovitz. Petrópolis (RJ), Vozes, 1996.

⁸⁵ O termo dispositivo é compreendido como um conjunto heterogêneo que engloba diferentes discursos, instituições, organizações, leis, medidas, proposições. Além disso, ele responde a certa urgência. Portanto, ele torna-se uma função estratégica dominante, buscando agregar os elementos numa determinada finalidade e projeto. FOUCAULT, M. 2002, p. 244.

⁸⁶ FOUCAULT, M. 2002, p. 245.

⁸⁷ FOUCAULT, M. 2002, p. 246.

A partir disso, ou seja, da preocupação com as práticas sociais de rearranjos, o desafio é averiguar as conexões, variações, deslocamentos e mudanças nos estilos diante das situações de violência institucionalizadas pelo sistema e, até mesmo, pelo senso comum. Assim sendo, as diversas combinações sociais reportam os estudos mais para as possibilidades de si na sociedade, multiplicando os espaços, e menos para as razões e causas que apregoam juízos, críticas e exclusões como sistemas eficientes. A análise, por isso, observa os movimentos que produzem alterações, que buscam valorizar a vida e a potência da mesma nas diferentes situações e experiências sociais.

A atualidade está marcada por uma série de eventos, quase sempre, circundados por atos violentos, sejam eles quais forem. Nesta direção, a análise da mesma, a partir das relações que envolvem atos e fatos violentos, provoca deslocamentos, isto é, novos modos de visibilidade, porque as realidades sociais estão em movimentação. Enfim, os rearranjos não possuem formas, espaços e temporalidades predeterminadas, mas irrompem em determinadas condições de possibilidades, permitindo aos corpos outras relações e meios de organização coletiva.

A compreensão clássica e, de certo modo, difundida nas formas de organização social, está relacionada à idéia da superação, contradição e linearidade. Nesta perspectiva, os rearranjos sociais passam a ter um caráter unificador, em que um determinado estado atual será, impreterivelmente, sobreposto por outro, podendo ou não ser melhor. Os eventos seguem, no entanto, sejam eles quais for, certa teoria evolucionista, pois o que está no horizonte (utopia⁸⁸) irá sobrepor o estado atual. Neste caso, os estudos dos rearranjos sociais atuais são preteridos em função daquilo que está, permanentemente, fora da atualidade, numa espécie de posição privilegiada e incólume.

[...] O medo de inadequação é o nome da aflição resultante. Para muitos indivíduos por decreto, se não para todos, a inadequação era uma dura realidade, não uma premonição sombria – mas o medo da inadequação se tornou uma doença universal, ou quase.⁸⁹

O sentimento de medo e inadequação provém da tensão entre os interesses coletivos e as liberdades individuais. A idéia da superação, por sua vez, incute em cada pessoa a possibilidade de alterar, com o tempo e o empenho, a própria condição individual. A

⁸⁸ O termo utopia carrega uma série de perspectivas abertas, ou seja, ela amplia aquilo que quer solucionar, engloba espaços e tempos arremessando os corpos para várias direções. O perigo que cerca os utopistas é querer consertar o mundo e apostar, depois, naqueles mesmos que o destruíram. O jogo, portanto, entre a primeira ação (resgatar) e a segunda (converter) me parece desvirtuar a potência do termo, ou seja, a sua capacidade de inventar espaços e horizontes, multiplicando as possibilidades das interações.

⁸⁹ BAUMAN, M. 2007, p. 64.

adequação, por isso, torna-se parcial, pois permite e possibilita a criação de um espaço na organização da sociedade. Os rearranjos sociais, portanto, de boa parte dos sujeitos, diante do medo da inadequação, permitem o contorno das tensões, criando uma espécie de posição alternativa, provocando alterações nos modos de ser, onde se faz circular estilos, linguagens e espaços peculiares.

A atualidade coloca outros embaraços às questões dos rearranjos sociais, uma vez que tais medos não criam mais os fantasmas dos personagens anti-sociais. Os grupos terroristas, até, são denominados, por exemplo, de inimigos da democracia e da liberdade, mas eles não representam e nem agregam a maioria das pessoas nos seus projetos e anseios sociais. Assim sendo, as combinações sociais, em diferentes contextos e espaços, não agregam todos os problemas e, tampouco, tornam-se unificadoras das soluções. Elas permanecem, portanto, como filetes que cortam e fazem ver determinadas ações e reações; como pequenos frisos que ondulam e ornamentam uma imensa gama de rearranjos sociais, tais como os grupos de danças, comunidades virtuais, galeras de condomínio.

As coletividades comportam, ou tentam comportar, as diferenças, criando modelos de rearranjos sociais mais ou menos tênues e efêmeros, preocupados em fazer circular as forças potenciais e criativas, a partir de determinados anseios e estilos. As análises dos rearranjos, por isso, não primam pelo agenciamento de uma grande maioria de estilos num determinado contexto e situação vivencial, mas, antes, buscam fazer ver o movimento de singularidade, que permite certa circularidade de potências. Nesta direção, os rearranjos podem possibilitar visibilidade, agregar algumas resistências e potencializar a participação social. Em outros termos, eles tornam-se dispositivos fluídos, que congregam e dispersam as ações dos sujeitos, pois não são concebidos como uma unicidade.

A vida na cidade é uma experiência notoriamente ambivalente. Ele atrai e repele. Para tornar o destino do cidadão urbano ainda mais dilacerante e difícil de remediar, são os mesmos aspectos da vida da cidade que, intermitente ou simultaneamente, atraem e repelem... [...] Quanto maior e mais heterogênea a cidade, mais atrações ela pode sustentar e oferecer.⁹⁰

A heterogeneidade, independente do ambiente urbano, atrai uma série de movimentos, estilos, situações e localidades, bem como difunde, ou coloca em dispersão uma gama de relações e composições sociais. Ela atrai, assim como repele os corpos, colocando-os numa permanente e incomoda posição na relação consigo mesmos, com os outros e com os ambientes circunvizinhos. A tensão, nestes termos, confere às heterogeneidades, no âmbito das

⁹⁰ BAUMAN, Zygmunt. 2007, p. 94-95.

coletividades, elementos diversos, provocando constantes transformações e deslocamentos sociais. Enfim, surge a movimentação social voltada, por um lado, para as exclusões aleatórias dos corpos (os descartados) e, por outro lado, para as agregações dos potenciais criativos.

A atração e a retração provocam uma espécie de movimento pendular, que ora coloca um determinado número de corpos deste lado, ora coloca-os noutra posição. O movimento dos corpos, neste sentido, é concatenado dentro de certa regularidade propositiva, pois posiciona os mesmos de tal forma a reproduzirem, no verso e anverso, as recorrências. Assim sendo, o jogo dos termos não produz os deslocamentos e os diferentes estilos atuais de ser na multiplicidade dos eventos, uma vez que a posição de atração e repulsão define o lócus da movimentação social numa espécie de gangorra.

A dispersão e a difusão colocam a movimentação social na produção de si mesma, isto é, nos processos de multiplicação das suas formas, rearranjos e deslocamentos. Ambas remetem os elementos envolvidos, no evento social, em várias direções, produzindo efeitos variados. Neste sentido, a movimentação do social não se reduz ao aumento do denominando “lixo humano” e, tampouco, aos modos de ser reclusos e enclausurados pelo medo, insegurança e incertezas no presente. Assim compreendida, ela se definiria por uma visão pessimista da realidade, condicionada a alguns atos excludentes das políticas de globalização.

Os rearranjos sociais tornam-se efeitos das coletividades, posicionam nos meandros, interstícios, lacunas e fissuras auxiliando os corpos nos vãos criativos de si mesmos, inventando novos modos de ser. A preocupação está voltada para mais as ligas, os liames, as conexões, variações e intensidades e menos para as tendências e finalidades predeterminadas. Portanto, os rearranjos sociais, diante das situações de violência, comportam mais os fatos dispersivos, isto é, espaços, temporalidades e eventos distintos. Em suma, as coletividades, as interações e as diferenças sociais provocam e alicerçam os rearranjos sociais. Não se trata de modos de individuação, mas de singularidades que compõem grupos e comunidades, possibilitando certas circularidades, tais como: estilos, linguagens e gostos, afeições.

1.2.2 As coletividades e a solidariedade

O problema das violências e a defesa da vida podem ter se tornados estereotipados, absolutos e, até mesmo, hierarquizados. No entanto, ao inseri-los nas condições de possibilidade, contextos e temporalidades, correlacionando-os aos processos de rearranjos sociais procura-se englobar as diversas situações e realidades como elementos formativos que, de alguma forma, definem, delimitam e promovem modos de ser. Deste modo, os rearranjos

sociais estão sendo analisados nos encontros corporais, isto é, na relação e na potencialização dos modos de vida coletivos dos sujeitos, bem como dos diferentes espaços e deslocamentos.

O encontro dos corpos configura estados, espaços, estilos e dissemina uma série de outras possibilidades de criação de si mesmos, isto é, ele multiplica e dissemina corpos. A partir desta visão, os rearranjos sociais definem, de certo modo, por um latente colapso de elementos distintos que, movidos pelos vários encontros, precisam criar alguns perfis, provocando novas circularidades, multiplicidades e variações dos mesmos. Neste sentido, os diversos corpos interagem nas coletividades, conectam potências criativas e transformam as formas de rearranjos sociais, compondo outros modos de ser.

As diferentes formas de violência⁹¹ que a sociedade experimenta, na atualidade, têm provocado, no âmbito das coletividades, certa ojeriza aos diferentes modos de solidariedade. Elas supervalorizam o voluntarismo, a proteção pessoal, o medo do estranho, dimensionando os espaços resguardados. Os efeitos daí decorrentes tornam-se circulares, pois à medida que certos modos de coletividades solidárias perdem espaços, aumentam outras formas de coletividades, baseadas, quase sempre, em normas extremamente rígidas de eliminação das tensões e oposições.

Os termos solidariedade, social, socialização, comunidade, interesse comum remetem a algumas formas de organização da sociedade. Os sistemas de organização e normatização, portanto, visam fomentar certos parâmetros e valores, a fim de mediar e ajustar as tensões sociais. Neste sentido, a solidariedade tem função fundamental, pois possibilita certa convivência comunitária, dispondo os sujeitos dentro de certos princípios coletivos, voltados para a construção de valores comuns, em seus respectivos grupos e territórios.

A solidariedade tem a função de agregar tensões, criando certo modo de tolerância às diferenças. Ajustar as tensões, fazendo com que haja um equilíbrio de forças. A solidariedade torna-se, portanto, política de coletividade, procurando nas diferentes formas de comunidades elementos interativos, possibilitando certos rearranjos sociais, pois não procura suplantá-la ou aquela, mas, antes, promover ajustes alheatórios. Não seriam justaposições, porque estas aumentariam os fossos entre as posições, mas formas de conexões que permitiriam as circularidades dos corpos, contornando os problemas ligados às violências recorrentes.

⁹¹ A discussão e os conceitos que procuram reger, como compreendo, os problemas das violências são inúmeros. As ciências definem a violência a partir de suas especificidades. Entretanto, os estudos de gêneros têm desenvolvido este tema, identificando as características das mesmas. A compreensão de violência, neste texto, está circundada pela tensão imanente às mesmas, em que os resultados acabam por restringirem-se a certo modelo que institucionaliza determinados modos, soluções e recorrências nos eventos.

As violências difundidas e, amplamente, divulgadas pelos meios de comunicação não visam, somente, a disseminação do medo, mas, também, certo voluntarismo e individualismo. Os corpos torturados e ceifados são expostos, o show das guerras televisadas e as catástrofes naturais hiper-dimensionadas, a fim de promover rearranjos sociais de contração, isto é, reduzem a interação social e, concomitantemente, a solidariedade, a resistência e as organizações civis. A partir disso, a movimentação social é encurtada na sua área de atuação, passando a fomentar, demasiadamente, os “espaços de dentro”, ou seja, os espaços de recolhimento. “Uma vez a competição substitui a solidariedade, os indivíduos se vêm abandonados aos seus próprios recursos – lamentavelmente escassos e evidentemente inadequados.”⁹²

A coletividade fundada por um projeto de solidariedade unificante não produz os resultados esperados, pois ela pode desembocar numa mesmice que estagna as tensões sociais, projetando uma espécie de convivência segura. Assim sendo, a solidariedade está voltada para os ajustes, para as adequações, posicionando os corpos dentro de certos preceitos políticos. A partir desta perspectiva, os efeitos podem ser danosos para o conjunto da vida em sociedade, porque cria diferentes espaços; provocam a proliferação, de certo modo, de normas, regras e ações centralizadoras.

[...] A atração de uma “comunidade da mesmice” é a de uma apólice de seguro contra os riscos que povoam a vida diária num mundo polivocal. A imersão na “mesmice” não diminui, muito menos afasta, os riscos que a incitaram. Como todo paliativo, pode no máximo prometer um refúgio em relação a alguns de seus efeitos mais imediatos e temidos.⁹³

A tensão provocada por um mundo repleto de incertezas, bem como um modelo de globalização que estabelece e estimula o individualismo em detrimento dos modelos solidários, segregam, excluem e, de certo modo, promovem a intolerância social. A globalização produz, também é fato, o intercâmbio cultural, a democratização das informações e o acesso às tecnologias, mas para determinados grupos, aumentando o abismo entre as pessoas. Desta maneira, os rearranjos sociais diante das tensões locais, isto é, de algumas violências institucionalizadas (oligarquias, escravidão, opressão) acabam posicionando os corpos dentro de certos preceitos recorrentes, preocupados mais com a extensão do domínio territorial e menos com a solidariedade. A instituição, assim, funda o “pedaço”, normatiza certas regras e opõe os inimigos.

⁹² BAUMAN, Zygmunt. 2007, p. 74.

⁹³ BAUMAN, Zygmunt. 2007, p. 93.

A instituição de determinado sistema tem desembocado numa espécie de voluntarismo, em que as regras passam a ser fundamentais para o surgimento de determinadas coletividades. A partir desta condição de possibilidade, fomenta-se um tipo de controle parcial da movimentação social, em que as diferentes coletividades passam a ter funções predeterminadas, estabelecendo as funções e os limites de cada grupo. Neste sentido, o individualismo agregado ao voluntarismo facilita e, até mesmo, promove a idéia do controle dos corpos, das atribuições e dos deslocamentos, pois isolados, reclusos e amedrontados podem ser melhores gerenciados, instrumentalizados e descartados.

Surge, neste contexto, um tipo de “lei do cão”, que permite a difusão da oposição entre os de lá e os de cá, os certos e os errados, os normais e anormais. A partir desta perspectiva aterrorizante do mundo das violências, em que os outros passam a ser concebidos como violentos. O desafio, neste caso, é promover rearranjos sociais baseados em modelos solidários, isto é, em modos de ser que possam fomentar ajustes, interações e dispersões sociais, agregando os diferentes e motivando novos estilos de interação.

O controle, local, exercido por uma figura (centralizadora) pode disseminar um espectro de pavor, além, de manipular os processos de rearranjos sociais. Os efeitos daí decorrentes provocam no bojo da sociedade a sensação fóbica da ausência de mediação, pois as querelas passam a ser ministradas pelos voluntarismos de alguns poucos. Os sujeitos se reorganizam de forma introvertida, abandonando os espaços públicos, das coletividades. A violência se institucionaliza e mantém certo status quo, colocando a maioria da população subjugada ao chefe.⁹⁴

A solidariedade que ajusta as diferenças e promove a alegria dos encontros, projetos e coletividades, também, pode se tornar opressiva. A sociedade baseada no voluntarismo e individualismo, por sua vez, fomenta as ações de segregação, exclusão e reclusão. Se a primeira está perdendo espaço, pois os modelos atuais de produção, consumo e organização social promovem a competição, a segunda tem ganhado, ao contrário, um considerado espaço social, porque fomenta o consumismo. Desta maneira, os rearranjos sociais comportam as tensões dos diversos interesses e interações sociais, que são condicionadas ora pelos corpos em dispersão, ora pelos corpos unificados. Enfim, a violência pode se institucionalizar tanto nas

⁹⁴ O crime organizado na cidade do Rio de Janeiro dá demonstração desta forma de instituição da violência. Alguns bairros são dominados, protegidos e regrados pelo chefe do crime local. O conflito entre os chefes leva, muitas vezes, à morte muitos inocentes. Enfim, a violência se institucionaliza, também, nas próprias formas de solidariedade e socialização em determinada região.

movimentações sociais, quando nos sistemas centralizadores. Ela circula e faz circular potências, modos e espaços.

1.2.3 As relações e as tensões sociais

As práticas sociais dos sujeitos se tornam, também, espaços em que relações de saberes e de poderes dão contornos aos diferentes processos de rearranjos sociais, prefigurando novos estilos e coletividades. Elas estão circundadas por tensões que fazem escapar, desviar, fugir, multiplicar possíveis elementos, espaços e estilos. Desta maneira, elas perfazem uma história de relativa resistência aos modos de exclusão, segregação e reclusão, fomentando e promovendo na atualidade outros modos de rearranjos sociais. Assim sendo, as práticas sociais envolvem as coletividades, buscam modos alternativos de constituição de outros espaços, em que possam ser experimentadas outras maneiras de relação dos corpos.

Os exercícios sociais dos sujeitos possibilitam as multiplicidades. Se outrora as diferenças no projeto de estruturação de uma nação configuravam as tensões, oposições e conflitos sociais, promovendo mecanismos e ações centralizadoras, ao contrário, na atualidade elas canalizam, possibilitam e fomentam as circularidades sociais, fazendo distender os processos de composição unificadora dos perfis. Os exercícios sociais, portanto, promovem as diferenças, as tensões, os espaços, as resistências em oposição aos modelos que segregam, excluem e limitam as circularidades dos sujeitos, fomentando o individualismo e o voluntarismo.

O local onde as diversas relações e encontros corporais nascem, também, acontecem intensidades, concentrações de energia, tensões, multiplicações, transformações e variações dos corpos. O processo de globalização promove certa política de liberdade, ausência de fronteiras, intercâmbios culturais, comercialização das tecnologias e acesso às informações. Ele, também, reduz os exercícios sociais dos sujeitos ao fomentar o individualismo da diferença, isto é, a indiferença. Em outros termos, a diferença associada à indiferença passa a ser bajulada e absoluta, dificultando o surgimento das coletividades, pois cada pessoa é desafiada a ficar na sua (casa, trabalho e preocupação), tornando a vida em sociedade lugar do medo e do catastrofismo.

As noções de sujeitos, espaços, temporalidades são colocadas em movimento, fazendo ferver as possibilidades de si.⁹⁵ Isso coloca os rearranjos sociais em tensão, pois as ações

⁹⁵ As idéias de intensidades, fugas e possibilidades são analisadas por Gilles Deleuze ao escrever um texto sobre Foucault. Ali o autor compreende que a noção de saber e poder sempre estiveram presentes e relacionados com as constituições dos sujeitos

acabam possibilitando interações, as relações passam a configurar diversos encontros, multiplicando as possibilidades de invenção de si. Assim, surgem outras possibilidades de composição social, em que os sujeitos circulam por entre os vários espaços, temporalidades e estilos configurando outros modos de rearranjos sociais. Desta maneira, os rearranjos sociais estão fundamentados numa estetização da vida, voltada mais para os estilos e exercícios de si, permitindo a criação de outros perfis, grupos e espaços.

As mudanças sociais podem resultar em rearranjos de parte, ou, do todo (corpos, contextos e situações sociais). O número destas alterações pode variar, bem como as intensidades, a urgência e as formas. As mutações provocam rearranjos que podem ser detectados, algumas vezes, através das novas configurações que os sujeitos tecem na sociedade. Em outras palavras, os rearranjos sociais dos sujeitos em situação de violência, como se percebe na atualidade, podem provocar definições e delimitações espaciais e mudanças nos estilos de vida. Deste modo, eles confrontam os dispositivos⁹⁶ reguladores, distendendo a vida social ao criar outras condições de possibilidade, de experimentação das diversas realidades circundantes e de novas práticas de si.

[...] A vida líquida é uma sucessão de reinícios, e precisamente por isso é que os finais rápidos e indolores, sem os quais reiniciar seria inimaginável, tendem a ser os momentos mais inquietantes. Entre as artes da vida líquido-moderna e as habilidades necessárias para praticá-las, livrar-se das coisas tem prioridade sobre adquiri-las.⁹⁷

A velocidade das transformações e exclusões sociais impõe aos processos de rearranjos sociais constantes adequações. Nesta direção, a questão se refere às irrupções e não às exigências dos reinícios. O processo dos rearranjos, portanto, não é de conversão e, tampouco, de retomada de alguma situação que escapou e perdeu-se no tempo. Ele remete os corpos para a criação de instrumentos capazes de ajustar elementos diversos, sendo arremessado e remetendo os corpos na dimensão das velocidades, circularidades. Assim sendo, o problema não é de reinício, mas de certa força criativa. A pressuposição é que existem elementos centrais e centralizadores que geram determinados sistemas de interação social, mas um conjunto de múltiplos eventos em dispersão e em constantes rearranjos provoca redefinições no bojo dos rearranjos sociais.

em Foucault. Em outros termos, elas não seriam oposições, como alguns estudiosos apontavam, mas sim dobras de uma mesma faceta, ou seja, o estudo dos dispositivos que compõem o discurso. DELEUZE, Gilles. 2005.

⁹⁶ Através do conceito o autor procura demarcar o conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas. Em resumo, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. FOUCAULT. F. 2002, p. 244.

⁹⁷ BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2007 A, p. 8.

A violência não se constitui somente sobre plataformas de corpos amedrontados, reclusos, excluídos e torturados, mas cria condições de possibilidades para que estas mesmas situações vivenciais componham corpos, espaços e circularidades. Ela passa a ser compreendida e disseminada no conjunto da sociedade como elemento improdutivo, anti-social e arcaico; ao instituir um modelo de segregação; ao contribuir para a unificação dos modos de ser e ao convergir as ações sociais.

A instrumentalização, portanto, destes processos de rearranjos serve a determinado projeto de sociedade, pois projeta a criação de corpos servis. Eles se tornam dóceis (reclusos e individualizados) e, também, extremamente recorrentes (voluntaristas, vingativos e ressentidos). A violência institucionaliza dispositivos que disseminados pelos poderes constituídos visam manipular, criar e multiplicar corpos dóceis. As relações sociais e os encontros dos corpos podem ser regidos por este projeto de globalização, definido por certa visão de liberdade individualista, fomentando certos padrões interativos.

A análise dos rearranjos sociais, portanto, compreende as violências como jogos sociais, instrumentalizadas em diferentes contextos e situações, visando determinados resultados. A discussão não se refere à privatização das mesmas pelo poder constituído, procurando mediar um problema social latente e, tampouco, a exclusão das mesmas como uma espécie de perfil repugnante. As violências são disseminadas como forma de estética de vida institucionalizada, fundamentando relações e rearranjos sociais.

As relações sociais estão circundadas por um conjunto de ações, deslocamentos, transformações e espacializações. Elas, por isso, tornam-se tensas. O sistema de globalização, as relações locais e as regras de convivência permitem que determinadas agressões se tornem institucionalizadas, naturais e, até mesmo, banais. Assim sendo, o pobre não tem direito à saúde digna, o senhor pode escravizar o trabalhador e as pessoas podem ser exploradas. Institucionaliza-se a violência e hierarquiza-se a diferença.

1.2.4 O sistema de produção e os rearranjos

O estudo das condições de possibilidades remete, também, a um modo de compreensão das realidades atuais, ou seja, como os sujeitos relacionam entre si e criam seus modos de ser. Enfim, ele está voltado para os modos de ação e de comportamento que demarcam as relações diante das realidades presentes. Nesse sentido, o envolvimento com as realidades implica na análise dos sistemas vigentes que instituem determinados modos de ser, dos estilos de ser e seus efeitos de socialização. As condições de possibilidades tornam-se, constantemente,

modeladas e instrumentalizadas pelos sistemas vigentes, conforme já afirmado acima, a fim de aperfeiçoar, também, a produção e o consumo.

A preocupação, neste caso, está relacionada ao trabalho com a movimentação social, em que a história do tempo presente e a própria tensão das experiências criam possibilidades de invenção de si. Enfim, o funcionamento da máquina capitalista produz seus excedentes, ou seja, “lixos humanos”⁹⁸ sem casa, trabalho, espaço, nação e proteção. A atenção voltada às realidades vividas pelos sujeitos a nível global é confrontada, portanto, com as práticas sociais locais dos mesmos, cercada, na maioria das vezes, por certos atos violentos, instrumentalização e cerceamento do potencial criativo.

As análises das realidades atuais de exclusão latente de boa parte da população global, a partir desta visão, envolvem certa compreensão “negativa” da movimentação social, pois a mesma é apresentada como uma espécie de “canto de agouro”. A humanidade é colocada dentro de destino fatalista. A produção dos interstícios, meandros e lacunas promovidas e delimitadas pelos projetos que almejam certa integração global provoca rearranjos sociais baseados na separação, exclusão e refugio dos corpos. As realidades apresentadas são evidentes, no entanto, a movimentação social, a nível global, envolve outras dimensões, tais como informação e proliferação dos estilos de vida. O “lixo humano” torna-se, portanto, um efeito deste modelo funesto de produção.

Embora as conseqüências mórbidas do lixo industrial e doméstico para o equilíbrio ecológico e para a capacidade de reprodução no planeta venham sendo há algum tempo matéria de preocupação intensa (embora os debates tenham sido seguidos de pouca ação), ainda não chegamos perto de perceber e entender os efeitos de longo alcance das massas cada vez maiores de pessoas desperdiçadas no equilíbrio político e social da coexistência humana planetária [...].⁹⁹

O estudo da movimentação social desde esta perspectiva valoriza a produção dos guetos, dos aprisionamentos, dos contratos e das normas institucionais de determinada organização nacional. Embora, envolva os projetos globais a análise recai, impreterivelmente, nos problemas locais e pontuais. Os rearranjos sociais agregam, neste sentido, o projeto global, baseado, a partir desta compreensão de movimentação social, em vidas refugadas, excluídas e colocadas à margem do sistema. Enfim, é preciso considerar a manipulação das forças

⁹⁸ A movimentação social, nesta perspectiva, agencia os corpos refugados pelo sistema capitalista. Isto é, o resultado é a produção, cada vez mais crescente, de certo “excedente” na mão-de-obra e na população global. A solução apresentada pelos “senhores do capital” é a construção de prisões e campo de refugiados. Enfim, a movimentação social engloba, enquanto conceito e realidade atual, a tendência crescente de produção de lixo, desperdiçando vidas. BAUMAN, Zygmunt. 2007, p. 33-62.

⁹⁹ BAUMAN, Zygmunt. 2007, p. 35.

potenciais e criativas dos encontros corporais, pois, caso contrário, estar-se-ia produzindo um tipo de “ilha da fantasia”.

A tensão entre os mecanismos e os corpos produz certos modos de resistência que permitem aos sujeitos inventar novos estilos. A partir desta perspectiva, as sociedades atuais definem-se mais pela idéia de movimento, em que as instituições, a vida, o tempo e os espaços tornam-se líquidos, perfazendo novas formas de rearranjos sociais. A movimentação social, por isso, comporta uma série de tensões, dissipações e rearranjos, ampliando as possibilidades das criações corporais. Neste sentido, definir, prematuramente, uma finalidade e estabelecer alguns resultados pode se tornar um embuste, pois a movimentação social é dinâmica.

O que você coloca no seu corpo é uma forma reconhecidamente mais conveniente e confortável de se manter em dia com esta nossa época de alta velocidade do que aquilo que você faz com ele. As roupas que você veste [...] podem, com efeito, seguir/deslocar/substituir uma às outras a uma velocidade e uma frequência desconcertantes e inatingíveis [...].¹⁰⁰

Em resumo, pode se afirmar que a institucionalização da violência, seja ela gerada pelo império, seja ela gerada pelos grupos terroristas, cria a tensão entre os sistemas dinâmicos de sociedade e a centralização difundida por alguns sistemas de dominação. A violência institucionalizada, portanto, reduz os rearranjos sociais aos sistemas correntes, delimitando o campo de visibilidade, de experimentação de si, de estilos e modos de ser. Ela se institucionaliza e se naturaliza como necessária à manutenção da liberdade, da propriedade e dos direitos civis, reforçando métodos recorrentes, circulares e centralizadores.

A movimentação dos sujeitos na sociedade, portanto, comporta mais a idéia de velocidade, intensidade e deslocamento, e menos os conceitos estruturantes, sistêmicos e centralizadores. A movimentação, desde a perspectiva da velocidade, compreende lentidão, claudicação, rapidez, pausa; a intensidade envolve angústia, medo, insegurança, isolamento, repetição; o deslocamento define-se pelas criações de espaços, grupos, estilos. Os rearranjos sociais, a partir desta visão, se tornam transitórios. Assim sendo, a movimentação social pode apresentar algumas tendências, mas não determinações estruturais.

As condições de possibilidade, na relação com os sistemas globais, estão relacionadas à produção de determinadas práticas sociais dos sujeitos. São reguladas, portanto, pelas relações de poder, pelos procedimentos que funcionam como interdições, supressões, fronteiras e limites. Estas regulamentações tendem a delimitar a proliferação, por exemplo, de determinada prática discursiva, isto é, práticas que criam modos de ser, funções e normas sociais.

¹⁰⁰ BAUMAN, Zygmunt. 2007 A, p. 113.

As relações constitutivas dos sujeitos, ou os rearranjos sociais, seguem estes procedimentos, ou melhor, estas condições de possibilidade que circundam o nascimento dos mesmos. As condições de possibilidade, neste caso, configuram a tensão permanente entre os limites operacionais/sociais e as composições abertas de outras realidades e rearranjos. Elas, portanto, colocam os sujeitos, os estilos, os contextos e as normas em constante transformação e deslocamento, provocando outros territórios, modos de ser e própriocepções¹⁰¹.

As diversas realidades que circundam os rearranjos sociais dos sujeitos estão abertas, ou seja, fomentam e possibilitam diversas intersecções, conexões e variações. O desafio dos rearranjos sociais, portanto, está voltado para o conjunto dos encontros que determinados contextos, temporalidades e situações vivenciais possibilitam. Enfim, as interações entre os diversos corpos sociais fomentam deslocamentos e diferenciações, provocando outros meios de adequação e variação corporal. Neste sentido, as composições sociais dos sujeitos tornam-se como que exigências, multiplicando seus modos de ser e estar no mundo.

As formas de coletividades atuais são singulares, pois estão conectadas a diversas condições fomentadas e disseminadas pelos modelos consumistas e globalizantes. Os efeitos são diversos. Alguns fatos demonstram isso, por exemplo, o aumento das diferenças econômicas, os racismos, as violências, a insegurança e o medo; as rápidas transformações sociais tornam os corpos divergentes; o aumento exagerado das violências. O combustível da movimentação social é o consumismo disseminado como solução para os problemas econômicos vividos atualmente.

Em resumo, há um sistema global que institucionaliza certas regras e determinados costumes culturais. A violência, desta maneira, engendra os mecanismos globalizantes, criando suas facetas e seus dispositivos opressivos. Desta maneira, o sistema busca reger as relações entre as nações dissemina modelos que podem gerar mais conflitos e violência entre tribos, grupos e interesses econômicos. O conflito gerado em alguns países da África por causa da “febre” do petróleo torna evidente a instrumentalização da violência como desagregadora, excludente e isoladora. Enfim, institucionalizada.

1.2.5 Os modos de ser e os sujeitos

Os modos de ser, dentro destes contextos tensos e multifacetários da atualidade, provocam contornos, experiências e encontros. Eles, a partir do conjunto das condições de possibilidade, contornam a vida social, criando mecanismos de adequação, conjugação e difusão

¹⁰¹ As própriocepções estão relacionadas às mudanças constantes nos modos de ser no mundo. Enfim, elas envolvem as noções do sujeito, tempo, velocidade e espaço. Ela remete à mudança da compreensão de si mesmo, agenciando uma série de termos.

dos rearranjos coletivos. Neste sentido, são eles que permitem aos vários agentes sociais a duplicação dos espaços, as invenções de outros perfis, a resistência coletiva e pessoal, o trânsito entre os diferentes corpos. Os modos de ser colocam os sujeitos no âmbito social na exigência do exercício coletivo, vivência mútua e participativa, pois os sistemas instituem regras e agregam os vários corpos dentro de determinadas normas.

Se os mecanismos de instituição podem ser instrumentalizados e, também alterados, pois envolvem diferentes realidades, igualmente os rearranjos produzem ações variadas e difusas. Existem instrumentos que procuram manter alguns modos de resistência, de fuga e de desvio quanto à assimilação das formas dominantes e, até mesmo, difundidas diante de algumas situações e espaços. Isso poderia ser denominado de fissuras, deslocamentos e rearranjos. Assim sendo, os mecanismos sociais de composição e recomposição dos sujeitos estão abertos, ou melhor, tornam-se condições de possibilidades, pois envolvem vários corpos e provocam vários encontros.

Os rearranjos sociais dos sujeitos diante das violências institucionalizadas, portanto, promovem (ou não) a ampliação dos espaços dos encontros dos corpos, criam outros meios de comunicação, transformam em sátira as técnicas recorrentes, ignoram as insinuações do mesmo, multiplicam as possibilidades das intervenções e configuram outros modos de ser. Inventam, portanto, as festas, as galeras, os grupos, as filosofias, as religiões e procuram criar novas formas de manifestação social através da arte e de costumes.

As resistências sociais invertem os dispositivos recorrentes e criam outros espaços (heterotopias) de relações. Se por um lado os rearranjos sociais podem se tornar ressentidos, procurando estabelecer uma linha de causalidade e dívida, por outro lado, estão abertos às realidades, pois envolvem diferentes sujeitos e modos de ser. O desafio de analisá-los dentro de situações que envolvam violências agrega fatos, espaços e estilos de ser institucionalizados. As violências são transformadas em estéticas da existência, pois criam efeitos e definem modos de relações com os corpos.

As diferentes formas de violência podem provocar rearranjos corriqueiros de supressão, dissimulação e ressentimento, bem como de alteração, transformação e deslocamento. Algumas experiências podem levar, por isso, os sujeitos a transformarem seus lócus e estilo de vida, mas também podem reafirmar modos recorrentes de solução das diferenças. A difusão dos mecanismos violentos de solução dos conflitos, alardeados e banalizados, na atualidade, pelos meios de comunicação, condicionam os sujeitos aos modos retraídos, defensivos e recorrentes de ser na relação com os outros, com os espaços e com as condições de possibilidade.

A história como evento de intersecções, meandros, efeitos, deslocamentos atuais, transformada em potência de variação, arremessa os sujeitos para fora de si mesmos, enfim, para as coletividades. Os modos de ser demonstra como história das efêmeras relações sociais, ou seja, como as experiências de diferentes interconexões estão ligadas a determinados espaços, tempos e condições de possibilidades. Por isso, possibilitam diversos encontros e readequações sociais; e inseridas em determinadas situações de violência levam os sujeitos a transformarem seus modos de ser e, até mesmo, a reforçarem seus *modus operandi* de relações.

As relações sociais dos sujeitos produzem processos de constituição de perfis. Elas possibilitam e fomentam, portanto, os rearranjos coletivos. Nestes processos as práticas de si podem ser inovadoras, bem como recorrentes. A recorrência, neste caso, remete a uma vigência histórica de formações discursivas¹⁰² da idade moderna, em que os dispositivos de poder, na sociedade atual, obedecem ainda o modelo de racionalidade moderno. Em outros termos, o tempo presente repercute uma história de processos de formação de indivíduos, baseados no equilíbrio social garantido pela razão e pela moral. Assim sendo, os processos constitutivos levam os sujeitos a preocuparem-se com o seu ser, com aquilo que os torna um indivíduo dotado de razão e moral.

Os rearranjos podem ser deslocados, então, destes processos eurocêntricos (instituidores e centralizadores de regras), em que os sujeitos tornam-se seres sociais, exercitando seus modos de ser em sociedade, voltados para as práticas de si, contornando as discussões baseadas na individuação e normatização das regras sociais. Enfim, valorizam-se as interações e as coletividades. As discussões baseadas na antologia podem priorizar, portanto, os processos de produção de consciência, de libertação e de superação das realidades. O ser do sujeito importa, neste caso, mais do que seus estilos de vida.

As realidades presentes e vivenciais são negligenciadas na busca de um ideal social que está no horizonte. Os exercícios sociais dos sujeitos, no presente, são valorizados em função de uma idéia futura, remetendo o melhoramento da vida para um tempo, contexto e situação distantes. Desta maneira, as análises sociais dos rearranjos podem abandonar o presente, agregando modos de ser ideais. As situações de violência experimentadas pelos sujeitos servem como mecanismos que fixam as discussões dos rearranjos sociais no presente, tratando das dores, dos desvios, das fugas, das marcas, das agressões vividas pelos corpos.

¹⁰² FOUCAULT, M. 2002.

Importante salientar que os rearranjos sociais acabam definindo outros modos de ser. Através destes modos de ser (os modos de *subjetivação*)¹⁰³ os sujeitos aparecem e se desenvolvem como *práticas de si*, circulando dentro de algumas práticas discursivas (saberes) e práticas de poder, demonstrado pela descontinuidade de suas formas históricas.¹⁰⁴ As constituições dos sujeitos, deste modo, são problematizadas dentro dos exercícios coletivos, definindo, por isso, certa estilo de experimentação de si. Os rearranjos sociais podem transformar a existência num exercício coletivo de si, cercados por elementos diversos (violência, exclusão, segregação, reclusão) procuram dar contornos criativos aos encontros corporais. A vida se inventa, achando sempre outro caminho de rearranjo.

A experiência do sujeito de si envolve a coletividade, remete os sujeitos para as relações e encontros criativos. Desloca-os. Transforma-os. Se subjetividade envolve modos peculiares de se fazer a experiência, logo, expressa algo, também, de impessoal, pois pressupõe processos de rearranjos dos corpos, isto é, para além de uma visão antropocêntrica. As singularidades, nestes processos, não remetem para o problema das identidades, mas, sim, para as multiplicidades dos corpos. Desta maneira, cada corpo, a partir de um determinado evento, varia, transforma, desloca e multiplica seus perfis, perfazendo em cada um deles uma singularidade interativa.

1.2.6 Os rearranjos sociais e singularidade

[...] A singularidade é agora marcada e medida pela diferença entre o “novo” e “o ultrapassado”, ou entre as mercadorias de hoje e as de ontem que ainda são “novas” e, portanto, estão nas prateleiras das lojas [...] A liberdade das pessoas em busca de identidade é parecida com a de um ciclista; a penalidade por parar de pedalar é cair, e deve-se continuar pedalando apenas para manter a postura ereta [...].¹⁰⁵

O nascimento mergulha cada um na vida social e numa determinada história de vida. Produz-se o sujeito. A sua existência envolverá distintos estilos, contextos sociais e territórios, provocando a criação de significados estáveis, emergentes e complexos, que serão produzidos nas diversas interações sociais. Neste sentido, compomos modos de coletividades e somos por elas compostos. Portanto, elas nos integram em diferentes modos de relações sociais, onde constituímos formas de rearranjos, mecanismos agenciadores e dissipadores.

O nascimento define uma condição de vida, por um lado, de assujeitamento e, por outro lado, de criador. As realidades interagem nos processos de rearranjos sociais, mas não

¹⁰³ Alguns modos de subjetivação, por exemplo, capitalista definem uma forma de relação com o mundo, consigo e com os outros. Alguns destes modos já foram citados acima, tais como: segregação, exclusão, reclusão.

¹⁰⁴ FOUCAULT, M. 1984, p. 23.

¹⁰⁵ BAUMAN, Zygmunt. 2007 A. p. 36, 46.

determinam os resultados. A tensão entre estes elementos configura as singularidades. Enfim, analisar os rearranjos sem pressupor os modos de instituição, os modos de ser torna-se um exercício carente de inserções e interações. Os meandros entre os elementos provocam as variações e as condições de possibilidade para a criação de outros modos de ser.

As posições que os sujeitos ocupam nas relações sociais podem definir nossas ações, nossos dizeres, nossas experimentações, nossas formas de visibilidade. Entretanto, o exercício de si como uma prática de liberdade coloca os corpos em movimento, em constante interação e fazimento. Nesta direção, os corpos criam posições, multiplicam os modos de relações e alteram, permanentemente, os espaços interativos. Ao contrário de uma visão estática dos corpos, projetando sobre os mesmos espaços vazios e carentes de preenchimento, as relações atuais tornam-se movimentos e são entrelaçadas pelas práticas de si. Em outros termos, os corpos recriam-se nos espaços, alteram suas condições e transformam-se.

Assim compreendidos, os rearranjos sociais não são amálgamas de processos históricos e condicionamentos contextuais. Eles são funcionais, demonstram certos mecanismos e configuram modos de ser. As ações estão voltadas, portanto, mais para as singularidades e menos para as prescrições e identidades. A dinâmica dos acontecimentos cria certas noções de singularidades, espaços e temporalidades, remetendo os sujeitos para as coletividades. Se a globalização engendra certa insegurança e medo nos espaços sociais, as práticas coletivas dos sujeitos redefinem outros modos de rearranjos.

As coletividades, por isso, tecem certos modos de relações consigo, com o mundo e com os outros. Elas entrelaçam condições específicas, agenciando as várias tensões e espaços sociais. O problema não se restringe à égide das especificidades, mas ao conjunto dos elementos em movimento, dispersão e variação. Os rearranjos sociais, neste sentido, são diferentes, pois não seguem uma lei geral e centralizadora; fortuitos e efêmeros, pois agregam interstícios, meandros, lacunas, fissuras, multiplicidades; multiplicam os corpos e as apresentações dos mesmos, porque se baseiam nas interações. Enfim, são condicionados por coletividades em movimento, dissipação e transformação.

1.3 A genealogia e os rearranjos sociais: perspectivas

A reflexão sobre gênese e rearranjo social procurou produzir um campo epistemológico, possível, para a análise da violência e a influência que a mesma produz na composição social dos grupos, corpos e identidades. Assim sendo, os conceitos foram discutidos, a fim de possibilitar uma compreensão dos mecanismos analíticos, ou tendência

reflexiva, dos fatos que os sujeitos produzem e experimentam, diariamente, nas diversas relações que estabelecem com o mundo, com os outros e consigo mesmos.

O estudo, enquanto perspectiva genealógica e arqueológica permite averiguar as variações e os encontros corporais no âmbito das coletividades e da exigência de produção de espaços e modos de ser. As variações produzem ligações e fugas, possibilitando ao sujeito diferentes conexões e rearranjos sociais. Através desta perspectiva metodológica, escapa-se da análise da causas e conseqüências, permitindo a análise da atualidade, do sujeito e suas relações interativas que criam modos de ser condicionados (ou não) pelas circunstâncias locais.

A gênese dos processos de rearranjos sociais, portanto, é marcada por diversos fatores que acima foram, exaustivamente, expostos. A violência é um destes fatores que demarca as relações, os sistemas e composição de si, institucionalizando determinadas regras e normas sociais. A genealogia não remete o estudo para o começo, mas, sim, para a potência que cerca os corpos na atualidade e provoca neles a exigência de rearranjos. A sociedade cria um conjunto de regras e de normas que excluem as ações, instituindo determinados valores e procedimentos. Esses procedimentos, na grande maioria das vezes, marginalizam a potência criativa das relações entre os sujeitos.

Se os rearranjos sociais são transformados numa espécie de conjunto de ações, quase sempre, marginalizadas, pois um determinado sistema normatizador exclui os problemas, cria suas próprias tensões e contorna as relações equitativas, o desafio, portanto, a seguir é analisar estas regulações e institucionalizações. A partir disso, pode-se questionar: Quais são esses arranjos? Eles são universais? São excludentes ou agregadores? Quem os institucionaliza? Eles favorecem a quem? As questões são prementes, pois ao analisar os rearranjos sociais dos sujeitos diante da violência torna-se importante a averiguação da condição de possibilidade que envolve estes mecanismos e quem os maneja. O capítulo seguinte tratará deste tema, ou seja, de como os sistemas institucionalizam, que conceitos cercam o princípio da institucionalização e que características elas mesmas produzem no conjunto das coletividades.

2 A INSTITUIÇÃO COMO MECANISMO DE SOCIALIZAÇÃO

Geralmente é in **absentia** que o intelectual aborda um assunto, pesquisa sobre ele e propõe o seu diagnóstico. Por essa razão, existe em nossas disciplinas uma desconfiança natural com relação ao bom senso popular [...]. E isso acontece por duas razões essenciais. Primeiro porque o povo se ocupa sem vergonha, isto é, sem hipocrisia e sem se preocupar com a legitimação, daquilo que é a materialidade de sua vida [...]. E segundo, porque ele foge do número, da medida, do conceito que, desde sempre, foram os fantasmas do procedimento teórico.¹⁰⁶

A elaboração deste capítulo da pesquisa advém de um desafio premente e pontual de refletir sobre os modos de instituições, ou seja, sobre os modelos institucionais que demarcam os modos de ser, centralizando determinadas normas. Analisá-las é tarefa complexa, quiçá complicada. Assim sendo, escolheu-se o modelo de instituição de determinados modos de ser, a fim de demonstrar as tensões que o mesmo enfrenta tanto na relação com a sociedade civil, quanto na relação com os sistemas econômicos globalizantes.

[...] A prática institucional se caracteriza pelo movimento de unificação e reificação dos modos de existir. Isso significa dizer, por um lado, que uma determinada figura de existência, tendo “dado certo” como solução para uma certa demanda de forças, tente a institucionalizar-se, isto é, a consolidar-se como alternativa legítima para aquela circunstância [...].¹⁰⁷

A análise das tensões estruturais deste modelo permite, na relação com a análise dos rearranjos sociais, a averiguação dos mecanismos e dos valores instituídos. As tensões advém das movimentações dos sistemas globais, em que delimitar certo modo e forma de convivência social tem difundido, também, certos conflitos, grupos e resistências. Os efeitos são diversos, tais como: terrorismos, disputas territoriais, grupos religiosos e estilos de ser. A instituição de determinadas regras, modos de ser e regimes tem solidificado e, até mesmo, desenvolvido certa violência institucionalizada.

As reações das instituições diante destas situações de conflito e tensões na estrutura organizacional da sociedade têm sido variadas. Algumas retornam ao passado, acirram os sistemas normatizadores e morais, a fim de deter as transformações dos supostos sistemas funcionais e eficientes das égides estruturais. Elas criam outros sistemas de controle mais eficientes, a fim de acolher (e deter) as variações sociais. As roupagens parecem novas, as linguagens são atualizadas e os modos de ser adequados às tensões sociais. Enfim, elas, diante

¹⁰⁶ MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: declínio do individualismo nas sociedades das massas**. (trad.) Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1987, p. 79.

¹⁰⁷ PEREIRA, Marcos Villela. 1996, p. 138.

de diferentes desafios e conflitos, têm reforçado a reação de retaliação e expandido seu sistema de regulação.

A instituição de determinados valores depara com diversos interesses econômicos, abriga diferentes grupos políticos e gerencia diversos segmentos sociais. E inovar e conservar parecem ser dilemas insolúveis na estruturação das normas. As tensões giram em torno destas duas necessidades impostas pelos interesses econômicos e políticos. Por isso, o modelo de instituição dedica pouca atenção aos acontecimentos sociais relacionados, principalmente, aos problemas das violências e aos processos de rearranjos sociais do sujeito, pois engendra seus próprios mecanismos de repressão, centralização e formação dos modos de ser.¹⁰⁸

A preocupação gerada por alguns modelos tem se fixado, por isso, nas políticas macro-sistêmicas, isto é, nas políticas direcionadas ao controle dos variados interesses econômicos, à regulação das relações contratuais e aos incentivos fiscais. A dimensão social, como se tem notado a nível mundial, tem sido marginalizada, relegada aos conflitos étnicos, religiosos e culturais. Os efeitos daí provenientes são vários, tais como: aumento do racismo, disputas territoriais e xenofobias.

Os desafios das instituições estão ligados, como aqui se entende, às movimentações sociais, enfim, à dinâmica social de composição de modos de ser, que englobam os mais diferentes estilos, espaços e contextos sociais. Diante destes movimentos, as instituições podem reagir com medidas violentas, por exemplo, cerceamento da liberdade civil, engessamento dos movimentos sindicais, incriminação das lideranças sociais. Elas centralizam as ações e reduzem os diversos acontecimentos a um determinado denominador comum, geralmente, opressivo e excludente.

O projeto de segurança pública baseado no combate ostensivo ao crime, pode primar pelos sistemas punitivos, buscando, eventualmente, reduzir as ambivalências interpretativas. A tolerância passa a ser zero, por exemplo. O furto de um pote de margarina passa a ser condenado com mesma pena de um latrocínio. A vida passa a ser dominada pelo medo, insegurança, desconfiança e condenação. Enfim, as instituições não asseguram o bem-estar da população, antes o contrário, elas ajudam na disseminação de estilos de vida voluntaristas.

Diante deste quadro de catatonia social o objetivo é analisar as tensões, os meandros, as intensidades que circulam o modelo de instituição e a sua tarefa essencial de regulação das

¹⁰⁸ Um estudo feito sobre as prisões por Michael Foucault demonstra esta dimensão e apropriação da punição feita pela instituição. A partir disso, a instituição (no caso o Estado) estabeleceu um mecanismo de violência institucional, aceito e disseminado no conjunto da sociedade. FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro, Graal, 2002a.

relações sociais. Estabelecer e demarcar, portanto, as relações sociais e os territórios, as temporalidades e as transformações dos sujeitos, as remissões e as invenções das topologias nos rearranjos sociais dos sujeitos em situação de violência configura um modo analítico de compreensão do termo instituição.

Ao averiguar as nuances institucionais de compreensão dos dilemas relacionados aos acontecimentos sociais de violência e, portanto, das exigências de criação de outros estilos de vida, verifica-se um modo de violência instituída, ou institucionalizada. Desta maneira, o conceito de instituição torna-se dinâmico, pois não trata, aqui, de templos, fortificações e sistemas encruados de regulação do social, mas de um modelo que centraliza, nomina, dissemina e reduz as relações sociais.

Os conceitos e referências analíticas instrumentalizadas na pesquisa dos movimentos sociais diante dos inúmeros casos de violência cotidiana definem a compreensão dos regimes normatizadores das relações sociais. O envolvimento com estas questões permite o estabelecimento de critérios analíticos que podem possibilitar mecanismos de auscultação e de averiguação das variações e composições sociais. A análise das instituições auxilia, portanto, na problematização e, ao mesmo tempo, na compreensão das questões relacionadas aos estabelecimentos dos modos de ser sociais.

Inicialmente, faz-se necessário apresentar a discussão sobre a instituição e sua característica centralizadora. Analisá-la, a partir das movimentações sociais, isto é, entre os regimes que instituem e procuram reter as convulsões no conjunto da sociedade, possibilitará a compreensão, num primeiro momento, dos arranjos sociais (instituição) e, num segundo momento, dos rearranjos sociais. Isso trará à tona os problemas relacionados aos espaços, normatizações e regimes. A análise poderá permitir, além disso, a compreensão das tensões sociais entre a sociedade civil e diversos interesses econômicos ligados aos poderes constituídos. Os modelos institucionais, por exemplo, reduzem os territórios e estilos alternativos de vida, bem como silenciam as crises e as diferenças sociais, excluindo-as.

2.1 As tensões e a estrutura

A fim de introduzir o assunto cabe uma primeira assertiva, direcionando a pesquisa para a questão das tensões na atualidade. A situação presente que envolve o modelo de instituição está marcada por uma série de temas e conflitos, podendo ser definida da seguinte maneira:

uma violência conceitual,¹⁰⁹ pois engloba fluidez, liquidez, urgência, dissolução, variação e convergências. Deste modo, o tema irrompe e esvai-se como uma *condição de possibilidade* dos sujeitos em sociedade diante de sistemas que procuram instituir e regular a vida social e individual. Assim sendo, a própria função da instituição, ou seja, de regulação e normatização dos arranjos sociais experimenta constantes transformações.

Os sistemas vigentes, sejam eles quais forem, enfrentam a permanente tensão entre as rupturas e regularidades, provocando constantes reavaliações de comportamentos naturalizados e de rompimento de outros agentes. A instituição, por isso, não é imutável e ou rígida, ela transforma seus mecanismos e regras. Assim sendo, eles não persistem por longos períodos e estão, igualmente, sujeitos às súbitas rupturas.

As condições acima mencionadas, ligadas a uma emergência pontual, diversificam não só as situações, mas, também, os objetivos. O objeto que se impõe e se apresenta para a análise produz uma série de rastros, que conjugados ao problema da temporalidade dos fatos condicionam o estudo dos rearranjos sociais dos sujeitos. Nessa perspectiva, o estudo não faz generalizações e, sim, permite a visibilidade de determinadas situações e casos que definem e institucionalizam costumes, sistemas e as interações sociais.

Analisar os rearranjos sociais permite fazer algumas correlações, por exemplo, com o problema das violências, as institucionalizações centralizadoras, os sistemas econômicos e as questões das subjetividades. As violências delineiam formas de ser em sociedade, em que impera o medo, a insegurança, o isolamento e o consumo de sistemas de proteção. Neste sentido, elas estão relacionadas aos acontecimentos sociais, porque envolvem estilos individuais e coletivos de ser em sociedade.

Assiste-se a constantes definições não somente no que tange às criações e variações das movimentações sociais, mas também em relação às estruturas organizativas da sociedade. Estes dois pólos de tensão provocam novos modos de análises, pois implicam diferentes compreensões e situações vivenciais. A análise prioriza as convergências e as composições aleatórias na regulação das relações sociais. Nesta direção, pode se averiguar que ambos (estrutura e sociedade civil) estão imbricados por diferentes modos de ser, que diante de certos acontecimentos precisam alterar os estilos e os perfis. Enfim, eles podem configurar mecanismos de arranjos e rearranjos sociais, sejam eles de produção, de consumo e de interação entre os diferentes interesses e, até mesmo, de violência.

¹⁰⁹ CONNOR, Steven. **Cultura pós-moderna: introdução às teorias contemporâneas**. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo, Loyola, 1992, p. 11.

O conceito de instituição se torna subjacente ao conflito e à violência, inerentes à relação entre movimentação social e estrutura. A necessidade de mediar tais relações dá origem aos conceitos e “sustenta os termos do conflito, sob o domínio da violência imediata e sob a incerteza que a tensão esconde. As instituições constituem formas de mediação entre os conflitos e sua, conseqüente, normalização. Em relação ao termo normalização e regra instrumentaliza certa soberania, para permitir a promulgação das mesmas. Esse instrumento assegura a reprodução e difusão do sistema na sociedade. A regulação pressupõe, portanto, um suporte institucional, que delimita certas ações e dissemina tantos modos ativos quanto reativos.

A discussão sobre a violência pode ser, de certo modo, cômoda, política e apaziguadora. A idéia que se dissemina é que o país caminha para um futuro promissor e tranqüilo, e o progresso acabará com a violência. O discurso sócio-econômico é comum na classe política e intelectual do país, pois ela vê nas desigualdades sociais e na educação precária o grande problema das violências. Por exemplo, o presidente Lula tem afirmado, em muitas ocasiões, que o problema é fundamentalmente sócio-econômico,¹¹⁰ de pobreza, miséria e desemprego. Cria-se a falsa idéia, dentro de um discurso político que a solução está, unicamente, na divisão mais equitativa da renda.

A análise dos processos de rearranjos sociais dos sujeitos quer demonstrar que a sociedade experimenta tais eventos de forma constitutiva, moldando seus modelos de convergências e divergências sociais, seguindo ou contornando o mecanismo de regulação (arranjo) da instituição. O discurso sócio-econômico não explica satisfatoriamente os eventos sociais, pois existem outras nuances que demonstram que os sujeitos buscam potencializar os espaços e circularidades sociais, expandindo-os. O discurso fácil de alguns políticos não ajuda a compreensão e, tampouco, na criação de rearranjos sociais. Jogam, isto sim, uma cortina de fumaça nas variações sociais ao reduzirem as diversas tensões ao problema sócio-econômico.

As socializações são gestadas e, também, pressupõem interações, conjunções e dissoluções, o que, de certo modo, remete as problematizações para os exercícios e os modos de subjetivação dos sujeitos na sociedade atual. Desta maneira, trabalha-se com as tensões, proliferações dos movimentos sociais e as organizações estruturais, remetendo-as a uma compreensão processual e diversificante que procuram problematizar o instituído. As

¹¹⁰ Indiretamente há uma incriminação da pobreza e brutalização dos pobres. A sociedade contemporânea do consumo incrimina os pobres, fazendo desaparecer o Estado voltado para o bem-estar da nação. Um exemplo desta incriminação é o aumento astronômico das prisões nos USA. Entre 1980 a 1993 houve um aumento de mais de 60%. Os pobres incriminados são despejados em prisões privadas com novos mecanismos de punição e vigilância. BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Trad. Mauro Gama. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998. p. 78.

problematizações são definidas, portanto, pelos conjuntos das intensidades relacionais, isto é, pelos distintos modos das composições e rearranjos sociais.

O conceito dos rearranjos sociais será desenvolvido para além da compreensão clássica da sociedade baseada nos indivíduos, nas suas diversas associações contratuais e racionais. Se outrora a organização social fundamentou-se no indivíduo, valorando suas capacidades racionais e associativas, criando um espaço de arranjo e organização eficientes, atualmente ela esbarra-se nas diferentes coletividades, afetividades e sensibilidades¹¹¹, ou ainda, nas formações das comunidades¹¹² solidárias de consumo, produção e interação. São modos de conjunções que expressam diferentes ordens, costumes e estilos de vida, contornados pelas infinitudes e efemeridades dos exercícios sociais dos sujeitos.

A análise da violência institucionalizada depara-se na atualidade, a partir destes imbróglis interativos, com estes diversos ramos sociais que florescem e arborescem, indefinidamente, nos espaços das circularidades públicas, criando outras paisagens e visibilidades. Em outras palavras, elas demarcam territórios, circularidades e modos de ser que fomentam outras combinações sociais e complicam as formas tradicionais de arranjos baseados no bem-estar, na segurança e no progresso social.

As subjetividades capitalistas, para retomar uma compreensão do conceito feito por Guattari,¹¹³ não operam por oposições, mas pelas diversificadas agregações e combinações sociais. Assim sendo, estas iniciativas denominadas de comunidades solidárias podem acabar reproduzindo, em escala bem menor, a lógica da disputa e da eficácia dos sistemas de produção, institucionalizando determinados sistemas recorrentes de violência. Nesta direção, o arranjo e os rearranjos sociais não se tornam oposições, mas formas de interação entre os sujeitos. A violência institucionalizada, portanto, não produz, necessariamente, oposições, mas modos de ser e sistemas de regulação naturalizados.

A questão da espacialidade remete os sujeitos para o advento e a urgência da criatividade, em que os mesmos são, constantemente, atravessados por territorialidades e circularidades latentes, sendo provocadas a criarem outras referências, sejam elas individuais e coletivas. Enfim, não há oposição entre arranjo (instituição) e rearranjo (movimentação). A instituição de determinada regra e norma se torna possível mediante interações, territórios e

¹¹¹ MAFFESOLI, Michel. 1987, p. 101-102

¹¹² O estudo a situação das comunidades demonstra que a sociedade contemporânea, envolvida pela globalização dos mercados, cria e fomenta redes solidárias de consumo e produção, a fim de democratizar informações, consumo e produção dos bens. O Estado tem fomentado estas iniciativas, através dos microcréditos direcionados às famílias produtoras e pequenas cooperativas. Deste modo, incluem novos consumidores no sistema de consumo capitalista.

¹¹³ GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro, Editora 34, 1992.

sistemas de produção. Ela torna determinadas ações corriqueiras, agregando diversos elementos e difundindo mecanismos reguladores.

A análise dos rearranjos sociais dos sujeitos como eixo temático pode possibilitar algumas correlações e contextualizações. Os conceitos funcionam como intercessores, que giram em torno do tema das violências institucionalizadas, relacionando-as com as questões prementes na atualidade. Uma correlação é possível através do sistema instituído de solução das diferenças. Enfim, há um processo de seleção natural e adaptativa. A seleção e a coerção institucional não demonstram que ela é imutável e rígida. Elas mudam e, mesmo assim, podem pressionar e manipular os sistemas seletivos, levando-os a manterem ou redefinirem sua forma de seleção. A violência se institucionaliza como mecanismo naturalizado, necessário e eficaz.

O tema exige a produção de um lócus para o tema central dos rearranjos e, também, relacioná-lo com os agentes sociais e interativos das instituições. A análise pressupõe a composição, neste sentido, de diferentes contextos, sujeitos, acontecimentos e estruturas sociais, visando agenciar as várias formas de circularidades que atravessam as relações das diferentes comunidades sociais. Deste modo, busca-se averiguar os rearranjos sociais na sociedade brasileira, a fim de oferecer um modo de análise destas movimentações sociais e os mecanismos de instituição baseados na seleção, coerção, normatização e banalização da imposição da força.

2.2 A instituição e os mecanismos legais

A análise do modelo de instituição, na atualidade, esbarra nas questões políticas e econômicas do mercado livre, globalizado e disseminado em quase todos os continentes do planeta. Os diversos interesses econômicos, por exemplo, têm transformado o aparelho estatal num cassino, isto é, numa instituição baseada no mercado especulativo. Desta maneira, as questões sociais e culturais são transformadas, quase sempre, em empecilhos ao progresso tecnológico e moderno dos mercados globais. A dimensão social e cultural é envolvida pelas lógicas globais, entretanto, como elementos marginais e descartáveis. Assim, institucionaliza-se a miséria, tornando-a banal e, concomitantemente, as agressões de uns contra os outros.

A partir destas premissas globais, as nações passam a ser avaliadas e medidas pelos graus de investimento, balança comercial, índices de inflação e controle dos gastos públicos. Já os índices de IDH (Índices de Desenvolvimento Humano), os direitos humanos, a proteção dos mais fracos, o meio-ambiente e o uso eficaz dos recursos naturais tão importantes para a vida

se tornam ignorados. Enfim, os resultados expressivos devem estar relacionados aos bens de capitais e ao controle das contas públicas, marginalizando as questões humanitárias.

A instituição do Estado brasileiro tem sido reduzido ao mínimo com a privatização das empresas estatais estratégicas e dos bens sociais como educação, saúde e previdência social. A lógica do mercado ou do *capitalismo integrado* como denomina Guattari¹¹⁴ não é só especulativa, é também flutuante, pois além de criar uma desigualdade social, cria também cultura e estilo de vida, quase sempre, voluntaristas e consumistas. A partir desta perspectiva, o montante econômico garante a força especulativa, enquanto a mídia mundial sustenta a idéia do consumo e da realização plena da vida.

O consumo, baseado no desejo e nas novas tecnologias, remete alguns sujeitos para uma espécie de panacéia de bem-estar futuro, enquanto grande parte da população é negligenciada pelo sistema econômico vigente. A idéia corrente de progresso está ancorada no acúmulo de potência econômica como solução futura dos problemas sociais, disseminando o conceito de quem tem mais bens pode mais. Assim, ele estará garantindo sua existência e, de certo modo, contribuindo para o desenvolvimento social.

Além do bem-estar ele precisa cuidar de sua segurança. A segurança pessoal, a preservação da vida e o patrimônio foram considerados, inicialmente, como atribuições privadas, particulares, individuais. Ela era atribuição privada, normalmente, ligada as lideranças locais. Depois passou a ser atribuição do Estado. Atualmente, ela se transformou em negócio de empresas (privadas) de segurança pessoal, pois oferecem proteção e segurança para quem tem patrimônio e estabelece muitas relações comerciais. A própria idéia de segurança como projeto privatizado é controversa, porque a mesma não só protege, ela se torna um negócio. E como tal passa a instigar a violência em determinadas situações.

A segurança, como tarefa do Estado, procurou democratizar as relações sociais. Isso foi um grande avanço quando o Estado trouxe para si o problema da segurança, tornando público o problema e os processos punitivos. A monopolização do Estado da condenação e instrumentalização das violências disseminou a idéia de que na democracia a segurança pessoal sai das mãos dos cidadãos e se concentra na mão da instituição organizada.¹¹⁵ A segurança pública é, portanto, uma preocupação e um problema recente do Estado moderno, pois outrora a segurança competia aos próprios cidadãos de determinada localidade. Em algumas favelas

¹¹⁴ GUATTARI, Félix. **Micropolítica. cartografias do desejo**. 2.ed. Petrópolis, Vozes, 1986.

¹¹⁵ Entrevista concedida por Luís Flávio Sapori ao blog Repórter de Crime. A entrevista foi concedida no dia 18 de maio, em 2008, às 14:12h. <http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/reporterdecrime/#103189>.

esta situação ainda se repete, pois o chefe do tráfico garante, também, a segurança dos cidadãos locais.

A menina presa em Abaetetuba,¹¹⁶ Pará, com mais de vinte homens demonstra que o problema da segurança e da violência contra outrem, também, pode ser uma ação da instituição organizada. O fato envolve, primeiramente, uma jovem mulher, mas de certo modo agrega toda a população. A violência circula, através dos mecanismos militares como reguladora e, ao mesmo tempo, como formadora de perfis. Os mecanismos precisam castigar e mostrar o exemplo para a sociedade. O evento abrange não só um exagero policial, mas também o descaso das instituições responsáveis pela garantia dos direitos civis.

A sociedade se vê escandalizada, mas permanece no silêncio. Reorganiza-se na indiferença e na cultura violenta do castigo corporal como meio eficaz de formação do indivíduo. A análise do evento proposta pelas mídias se fundamenta no abuso do poder, no desrespeito aos direitos humanos e na coisificação da mulher, acentuando a precariedade do sistema judicial e militar do país. A discussão passa ter caráter burocrático, em que o problema é reduzido à lentidão dos processos judiciais, que de certo modo privilegiam os infratores e prejudica a pessoa atingida pela ação agressiva.

A família e a menina presa com homens foram transferidas do Estado, levadas para uma região distante para protegê-las. O processo de rearranjo social, neste caso, sofre primeiro uma separação territorial e relacional, em que as raízes culturais, locais e interativas são alteradas. Ela precisa retomar a sua vida, recuperar sua dignidade, reconstruir suas relações num outro contexto (Estado), espaço e tempo. As pessoas próximas, vizinhas e amigas recolhem-se com medo de represálias e perseguições pessoais. Neste caso, tanto a menina quanto os circunvizinhos inventam um espaço de segurança, configurando um modo de fuga e de criação de outras possibilidades que garantam sua existência, tais como: silêncio, indiferença e medo.

O medo, a insegurança, a desconfiança demarcam, então, a vida diária dos cidadãos. São estes sentimentos que deterioram as relações entre os diferentes sujeitos. A sociedade não consegue confiar na instituição legal e busca resolver os problemas com as próprias mãos dentro da tão instrumentalizada idéia do “dar um jeitinho”. Diante destas questões percebe-se que as instituições centralizadoras e legais vivem, em certa medida, um problema de anomia, pois não conseguem agregar e conduzir os rearranjos sociais. Elas estão esfaceladas pelo sistema econômico baseado nas especulações, nos oligopólios e nas regulações. Então, a

¹¹⁶ Acesso no dia 15/04/08 ao site: www.oglobo.globo.com/pais/mat/2008/04/04/426685689.asp

sociedade civil cria seus próprios guetos de segurança, suas próprias leis e regimes de sobrevivência, ou seja, suas formas de rearranjos sociais.

O Rio de Janeiro, por exemplo, com seus morros e favelas em muitas ocasiões e locais está dominado e governado por diferentes lideranças ligadas ao tráfico de armas e drogas. A impotência do Estado é visível no combate a estes sistemas paralelos de poder que oprimem e matam. As lideranças locais passam a promover, na comunidade, a segurança, os costumes e o bem-estar. As lideranças são ditatoriais, pois impõem suas regras. Além disso, eles defendem e julgam, privatizando os direitos legais.

A impunidade entre as lideranças políticas, também, é latente. O Brasil tem sido gerido por políticos fisiologistas e corruptos que se consideram acima das leis e das condenações penais. Uma demonstração deste problema foi o escândalo do “mensalão”.¹¹⁷ A compra de votos parlamentares no Brasil vem desde longa data. No entanto, com o amadurecimento das instituições o controle sobre os exageros melhorou um pouco. O problema pode tornar-se moral, isto é, a sociedade assiste uma justiça morosa absolver os poderosos. A tensão é permanente entre o esfacelamento institucional e o descrédito social, pois seus agentes políticos e civis instrumentalizam, em benefício próprio, as leis, banalizam a violência e tripudiam os direitos.

O sistema econômico, por exemplo, instrumentaliza a instituição, a fim de aumentar sua influência e lucro. Assim, ele fomenta uma espécie de selvageria institucional, abolindo as garantias sociais; motiva sub-repticiamente o capital especulativo. A movimentação social, a segurança, o bem-estar, a vida comum e a formação dos sujeitos não tem sido sua preocupação central. A instituição não consegue centralizar os mecanismos sociais e reguladores; torna-se refém dos diversos interesses que instrumentalizam o medo, a insegurança, a desconfiança, objetivando o consumo de produtos ligados à segurança pessoal, à garantia das regalias e à proteção do patrimônio. Ela, desta maneira, torna-se ambígua, condena os fracos e corrompe os direitos. Institucionaliza a violência.

2.3 O capitalismo e a instituição

O capitalismo integrado,¹¹⁸ por exemplo, busca criar centros de poder e de produção, assimilando e concentrando a circulação das diversas mercadorias. Nesta direção, impor suas determinações aos diversos países seria difícil e complexo. Ele, portanto, propõe uma forma de

¹¹⁷ Acesso no dia 11 de setembro de 2008, às 23:06 no site: <http://oglobo.globo.com>. A matéria foi escrita pelo jornalista Jailton de Carvalho.

¹¹⁸ GUATTARI, Félix. 1986.

arranjo organizacional e institucional, em que a solução seria: concentrar os poderes num único lugar e pessoa, denominada de governo central; incentivar as corporações a fundirem-se na tentativa de aumentar o valor agregado das suas ações. Isso cria dois pilares norteadores.¹¹⁹ Um pilar está ligado à regulação das relações e outro ligado à imposição das regras, ambos baseados na força do capital financeiro.

A “economia, de certo modo, busca definir o ambiente institucional, os custos de transação” e a organização industrial. Isso transforma as instituições, que deveriam conduzir e orientar os processos da tomada de decisões, em um meio dominado por incertezas, racionalidades limitadas e oportunismos. O objetivo é, tão somente, reduzir os custos de transação. As interações sociais devem ser entendidas, neste caso, como “inflexíveis”, associadas às rivalidades, aos conflitos e às violências. A proposição teórica e metodológica, portanto, é regulação. A teoria da regulação do capitalismo não tem a preocupação em ressaltar uma determinada finalidade e desenvolvimento, mas sim interesses ligados aos poderes econômicos.¹²⁰

O sistema econômico fomenta, por isso, uma instituição preocupada com as regulações e voltada para a necessidade do mercado. Em outros termos, o capitalismo integrado fomenta relações tensas entre a instituição e a Sociedade Civil, a fim de obter vantagens econômicas e sustentação do discurso de inovação, baseado na limitação dos direitos adquiridos. As implantações das novas regulações condicionam as ações aos custos e valores das mesmas, fazendo com que as garantias sociais percam espaço para as ditas transformações das relações de trabalho, otimização e custo benefício.

O Brasil é composto por uma federação de Estados e municípios. Neste sentido, cabe fazer algumas considerações sobre as características importantes do país. A referência histórica para tal estudo é a formação dos Estados Unidos da América no ano de 1787.¹²¹ Neste ano foi constituída, a partir de treze diferentes colônias inglesas, uma federação. A federação buscava uma unidade sem, no entanto, reduzir o poder das diversas colônias. As ex-colônias não queriam abrir mão das suas autonomias e, em certa medida, de suas soberanias e liberdades. A solução para tal impasse foi a aprovação de uma constituição que garantisse a unidade jurídica e política e, ao mesmo tempo, a autonomia das diversas colônias.

¹¹⁹ RODRIGUES, Edmilson Brito. O Estado Nacional, cidades e Desenvolvimento: apontamentos sobre os impactos das reformas neoliberais na estrutura federativa, o golpe à autonomia e ao protagonismo municipal. Belém, Labor Editorial, 2002, p. 8-9.

¹²⁰ CONCEIÇÃO, Octavio A. C.. **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista**. Tese de Doutorado em Economia. Porto Alegre, PPGE/UFRGS, 2000. (mimeo).

¹²¹ RODRIGUES, Edmilson Brito. 2002, p. 12

Criou-se, desse modo, um Estado Federal composto por diferentes colônias, que compunham uma nação. Porém elas gozavam de uma ampla autonomia, onde poderiam se auto-organizar, respeitando, obviamente, os limites colocados pela constituição. Em outras palavras, num estado federativo, o poder político é compartilhado pelos entes da federação, ou seja, entre a União, os Estados membros e, no Brasil, também os Municípios. Assim constituído, as relações políticas são definidas não por um poder central, mas pelo conjunto das entidades que compõem a nação.

A noção de instituição, conforme demonstra a concepção ligada ao papel do Estado, está estreitamente conectada ao território, a um lugar comum e regido por determinadas normas. A partir dos territórios derivam os poderes políticos e constitucionais, sua fonte e foco de ação. Um representante popular, eleito pela maioria, tem por incumbência cuidar bem dos seus representados. Atualmente, estas dimensões e localizações estão sendo alteradas, pois as relações econômicas e os sistemas legais passam pela redução de sua capacidade. O território perde espaços para as ações de regulação.

A denominada globalização envolveu as instituições num processo de reformulação infundável, em que sistemas sociais de tributação, de garantias contratuais e de definição das políticas internas e externas estão sendo esfacelados pelas exigências de mudanças. Enfim, as instituições não podem mais se fixar na noção de território, elas precisam acompanhar as movimentações sociais e tecnológicas, procurando ampliar sua eficiência na penalização, no controle e centralização dos mecanismos divergentes. A movimentação e os problemas sociais tornam-se divergente, ou seja, não contribuem para a eficiência do mecanismo regulador.

A organização federativa, atualmente, busca a chamada descentralização administrativa dos serviços e territorial, a fim de dar competência e agilidade às diferentes unidades federadas. Um exemplo desta tendência é a municipalização da saúde e da segurança pública. O projeto de descentralização da federação busca dar eficiência aos diferentes serviços prestados à sociedade. Entretanto, a tradição clientelista da política brasileira transforma estas iniciativas em oportunidades de angariar votos, favorecer seu grupo de apoio e o “curral eleitoral”. Se por um lado há a necessidade de organizar os serviços públicos, por outro lado, o problema da corrupção do sistema acaba por prejudicar a população mais carente do país.

A organização funcional destes serviços, tais como saúde, previdência, educação, segurança busca adequar-se as exigências das regulações e eficiências. As mudanças logo são assimiladas pelo sistema político, deixando a população desamparada em serviços básicos, causando revoltas e indignações. Em outros termos, o bom funcionamento não interessa ao

sistema econômico, que estrutura seus lucros em cima do tráfico de influências, desvios e corrupção. Neste sentido, a sociedade civil e os conseqüentes problemas sociais, tais com miséria e violência, não interessam a máquina do lucro e ao sistema especulativo. Ela busca favorecer, baseada num discurso de custo, alguns poucos e prejudicar a maioria da população.

A polícia, por exemplo, serve ao modelo e garante a manutenção do mesmo na vida social. Enfim, o sistema policial no país visa afirmar o poder da regulação, utilizando-se da repressão física. Isso demarca a ação militar, que distante, autoritária e violenta amedronta o cidadão. Essas ações geraram indignação social, falta de confiança e respeito. O sistema policial protege e protege o patrimônio, ignorando os problemas sociais das violências cotidianas. Este modelo tem se demonstrado ineficiente, pois dissemina o medo, a desconfiança, o crime organizado e a insegurança.

O capitalismo integrado busca, portanto, criar a noção de globalização dos mercados, culturas e direitos, a fim de garantir determinado grupo e regra no jogo das socializações. Desta maneira, a unidade defendida pelo modelo institucional associado ao princípio de regulação mantém o projeto vivo. Os arranjos sociais propostos pelo sistema integrado buscam colocar os mais diferentes entes dentro de um jogo comum de controle e estímulo de relações, defendendo modelos culturais, legais e sociais assujeitados aos ditos interesses econômicos. A instituição, portanto, naturaliza a violência e, até mesmo, a acirra, mantendo a sociedade desagregada, difundindo o individualismo, o medo do outro, a insegurança e o isolamento.

2.4 A instituição e a sociedade civil

A elaboração/produção subjetiva¹²² encontra-se, por exemplo, nestes arranjos sociais diante de um dilema, ou seja, o fim do projeto de bem-estar e segurança. A instituição deveria mediar os conflitos e promover os projetos inclusivos, mas, no entanto, está associada a idéia do lucro econômico. As coletividades perfazem, assim, as diferentes relações e conjunções sociais, tornando a análise dos rearranjos dos sujeitos em situação de violência agregadora, pois a dimensão institucional, conforme aqui se suspeita, tem excluído as relações sociais em função de um projeto global de lucro e eficiência.

O pensamento moderno e ocidental estruturou uma idéia de instituição e de sociedade civil. A instituição do Estado, por exemplo, “é uma realidade construída, uma criação artificial

¹²² SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo, Cortez, 1995, p. 247.

e moderna quando comparada com a sociedade civil.”¹²³ A estruturação da mesma agencia a idéia de um ente máximo, organizador da vida pública e social. Assim, ele tornou-se, por um lado, fomentador da liberdade e, por outro, condição de exercício da mesma. O surgimento do conceito de instituição pautou-se na tensão permanente da organização e da estruturação. A organização institucional está, então, em movimento e em constante transformação, pois a mesma precisa acompanhar as nuances, as inovações tecnológicas e os sistemas econômicos globais. Ela não é mais resultado das coletividades e do desejo de liberdade e bem-estar, mas instrumento de determinado grupo e interesse econômico.

O avanço do sistema capitalista nas sociedades contemporâneas, além de provocar as mudanças estruturais e legais, dissimula os problemas das desigualdades e das diferenças culturais. Há, no entanto, um projeto de homogeneização das culturas, de naturalização da miséria e da fome no mundo. Em outras palavras, a sociedade esbalda-se em processos fortuitos de bem-estar e encerra-se nas materialidades descartáveis das novas tecnologias. Enfim, ela torna-se dinâmica e auspiciosa, comiserando-se entre os eventos catastróficos e esplendorosos apresentados pelas mídias, em que a movimentação social passa a ser show. Ao lado disso, as estruturas esfacelam-se e os direitos fundamentais são alterados, dificultando as relações sociais e as liberdades civis.

O ataque às torres gêmeas, a guerra contra o Talibãs e o governo iraquiano demonstram como a sociedade mundial tem lidado com os eventos sociais apresentados pelas mídias. Alguns meios midiáticos mundiais mostraram o ataque às torres gêmeas, a comoção das pessoas e a circulação das notícias, buscando aumentar a audiência, o medo e a insegurança. O show da guerra, a derrubada do ditador, os ataques terroristas são assistidos, pacificamente, por boa parte da população mundial, que atônita e acuada não encontra estímulos para protestar e propor alternativas.¹²⁴

A guerra e a violência tornam-se simples espetáculos mórbidos. O caderno policial torna-se mais lido e procurado do que os de cultura e arte nos jornais e diários brasileiros. Há uma naturalização do caos e a promoção de uma indiferença como forma de sobrevivência, em que a violência só ocorre com o outro e está no outro. Elas estão presentes nos territórios aleatórios; pertencem aos inimigos da democracia, dos bons costumes e da sociedade organizada. Assim, a estratégia de dominação mundial pode ter transformado a guerra, o ataque

¹²³ SANTOS, Boaventura de Sousa. 1995, p.117.

¹²⁴ Embora tenham ocorrido muitas manifestações sociais contra a guerra, as políticas imperialistas mantiveram o curso de seus projetos. A opinião pública foi manipulada e, ao mesmo tempo, silenciada pelos interesses de alguns poucos conglomerados econômicos.

aos direitos fundamentais um simples jogo de mídia. A guerra e as mortes passam a ser televisadas, banalizando a destruição do outro.

[...] Assiste-se, por um lado, à erosão dramática dos mecanismos institucionais e culturais que até agora corrigiam e compensavam os excessos e os défices sociais do desenvolvimento capitalista – do que resulta uma sensação de desregulação global – e, por outro lado, é visível um total bloqueamento de soluções para o impasse, não apenas de soluções mais radicais como de soluções relativamente moderadas [...].¹²⁵

O *Estado fraco*¹²⁶ e mínimo, conhecido pelas suas desregulações, privatizações e reduções dos serviços públicos, tem sido fomentado e defendido como alternativa às corrupções políticas e às incompetências gerenciais. Ele surge como uma alternativa eficiente e atual contra o modelo centralizador do velho Estado-Nação. Este tinha por objetivo controlar os fluxos das pessoas, bens, capital ou idéias.¹²⁷ O Estado liberal e liberalizante tem tomado forma não só nos modelos econômicos atuais, mas também nos rearranjos coletivos, nas dinâmicas crescentes dos grupos e das culturas que se inventam nos meandros sociais. Desta maneira, o Estado não se torna fruto de um projeto estrutural do pensamento moderno e econômico, mas efeito de movimentações sociais diversas.

A partir desta perspectiva (Estado fraco) as instituições remetem à complexidade dos valores, normas, crenças, significados, símbolos, costumes e padrões socialmente apreendidos e compartilhados, na atualidade, que delimitam e disseminam o elenco de comportamentos esperados e aceitos em determinado contexto particular e local. A visão de instituição centralizadora e funcional está bem presente, porém distorcida de seus preceitos históricos, ou seja, de procura de bem-estar, segurança e liberdade para a maioria da população. A discussão da função atual da instituição gira em torno da eficiência, controle e cerceamento das movimentações sociais.

A nova ordem econômica¹²⁸, baseada nas dinâmicas dos mercados, busca não só gerir as diversas comunidades, bem como torná-las consumidoras em potenciais. Assim sendo, o sistema financeiro especulativo e de produção de bens precisam, igualmente, ser dinâmicos e inseridos nas diversas movimentações sociais, constituindo novos especuladores e

¹²⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa. 1995, p. 285.

¹²⁶ A base do conceito da instituição do Estado está no fato que ele é o oposto da sociedade civil e potencialmente seu inimigo. A economia neoliberal necessita de uma sociedade civil forte e para que ela exista é necessário que o Estado seja fraco. O Estado é inerentemente opressivo e limitativo da sociedade civil [...]. Daí que o Estado fraco seja tendencialmente o Estado mínimo. Em outros termos, a tendência é delimitar o poder de instituição, disseminando relações mais efêmeras e contratos mais fortuitos. SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2005, p. 41.

¹²⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa. 2005. p. 36.

¹²⁸ Uma série de estudos aponta para estas tendências organizações e sistêmicas. A nova ordem econômica estaria baseada na “sociedade da informação”, ou se preferirmos, nas novas tecnologias. *O homem não precisa mais buscá-la, já que ela pode ser trazida ao lar ou ao escritório*. KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997, p. 22.

consumidores. A contemporaneidade não só é marcada pelas relações diversas e diversificantes pelos grupos que fixam territorialidades e que inventam heterotopias, mas também por um sistema econômico que se molda e procura moldar estas exponenciais e dissimuladas organizações sociais. [...] *estamos perante um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo.*¹²⁹

A função da instituição de centralizar e agregar as tensões sociais são alteradas, à medida que estas diversas conjunções produzem diferentes regras de convivialidade, provocando costuras diversas no tecido matizado da sociedade, ou seja, não são só os elementos locais que definem as regras, mas os interesses globais. A função da mesma, portanto, passa a ser de regulação. E instrumentalizada pelo capital age na sociedade, altera as regras e, posteriormente, as regula. O conceito de instituição, essencialmente, está associado à idéia de unidade. Ao enfrentar tantas tensões, opta pela imposição de determinados projetos e de expansão do controle (combate as liberdades civis, religiões, internet).

A globalização se define como “conjuntos de relações sociais que se traduzem na intensificação das interações transnacionais, sejam elas práticas interestatais, práticas capitalistas globais ou práticas sociais e culturais transnacionais.”¹³⁰ Enfim, a globalização condiciona as ações institucionais, pois transformam a noção de território, domínio e próprio. O projeto de sociedade passa a ser globalizado, acentuando as mazelas sociais e institucionalizando certos mecanismos repressivos das coletividades.

As diferentes tribos inventam modos paralelos e interseccionais de ser, que impõem as organizações e estruturas uma pecha de ineficiência, de ingerência e de *démodé*. A sociedade organizada está diante de um imbróglio organizacional, pois os diversos grupos sociais estão distendendo o plano de efetuação dos acontecimentos, a partir das multiplicidades culturais, econômicas e estruturais. Um conjunto de forças potenciais cria as mixórdias e as subjetividades cambiantes dos sujeitos, impondo aos sistemas agenciadores da sociedade constantes embaraços e redefinições.

A sociedade, por isso, torna-se uma mistura de variados ingredientes. As relações dos sujeitos entre si são capturadas pelo sistema econômico e transformadas em novas formas de comércio, de produção e de consumo. A dinâmica do capital não se resume ao trabalho, à produção e à renda, ela assume, a partir das exigências transnacionais, os contornos móveis e

¹²⁹ SANTOS, Boaventura de Sousa. 2005, p. 26.

¹³⁰ SANTOS, Boaventura de Sousa. 2005, p. 85.

flúidos das interações sociais. Insere nelas seu modelo de eficiência. Enfim, os contratos que estabelecem as regras de trabalho tornam-se efêmeros; os modelos de produção, consumo e renda estão em permanente (ou desejante) superação de si mesmos, estabelecendo correlações e valorações depreciativas. A aura que envolve os ambientes supracitados pressupõe que “*no mundo da mercadoria não há singularidades.*”¹³¹

A instituição perde o poder sobre o território. E a informalidade dribla, dentro deste contexto, a astúcia da cobrança dos tributos, a inovação dos produtos, fomentando economias flutuantes que exercem suas atividades nos espaços e circularidades coletivas. Os espaços de movimentação dos sujeitos tornam-se, também, “alocações casuais”, definindo e possibilitando comércios informais e itinerantes. São heterotopias que redefinem não só as movimentações dos sujeitos e as subjetividades dos transeuntes, mas também formas diferentes de convivialidade com os esquadrinhamentos públicos organizados. Há, portanto, a invenção dos entremeios que, como filigranas, vão sendo multiplicados, criando novas constelações na cartografia¹³² social cambiante e expansiva. A instituição, por isso, passa a ser reguladora, alheia, muitas vezes, às disputas sociais por espaços.

As calçadas das ruas de Belém, Pará, estão repletas de barraquinhas onde se vende de tudo, de comida à materiais de construção. O mercado informal se inventa em espaços reduzidos e de circularidade precária. A procura destes produtos é geral, pois além dos bons preços, garante o exercício da pechincha. O mercado mistura classes e organiza-se nos espaços abertos. A miséria é, nestes espaços, instrumentalizada e se propaga como mercado alternativo de renda. A violência institucionaliza-se, também, nas circularidades sociais, ou seja, ruas, praças, vielas, becos, BRs. Enfim, ela pode territorializar-se nas lacunas dos arranjos institucionais e, de certo modo, manipular os interesses locais e sociais. A disputa por território não demarca mais a ação da instituição, mas, sim, das relações sociais.

As violências surgem e produzem estes espaços coletivos. Há num primeiro momento uma violência institucional que procura esquadrinhar a vida e as movimentações sociais, procurando gerenciar e conduzir a circulação dos sujeitos. O segundo momento é marcado pela “manha” criativa, que descobre espaços e promove alternâncias comerciais e sobrevivência. Em outros termos, as violências são produzidas, também, nestes espaços inventados e

¹³¹ CHAUI, Marilena. 2000, p. 13. A autora analisa as técnicas que envolvem as mudanças do sistema capitalista usando o conceito de semióforo, ou seja, quando algo é retirado do circuito da utilidade e passa a simbolizar o invisível espacial ou temporal e a celebrar uma crença indivisível.

¹³² O conceito de cartografia está associado à idéia do mapa em movimento. A onda quando atinge a areia ou retorna ao mar muda o desenho do mapa. As constelações sociais são, enquanto uma arte de cartografia, desenhadas a cada momento, a cada novo encontro.

alternativos. Elas complicam o viver, portanto, desde a perspectiva das heterotopias, institucionalizando certas regras coercitivas e naturalidades agressivas.

Os diferentes modos de ser dos sujeitos, os sistemas especulativos econômicos e informais, as heterotopias e as circularidades colocam as estruturas estáticas e estratificantes diante de impasses gerenciais. No entanto, eles mesmos definem certas normas e estabelecem sistemas opressivos. Desta maneira, a violência perdura nas relações sociais como um sistema mais ou menos centralizador. Os rearranjos sociais configuram, constantemente, comunidades, modos de vida alternativos, consumo, produção e relação social, porém se tornam delimitados pelas repetições destes mecanismos institucionais de opressão, segregação, exploração do outro. A convivência é baseada na luta, na disputa e no poder da força.

As transformações dos espaços de circularidades, dos modos de ser, das intensidades relacionais, das configurações coletivas têm acirrado as disputas por espaços. O sistema regulador tem enfrentado estas mutações sociais, por um lado, repressivamente e, por outro lado, indiferentemente. A compreensão da própria realidade e organização social é alterada, em que *“a maioria dos teóricos afirma que as sociedades contemporâneas demonstram um novo ou reforçado grau de fragmentação, pluralismo e individualismo.”*¹³³ O sistema regulador procura manter o equilíbrio, certa funcionalidade e eficácia, negligenciando, muitas vezes, estes conflitos sociais e, até mesmo, provocando-os.

A repressão às várias combinações sociais não pode se dar, simplesmente, por meio do policiamento ostensivo e violento. Elas inventam-se e movimentam-se constante e aleatoriamente no plano e meandro dos espaços de circularidade, efetuando outras normas, contratos e valores sociais de convivialidade. Neste sentido, o policiamento ostensivo, um código penal desatualizado, sistemas corrompidos avultam os limites da regulação das interações sociais. O efeito tem sido a perda dos direitos e das liberdades civis.

As incapacidades (policiamento, controle civil, corrupção política e econômica) resultam não só do advento dos novos modelos econômicos integrados, mas também das constantes movimentações sociais. Isso tem levado o modelo centralizador a pensar novas formas de controle dos direitos civis, definindo novos modos de rastreamento das diversas comunidades, espaços e circularidades. Um exemplo que ilustra esta preocupação são as “comunidades do Orkut”, que propagam os mais diferentes produtos e valores, escapando do domínio do modelo unificador.

¹³³ KUMAR, Krishan. 1997, p. 132.

O sistema político-social estratificou a sociedade (negros, índios, mestiços, pobres, ricos), dificultando, no Brasil, desde longa data, o acesso aos direitos fundamentais do ser humano. A estratificação foi uma forma de controle, baseada numa estratégia de segregação racial e étnica, em que determinados povos foram, sumariamente, escravizados, despersonalizados e dizimados. Assim, foram usadas diferentes formas de violências que visavam à manutenção de determinados costumes, idioma e sistema econômico.

Os contextos sociais e as políticas públicas, portanto, foram condicionadas por estas formas de ação e de resistência, influenciando os sujeitos e as instituições. A concepção de instituição, no Brasil, é autoritária, indiferentemente e alheia. Enquanto os sujeitos engalfinhavam-se em relações voluntaristas, resolvendo seus quiproquós com as próprias mãos, ela super valorizou a cultura, a terra e as diferenças, transformando a tensão social numa espécie de problema pequeno, reduzido a algumas poucas pessoas.

A formação social do povo brasileiro não pode ser analisada negligenciando a segregação do negro, do índio, do mulato. Os sujeitos inventaram-se dentro destas *condições de possibilidade*; criaram outros espaços, ou seja, heterotopias. E foram elas que atravessaram as diversas condições e limitações, constituindo não só novos grupos em fuga, como também modos de ser subversivos e violências dissimuladas, ou seja, institucionalizadas. A “política da dispersão” cunhou, portanto, determinada composição social, articulou o sistema de controle e acentuou também o limite do mesmo no trato dos casos de violências.

Os sistemas de controle inovam-se, inventam outros modos de cerceamentos, promovem outras formas de pré-conceitos e disseminam outras imagens ideais de vida, visando dificultar a formação, a informação e o acesso aos direitos garantidos. Enfim, renovam suas artimanhas de segregação social. As violências, neste contexto das instituições, inovam seus mecanismos, apresentando outras brutalidades e dispositivos. Elas não bastam por si mesmas, precisam produzir diferença na orquestração do ato. Enfim, elas criam e circulam, também, nos interstícios, e para se tornarem conhecidas, precisam ser inventivas e singulares.

Diante destes contextos de transformações sociais e dos desafios gerenciais os sistemas agenciadores e normatizadores inventam novos mecanismos reguladores. Estes mecanismos fundamentam-se, basicamente, no controle dos acessos, delimitando, por um lado, os espaços públicos e privados, formais e informais, internos e externos, e por outro lado, disseminando as exclusões baseadas na etnia, no gênero e nas competências. O convívio social torna-se estratificado, seguindo certos princípios de isonomia. Enfim, a máquina controla os meios, os

espaços de circularidades e de movimentação dos sujeitos, promovendo uma homogeneização social do mesmo.

Se outrora os controles dos meios apresentavam alguma eficiência, na atualidade estas políticas são ineficientes, pois não conseguem aglomerar todas as dissipações sociais. Assim sendo, surgem novas políticas, as quais se efetuam tanto a nível virtual quanto atual na sociedade, compondo um espectro denominado de “sociedade de controle”. O mecanismo do controle procura dar alguma visibilidade a estas várias formas de comunidades, espaços e meandros que constituem na sociedade outras formas de circularidade e movimentação dos modos de ser. Enfim, rastrear estas outras formas de heterotopias que embaralham as relações sociais dos sujeitos.

O arranjo social, portanto, tem sido manipulado pelos sistemas econômicos e políticos. Desta maneira, os sistemas criam uma forma de arranjo (instituído) e os sujeitos, influenciados e condicionados pelos vários mecanismos e corpos sociais, criam outros modos de ser. Enfim, rearranjam-se em sociedade ora criativa, ora recorrentemente. A partir desta premissa, a situação de violência influencia as formas de organização, pois ela pode capturar os corpos dentro de certos modos de rearranjos recorrentes, tornando-os reféns daquilo que combatem.

2.5 A sociedade do controle e a sociedade civil

[...] as instituições que constituíam a sociedade disciplinar – escola, família, hospital, prisão, fábrica, etc – estão, todas elas e em todos os lugares, em crise. Os muros das instituições estão desmoronando de tal maneira que suas lógicas disciplinares não se tornam ineficazes, mas se encontram, antes, generalizadas como formas fluídas através de todo o campo social [...]. Enquanto a sociedade disciplinar forjava moldagens fixas, distintas, a sociedade de controle funciona por redes flexíveis moduláveis, “como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro”.¹³⁴

Os espaços públicos, segundo Hardt, tornaram-se privatizados, ou seja, cheio de galerias, de auto-estradas e condomínios privados.¹³⁵ No entanto, os espaços públicos de passagens (ruas, escadarias, corredores, praças, viadutos) transformaram-se em espaços das invenções sociais, dos acirramentos, dos estilos e dos encontros fortuitos dos sujeitos. Se, por um lado, houve a privatização destes corredores de circularidades, transformando-os em fechados (galerias, lojas), por outro lado, foram disseminados os territórios abertos das passagens (praças, ruas, postos). A movimentação e a territorialização dos sujeitos nestes lugares estimularam atividades fluídas e efêmeras, enquanto que os esquadrinhamentos

¹³⁴ HARDT, Michel. 2000, p. 357.

¹³⁵ HARDT, Michel. 2000, p. 360.

públicos priorizaram os espaços fechados, agindo com indiferenças em relação aos espaços fronteiriços.

As fronteiras e os interstícios provocam as catatonias da sociedade do controle, que, de forma violenta, reativa procura homogeneizar os movimentos sociais. As tensões, portanto, são permanentes. E é dentro delas que as violências podem ser naturalizadas, definindo certos modos de intervenção pública e de interação dos sujeitos. Assim, a análise dos processos de rearranjos sociais torna-se importante, pois pode permitir uma maior aproximação destes eventos e composições de modos de ser, dando visibilidade a estes espaços que permitem certos modos de circularidade da violência e das fugas criativas.

Se o espaço de fora (o espaço público das relações e das subjetividades) está engendrado por movimentos, crises e nuances sociais, o desafio do sistema regulador é a invenção de novos mecanismos fluídos de controle. Estes novos mecanismos de controle podem ser: virtuais, pois muitas composições sociais acontecem como espetáculos em ciberespaços; raciais, porque atuam através das segregações; corruptos, porque se julgam acima das leis; indiferentes, pois não consideram as desigualdades. Assim sendo, a violência institucional efetua-se sobre uma interiorização e apropriação das irrupções sociais, configurando um modo atual de política *sem territórios, contextos e sujeitos*; apresenta-se como potência aberta, remetendo os conjuntos dos rearranjos para os espaços de fora, isto é, os interstícios das subjetividades globalizantes.

[...] O fora aparece simultaneamente em duas direções: grandes máquinas mundiais, ramificadas sobre todo o ecúmeno num momento dado, e gozam de uma ampla autonomia como relação aos Estados (por exemplo, organizações comerciais do tipo “grandes companhias”, ou então complexos industriais, ou mesmo formações religiosas como o cristianismo, o islamismo, certos movimentos de profetismo ou de messianismo, etc.); mas também mecanismos locais de bandos, margens, minorias, que continuam a afirmar os direitos de sociedades segmentárias contra os órgãos de poder do Estado.¹³⁶

A sociedade do controle inventa artimanhas, inferindo valores e modos de ser. Portanto, ela, a partir da transformação das noções de espaços (público e privado, interno e externo), engendra diversos mecanismos de segregação, de relação, de racismo, de trabalho nos processos de rearranjos sociais. Isto é, ela não age só nos policiamentos e nos esquadrinhamentos territoriais, ela imputa normatizações e valorações nas composições sociais, produzindo eventos, temores, imagens, identidades, desejos como forma de limitação dos movimentos dos sujeitos. Ela transforma as ações corruptivas, violentas e sociais em

¹³⁶ DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. V. 5. Trad. Peter Pal Pelbart. São Paulo, Ed. 34, 1997, p. 23.

espetáculos ocasionais e naturalizados, provocando efeitos sensacionalistas, que não objetivam a produção de indignações e compromissos coletivos.

Não terminaríamos nunca de procurar as raízes da corrupção. Insondável, esta é sem dúvida consubstancial ao funcionamento social. Mas ao menos a luta anticorrupção evoca seu espectro e oferece-nos o espetáculo. Ora, o espetáculo é uma função vital da democracia: função de divertimento, função pedagógica, função catártica. [...] A corrupção não desperta, no fundo, indignação coletiva [...].¹³⁷

O modelo institucional centralizador tornou-se, na contemporaneidade, ambíguo quanto às suas funções, definições e políticas, refletindo, de certa forma, as transformações que a sociedade tem experimentado. Ele articula-se, portanto, sobre uma dupla ambivalência, isto é, por um lado com um viés moralizante, exercendo uma política de repressão aos desvios sociais e, por outro lado, com vícios históricos ele torna-se conivente com certos grupos de privilegiados e mantém certos estilos repressivos. A cobrança é por eficiência e lucro. O Brasil, país *semi-periférico*¹³⁸ constitui-se como ineficiente e incompetente.

A crítica advém dos investidores e das mídias que definem as complicadas¹³⁹ estruturas, descasos e protecionismos como atraso e empecilho ao crescimento econômico. O modelo institucional no Brasil, além de conter vícios históricos, define-se, também, pelas suas generalizações.¹⁴⁰ A crítica dos investidores, neste sentido, está ligada à estratégia de mercado, que visa diminuir a interferência e a regulação do mesmo no fluxo dos mercados. O modelo precisa inventar novos mecanismos de controle e se afastar das transações e contratos comerciais. Esta exigência transitiva amordaçou a ação social e integradora, pois a mesma foi compreendida como uma espécie ônus e irrelevância pública ineficiente. A preocupação é com o lucro e não com as interações sociais.

A organização *semi-periférica*, especialmente o Brasil, ao deparar-se com as tensões sociais, com as explosões de violências e com as atitudes autoritárias, fomenta-as, igualmente, através das suas defasadas instituições. Ela transforma as diversas convulsões sociais em eventos assimiláveis; mantém relações historicamente desiguais de favorecimentos de determinados grupos e conglomerações, acirrando os processos de exclusões e marginalizações

¹³⁷ BAUDRILLARD, Jean. **Tele total: mitos-ironias da era do virtual e da imagem**. Trad. Juremir Machado da Silva. Ed. Sulina, Porto Alegre, 1997, p. 114.

¹³⁸ Sousa, Boaventura. 2005, p. 31-44. O autor argumenta que os países centrais pressionam os semi-periféricos e periféricos a adotarem e adaptarem às transformações jurídicas e institucionais que ocorrem no centro do sistema mundial. Enfim, os países semi e periféricos são, de certo modo, pressionados e regidos pelos sistemas globalizantes, que definem as prioridades e as políticas de controle, isto é, ajustamento estrutural e estabilização macroeconômica.

¹³⁹ O tempo complicado ou as coisas complicadas remetem a uma idéia deleuziana do acontecimento. Em outras palavras, o tempo complicado é a junção de todos os eventos num dado momento, rompendo com a estrutura clássica entre passado, presente e futuro. Neste sentido, o conceito coloca o fato por ele mesmo, rompendo as questões das causalidades remissivas. DELEUZE, Gilles. **A lógica do sentido**. Trad. Luiz Roberto Salinas. São Paulo: Perspectiva, 1974.

¹⁴⁰ HARDT, Michel. 2000, p. 371-372.

recorrentes como uma espécie de processo caótico e naturalizado. Ela produz, então, fatos e corrupções, procurando inventar e ocupar os espaços híbridos, ou seja, as heterotopias sociais, a fim de envolver os rearranjos dos sujeitos. Deste modo, torna-se partícipe dos mecanismos excludentes, pois dissemina políticas de regulações corrompidas e monopolizadoras.

As violências (miséria, indiferença, brutalidade, exclusão) que assustam a população brasileira, em certa medida, também se tornam, ao mesmo tempo, espetáculo e artifício, seduzindo os consumidores da crueldade e fundamentando os discursos repressivos da moralidade. A miséria, neste sentido, apresenta-se como produtora e como efeito das crueldades sociais que, geralmente, estão associadas à pobreza, ausência de infra-estrutura, péssima educação, fragmentação familiar e perda do emprego. No entanto, a miserabilidade enquanto correlata da violência engendrou-se nos mais diferentes espaços, misturando-os e complicando-os, criaram o “pedaço.”¹⁴¹

A informalidade dos jogos e dos comércios de ruas, conforme citada acima, é apresentada, por exemplo, como sinal da falta de controle do modelo institucional centralizador. As diversas formas de relações dos sujeitos misturam realidades diversas, convergem circularidades e produzem imbricadas topologias que não só possibilitam os acirramentos das tensões, mas também as invenções das comunidades locais. Uma destas topologias pode ser os mercados informais, oriundas e desenvolvidas pelos sujeitos. Eles agregam culturas, realidades e condições de possibilidades diversas, compondo paisagens humanas que deslocam as análises econômicas clássicas.

O comércio informal é composto, portanto, por diferentes sujeitos, advindos das mais diferentes camadas sociais. Ele confunde a noção e a estruturação daquilo que é denominado de margem e de centro, complicando as organizações e compreensão de organização legal da sociedade. Enfim, é diante destes contextos e destas dissipações analíticas que o desafio de analisar os processos de rearranjos sociais dos sujeitos torna-se importante, pois o sistema capitalista global e as movimentações sociais surgem espaços híbridos, heterotopias e circularidades. Eles, por sua vez, provocam, fomentam e possibilitam outras relações e acontecimentos cotidianos e outros rearranjos que complicam as formas correntes de arranjo reguladas pela instituição.

Diante destes novos espaços, estilos, movimentações surge a sociedade de controle, atrelado ao modelo de regulação. Ela não está preocupada com a noção de território, mas com as movimentações e variações dos grupos sociais. A instituição de controle, portanto, ignora,

¹⁴¹ CHAUI, Marilena. 1986, p. 67.

de certo modo, os problemas relacionados aos mercados de capitais e aos sistemas globais de economia, centralizando sua ação, especialmente, na regulação da movimentação social. Assim, ela se torna funcional, servindo a um modelo global baseado na eficácia e no lucro.

2.6 As heterotopias e as variações sociais

As variações das heterotopias, as tensões relacionais, as configurações cambiantes dos sujeitos, os diversos grupos juvenis definem, portanto, outros modos de análise social dos rearranjos dos sujeitos. O conceito, em alguns casos, disseminado pelo senso-comum é que os jovens têm sido violentos. Para tanto citam os casos de agressão ocorridos nas escolas e faculdades, além dos conflitos ligados aos grupos de torcedores e gangs. A opinião pública entende que é preciso controlar mais jovens e suas diferentes manifestações.

A preocupação com a fragmentação, com as divisões sociais e com a perda dos valores morais fundamenta-se numa análise mediada, em que se escalonam os sujeitos, as coisas, os outros, as relações, partindo de uma referência geral para um referente específico.¹⁴² Neste processo a tensão concentra-se nos problemas e nas referências. O desafio, portanto, é analisar desde as perspectivas dos jogos e dinâmicas sociais efêmeras e fortuitas. No caso específico dos jovens, por exemplo, pode se perceber a tendência cultural brasileira do castigo e da correção por meio da violência corporal.

As análises sociais são vibradas por estas outras possibilidades de visibilidades, em que as preocupações atêm-se as variações, as transformações, as junções, as circularidades, ao cotidiano e às subjetividades, e não propriamente a produção de um significado último e verdadeiro. São estes movimentos que delineiam a análise das gêneses dos processos de rearranjos sociais em situação de violência, em que o mecanismo usado para a correção do problema aumenta a violência e a recorrência.

As realidades cotidianas definem-se, assim, pelas complexidades conceituais, complicações temporais, coletividades flutuantes e diversidades grupais. Neste sentido, os sujeitos vêm-se envolvidos pelas variadas possibilidades de si, distintos exercícios, combinações locais de grupo, diferentes correntes de pensamentos, inovações tecnológicas e mecanismos aliciadores. Um conjunto de singularidades-acontecimentos que marcam as existências dos sujeitos e seus processos de rearranjos. As variações sociais, portanto,

¹⁴² BLIKSTEIN, Izidoro. **Kasper Hauser ou a fabricação da realidade**. 4. ed. São Paulo, Cultrix, 1995, p. 52. O autor faz um estudo sobre a fabricação da realidade, indicando *que a percepção depende sobretudo de uma construção social*. Enfim, a percepção/interpretação/ponto de vista/sistema de percepção dependem de dois fundamentos básicos, ou seja, a captação ou percepção da realidade e o conhecimento por ação da prática social.

demarcam as transformações e possibilitam a criação de heterotopias, de territórios e espaços sociais diversos que, por sua vez, podem ser repetitivos, pois agenciam elementos sociais de repressão, opressão e delimitação.

As desigualdades sociais marcam o imaginário social do povo brasileiro, configurando estilos de vida e de relações, quase sempre, disformes. A má distribuição da renda e a extrema complexidade cultural acirram as desigualdades e a histórica interpretação chauvinista dos tupiniquins. As políticas públicas têm, ambigualmente, buscando equacionar o problema do desemprego, da fome, das fraturas nas relações sociais, da má educação, dos preconceitos, das violências de gênero, do etnocentrismo e os diversos conflitos oriundos das novas formas de produção.

O fervilhamento dos diversos interesses econômicos e as naturalizações dos processos históricos de opressão de grande parte da população dificulta o equacionamento do déficit social. Isso possibilitou o surgimento de regras próprias de convívio social e legal, ou seja, as denominadas organizações paralelas. Em resumo, o conjunto daquilo que se denomina de povo brasileiro envolve diferentes movimentos, espaços, modos, culturas e sujeitos. Enfim, surge uma espécie de violência institucionalizada, instrumentalizada por diversos interesses, a fim de manter certo status quo, naturalizada nos gestos, nos castigos, nas piadas, nas divisões de classes.

A urbanização, a falta de infra-estrutura, as questões das desigualdades sociais, os conflitos étnicos, as relações de gênero, as violências marcam a formação do povo brasileiro. As favelas no Rio de Janeiro demonstram que a violência, em muitos casos, está realmente associada a um problema de infra-estrutura. As diferentes realidades e territórios demonstram as complexidades dos problemas, as diversificadas formas de relacionamento e os métodos distintos das mediações sociais. Enfim, estes diferentes elementos compõem a sociedade brasileira e dificulta, ao mesmo, a análise, pois as realidades são diversas.

Entre as feridas das desigualdades que condicionaram os processos subjetivos dos sujeitos e os descasos recorrentes das políticas públicas, os sujeitos foram sendo constituídos, vivenciando as mais diferentes situações de violência, de abandono e de desrespeito. Eles inventam, a partir destas experiências, diversos modos de ser e de experimentação de si. E são estes modos que têm garantido, em grande parte, aos sujeitos a sobrevivência, o trânsito social e as diferentes composições de grupos. O objetivo não é o juízo de valor, mas a demonstração destes movimentos e circularidades sociais, averiguando as transições e as variações dos modos de ser daqueles que experimentam as violências nos exercícios de si em sociedade.

Os sujeitos, por isso, foram definidos a partir destas relações fluídas e pululantes. E são estas relações que tornam vibráteis, dispersivas, disseminadoras e agenciadoras o âmbito das constituições dos sujeitos. Isto é, elas são perpassadas e penetradas pelas possibilidades distintas de exercícios sociais. Os sujeitos exercitam-se e transformam-se nos encontros sociais, configurando modos de socialidades e de subjetividades. Isso dificulta e, ao mesmo tempo, torna possível produzir outros dizeres, outros olhares, outros conceitos, outras análises das diversas comunidades que surgem na atualidade. Assim, analisa-se e se problematiza os rearranjos sociais diante da situação da violência institucionalizada, averiguando as convergências tensas e situacionais, bem como as divergências coletivas.

A sociedade está diante de alguns problemas referentes às composições sociais como, por exemplo, violências, depredações públicas, corrupções, racismos, estigmatizações. Enfim, uma série de questões latentes que, através das novas configurações sociais, movimentam-se entre os diferentes extratos sociais, culturais e organizacionais, fomentando diversas artes de si. Os sistemas atuais de produção encontram-se, portanto, diante destes diferentes dilemas que, de alguma forma, têm transformado as relações sociais e territoriais. A colcha social matizada e em constante transformação tornou-se, na contemporaneidade, um misto de distintos eventos e estes têm complicado as análises tradicionais baseadas na produção dos bens, na segurança do trabalho do período industrial moderno. Analisar, por isso, os rearranjos sociais é criar uma espécie de arte de papel-marchê, em que elementos são sobrepostos ao redor de uma preocupação central, permitindo a criação, a partir de determinados liames, de um conceito e forma.

O desafio não se refere somente à contemporaneidade, em que os acontecimentos deveriam se atualizar sobre as superfícies agrimensadas dos espaços públicos e privados. Os problemas, portanto, não estão localizados somente nas situações e ações visíveis dos sujeitos, eles envolvem elementos atuais e virtuais. Isso permite a invenção de espaços (as tensões atualizadas) e o surgimento de comunidades virtuais (potências) difíceis de serem controladas e estruturadas pela organização social.

O período industrial caracterizou-se pelas relações contratuais que garantiam maior segurança e planejamento dos indivíduos na sociedade. Os *Estados centrais*¹⁴³ tinham funções importantes, pois asseguravam o cumprimento, de certa forma, dos compromissos assumidos

¹⁴³ SANTOS, Boaventura de Sousa. 2005, p. 80-81. O autor divide em três categorias de Estado, ou seja, providência liberal, corporativo, democrático. Depois da 2ª Guerra Mundial os Estados centrais desenvolveram um conjunto de políticas públicas que visavam a proteção e a segurança social. Isto desencadeou, na relação com a sociedade civil, uma forma de política designada de Estado-Providência. Assim, a instituição dissemina sua própria idéia de necessidade e operacionalidade.

pelas diferentes partes. Atualmente estas relações estão sendo alteradas e substituídas por contratos e relações mais dinâmicas, ou seja, que não objetivam a garantia¹⁴⁴ das seguranças sociais e empregatícias.

Em suma, os contratos atuais não têm sido sinônimos de segurança, pelo contrário, são regidos pelos interesses diversos ligados ao mercado especulativo e flutuante dos capitais, deslocando o papel do Estado, enquanto instituição maior, do conjunto das relações sociais. A globalização das economias aprofundou as crises sociais nos países periféricos e semi-periféricos, acirrando as noções de territórios e territorializações. Simultaneamente, reduziu a competência do Estado na gerência dos espaços.

As certezas são abaladas (contratos, costumes, leis) e, também, as matrizes do pensamento estruturado e organizado. As relações têm, portanto, sido complicadas, devolvidas a si mesmas, distendidas, revolvidas e lançadas, novamente, alterando as velocidades das transformações dos modos de vida dos sujeitos. A sociedade democrática moderna primou-se pela regulação, por exemplo, dos sujeitos, onde normas, costumes, instituições garantiam as relações nos espaços públicos e privados. Hoje ela está diante de outros impasses, em que os sujeitos inventam-se nos entremeios, nos entreatos, nas margens, nos centros, complicando e provocando a criação de outras regras de controle, que se caracterizam pelas multiplicações dos costumes, pelas inovações das regras de convivências e pelos novos regimes de saber. Na atualidade acirram-se as noções de territórios e territorializações. Eles tornam-se imbricados e mixados, configurando heterotopias.

As violências se institucionalizam, portanto, nos mecanismos sociais e econômicos. Elas estão baseadas em dois princípios, como vemos até aqui, ligados aos modos de ser e aos espaços ocupados. Os modos de ser criam uma espécie de tensão latente, pois evidencia as relações sociais, ou seja, os jogos de sobrevivência, medos, inseguranças, recorrências, individualismos, angústias. Essas ações configuram as variações, movimentações, transformações dos sujeitos. Enquanto os espaços remetem à idéia do estabelecimento que cada grupo, sujeito, pessoa cria para seus estilos, linguagem e interesses.

A partir das heterotopias, portanto, surgem outros problemas, que definem e fomentam as convergências e as divergências sociais. Diante deste quadro analítico e social que as violências são analisadas, isto é, desde a perspectiva dos exercícios sociais dos sujeitos nas diferentes comunidades, situações vivenciais e institucionalizadas. Elas atravessam, desta maneira, não só as relações subjetivas, mas também organizacionais e interventivas dos

¹⁴⁴ BAUMANN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 25.

sistemas institucionalizadores e organizados; tornam-se potências latentes nas combinações sociais, criando nas diferentes ações (modos de ser e de estabelecer) sistemas recorrentes.

As heterotopias permitem aos vários grupos e segmentos sociais a invenção de espaços e modos de ser, configurando ali sua singularidade. A instituição de determinados discursos e estilos procura dar forma aos movimentos sociais, no entanto, percebe-se um desmoronamento crescente desta função. A instituição organizada, unificada e centralizadora provoca, também, as fugas dos sujeitos, ou seja, fomenta-os a criarem outros modos de ser, espaços de circularidades e jogos de sobrevivência. Provoca a resistência. Assim sendo, o conceito de heterotopia agrega os rearranjos sociais dos sujeitos diante violência estrutural e relacional, bem como dinamiza as ações institucionais, pois permite que as mesmas alterem sua própria concepção de domínio dos espaços para regulação, acompanhamento e controle.

2.7 O isomorfismo e o povo brasileiro

As diversas comunidades que matizam o tecido social (as tribos de hip-hop, a turma do *funk*, as galeras ligadas à velocidade, os arrastões, os punquistas, os justiceiros, as milícias, as juventudes) constituem as movimentações e, também, as circularidades locais; vivenciam e fomentam jogos de violências. Institucionalizam os modos de ser e criam espaços para a expressão destes rearranjos sociais. As comunidades criam o pedaço e disseminam seus estilos de ser.

As comunidades são diferentes e surgem na tentativa de promover e garantir alguma segurança e circularidade dos estilos para seus integrantes. Neste sentido, as regras criadas pelos seus componentes podem delimitar os territórios, os costumes e os estilos a serem seguidos pelos seus membros. As formas internas procuram ser dinâmicas, pois pretendem possibilitar espaços diferenciados de conjunção, em contraposição ao método reducionista imposto pela instituição social, porém criam outras formas institucionais, em muitos casos, mais severas e punitivas. As agressões, por exemplo, banalizadas nas festas funks demonstram essa dimensão punitiva associada ao estilo local de ser.

A compreensão e a formação do povo, no Brasil, misturam, culturalmente, autoritarismos, repressões, agressões, racismos e intolerâncias. A violência está imbricada nos modos de arranjos dos sujeitos e normatizada pela sociedade brasileira. Ela, dissimulada e latente, perpassa a subjetividade dos sujeitos, embora relegada e ignorada pelos poderes

constituintes. As representações que os neo-brasileiros e os brasileiros¹⁴⁵ têm de si mesmos, por exemplo, autodenominando-se de povo pacífico, vivendo no próprio paraíso não representam a realidade nacional. A violência criou e cria sua própria institucionalidade, ou seja, seu espaço, estilo e mecanismo social e estrutural.

As representações do povo de si mesmo como pacífico, ordeiro e tolerante com as diferenças culturais dificultam a tematização das diferenças e da violência dissimulada nas frases e ditos populares. Os conflitos são compreendidos como problemas pessoais, como uma crise advinda das redefinições das identidades e não das convivências tensas e da exigência de rearranjos sociais. Este modo de ver a si mesmo do povo brasileiro encobre as violências que são cometidas, cotidianamente, uns contra os outros.

Há, assim, a crença generalizada de que o Brasil: 1) é “um dom de Deus e da natureza”; 2) tem um povo pacífico, ordeiro, generoso, alegre e sensual, mesmo quando sofredor; 3) é um país sem preconceitos [...], desconhecendo discriminação de raça e de credo [...]; 4) é um país acolhedor para todos os que nele desejam trabalhar e, aqui, só não melhora e só não progride quem não trabalha, [...]; 5) é um “país de contrastes” regionais, destinado por isso à pluralidade econômica e cultural. Essa crença se completa com a suposição de que o que ainda falta ao país é a modernização [...].¹⁴⁶

Os jogos sociais, isto é, os rearranjos sociais se constituem, diariamente, tanto econômica quanto culturalmente e deflagram dissimulações generalizadas. O racismo torna-se, por exemplo, desvirtuado; a agressão ocultada; o preconceito disseminado e a indiferença amplamente propagada. A sublimação da “mistura pacífica” das diferentes culturas que constituem o povo brasileiro, esconde mazelas históricas de desigualdades sociais e desrespeitos aos outros. Neste contexto, as violências são compreendidas sub-repticiamente, ou seja, elas estão presentes nos outros, nos inimigos do povo e da ordem.

A convivialidade entre os diferentes povos nesta parte do globo é estudada, em muitos casos, como um exemplo positivo de formação de uma nação. No entanto, o que se averigua nos relatos e nos vestígios históricos são atrocidades, violências e conflitos latentes. A segregação racial foi enfeitada com flores e danças. A dissimulação e a negação dos problemas étnicos no Brasil tornaram-se métodos científicos de análises tendenciosas, pois além de quererem sustentar algumas auto-imagens positivas das diferentes culturas, querem também dirimir os conflitos sociais na atualidade. Em suma, as análises sociais inflamam o orgulho nacionalista, impedindo os debates e as críticas aos modos sociais e violentos de ser do brasileiro. Em outras palavras, a violência não constitui um problema na realidade nacional,

¹⁴⁵ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 106-133.

¹⁴⁶ CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 8.

tornou-se, isto sim, objeto de discurso político e libertário baseado na panacéia do país seguro, próspero e multicultural do futuro.

As auto-imagens positivas são, como supracitado, as de um povo pacífico, ordeiro, trabalhador, respeitador e patriota. O Brasil é o próprio paraíso prometido por Deus, além das belezas naturais e da sua gente, não tem catástrofes naturais. Estas imagens estão no imaginário do brasileiro, provocando distorções e falsas avaliações das diversas realidades que compõem o espectro social. Esta vertente científico-positiva que sustenta estes ícones quer evitar e camuflar, portanto, debates políticos, religiosos e culturais não só a respeito das violências, mas também de outros problemas sociais. As discussões tornaram-se, por isso, triviais, pois não pretendem, necessariamente, contrariar, mas, sim, adequar violências e conflitos latentes como modos de ser eventuais e pontuais. Os sujeitos exercitam-se seguindo certa “tradição cultural”, dissimulam-se a fim de sustentar os jogos das aparências tão importantes para a coesão, a sobrevivência e a resistência¹⁴⁷ de determinados segmentos sociais.

A imagem de um povo bom é, também, disseminada pelas mídias, porém com algumas pessoas que devem ser punidas, pois elas procuram o mal. Elas baseiam-se num imaginário nacionalista de unidade e de atenuação das tensões sociais; usam o sensacionalismo dos casos violentos para produzir expectadores e consumidores, aumentando os seus lucros. O povo é desafiado a inventar, diante deste quadro, outros espaços e modos de ser, a fim de sobreviver. Desta maneira, assimila métodos e costumes que sublimam e naturalizam as violências vivenciadas e assistidas no cotidiano.

A representação que o povo fez e faz de si mesmo tem dificultado, de certa forma, o envolvimento com o presente (violências, pobreza, desigualdades sociais, racismos), com os acontecimentos do seu cotidiano. Isto o afasta das realidades imediatas e dissipadoras das condições de possibilidades que cercam a vida. Neste sentido, a auto-avaliação, a experimentação dos fatos sociais e a efetuação de acontecimentos através das diferentes formas de violências são envolvidas, por exemplo, por certas positivities burlescas e naturalizações como: “sempre foi assim”. As dissimulações e as próprias deidades culturais dificultam, quando se estuda as gêneses dos processos de rearranjos sociais dos sujeitos, os efeitos e as indignações em relação ao problema naturalizado das violências. Em resumo, as violências são apreendidas e experimentadas com potências, estilos de ser e afirmações individuais. Institucionalizadas por um mecanismo alheio, indiferente e distante de centralização.

¹⁴⁷ [...] Resistência que tanto pode ser difusa – como na irreverência do humor anônimo que percorre as ruas, nos ditos populares, nos grafitis espalhados pelos muros das cidades [...]. CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 63.

As dos processos de rearranjos sociais dos sujeitos, no Brasil, tornam-se mitigadoras ao não instigarem inquietações e indignações. Em suma, o que se percebe é certa indiferença estratégica e recorrente, em que as diversas culturas e idiomas foram separados e suplantados. Um exemplo desta estratégia é a separação dos diferentes povos advindos da África para servirem como escravos. [...] *dispersos na terra nova, ao lado de outros escravos, seus iguais na cor e na condição servil, mas diferentes na língua, na identificação tribal e, freqüentemente, hostis pelos referidos conflitos de origem [...].*¹⁴⁸

O modo de organização formatou o imaginário da violência estrutural e política de desraizamento cultural. A estratégia não pressupunha e nem, tampouco, possibilitou as relações e as organizações em defesa dos direitos fundamentais. Isso, de certa forma, condicionou e produziu as indiferenças tais como: “não é comigo”, bem como formas de resistências e de sobrevivências: “não sei de nada”.

A atualidade caracteriza-se, portanto, por um conjunto de rearranjos sociais distintos e em constantes processos de transformações, oriundos e efeitos de processos diversos de constituição das comunidades. As interações sociais são experimentadas, muitas vezes, pelos sujeitos de uma forma letárgica, numa espécie de isomorfismo, em que eles cristalizam os sistemas de dissimulações, as disposições hierárquicas e as normatizações de convivialidade. Desta maneira, as violências tornam-se naturalizadas, compondo jogos de pertenças às comunidades; transformam-se, por um lado, numa espécie de dispositivo relacional, recompondo as “normalidades” sociais (o comum, o sempre foi assim) e, por outro lado, como uma produtora de sentido, mantendo os sujeitos dentro de determinadas condições sociais, preocupados somente com sua sobrevivência e com seus afazeres.

Assim a cristalização dos sistemas dissimuladores, tais como astúcias, reservas e silêncios, têm por objetivo atenuar os efeitos dos fatos grotescos que ocorrem, diariamente, nas diversas conexões que os sujeitos estabelecem entre si. Importante salientar que os exercícios das dissimulações, no conjunto das convergências e dissociabilidades, tornam-se dinâmicos. Se, por um lado, eles estão impregnados pelo “jeitinho brasileiro”, configurando saídas e estratégias de fugas, por outro lado, eles possibilitam as mitigações das relações desiguais e das violências cotidianas, articuladas ao redor de um sujeito que se quer fraco, calado e diminuído. Deste modo, as dissimulações manifestam-se nas formas de ser e articulam-se amenamente nas explosões sociais de violências, dificultando o envolvimento dos sujeitos com a realidade e com o complicado desafio de recomporem-se.

¹⁴⁸ RIBEIRO, Darcy. 1995, p. 115.

As disposições dos sujeitos possibilitam, nos diversos jogos sociais, desvios e fugas estratégicas. A atualidade compõe-se, neste sentido, de posições variantes, que são alteradas e constituídas por vários elementos. Enfim, são as movimentações sociais que criam múltiplas disposições e posições que compõem, por sua vez, heterotopias, duplicando os espaços regulados. Além disso, elas multiplicam os territórios das possibilidades dos exercícios de si. A circularidade dos sujeitos nos espaços públicos é marcada pela invenção destes outros recintos atravessados de heterotopias, que engendram e possibilitam diversos modos de ser na vida em sociedade. As invenções destes outros lugares irrompem por meio dos “moradores de rua”, pois eles diversificam e transformam os ambientes comuns e regulados das nuances públicas, morando nas calçadas, marquises, viadutos e, até mesmo, nos canais de esgoto.

Se, por um lado, as disposições dos sujeitos diversificam e multiplicam as paisagens sociais, por outro lado, possibilitam os modos de dissimulação, concomitantemente, que perpassam as orientações de convivialidade. A cristalização dos modos de ser (dissimuladores) e as disposições dos espaços cambiantes (heterotopias) compõem, sempre de novo, outras comunidades, artes de si, linguagens, aparências e expressões. Enfim, provocam outros processos de rearranjos sociais. Desta maneira, os sujeitos experimentam, na contemporaneidade, modos diversos de orientação, de convivialidade e de mutualidade. Eles tornam-se conglomerados, que por diversos atravessamentos temporais e territoriais, intensidades e movimentos configuram modos de ser dos sujeitos.

A violência está inserida, também, nestes movimentos e modos de ser sociais, configurando costumes, normas e topologias. Elas influenciam, portanto, as posições dos sujeitos e suas noções de referência, isto é, suas territorializações num determinado contexto. Em outros termos, os processos de rearranjos sociais estão marcados por uma série de movimentos, espaços e situações de violência que provocam outros modos de própriocepções, isto é, a compreensão de si mesmo.

As imbricações de convivialidade definem-se pelas dinâmicas sociais, que não pressupõem, necessariamente, a prerrogativa contratual da convivência. Elas transformam-se numa espécie de “arte das diversificações”, compondo topologias de convergências e disjunções. Deste modo, elas não se caracterizam pela agregação de todos os sujeitos a um modelo unificador, mas de possibilidades de encontros fortuitos nas dissipações e nas dissociabilidades. A interação apresenta-se como condição de socialidade, pois se os movimentos sociais são acontecimentos que escapam a um conjunto de regras pré-

determinadas e provocam as junções, isto é, os diversos encontros sociais, aumentando as potências das diferentes tensões.

A partir desta latente tensão entre as composições e as decomposições sociais, compostas por dissipações, conjunções e mutualidades compreende-se os processos de rearranjos sociais dos sujeitos diante das violências institucionalizadas e naturalizadas. O fenômeno é permeado pela cultura, modos de ser e as circularidades dos sujeitos, de tal forma a constituir uma espécie de isomorfismo que cristaliza modos de ser dissimulados e opressivos, instituições indiferentes e distantes das interações sociais. Enfim, um sistema que perpetua a violência contra o diferente.

2.8 As transformações e as convergências sociais

Deixar de odiar o presente. Eis algo difícil para nós que estamos sempre à espreita desses diversos “mundos anteriores” que fazem as delícias das construções intelectuais. E, no entanto, esboça-se diante de nossos olhos um mundo reencantado, aceito pelo que é.¹⁴⁹

A atualidade é marcada, portanto, por uma tensão latente entre as diferentes correntes científicas, invenções dos territórios e estilos de vida. As tensões impõem aos diferentes corpos sociais alterações, produzindo e promovendo as movimentações, acirrando os processos de rearranjos, de composições e de territorializações. O conjunto destas ações e efetuações define o conceito de tensão como uma violência conceitual e afecção dos corpos, em que as relações entre os sujeitos, o mundo e consigo mesmos passam a ser regidas pelas exigências criativas e, também, efêmeras.

Assim, “*essas relações tornaram-se relações animadas por e a partir do que é intrínseco, vivido no dia-a-dia, de um modo orgânico.*”¹⁵⁰ As tensões podem romper com esta compreensão orgânica das socializações, pois elas diversificam as direções e, portanto, corrompem a teleologia. O tempo presente é complicado, pois envolve elementos diversos e diversificantes e não, necessariamente, orgânicos. A vida passa a ser vivida como instante, encontro, afecção momentânea, dissipando as formas estruturantes de análise social. Além disso, ela enfrenta mazelas, dores e infortúnios, recorrendo aos mecanismos conhecidos e experimentados no decorrer das constituições de si.

As variações, as ondulações e as transformações sociais produzem a sensação de vazio, de derrocada dos valores e de desespero. O resultado analítico de organicidade encolhe os

¹⁴⁹ MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Trad. Bertha Halpern Gurovitz. Petrópolis (RJ), Vozes, 1996, p. 9.

¹⁵⁰ MAFFESOLI, Michel. 1996. p. 12

sujeitos, fecha-os, retrai-os em visões teleológicas. A sociedade, as coletividades, os sujeitos estão experimentando múltiplidades de estilos, ofertas e canalizações, por isso, caracteriza-se pelos encontros e multiplicidades criativas. A idéia de que ela está sofrendo um esvaziamento, vazio e desespero demonstra a velha mania de negação do presente, em que o sentido da vida é produzido no projeto do fim último e ótimo.

O cotidiano, o contexto vivencial e o tempo presente apresentam-se como lugares privilegiados dos exercícios dos sujeitos, dos modos de ser e das diferentes técnicas de rearranjos dos sujeitos nas suas comunidades de referência. Eles envolvem e são envolvidos pelas potências cotidianas das diversas existências, e experimentam nas diferentes relações todos os problemas e invenções sociais. Assim sendo, o "[...] *contexto é uma plataforma de encontro de espacialidades e de temporalidades concretas, que se constituem numa rede de relações dotadas de um tipo específico de intersubjetividade.*"¹⁵¹

A concepção da vida no tempo presente insere os sujeitos numa determinada condição de possibilidade e espacialidade. Neste sentido, a auscultação das diversas interações, efeitos, relações, engendrações, atravessamentos e variações sociais remete o sujeito a experimentação do instante. Analisar os processos de rearranjos sociais e os acontecimentos ligados às violências vivenciadas no dia-a-dia provoca readequações conceituais. As realidades contextuais, portanto, provocam outras conceituações e movimentações sociais.

As transformações sociais, os processos de rearranjos sociais, as estratificações, as produções dos diferentes conhecimentos e os modos de ser dos sujeitos têm se tornado objeto de inúmeras reflexões e produções teóricas. O tempo presente, portanto, vivido como instante complica as noções de espaço e adequação dos sujeitos, isto é, de instituição e rearranjos sociais. Desta maneira, os conceitos se aproximam, ou seja, a violência institucionalizada, que permeia tanto as relações sociais quanto os sistemas globalizantes da economia, também, pode ser confundida com a violência estrutural e masculina. No entanto, conforme afirmações acima, o termo violência institucionalizada não remete somente ao sistema econômico, mas a um conjunto de ações ativas e reativas que interagem e compõem modos naturalizados, regulados e segregados de ser. Enfim, condiciona um sistema de recorrência.

Assim, os retesamentos nas relações sociais e institucionais, os diferentes modos de dizer, de viver, de experimentar, de expressar, de compor mundos e sujeitos impõem constantes mudanças nas composições dos sujeitos e nos modos de institucionalização de determinadas regras. As territorializações, modos de ser, potências e afecções colocam, de um

¹⁵¹ SANTOS, Boaventura de Sousa. 1991.

lado, o ser humano moderno e idealizador de um mundo digno e justo, do outro lado, os sistemas centralizadores, reguladores e produtivos. Assim o estranho¹⁵² habita e mistura-se ao mundo, provocando infinitas transformações, combinações sociais e modos de subjetividade. Por isso, os processos de rearranjos sociais definem-se por convergências tensas, situacionais e, até mesmo, divergências. Elas envolvem elementos diversos e fugidios, pois se configuram nos entremeios, nas fronteiras e nos centros misturando as noções e os esquadrinhamentos habituais.

Os contextos, as temporalidades e os diferentes agentes sociais possibilitam e provocam, deste modo, constantes transformações e gêneses de combinações sociais. São elementos que ao relacionarem-se ampliam e complicam as formas de socialidades, ou seja, diferentes modos de agrupamentos. A denominada “convergência tensa” pressupõe estes modos de agrupamentos, baseados nas tensões e nos fatos ocasionais. Em suma, o conceito parte das questões vividas e instituídas, em que os diferentes eventos sociais agenciam, fortuitamente, determinados valores e criam suas respectivas comunidades.

As convergências não são determinadas por um querer estar-junto, mas pela situação vivencial que um determinado grupo de pessoas experimenta no cotidiano. Neste contexto, a principal contribuição do sistema institucional é a importância da ação coletiva. A cooperação exigida para se lograr eficiência surge, portanto, não de uma presumida harmonia de interesses e modos de ser, mas da capacidade de renovação das instituições. Ela passaria a colocar certa ordem nos interesses e conflitos. Além disso, estabeleceria “regras” funcionais de ação coletiva, regidas pelos direitos igualitários de acesso.

Os sujeitos agenciam e rearranjam, a partir das análises das convergências tensas, elementos homogêneos e heterogêneos, contínuos e descontínuos que dificultam a particularização e a separação, ao mesmo tempo, dos diversos movimentos de convergências. “*Agora, cada vez mais, nos damos conta de que mais vale considerar a sincronia ou a sinergia das forças que agem na vida social.*”¹⁵³ As diversas realidades configuram, portanto, a atualidade; tornam-se também difusas, pois envolvem elementos diversos e não pressupõem um só “querer-social”, mas, sim, diversos modos de rearranjos sociais, baseados nos mais diferentes estilos, adequações e dissoluções.

¹⁵² O conceito de estranho refere-se ao sistema de limpeza e organização social atuais, em que cada coisa precisa estar colocada no seu devido lugar. Um exemplo, uma macarronada num prato é deliciosa, mas em cima de uma cama tem outra denotação. A sociedade está organizada em cima de sistemas de pureza, em que o estranho precisa ser segregado. BAUMANN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.

¹⁵³ MAFFESOLI, Michel. **Tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro, Forense-universitária, 1987, p. 114.

As divergências tornam-se, portanto, possibilidades de outras experimentações, interações, invenções, contextos e de configurações grupais. Os rearranjos sociais dos sujeitos transformaram-se em condição de possibilidade para as distintas existências das diferentes comunidades (dos tatuados, dos ciclistas, dos cabelos coloridos, dos viciados, das torcidas, etc). As divergências sociais, tais como violência, fome, miséria, comércio, circularidade criaram territórios e topologias dentro dos espaços públicos normatizados. Deste modo, as divergências fomentam, sempre de novo, as infusões e invenções de outros modos variantes e variados. As comunidades, enquanto modo de rearranjo social, tornam-se, por isso, movediças, pois redefinem e transformam, invariavelmente, os contextos e as temporalidades dos sujeitos.

As efervescências sociais possibilitam as dinâmicas e as misturas de diferentes movimentos na sociedade atual. O conceito das efervescências sociais é definido como um conjunto de ações, afetos e tensões que reforçam as sensações de pertença a uma determinada comunidade. Elas advêm de diferentes jogos sociais baseados em diversas oposições, ou seja, constituem-se de eventos instáveis e versáteis,¹⁵⁴ que rompem com as imobilidades e estruturações lineares da vida. Em outras palavras, são jogos arraigados e coniventes do vitalismo, que englobam os diversos grupos e fomentam os exercícios dos sujeitos, ou a teatralidade¹⁵⁵ social. Desta maneira, compõem-se de estados latentes, de interações e de efervescências sociais que provocam, por sua vez, irrupções e variações de comunidade, configurando processos de rearranjos sociais.

[...] pode ocorrer uma saturação, e, nesse caso, assistimos ao nascimento de outra combinação. Desta maneira, na órbita do vitalismo espontâneo, podemos ver a conjunção e/ou a tensão paradoxal do estático em ação: a comunidade e o espaço; e do dinâmico: nascimento e morte dos grupos que foram comunidade e **vivem** nesse espaço. Ao velho debate sobre a estrutura e a História se contrapõe, então, o do acaso e da necessidade das histórias quotidianas.¹⁵⁶

As representações de determinados papéis possibilitam, como afirma M. Maffesoli¹⁵⁷, às pessoas modos diversos de composições, ou seja, permitem o surgimento de diversas “tribos”¹⁵⁸. São estas tribos que apresentam alternativas à redução moral e normatizadora dos modos aceitáveis da vida em sociedade. Há, portanto, uma teatralidade como um processo

¹⁵⁴ MAFFESOLI, Michel. **O instante eterno: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas**. Trad. Rogério de Almeida e Alexandre Dias. São Paulo, Zouk, 2003. p. 82.

¹⁵⁵ MAFFESOLI, Michel. 1987, p. 101-136. A teatralidade é um evento que acontece na política, na família, na vida, nos jogos, nas escolas, na imprensa, enfim, em todo o conjunto social. O julgamento moralizador não tem espaço, mas sim as paixões, os afetos, as emoções, os corpos, as tensões que perpassam o social. Assim, as pessoas e as coisas com suas várias facetas imbricam-se, misturam-se, afetam-se, compõem-se e se decompõem, constroem e destroem invariavelmente no tecido social.

¹⁵⁶ MAFFESOLI, Michel. 1987, p. 124.

¹⁵⁷ MAFFESOLI, Michel. 1987, p. 108.

¹⁵⁸ A análise do surgimento das tribos na sociedade contemporânea demonstra que as mesmas surgem e se multiplicam como uma forma de resistência ao projeto globalizante de consumo e cultura.

vivencial que instaura e reafirma a comunidade, lugar de segurança e conjunção. Alguns jogos de aparência, de culto aos corpos, de fé monumental, de interesses e marcas diversas que, sempre de novo, possibilitam a experimentação de modos de ser de diferentes sujeitos. Assim, tornam-se ao mesmo tempo atores e espectadores nas comunidades.

A partir do que já foi afirmado anteriormente, estas novas tribos, comunidades, linguagens e estilos de ser definem outras relações, na maioria das vezes, também violentas. A violência se torna institucionalizada seguindo alguns preceitos sociais de regulação, centralização, unidade e normatização. As movimentações sociais são engendradas por estes sistemas de eficiência e de organização grupos. Assim sendo, a compreensão das tensões, bem como dos agrupamentos precisa contornar, por um lado, o pessimismo científico e, por outro lado, certo romantismo interpretativo.

O contemporâneo se resume por modos de ser inventados, alternativos, distensores que buscam, de certa forma, uma maior elasticidade da organização enrijecida, normatizadora e segregadora. Neste contexto, as violências surgem nos meandros e embaralham os modos de ser, a compreensão entre real e irreal, visível e invisível, distante e próximo, interior e exterior. Há uma “convergência tensa” e uma complicação de elementos distintos, que produz outros modos de ver e viver em sociedade, multiplicando as formas de compreensão dos rearranjos sociais, que podem se tornar, igualmente, corrompidos, institucionalizando certos costumes, regras e sistemas.

A partir deste contexto, as dissociabilidades e divergências como processos de rearranjos não possuem papéis representativos, elas configuram movimentos tensos; tornam-se um tipo de “ação dissimulada” que têm por fim alargar, distender, distorcer, retorcer os modos de ser dos sujeitos e as dinâmicas das coletividades diante das violências cotidianas. O rearranjo social das comunidades parece ser intimista ao estreitar os laços e ao lembrar o que é comum a todos¹⁵⁹, partindo do pressuposto de que há um “*querer-social*”, um querer “*estar-junto*”, mas não o é, pois experimenta os limites de seu próprio esfacelamento, efemeridade e transição.

As divergências expressam-se em movimentos fugidios, criando e exigindo outras composições e heterotopias, ou seja, espaços duplicados. As diversas comunidades que se formam dentro dos espaços organizados da sociedade, delimitam e institucionalizam seus estilos e regras. Os rearranjos sociais tornam-se, por isso, tensos e agregadores, pois agenciam as potências sociais de progresso, reversos, recuos, meandros, vazios, valores, depredações,

¹⁵⁹ MAFFESOLI, Michel. 1987, p. 122.

violências, fugas, desvios; tornam-se multiplicidades que conjugam elementos diversos e diversificantes.

Uma imagem que poderia exemplificar estes diferentes movimentos sociais seria o ciclone, que ao mesmo tempo atrai e repele os objetos. Seus movimentos são intensos. Eles são acontecimentos esporádicos e não repetem num mesmo tempo e espaço. Além disso, navegam a superfície, variando forças e intensidades; são eruptivos, com zonas de baixa pressão em relação às circunvizinhas, provocando tempestades e movimentos de translação. As coisas são atraídas, num primeiro momento, para um “centro” gravitacional de pouca velocidade e de movimentação tensa. Depois, são arremessadas em várias direções, configurando outras paisagens, alterando as disposições dos objetos.

Os rearranjos sociais assemelham-se a estas forças atrativas do ciclone. Eles efetuam-se através das convergências e divergências. Isto é, cada comunidade agregaria certos valores e imagens, compondo constantes modos de convivialidades. As dissociabilidades seriam como corpos fugidios, ou seja, corpos que escapam a força atrativa e configuram outras topologias. Assim sendo, estes movimentos ciclônicos comporiam as regiões circunvizinhas, estabelecendo diferentes zonas de intensidades, ou seja, diversificados territórios e velocidades.

O encontro entre jovens demonstra, também, esta dimensão. A galera se reúne, ouve suas músicas, dança seus ritmos e interage em determinado espaço. As músicas são variadas e são executadas ao mesmo tempo. A dança se torna um evento espontâneo e os espaços são delimitados de acordo com os pequenos grupos circunvizinhos. Tudo acontece ao mesmo tempo. Enfim, todos constituem seus espaços, vivenciam seus estilos e exercitam-se em sociedade. A junção é tensa, porém não caótica, pois os movimentos fluem e provocam rearranjos coletivos.

As diversas combinações sociais definem-se, portanto, por estas possibilidades de invenção de espaços abertos e fechados. Um emaranhado de linhas¹⁶⁰ atravessa, converge e diverge nas composições sociais. A partir disso, os sujeitos constituem pontos de encontros e formas dispersas de ser, pegando cada ponta de linha e perfazendo seu caminho. Uma colcha vai sendo costurada de forma disforme e conforme, acoplando retalhos dispersos e diversos.

A violência pode provocar a produção de significados e conceitos diante das diversas tensões sociais; arremessar os sujeitos ora para fora de si mesmos, ora para os ostracismos

¹⁶⁰ As linhas são diversas e funcionam ao mesmo tempo, compondo uma espécie de cartografia dos caminhos e dos movimentos. Há tipos de linha muitos diferentes, na arte, mas também numa sociedade, numa pessoa. Há linhas que representam alguma coisa, e outras que são abstratas [...]. Acreditamos que as linhas são os elementos constitutivos das coisas e dos acontecimentos. DELEUZE, Gilles. 1992, p. 47.

recorrentes. As reciprocidades e disparidades efetuam-se nos espaços sociais, definindo não só os rearranjos sociais (as comunidades), mas também espaços abertos e duplicados das possibilidades nuançadas de si mesmo. As tensões latentes nos encontros podem compor linhas de fugas, de rompimentos, de resistências e de efervescências sociais, bem como de convergência e conjunção social. Assim, potencializam a vida, embora instituindo certos mecanismos de violência. As diferentes comunidades, por isso, agregam presenças, fluências, revoltas e estratos. O isolamento, a reclusão, a segregação, recorrência pode produzir, por sua vez, a idéia de destruição do outro.

Os rearranjos sociais dos sujeitos são cotidianos; atravessados por todos estes imbróglis configuram, a partir de um conjunto de mudanças e de transformações que a sociedade experimenta, diversos modos de agenciamentos e dispersões. As movimentações sociais constituem modos de subjetivação dos sujeitos, as comunidades configuram, na tensão, um modo de conjunção das diferenças. Enfim, ambas são modos de rearranjos sociais voltados para o agenciamento das tensões, diferenças e estilos, ao contrário do sistema centralizador, institucionalizador, unificador e regulador que instrumentaliza modos recorrentes e usais.

Em suma, as violências permeiam os modos de ser, delimitando formas, territórios e movimentos, além de influenciar as transformações sociais, os processos de industrialização, as reformas estruturais, as relações e as constituições dos sujeitos. Os rearranjos individuais sociais do sujeito diante das violências institucionalizadas pautam-se mais pelas variações, ondulações e nuanças sociais, e menos com o que se extingue e se esvai nos eventos pinçados pelos setores midiáticos. Portanto, eles agenciam elementos tensos e agem de forma a agregar espaços, estilos e modos de ser. A instituição, ao contrário, seleciona e difunde um estilo, normalmente, recorrente, centralizador e unificar.

2.9 As intensidades o sistema integrado

Gilles Deleuze escreve sob a realidade contemporânea apresentando-a como uma época de idealidades intensivas, em que as singularidades-acontecimentos¹⁶¹ apresentam-se e distribuem-se no mundo do problemático, configurando topologias sem remissões determinadas, círculos de convergência e de constituições de vizinhança. Uma série de atravessamentos e penetrações diversas que compõem cartografias,¹⁶² isto é, linhas que se

¹⁶¹ DELEUZE, Gilles. 1974. p. 110. As singularidades-acontecimentos se definem por alguma coisa que não é nem individual nem pessoal. No entanto, é singular. Ela não é abismo de indiferenças; salta de uma singularidade para a outra.

¹⁶² ROLNIK, Suely. 1989, p. 15-16. A cartografia, *diferente do mapa*, é um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação das paisagens (p. 15). No nosso caso, no estudo da contemporaneidade, a cartografia

perpassam a cada movimento. Suas fronteiras dissipam-se num movimento contínuo de junções e disjunções.

O modo do acontecimento é o problemático. Não se deve dizer que há acontecimentos problemáticos, mas que os acontecimentos concernem exclusivamente aos problemas e definem suas condições. [...] O acontecimento por si mesmo é problemático e problematizante. Um problema, com efeito, não é determinado senão pelos pontos singulares que exprimem suas condições.¹⁶³

A partir desta concepção os arranjos atuais definem-se, também, pelas constantes imprevisibilidades¹⁶⁴ e instabilidades. Desta maneira, elas são marcadas pelas vibrações,¹⁶⁵ potências e pelas aleatoriedades, definindo modos de composições e de decomposições. A garantia, portanto, do bem-estar, da segurança e dos direitos não consegue gerar, no conjunto das relações sociais, um sentimento de pertença. A partir disso, os sujeitos acabam inventando soluções e regras próprias para a sua sobrevivência e circularidade social.

As garantias modernas das previsibilidades estruturais, econômicas e relacionais perdem espaços, então, para as instabilidades sociais, para as novas formas produtivas e para as recorrentes catástrofes naturais. A segurança nas relações contratuais e nos resultados produtivos cede espaço para os modos especulativos dos mercados dos capitais. O arranjo social proposto pelas instituições sucumbe-se aos vários interesses econômicos e políticos, relegando as movimentações e agrupamentos para as realidades menores, ou seja, dispensáveis.

Os mercados atuais caracterizam-se, por exemplo, pela aversão à insegurança econômica, ou a riscos. A partir desta preocupação, o mercado opta pelos investimentos de curto prazo, ou seja, os denominados capitais especulativos. O sistema das transações econômicas torna-se dinâmico, pois além de envolver diferentes nações, torna-as refém uma das outras. Em suma, os sistemas econômicos definem-se, através destes modos de mercados, com diversas conexões e leis protecionistas, aparelhando o Estado constituído; complicam as noções de espaço, distendendo as fronteiras entre o instituído e a fluidez do capital especulativo, garantindo, somente, sua circularidade nas lacunas que os arranjos institucionais criam.

remete aos mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos tornaram-se obsoletos (p. 15).

¹⁶³ DELEUZE, Gilles. 1974, p. 56.

¹⁶⁴ A imprevisibilidade constitui uma espécie de jogo onde medo, desejo e erotismo perfazem formas de convivência. Ela configura, de certo modo, um modo de subjetividade, por exemplo, trabalhado nos contos de Rubem Fonseca. Seus personagens experimentam mundos em que os sujeitos não encontram mais formas de segurança. Enfim, as regras sociais defendidas na modernidade parecem tomar outros rumos. Um exemplo deste modo que foge às regras sociais está presente no conto Feliz ano Novo. FONSECA, Rubem. **64 contos de Rubem Fonseca**. Companhia das Letras, São Paulo, 2004, p. 186.

¹⁶⁵ ROLNIK, Suely. 1989, p. 25-27. Ao falar das vibrações tomo o conceito de Suely Rolnik, que compreende e trabalha este conceito a partir das questões do desejo. Ou seja, *no encontro, os corpos, sem poder de afetar e serem afetados, se atraem ou se repelem*. (p. 25). O corpo vibrátil, por isso, é corpo de desejo, que compõe um plano de consistência, vivendo processos de simulações.

O sistema de mercado tem provocado, portanto, redefinições nos modos de subjetivação dos sujeitos, além de uma profunda desigualdade social. A sociedade democrática é organizada sob a tutela do poder econômico; experimenta erupções sociais, em que movimentos musicais, artísticos e culturais criam novos modos de ser, linguagens específicas, gestos particulares e com expressões codificadas. Os estilos tornam-se meios de expressão, de criação, de subjetivação dos vários grupos marginais que, por uma série de conjunções territoriais, criam formas diferentes de conjunções, distendendo os arranjos sociais propostos e difundidos pelas instituições, enquanto o sistema econômico padroniza um estilo (lucro, eficiência, garantia).

O capitalismo integrado (globalizado) não cria, ele permeia, habita e usa os eventos sociais e difunde a idéia do lucro, do consumo, da realização individual e coletiva. Os arranjos são normatizados e permitem, por isso, a permanência do próprio sistema. Ao inventar novos mecanismos e modos de ser, as composições sociais provocam, em muitos casos, a renovação das formas de produção e consumo. A sociedade passa a ser regida, a partir dessas inovações, pela lei do descartável, pontual e ultrapassado, aumentando a repressão, a regulação e o controle das relações entre os sujeitos.

As comunidades são dinâmicas e expressivas, pois inventam não só espaços de circularidades e de convivências, como também características próprias de remissões temporais (passado, presente, futuro) e territoriais (local, mundial, universal). Em resumo, os sujeitos utilizam determinadas expressões sociais e artifícios criadores de comunidades nas diversas relações sociais e públicas. Neste sentido, o sistema econômico instrumentaliza os estilos de vida, de comunidade, de arte a fim de fomentar o consumo e o lucro.

As combinações sociais são esporádicas e não seguem, necessariamente, um regimento interno (normas, endereços, estilos) em detrimento de forças externas. Eles inventam os espaços do meio, dos entremeios, escapando às condições e às exigências dos espaços fronteiriços, ou seja, das dimensões reguladoras e limitadas. Em outras palavras, as comunidades são também ocasionais; produzem junções esporádicas e maleáveis e seus referenciais estão em constante movimentação. Enfim, estas combinações poderiam ser denominadas também de: “grupos de passagem”, pois surfam as superfícies dos eventos sociais. Efetuam-se, eventualmente, em determinados lócus de circularidades, compondo espaços alternativos de aceitação e segurança individual e coletiva.

A efetuação¹⁶⁶ dos movimentos produzidos pelas comunidades acontece na superfície das inscrições¹⁶⁷ sociais, isto é, surge a partir dos abalos provocados por estes outros processos de rearranjos sociais e espriam-se de forma eruptiva no tecido social, matizando-o e redimensionando-o. Portanto, os que participam destas comunidades, passam e retornam a elas sem, no entanto, deterem-se nelas em defesa de alguns objetivos e contratos. Neste sentido, os rearranjos aproximam-se da idéia de evento, pois não pressupõem, necessariamente, um antes e um depois, isto é, princípios e fins; definem-se como uma espécie de onda, onde os sujeitos navegam as superfícies, mas não se detêm nelas. Assim sendo, os movimentos são dinâmicos e perfazem não só o bojo daquilo que se compreende por contemporaneidade, mas também as diversas composições e disposições dos sujeitos.

Em suma, os rearranjos sociais são capturados pelos sistemas institucionais e econômicos, que buscam aumentar os lucros e as influências sobre a circularidade dos sujeitos, ou seja, as instituições procuram transformar as criações sociais em formas de arranjos normatizados. A preocupação não é com o bem-estar, com uma vida mais justa e digna, mas sim com a instrumentalização da movimentação, acontecimentos e nuances sociais, sustentado, muitas vezes, por um interesse econômico e político. A ação de captura das possibilidades de inovações sociais torna-se um diferencial nos modos de atuais ser das instituições, pois provoca nos sujeitos a exigência da invenção e da fuga, ou seja, de produção de outros rearranjos sociais.

2.10 As considerações finais: fugas e efetivações

Enfim, analisar os arranjos sociais diante da violência na sociedade organizada envolve uma série de aspectos políticos e de modos de agenciamentos comunitários. A comunidade arregimenta, por exemplo, um conjunto de situações e trespassa uma infinidade de contextos. A partir disso, uma afirmação possível seria: a violência se perpetua nas relações sociais como retalhos dispersos e matizados, que podem perfazer uma colcha desenhada por sistemas institucionalizantes. Por isso, ela aproxima e distancia, por um lado, vestígios, marcas, cicatrizes, espaços, imagens, sujeitos, linguagens e, por outro lado, fomenta circularidades sociais e configura uma infinidade de heterotopias, a fim de modular (tempo, espaço e valor) e

¹⁶⁶ O conceito de efetuação está relacionado à idéia dos acontecimentos. A efetuação é um efeito que se dá na superfície. DELEUZE, Gilles. 1974, p. 97-113. O sentido aqui desenvolvido por mim é correlato, ou seja, os efeitos sociais também se estabelecem, irrompem numa superfície. O lugar privilegiado destas efetuações são os grupos esporádicos, os grupos de passagem. Ali se efetuam os abalos sociais.

¹⁶⁷ O conceito que está relacionado a esta assertiva é o plano de imanência, em que cada movimento percorre todo o plano, retornando sobre si mesmo, dobrando-se, mas também agindo sobre outros movimentos. Deste modo, estabelece-se uma série de conexões e de diversas retroações. O plano seria, portanto, uma espécie de platô, de uma taça. Enfim, a produção de uma imagem por onde circula os eventos sociais. DELEUZE, Gilles e GUARRATI, Félix. 1992, p. 49-81.

moldar (adaptar, afeiçoar e conformar) os abalos daí provenientes. Então, unifica, regula e controla as ações.

Se os rearranjos sociais são tão singulares, pontuais e situacionais, irrompendo a cada instante, num espaço territorial estranho e desconhecido, o desafio é, então, delimitá-los aos sujeitos e as instituições que os recriam; se as violências são jogos sociais e envolvem sempre mais e distintos sujeitos, a análise, portanto, precisa seguir os vestígios e as marcas deixadas pelas mesmas nos processos de arranjos institucionalizantes. Por isso, é preciso correlacioná-los com os arranjos propostos pela instituição e os diversos interesses que os circundam.

As violências impregnam e misturam-se aos processos de rearranjos, ora como naturalidades ora como questão de resistência e sobrevivência. Enfim, institucionalizadas. Tornam-se como que irrupções vulcânicas, trazendo à tona todas as imagens apreendidas nas diversas relações estabelecidas no decorrer da existência. As imagens (paraíso, povo pacífico, unido, bonito) perfazem um imaginário que, ao contrário de uma idéia de depósito onde se esconde as coisas de vista, redefine-se constantemente. Os rearranjos sociais são efeitos e efetuações das forças potenciais dos sujeitos, marcadas pelas imagens das experiências apreendidas e, também, pelos sistemas de arranjos difundidos nos modos de socializações.

O estudo das condições e da organização da instituição refere-se ao contexto vivencial e estrutural de vida dos sujeitos. As violências e os sujeitos estão, portanto, inseridos e permeados pelos sistemas que disputam e circulam as composições legais, isto é, os arranjos centrais e normatizadores. A instituição, neste caso dos estudos dos processos de arranjos, é marcada pelas condições legais, em que procura cercear as criatividade dos sujeitos. O movimento de resistência dos sujeitos a este modelo regulador provoca, em muitos casos, ações violentas. Entretanto, os mesmos têm inventado espaços alternativos, meandros, lacunas onde é possível fazer circular outras potências criativas.

A análise remete o problema das violências para outra dimensão, a saber, a da superfície das efetuações. Uma consideração lógica e comum é que todo e qualquer evento social solicita um meio, um conjunto de corpos e contextos que agenciem sua potência e variação. A superfície não está, portanto, em oposição ao que é profundo e, tampouco, ao que é ulterior. Ela possibilita uma vaga noção de mensuração, de medida, de estruturação e de variação. A superfície é o espaço que possibilita determinada agrimensão territorial, localização e remissão dos acontecimentos sociais.

As violências efetuem-se nos corpos dos sujeitos, nos seus modos de ser, nas suas diversas relações e composições sociais; perpassam estes diversos corpos, por um lado,

instrumentalizando-os e, por outro lado, alterando as noções de espaço, tempo e movimento. Assim sendo, elas efetuam-se sobre estes meios, advindo de um duplo movimento de pertença, a saber, como efeito de eventos-potências e como afecção instantânea, contextual e relacional.

As gêneses constituem e se constituem nas relações sociais, como eventos instantâneos e potência de vida que advêm de um fora, da tensão das coisas diariamente experimentadas. Elas modulam e moldam os modos, os corpos e os pensamentos dos sujeitos tanto expressiva quanto introspectivamente; agenciam dispositivos alheatórios e instrumentos recorrentes, que podem ser disparados em determinadas situações, devido às variadas condições de possibilidade que podem criar processos de rearranjos individuais e coletivos. Elas surgem, portanto, de um conjunto maleável e minucioso de interações complexas e compositivas, influenciam e condicionam as conjunções sociais, enfim, elas são institucionalizadas.

Se elas estão presente no tecido social, rondam as análises contemporâneas e imbricam as coletividades, cabe, aqui, delimitar a compreensão da mesma quanto à sua efervescência. Assim sendo, a análise dos arranjos dispensam, como se propõe neste trabalho, o estudo das origens e das causas, atendo-se às variações e dissonâncias sociais. Desta maneira, os arranjos sociais perfazem um campo de referência que produz seus efeitos e redefinições. A análise não pode partir, por isso, somente da premissa das violências latentes e internas, reduzidas a um indivíduo desviado das normas e regras institucionais. Ela precisa partir das múltiplas interações e topologias que pressupõem sujeitos, contextos e circularidades. A redução da mesma, portanto, à fagulha da experimentação unificadora pode dificultar a análise dos rearranjos sociais.

O estudo dos movimentos e das convergências objetiva o estabelecimento de parâmetros analíticos. Estes parâmetros possibilitam a averiguação das implicações, dos engendramentos e das movimentações dos sujeitos em sociedade. E conclui-se que, na atualidade, comunidades, espaços e circularidades estão em constante metamorfose. Enfim, há uma grande dinamicidade social, em que os estilos de expressão estão multiplicando e configurando novos grupos, espaços e linguagens. O estudo destes movimentos e destas velocidades sociais possibilita, também, a compreensão do potencial inovador das diferentes composições sociais. Esta perspectiva produz uma visibilidade positiva das conglomerações dos sujeitos, agenciando um mundo de possibilidades e de nuances coletivas, em que as heterotopias poderão estimular os exercícios sociais.

Os sujeitos constituem comunidades, estilos e, principalmente, heterotopias. E é sobre elas que se efetua uma série de efeitos, variações e coletividades interativas. Neste contexto das

violências experimentadas instaura-se a exigência da invenção de outras topologias, pois elas desinstalam e deslocam os sujeitos dos arranjos normatizados, deixando-os sem as referências territoriais. A perspectiva, neste caso, agrega os sistemas de institucionalização, pois em relação aos modos de ser dos sujeitos a tendência é a recorrência. Desta maneira, as estruturas sociais entre público e privado, de interno e externo perdem sua operacionalidade e função, pois as vítimas das violências não conseguem encontrar segurança nestes espaços regulados. As heterotopias são invenções fortuitas, espaços que se criam como entremeios, que permitem a circulação de uma infinidade de sensações e modulações; possibilitam, portanto, as convergências tensas, as composições e dissipações de referenciais dinâmicos e efêmeros, podendo ser as mesmas, no entanto, recorrentes e inovadoras; dinamiza a noção de espaço, possibilitando o exercício de outros estilos. A heterotopia, como aqui se compreende, surge na tensão entre a instituição e rearranjos sociais.

A instituição controla os movimentos e as velocidades, recorrências e intensidades nos processos de arranjos sociais. As instituições procuram reter, portanto, as movimentações sociais, a fim de melhor organizar, cadenciar e gerenciar as convulsões sociais, criando um sistema de arranjo dissimulado, encruado, opressivo e excludente. Assim sendo, as ações socializadoras são, muitas vezes, contornadas e corrompidas, a fim de garantir os interesses de alguns segmentos políticos. Enfim, há uma prevalência na dominação dos mecanismos reguladores.

A análise destes processos possibilita a compreensão dos rearranjos sociais. A recorrência, por exemplo, estabelece um círculo interpretativo onde os variados eventos sociais acabam sendo encerradas em estruturas causais e fechadas. Averiguar os rearranjos sociais em situação de violência permite o rastreamento destas convulsões sociais, desde a perspectiva da movimentação e do controle. Os fatos violentos provocam, neste sentido, alterações e redefinições nas formas de regulação e movimentação social, pois provoca e exige outras territorializações e modos de ser.

A análise contorna o projeto dos fins últimos e ótimos, agregando as convulsões sociais nas formas de rearranjos dos sujeitos. O show termina, por exemplo, quando as luzes se apagam, a multidão se dispersa e o palco é desmontado. A movimentação social é, neste sentido, como um show, efêmera, pois sua potência é interativa. Desta maneira, as pegadas, as inscrições dos acontecimentos, os efeitos corporais, os encontros e as relações sociais permitem a compreensão dos mecanismos instrumentalizados nas formas dos rearranjos de determinados grupos.

Se a instituição tem a função de regular e controlar as formas de arranjos dos sujeitos, como se verificou acima, o desafio é compreender a disseminação, manutenção e permanência de algumas destas formas. O arranjo social, portanto, é um dispositivo institucional que age, de modo exemplar, na estruturação dos espaços e no controle dos modos de ser dos sujeitos. Como ele persiste e se torna social? O seu valor advém de que segmento? Como é ensinado e defendido pelos regimes?

A instituição, neste caso, tem função primordial de formação, disseminação e permanência dos arranjos sociais. Ela prepara o cidadão para o exercício dos direitos, trabalho e vida em sociedade. Isso será melhor desenvolvido no capítulo a seguir. Enfim, ela prepara o indivíduo para a convivência com os sistemas hierárquicos, inserindo-o em regimes sociais, quase sempre, opressivos e excludentes. E, conforme suspeita, ela institucionaliza a violência nos variados segmentos sociais, disseminando a idéia de controle, regulação, unificação, centralização. Institucionalizar a violência, também, não é, tão somente, privilégio dos modelos institucionais, os agrupamentos sociais incorrem no mesmo erro.

3 AS MARCAS DA VIOLÊNCIA E A FORMAÇÃO DO SUJEITO

É esse o “fundo” sem fundo que podemos distinguir na superfície das coisas. Superfície da beleza que, bem ou mal, constitui a qualidade da vida, seu ornamento, conferindo-lhe todo seu valor.

Michel Maffesoli.

3.1 A formação do sujeito

A análise dos rearranjos sociais se torna, também, uma oportunidade de rememorar experiências, envolvendo o vivido e as tensões do presente. Desta maneira, os conceitos que circulam determinado modo de compreensão, definem, também, os estudos baseados na genealogia. A compreensão do presente se torna uma condição de análise dos rearranjos, pois as constituições dos vários elementos, conforme já foi afirmando nos capítulos anteriores, são variadas e estão, constantemente, em transformação. As instituições procuram normatizar, portanto, as relações sociais e, para tanto, precisam criar mecanismos que possam dar alguma formação e direção às mesmas, além de tentar controlá-las, regulá-las, centralizá-las e unificá-las.

Através de um ou de vários conceitos a pesquisa faz circular imagens, sons, sonhos, possibilidades, vestígios de mundos, de pessoas, de lugares, de fatos e de acontecimentos que perfazem as potências da vida, provocam deslocamentos das preocupações, inebriam os olhares, vibram os corpos e configuram universos paralelos. As tensões, condições de possibilidade, experiências não se sobrepõem umas às outras; irrompem nos encontros dos corpos, nas variações dos efeitos, nas forças do pensamento e nas produções do conhecimento; transformam o cotidiano. Intensidades e paixões que vibram o contexto, a coletividade, o instituído e os modos de ser estáticos; que incomodam os corpos, vibrando-os.

A averiguação da instituição e dos processos de rearranjos agrega, por isso, universos tensos, imagens vibrantes, fatos rebuscados e irrupções constantes, que por meio das palavras, dos gestos, das potências perpassam os corpos e se transfiguram, perfazendo outros modos de ser. As instituições criam, de certo modo, seus modos de interferências funcionais; evitam a idéia do pessoal, denotativa ou não de uma individuação e particularização, pois compreendem e dispõem os corpos como instrumentos de unificação das potências sociais. Ele passa a ser compreendido como um meio de trabalho, de produção de lucro, enfim, de manipulação.

Os instrumentos de interferência entram na batalha da análise operando, coletivamente, um conjunto variável e considerável de sensações, de percepções e de divagações que envolvem e acoplam elementos valorativos. As instituições não só são as sinalizações e as bóias indicativas das tensões sociais, mas também mecanismos a serviço da guerrilha unificadora das ações. Se elas têm funções tão essenciais, cabe, também, definir, à medida do possível, suas formas de operacionalidade. A antropologia, a filosofia, a sociologia, a teologia e a pedagogia possibilitam a análise dos problemas das marcas da violência nas instituições que não só buscam a regulação, mas também a formação e disseminação de certas regras.

As formas de arranjos propostas pelas instituições instrumentalizam os corpos dos sujeitos. As relações de poder inscrevem regras e normas não só nos modos de ser, mas, também, nas posições dos corpos. Os arranjos sociais instituídos na sociedade buscam dar forma a determinada concepção de socialização, baseados, quase sempre, em processos formativos e reguladores das relações sociais. A instituição não só instrumentaliza os modos de ser, ela define, dissemina e potencializa determinadas tendências sociais.

Em resumo, a instituição procura regular, centralizar, unificar e controlar as ações sociais. Portanto, ela instrumentaliza as interações e engendra nelas estes mecanismos, a fim de garantir certa norma, interesse e modo de socialização. A partir deste capítulo, poderá se averiguar que ela vai além da ação de instituição de regras, ela procura criar mecanismos de formação. Enfim, sua ação não prioriza só uma técnica repressiva e reguladora, mas também procura criar em cada sujeito a idéia da necessidade, eficácia e da operacionalidade do sistema.

3.1.1 As marcas e os modos de ser dos sujeitos

O conjunto de intensidades e de acontecimentos constitui um exercício de memórias, que pelas suas adversidades poderiam ser denominadas de “marcas”. O sujeito vive mergulhado em toda espécie de ambiente visível e invisível, cercados por diferentes interesses. Os sujeitos experimentam na coletividade todas estas forças que perpassam as marcas e os modos de relações, configurando outros estilos e territorializações:

[...] Marcas são exatamente estes estados inéditos que produzem em nosso corpo, a partir das composições que vamos vivendo. Cada um destes estados constitui uma diferença que instaura uma abertura para a criação de um novo corpo, o que significa que as marcas são sempre gêneses de um devir.¹⁶⁸

¹⁶⁸ ROLNIK, Suely. Pensamento, corpo e devir. Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. In: **Cadernos de subjetividade**. São Paulo, NEPS/ PEGPC/ PUCSP, v.1, n.2, 1993. p. 242.

Os sujeitos vão constituindo, constantemente, marcas. Elas, por sua vez, produzem exigências, deslocamentos e reverberações aos corpos; provocam certo estranhamento, que nos encontros dos corpos transformam os sujeitos e a si mesmas. As marcas, dito de outra forma, são impressões e inscrições que tatuam não só os corpos, mas também os pensamentos, os modos de ser, as relações e os sonhos. Elas não podem ser compreendidas como determinações e automatismos, mas como dinâmicas; e definem, isso sim, as ações dos sujeitos consigo mesmos e com os vários outros elementos sociais.

As marcas se tornam condições de possibilidades. Através de um conjunto de experiências apreendidas os sujeitos estimulam certos modelos de atuação no mundo e na relação com os outros. Elas conectam e configuram diversos elementos históricos e atuais (devires); podem produzir um espaço de invenção de si (transformação), ou de retorno ao mesmo (ressentimento); são flutuações e intensidades que nos diversos encontros dos corpos produzem rememorações, retornos, e deslocamentos. Em resumo, as marcas vibram os corpos como impressões, que nas relações e coletividades agenciam diversos acontecimentos, dispõem várias possibilidades de ser e de interagir; vibram os corpos (visível e invisível) do sujeito, impondo-lhe transformações e deslocamentos, ou seja, a criação de outros modos de ser, através dos quais fará circular as tensões. Enfim, tornam-se modos de ser e de relações (tensas, desiguais, diferentes) que condicionam a ação do sujeito no mundo.

O meu corpo, assim como o corpo daqueles meus colegas de 2ª série, transformou-se num pergaminho onde a pena da professora Ângela autenticou o seu autoritarismo e indelicadeza; os castigos gravaram a força da lei (o mestre) sobre seus súditos (o educando), tatuando-os para torná-los uma demonstração da regra, uma impressão que torne a norma legível. [...] A exigência do silêncio na escola me fez conversar muito, mas só em meus pensamentos, nunca conseguia dizer para as pessoas as coisas que eu sentia.¹⁶⁹

Se o sujeito vive suas marcas e as potencializa no presente, configurando para si outros perfis, o mesmo acontece com os modelos institucionais. Eles instrumentalizam as marcas, disseminam mecanismos utilitaristas e as direcionam para a potência do lucro, da produção e da normatização social. As instituições delineiam as marcas e direcionam os sujeitos para viverem numa sociedade, naturalmente, hierárquica e essencial.

O respeito à hierarquia, à família, ao doutor, ao poderoso é disseminado pelos modos institucionais. O corpo passa a ser formado e marcado pela necessidade da submissão, subjugação e aceitação de determinados modos de ser; marcado por mecanismos que valorizam os sistemas, as normas e alguns poucos como fundamentais ao desenvolvimento, progresso e

¹⁶⁹ UCHOA, Denise. Corrigindo corpos (im)perfeitos: a escola como cartografia da dor e da punição. In: MOTA, André, BURITI, Iranilson (Org.). **In: Mneme – Revista de humanidades**. Caicó/RN, ago/set, v. 7, n. 17, ago./set. 2005. p. 169-170.

operacionalização social. Desta maneira, institucionaliza e delinea as marcas dos corpos em função de um objetivo maior, isto é, a sociedade organizada. Assim, pode se naturalizar os exageros, as repressões, os silenciamentos.

Os rearranjos sociais propostos pelas instituições, por exemplo, passam a criar determinadas marcas nas relações entre os sujeitos. A honra, a força, o voluntarismo, por exemplo, são formas de arranjos instituídos pela sociedade. Elas podem levar alguém a agredir outra pessoa, ou até mesmo a morte, pois têm uma função organizativa das relações. A honra como um arranjo social provoca atrocidades e modos violentos de ser, fundamentados, em muitos casos, na dominação alheia. Em suma, certo modelo institucional passa a reger as marcas, bem como criar marcas nas relações sociais dos sujeitos, ou seja, os modos de ser.

3.1.2 A memória e os modelos institucionais

As marcas podem complicar o tempo, o espaço e as relações, tornando presente as experiências, os “cacos” e os “fragmentos” do vivido. Deste modo, o sujeito está envolto por uma multiplicidade de acontecimentos e de possibilidades que complicam o seu viver, vibrando e, até mesmo, reforçando as formas instituídas na sociedade. Assim, o tempo deixa de ser linear, causal e objetivo, tornado-se complicado. O presente se torna um emaranhado de acontecimentos que mistura os diversos elementos do vivido. Enfim, a memória atualiza os mais diferentes “fragmentos da vida”, confrontando-os e vibrando-os nas relações tensas dos encontros dos corpos.

Para compreender o acontecimento é imprescindível deixar ser tocado [...] a compreensão é criadora de sentido, de um sentido que produzimos no processo mesmo da vida, na medida em que nos esforçamos para nos reconciliarmos com as nossas ações e nossas paixões [...] As memórias são, afinal, uma cicatriz que dá sentido à ligação da vida e da morte.¹⁷⁰

A experiência de estupro vivida por Maria não faz parte, somente, de um passado remoto, pois martiriza seu corpo na atualidade. Os seus seis filhos vivem abandonados pelas ruas e sua relação amorosa agrega violência sexual. Ela procura nos diferentes sujeitos que circulam a sua vida uma forma de atualizar a dor e a revolta, castigando a si mesma. A marca do vivido organiza as relações do presente, configurando uma forma de recorrência, ou seja, de atualização de uma experiência. O arranjo social proposto pela instituição é de condenação do causador do fato, no entanto, ao mesmo tempo, dissemina o silêncio social, pois as pessoas não

¹⁷⁰ VILELA, Eugénia. Corpos inabitáveis. Errância, filosofia e memória. In: LARROSA, Jorge, SKLIAR, Carlos (Org). **Habitantes de babel: políticas e poéticas da diferença**. Trad. Semíramis Gorini da Veiga. Belo Horizonte, Autêntica, 2001. p. 245.

discutem este problema, relegando-o para os porões da estrutura social, a fim de manter a máquina girando.

A memória, portanto, conecta o sujeito às outras possibilidades de ser, à medida que produz diferença ao relacionar elementos diversos, atualizando-os. Desta forma, ela pode destruir “as continuidades e as ordens tidas como naturais e salvadoras”¹⁷¹, bem como manter os sujeitos dentro de determinados círculos repetitivos. Ela recria os sentidos e atualiza o vivido, repetindo-os e alterando-os. Assim sendo, a memória pode reproduzir elementos dinâmicos do vivido, do experimentado, acirrando-os e multiplicando-os; pode transformar as experiências, impondo aos corpos movimentos e definições. Neste sentido, ela funciona por acoplamentos, conectando distintos elementos e configurando-os invariavelmente, tornando evidentes os arranjos e rearranjos sociais dos sujeitos.

E como se poderia definir e acompanhar esta atualização? Atualizar é diferente, portanto, de sobrepor. O atual está relacionado ao novo, ao devir, ao que se abre como possibilidade de diferença, ou seja, aquilo que complica e, também, pode reforçar os arranjos instituídos. Neste sentido, atualizar é diferenciar-se, alterar-se e multiplicar-se. O exercício da memória teria funções distintas, ou seja, ela traria elementos daquilo que está deixando de ser (presente) e criaria condições de possibilidade para aquilo que advém. Uma tensão entre o já (vivido e instituído) e o ainda não (devir e rearranjo). Esta tensão poderia exemplificar o caráter criativo da rememoração.

O novo, o interessante é o atual. O atual não é o que somos, mas antes o que nos tornamos, o que estamos nos tornando, isto é, o outro, o nosso devir-outro. O presente, ao contrário, é o que somos e, por isso mesmo, o que já deixamos de ser.¹⁷²

Ao analisar os rearranjos sociais torna-se importante agregar esta dimensão criativa da memória, pois ela engendra o normatizado e pode criar nele a exigência da movimentação. O arranjo social instituído, neste caso, pode dificultar a transformação do sujeito e, até mesmo, produzir mecanismos recorrentes, pois não agrega as variações sociais. Assim sendo, os rearranjos sociais poderiam funcionar como dispositivos dinâmicos que flutuam sobre o instituído, criando novas condições de possibilidade. Entretanto, os mesmos podem instituir, conforme capítulo anterior, mecanismos centralizadores e unificadores das interações, reforçando uma espécie de violência institucionalizada, que delimita, oprime, segrega, silencia, isola o diferente.

¹⁷¹ GUIMARÃES, Áurea M. O cinema e a escola: Formas imagéticas da violência. In: **Cadernos Cedex**. São Paulo, ano XIX, n. 47, dez. 1998. p. 107.

¹⁷² DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. 1992. p. 145.

A mulher estuprada poderia inventar, ainda que de forma limitada, outros modos de relações. A experiência e as interações sociais pode impedir que a mesma transponha os limites instituídos. Ela passa a reproduzir uma espécie de “invasão privada” ao expor seus filhos, abandonando-os na rua, e deixando seu corpo ser instrumentalizado pelos outros. Desta maneira, o instituído cria um mecanismo repetitivo, de circularidade limitada, pois o mesmo está corrompido e desprovido de efetivação social. O arranjo social passa a conservar o vivido como um dispositivo de socialização, embora condenando-o.

A lembrança do ocorrido, ao contrário da memória, é funcional. Seu uso, na maioria das vezes, torna-se objeto de manipulação institucional. A escola ao exercitar a recordação como lembrança submete o sujeito a um modelo que dita as normas convencionadas e o agir adequado. A ação “funcionaria de modo a garantir a redenção de um passado completo, perfeito, fechado”.¹⁷³ Ela permite que certos arranjos sejam estabelecidos na sociedade e se tornem aceitos.

A lembrança, elemento fundamental no arranjo social, busca, por isso, o heróico nos fatos vividos, condicionando o presente à mera repetição de um passado perfeito a procura de redenção. Em resumo, a lembrança produz um sentido de verdade, dentro de uma cronologia linear e causal, manipulando a vida e os costumes sociais dos sujeitos. Neste caso, a repetição do passado torna o ato heróico e redentor do sujeito, enquanto a memória, ao contrário, se renova através das interações e atualizações das experiências. O modelo institucional opta pela lembrança, contornando as tensões provocadas pela memória. Assim sendo, o passado serve para reger, controlar, delimitar, regular e centralizar o presente. A instituição reforça os mecanismos diante das tensões dos encontros, das variações dos corpos e das experiências interativas.

3.1.3 A memória e as transformações sociais

A memória é fluída, isto é, ela se torna movimento de transformação. Ela recria, através da rememoração, as palavras, as vozes esquecidas, abafadas pela “história dos vencedores”. Ela vitaliza e dinamiza os fatos históricos, fazendo com que os mesmos sejam atualizados no tempo presente. Assim, vibra os limites das instituições, pois provoca outros modos de ser, distende as normas e vitaliza as interações sociais.

Na rememoração, a imagem pronta e acabada da visão oficial é destruída e o que escapa às classificações do mundo degradado passa a tornar possível o surgimento de

¹⁷³ GUIMARÃES, 1998, p. 106.

outras visões, de outras verdades. Ao ser reencontrado no presente, o passado perdido retoma-se e transforma-se como passado, presente e futuro.¹⁷⁴

As imagens da memória estão em movimento e em variados fluxos, que acirram os corpos, levando-os a diferentes direções, transformações e experimentações; transformam, através da rememoração, o presente, tornando as relações sociais mais dinâmicas. Deste modo, as imagens produzem novos significados e efetivam outros modos de ser, possibilitando a recriação dos universos ignorados, possibilitando um agenciamento dos “fragmentos” dispersos. As imagens se tornam dinâmicas, dimensionam as sensações e percepções no contato com o presente de um mundo “degradado”. A violência, enquanto, também, um elemento guardado na memória, atualiza, conforme aqui se supõe, um sistema de recorrência que agrega o presente, porém direciona-o para o jogos da imposições, opressões e dominação. Assim, a violência institucionalizada cristaliza sistemas de acesso à memória e, por conseguinte, seus efeitos.

Uma aluna do Centro Educacional Maria da Conceição, Maracaçumé, Maranhão, estabelece relações tensas com seus colegas. Ela não consegue dialogar e fazer trabalhos em grupo. As palavras que ela, normalmente, pronuncia são: “eu vou te bater”, “não fale comigo”, “não estou te dando confiança”, “se cale”.¹⁷⁵ Enfim, ela tem dificuldade em romper com a violência instituída e que condiciona seus atos. Desta maneira, atualiza as imagens da memória, afastando as outras pessoas de seu convívio, isolando-se. O rearranjo social é de isolamento, pois a agressão latente em suas palavras afasta as pessoas, delimita as interações e cria um sistema de recorrência. Enfim, institucionaliza a violência.

As imagens apreendidas num determinado passado entram, portanto, numa espécie de “colapso” criativo, ou seja, como um calidoscópio em movimento giratório, alterando as cores, as experiências e as sensações vividas. Enfim, elas são, através da potência da imaginação e da efetivação da mesma no presente, confrontadas, exigindo do sujeito abstrações inventivas e variados deslocamentos. Se a instituição estabelece as normas para as interações, cria, nestes encontros, um sistema ressentido, em que a pessoa envolvida procura compreender as causas, busca um culpado e esquece de experimentar as tensões no presente. Então, as interações passam a ser estabelecidas entre dívida e devedor.

Senão há mudança de imagens, união inesperada das imagens, não há imaginação, não há imaginante. Se uma imagem presente não faz pensar uma imagem ausente, se uma imagem ocasional não determina uma prodigalidade de imagens aberrantes, uma

¹⁷⁴ GUIMARÃES, 1998, p. 109.

¹⁷⁵ A aluna citada freqüenta a sétima série do Ensino Fundamental e tem 13 anos. A experiência citada advém de um encontro de sala de aula e da observação da interação dos alunos.

explosão de imagens, não há imaginação. Há percepção, lembrança de uma percepção, memória familiar, hábito das cores e das formas. O vocábulo fundamental que corresponde à imaginação não é imagem, mas imaginário.¹⁷⁶

Importante destacar que o imaginário é um conjunto de imagens em movimento (nas fronteiras do instituído), em transformação no tempo e no espaço. As imagens, por isso, não são estáticas, elas tomam outras formas e provocam diversas sensações nos encontros dos corpos. Não há uma contemplação inócua de um passado perdido, mas “atividades que transformam o mundo como uma espécie de imaginação criadora”.¹⁷⁷ O Ocidente, a partir do iluminismo, buscou expurgar o imaginário do mundo científico, defendendo a linearidade, a objetividade e o positivismo nos métodos científicos. Afastou o sujeito do mundo, do objeto e dos outros em função da metodologia do distanciamento, da objetividade e da produção do saber. Deste modo, o imaginário atualiza e transforma as imagens primeiras, confrontando-as e acirrando-as.

As imagens da memória estão, por isso, em movimento através das marcas, das lembranças, do imaginário, confrontando mundos atuais e virtuais. Elas complicam e potencializam as relações do sujeito, possibilitando aos mesmos rearranjos sociais alternativos, pois dinamizam as formas instituídas pelos sistemas vigentes. Elas podem criar dinamicidades e, também, recorrências nas relações entre os sujeitos.

[...] desempenham um papel em nossa vida. Vitalizam-nos. Por elas a palavra, o verbo, a literatura são promovidos à categoria da imaginação. O pensamento, exprimindo-se numa linguagem nova, se enriquece ao mesmo passo que enriquece a língua. O ser torna-se palavra. A palavra aparece no cimo psíquico do ser. A palavra se revela como devir imediato do psiquismo humano.¹⁷⁸

3.1.4 As marcas da violência

As marcas, conforme já foi escrito acima, são modos de ser que, a partir de um conjunto de fatores, condicionam e criam as possibilidades dos exercícios do sujeito. Isto é, através das marcas, ou das condições de possibilidades, circulam imagens que, sempre de novo, atualizam os solavancos que se fazem nos corpos, nos espaços e nos modos de ser dos sujeitos. Entre uma e várias imagens, entre um determinado tempo vivido e a atualidade cambiante surgem os intervalos, as pausas, as lacunas criativas e ressentidas, onde se efetuam as tensões. O sujeito se faz entre esse imbróglio de imagens, de marcas, de tempo, de encontros e de outros sujeitos. Eles coletivam-se, produzem conhecimento de si, do mundo e das coisas. As marcas, nestes

¹⁷⁶ GARCIA, Pedro (apud. Bachelard). *Imaginário e Educação*. Disponível em: www.semiosfera-arquivos-imag-pgarcia.htm. Acesso em: 27 jun. 2006.

¹⁷⁷ DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia*. 2.ed. Trad. Helder Godinho. São Paulo, Martins Fontes. 2001.p. 432.

¹⁷⁸ GARCIA apud. Bachelard. Disponível em: www.semiosfera-arquivos-imag-pgarcia.htm. Acesso em: 27 jun. 2006.

ínterins, podem também ser repetitivas, condicionando as lembranças para um e mesmo fim.

A violência marca a experiência do sujeito nas relações com o mundo, com a família, com a escola e com os outros. As marcas da violência podem condicionar os modos de ser. Se as marcas, ou o emaranhado delas, se tornam “disparadores”¹⁷⁹ de novas relações, trazendo à tona sempre novos elementos, elas são, portanto, também atualizadoras, relacionais, criadoras de novas marcas. A violência se instala nestes movimentos das marcas, condicionando-as, retendo-as, significando-as. Então, as marcas da violência seriam movimentos ressentidos; fixadas num determinado tempo, contexto e experiência imporiam aos corpos sempre as mesmas composições e transformações.

As experiências de violência se tornariam marcas da exclusão, que diante dos encontros dos corpos, das relações diversas, das imagens-movimentos procurariam preservar os modos ríspidos e repetitivos de ser. As imagens da violência, por isso, seriam recorrentes, condicionadas por certos “disparadores” relacionais, que agenciariam elementos ressentidos e violentos. A aluna não consegue dialogar, pois suas marcas condicionam seu dizer, ver e sentir o mundo, delimitando seus encontros corporais e diminuindo sua potência de agir, transformar e experimentar o mundo.

Se por um lado as marcas da violência são recorrentes e ressentidas, por outro lado elas confrontam e criam oposições. Elas se opõem às forças afetivas, preservando um modelo de relação impositivo. Esta oposição estrutura as marcas, ou seja, de um lado estão todas as ameaças, do outro lado todas as proteções. Enfim, elas distanciam e dissimulam os corpos; passam a habitar o campo da emoção e da ocasional irrupção. Portanto, elas não conseguem conjugar as imagens primeiras (a experiência do fato) com as imagens atuais (os encontros corporais). As imagens, através da lembrança, podem compor o mundo das possibilidades (atuais) e das experiências vividas (virtuais), distendendo os sistemas instituídos e que, de certo modo, é ressentido. As marcas da violência são condições de possibilidade vividas que se atualizam nas relações do sujeito.

Há um embate com o mundo, com o conhecimento e entre os sujeitos. A potência da vida pode ser direcionada para a superação, transposição, melhoramento de si e das condições de possibilidade. As marcas da violência podem colocar os sujeitos para flutuarem, trilharem os relevos e cavalgarem os planaltos na busca de outros modos de ser. As marcas produzem a fuga (da casa, do contexto familiar e social) e possibilitam os rearranjos; criam intervalos,

¹⁷⁹ ROLNIK, 1993, p. 249.

fabricam fantasias, nomeiam o mundo. Tornam-se marcas dos desvios, dos delírios e das divagações criativas.

O imaginário quebra estas construções e arranjos institucionalizantes, pode romper os diques da uniformidade, misturando as experiências e criando a exigência do retorno. O mundo alternativo, criado pelas marcas da violência em fuga, possibilita a movimentação dos corpos. As imagens e as marcas primeiras, confrontadas agora pela exigência do rearranjo social, constroem outros intervalos para o encontro com os “fragmentos” e com os “cacos” na constituição das identidades do sujeito. Deste modo, o conceito “marcas da violência” é o intercessor que escreve, reflete, pensa, cria, varia, interpreta, experimenta, questiona e delira a análise dos rearranjos sociais dos sujeitos.

As marcas da violência não podem ser compreendidas como naturalidades e, tampouco, determinam infinitamente as atitudes do sujeito. Elas não pressupõem, necessariamente, reações violentas, ressentimentos e recorrências criativas. Enfim, automatismos. Elas podem ser, também, variáveis e cambiantes. Deste modo, é possível afirmar que as marcas da violência não estão relacionadas às discussões de uma essencialidade humana violenta, direcionada para o mal. Elas viajam pelas mais diferentes facetas da vida do sujeito. Em outras palavras, as marcas da violência experimentam os limites das representações do sujeito nas relações sociais, provocando os mesmos a redefinirem suas condições de possibilidade.

Resumindo, a violência pode condicionar as ações, interações e conexões com as realidades circundantes. A recorrência, portanto, associada aos modelos institucionais de centralização, unificação, regulação delimita os rearranjos sociais do sujeito. No entanto, ela não pode ser confundida com determinações pré-impostas, pois os sujeitos podem mudar, transformar e variar apesar das condicionantes que os cercam. Em outras palavras, a violência institucionaliza um sistema, mas o conjunto das experiências apreendidas na memória pode possibilitar outras variações que, logicamente, também pode ser recorrente ou não.

A violência institucionalizada, portanto, pode condicionar os modos de ser, as formas de agrupamento, os meios de conexão com a realidade e as relações sociais. Ela o faz mediante alguns mecanismos já mencionados neste trabalho. O primeiro está associado ao sistema centralizador e regulador difundido pelos interesses econômicos. O segundo remete ao problema da formação do sujeito, pois condiciona os modos de compreensão, conexão e relação do sujeito consigo mesmo e com os circunvizinhos.

3.1.5 O sujeito e as marcas da violência

Quem é este sujeito senão um conjunto de subjetivações e de abstrações, senão uma unidade tensa de conceitos e de experimentações flutuantes. O sujeito se faz, torna-se, experimenta-se, dilui-se numa série de encontros, opondo-se, primordialmente, aos determinismos científicos, às delimitações objetivas das leis, às estruturações sócio-econômicas. Ele pode arquitetar sua existência, atuando, decisivamente, sobre ela e transformando as realidades circundantes. Deste modo, o conceito de sujeito advém de um emaranhado de experimentações, de marcas, de imagens, de movimentos cambiantes, que configuram os campos dos modos de ser multiformes e, constantemente, renováveis.

O emaranhado de coisas, de sensações e de mundos compõe o sujeito, torna-o, também, relacional. A *sinergia*¹⁸⁰ dos vários e do um que configura um modo de ser alternativo em sociedade. O conceito de sujeito não pressupõe essencialidades, determinações institucionais, mas um conjunto de ações que os torna assujeitados. O sujeito se define pelo conjunto das ações, memórias, sistemas, normas, contextos que o circunda. Ele não está em oposição a elas, mas na constituição e prevalência delas.

O sujeito é uma categoria representativa. Ele cria sua história, produz sentido, experimenta os acontecimentos. Por isso, ele não é uma realidade concreta e humana (um ser real e histórico), mas uma abstração, uma invenção, ou se preferirmos: um conjunto de imagens e marcas em movimento. A presente categoria (intercessor) relaciona tanto o contexto sócio-econômico (objetivo), quanto o cultural-afetivo (subjetivo). Em outros termos, o conceito de sujeito não remete a um corpo marcado pelo tempo, espaço e relação social, mas à idéia que projetamos sobre um conjunto de ações.

O sujeito é o traço de união, permitindo conciliar o universalismo e o particularismo, o objetivo e o subjetivo, em lugar de colocá-los em oposição. Acrescentemos que tal definição comporta, necessariamente, uma característica complementar e fundamental, ou seja, não pode haver o sujeito pessoal sem o reconhecimento do sujeito outro.¹⁸¹

A violência analisada a partir da categoria do sujeito, das diversas relações sociais, das variadas marcas, das diferentes imagens se refere aos interditos, às contradições, às mazelas experimentadas. Deste modo, o sujeito se torna uma categoria dinâmica, que pode se abstrair das marcas das violências e produzir um mundo alternativo. O próprio sujeito torna-se fruto das experiências. A abstração é que possibilita, por isso, jogar um feixe de luz na situação

¹⁸⁰ MAFFESOLI, Michel. 1987.

¹⁸¹ WIEVIORKA, Michel. **Em que mundo viveremos?** Trad. Eva Landa e Fábio Landa. São Paulo, Perspectiva, 2006. p. 51.

concreta de uma pessoa, visando à transformação da realidade circundante. *“Não há sujeito, mas uma produção de subjetividade: a subjetividade deve ser produzida, quando chega o momento, justamente porque não há sujeito.”*¹⁸²

Assim sendo, a categoria definida como sujeito se define pelo caráter multiforme, ou seja, um caráter fluído, que nos exercícios de si, nos modos de ser, nas diversas relações (coletivas, institucionais) define a si mesma. O sujeito está em movimento de composição de si. A partir do problema da violência este sujeito se vê duplamente capturado. Num primeiro momento rememora todas as violências sofridas, todas as palavras ditas, todos os gestos e ações opressoras e, num segundo momento, rememora os revides, as atitudes defensivas e, também, violentas que protagonizou. O problema da violência se torna ambíguo, compondo um universo de tensões e confrontações, que condicionam as relações sociais dos sujeitos, pois pode institucionalizar os sistemas opressivos e provocar certa angústia no vivido.

3.2 O lugar e espetáculo da violência

As marcas da violência, como já foram acima citadas, imprimem sobre os corpos, as imagens e as relações dos sujeitos diversos estilos. Em outras palavras, elas influenciam os modos das composições na relação com o mundo, com as instituições e com os outros. Se por um lado as marcas são dinâmicas, à medida que elas se misturam nas constituições do sujeito, por outro lado, elas se tornam objeto de consumo (econômico) e de espetáculo da crueldade humana. A violência, portanto, torna-se, além de marcas condicionadoras dos modos de ser, um produto que rende dividendos e lucros.

A violência, nos últimos anos, ocupa um grande espaço não só nas mídias, mas também no imaginário das pessoas que atônitas consomem e fogem da mesma. A circulação e o consumo das imagens de pobreza e de violência, dos comportamentos ditos “desviantes” e “aberrantes” são intensos.¹⁸³ Elas se tornam uma espécie de “geração espontânea” sem relação com a economia e com as injustiças sociais. A forma espetacular, o contecimento sensacional, o folhetim televisivo e o teleshow da realidade atraindo o expectador que a consome com extremo prazer.

O espetáculo da violência é, além disso, uma espécie de representação da realidade. A representação possibilita o dispositivo produtor de preconceitos e de segregação social, em que determinados grupos e culturas são excluídas das relações sociais. Se determinados segmentos

¹⁸² DELEUZE, Gilles. 1992. p. 141.

¹⁸³ BENTES, Ivana. Estéticas da violência no cinema. **In: Revista de Estudos Interdisciplinares**. Rio de Janeiro, UERJ, ano 5, n. 1, 2003. p. 217.

da sociedade consomem a violência através dos noticiários sensacionalistas, torna-se necessário a exclusão de outros. Os noticiários fazem circular informações dos bairros, das ruas e dos acontecimentos próximos, vividos e experimentados a cada dia pelos indivíduos residentes nestes mesmos locais marginais, permitindo ora a associação, ora o desvinculamento.

Ela se tornou uma espécie de mercadoria de consumo, tanto a nível das políticas repressivas quanto formativas. Filmes, catástrofes naturais, terrorismos, crimes, execuções, agressões, torturas, guerras rendem dinheiro e aumentam a audiência das redes de televisão. O cotidiano foi ocupado e dominado por esses fatos “grotescos” e espetaculares que influenciam e acirram o medo, a insegurança e a auto-proteção das pessoas. O alheio se torna um “*reality show*” que produz nos indivíduos uma mistura de asco e de fascinação, de dor e de prazer. A “novela da vida real”, portanto, não só é perpassada pelo drama infundável dos fatos violentos, bem como é influenciada pelos mesmos.

A violência, enquanto problema social e socializante, ocupa um lugar privilegiado nas discussões políticas, pedagógicas, filosóficas, sociológicas, psicológicas e religiosas, pois de algum modo envolve os sujeitos numa teia de fatos. Enfim, ela habita as preocupações e as fascinações humanas, produz um misto de sentimentos e de reações; perpassa os gestos, as palavras, os pensamentos e delinea alguns modos de ser voluntaristas. Os conflitos sociais passam a ser solucionados pela força, em que o mundo circunvizinho passa a ser hostil, as normas burláveis e os espaços domináveis. Acirram-se as relações opressivas.

As marcas da violência, por isso, podem produzir variações e efeitos diversos, ora como uma mazela do mundo e da condição humana, ora como “parteira da história” e da revolução humana. Elas trazem não só os sonhos de uma nova condição de vida, mas também as feridas (lacunas, frestas, vazios, silêncios, palavras, gestos) das experiências pregressas. As marcas da violência condicionam a constituição do sujeito e as suas diversas relações no mundo. Enfim, por um lado elas marcam os processos subjetivos do sujeito, por outro lado, se tornam objeto de políticas repressivas e de interesses econômicos.

A aluna Dany reproduz uma relação tensa com seus colegas da quinta série. Ela soca, xinga e reprime as pessoas que demonstram afetividade.¹⁸⁴ A agressora foi convidada, junto com um responsável, pela direção para um diálogo sobre seu comportamento agressivo. A conversa foi tensa, pois a responsável diminui a atuação dos professores, dizendo que os

¹⁸⁴ A situação foi comentada e escrita no livro de atas da Escola Cloves William. Na oportunidade foram analisados os conflitos dos alunos e alunas da quinta série.

mesmos não davam bons exemplos e eram agressivos. Dany não podia perder nas relações, precisa sempre estar acima dos outros e se impor como pessoa dominadora. Isso era ensinado, também, pela responsável de sua formação. O desafio foi inverter os modos de relação, demonstrando que nas relações sociais acontecem: comprometimento, espontaneidade e diferença e, não, sobreposição. A agressividade persistiu, no entanto, a turma aprendeu a jogar com ela. Institucionalizou tanto a agressão quanto a reação.

O exemplo acima demonstra que a violência tem sido, em muitos casos, uma forma de mostrar poder, característica e estilo de ser. Ao ser operacionalizada nas relações sociais desloca os vários corpos para as margens, pois isola, dissimula e silencia os outros sujeitos. Em resumo, as marcas da violência condicionam as interações entre os sujeitos, porque não só isola quem a exerce, mas, também, todos os outros que estão inseridos no encontro. Por isso, elas definem os modos de ser, as posições e territorializações das pessoas, em que os envolvidos podem se assujeitar às condições impostas pelo outro, ou ainda, pelos sistemas. A violência dá forma ao sujeito.

3.2.1 A insegurança

Os sentimentos de insegurança e medo impõem, também, aos sujeitos outros estilos e modos de ser. O clima nebuloso do imprevisto e do provisório condiciona, por exemplo, os estilos das roupas, os adereços pessoais, os modos de ser, as formas de conhecimento e as identidades. As pessoas se protegem contra um inimigo que espregueira e que não marca hora e local (ele está fora e dentro, disperso e tenso). O sentimento de insegurança, portanto, leva as pessoas a viverem com medo e, até mesmo, enclausuradas em suas próprias casas.

A violência condiciona os corpos e seus movimentos. Assim sendo, o âmbito social está sendo transformado, ou seja, composto e decomposto, ininterruptamente, a cada dia. Ela, entretanto, cria, compõe, forma e conjuga elementos distintos e estranhos, permeando as ações dos sujeitos no mundo. O provisório, por exemplo, marca estas criações e rearranjos sociais das pessoas ao produzir algumas tensões entre os elementos distintos. Então, o tempo, a história, o território, os costumes se imbricam, se misturam e pululam, constantemente, nas formas de ser, de ver e de experimentar os processos de rearranjos sociais.

A subjugação do outro que ameaça se torna, por isso, uma espécie de estratégia de combate e de defesa contra estes “corpos-marcas” que afetam, deslocam, invariavelmente, o sujeito. Um exemplo destes efeitos pode-se ler numa matéria publicada no jornal o Estadão,¹⁸⁵

¹⁸⁵ O ESTADÃO. Disponível em: www.estadao.com.br. Acesso em: 4 ago. 2006.

onde são demonstrados, através de dados estatísticos, os efeitos deste clima de pavor sobre a vida das pessoas. Uma pesquisa realizada nos dias 14 a 17 de junho de 2006 e divulgada no dia 4 de agosto do corrente ano, demonstra que o comportamento de 47% das pessoas da classe C e 40% da classe B mudou com a onda de violência que atingiu o Estado de São Paulo. A classe A foi a que menos mudou a sua rotina (28%).

A violência atingiu também os jovens. Eles diminuíram o ritmo de saídas à noite (33%), e 18% passaram a voltar para casa mais cedo do que de costume. Estes números demonstram que a camada mais pobre e a classe média da sociedade sofrem muito mais do que a classe A com a violência. A violência atinge, indiscriminadamente, a todos, alterando o visual, o habitual e os modos de ser, mas determinada classe social consegue contornar os efeitos que a mesma produz nos espaços públicos. Essa pesquisa demonstra o grau de influência da violência sobre a subjetividade e sociabilidade das pessoas, ou seja, as relações sofrem alterações, deslocamentos e outros significados.

A pesquisa comprova, de certo modo, que o clima de violência mudou os costumes e as relações dos indivíduos entre si, com os outros e com os espaços circunvizinhos. O que comprova que a violência não só tem influenciado a vida dos cidadãos, mas também produzido marcas, imagens, saberes, conhecimento a respeito do mundo e de si mesmos. Este clima de tensão transforma a sociedade, produzindo, a partir da efervescência social, um conjunto de ações e reações defensivas e agressivas que tem gerado animosidades nas diversas relações do sujeito.

A violência pode ser também psicológica (xingamentos, rótulos, exclusões) e física (agressões, estupros, espancamentos). A estruturação e a qualificação da mesma podem sugerir que não há entrelaçamentos, misturas e rupturas dos modelos analíticos. Outro desvirtuamento seria, ainda, a valoração desta ou daquela corrente analítica em termos quantitativos. Neste caso, a violência poderia se tornar um dispositivo de análise (chave de leitura) individualizante do sujeito e da sociedade, não tendo correspondência com a formação e produção da identidade, ou se preferirmos com a história do sujeito, com o seu imaginário e com as suas marcas.

O termo violência é amplo e envolve uma gama de ações, de pensamentos, de linguagens, de estratégias, de reações e de modos de ser que se imbricam, perpassam-se, misturam-se e se movimentam nas constituições identitárias do sujeito. As marcas das

violências¹⁸⁶ podem permitir o exercício das relações sociais dos sujeitos, que na fabricação de si e de conhecimento (subjettivações), dentro de uma sociedade ambígua e tensa, insegura e violenta, recorrem a determinados mecanismos opressivos.

O mundo contemporâneo está cercado, de acordo com as análises de conjuntura, por incertezas, quebra de garantias contratuais, inseguranças, perda do emprego e de nível de vida. A autoconfiança para pensar, agir, viver precisa, de acordo com Zygmunt Baumann, de três condições fundamentais: a segurança, a certeza e a existência de garantias.¹⁸⁷ A) A segurança está relacionada às conquistas financeiras pessoais e aos valores de estabilidade e de confiança. Ela permite certa eficácia e coragem nos desafios da vida na sociedade. B) A certeza permite distinguir entre o que é razoável e tolo, confiável e trapaceiro, lucrativo e arriscado. Ela ajuda as decisões e opções diárias. C) A garantia possibilita a compreensão que a ação correta evitará o perigo e a existência dos corpos estranhos.

A insegurança do mundo atual, por exemplo, pode engendrar, neste desejo de garantia social, a indiferença, a desconfiança e as incertezas, impondo aos sujeitos deslocamentos, redefinições, proteções e isolamentos. A partir da perspectiva de produção de segurança, a sociedade execrou as mazelas, os conflitos, as diferenças sociais e culturais em nome do progresso econômico, científico e humano. Desta maneira, a violência foi compreendida como desarranjo social, inimiga do progresso e da vida em sociedade. A marginalização dos problemas relacionados aos conflitos entre os sujeitos marginalizou a diferença e criou a indiferença, a dissimulação, o preconceito.

A criação do Estado brasileiro demonstra que a marginalização da diferença foi catastrófica para a convivência social. O jogo social não tem responsável. A sociedade faz do escapismo uma forma de solução dos conflitos. O racismo não é assumido, a segregação passa a ser solução pacífica das diferenças e a violência critério de justiça. Enfim, ao marginalizar os problemas sociais e super dimensionar as diferenças sociais criou-se um dispositivo dissimulador, em que a indiferença foi transformada num jogo de sobrevivência. Institucionalizada nas relações sociais avulta um individualismo disfarçado nas imagens de pacífico, ordeiro e tolerante.

¹⁸⁶ Alguns autores, entre eles Michel Wieviorka, afirmam que é mais pertinente falar de violências no plural. Considerando que as manifestações de violência estão imbricadas, ou seja, correspondem-se. As marcas da violência, no âmbito escolar, são compreendidas como formas de sociabilidade/subjetividade. O espaço em destaque não é alheio (fora da sociedade) à sociedade, ele constitui o social e estimula o exercício pessoal das constituições dos sujeitos. Neste sentido, ele é conjuntivo e correspondente.

¹⁸⁷ BAUMANN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 25.

A sensação é, algumas vezes, de caos e de desordem total. A tensão se torna uma condição, permanente, de possibilidade de desvio, de negação dos conflitos atuais. Os sujeitos, na relação com os modos de socialização, criam formas de ser baseadas numa espécie de malabarismo. Suspensos sobre um abismo se equilibram numa corda, exercitando e experimentando riscos voluntaristas. A volatilidade, a fluidez, o risco, o instantâneo envolve não só a relação com os outros (indiferente), mas também as garantias de emprego, de proteção e de vida (dissimulação).

O sujeito no mundo contemporâneo dissolve-se em movimentos e multiplicidades cambiantes. Desta forma, o viver social se torna lugar de constantes incertezas, metamorfoses e variações. A provisoriedade envolve a vida: o que devo fazer? O que vai acontecer depois? Vou conseguir trabalho? Elementos distintos violentam o pensamento, as imaginações, os sonhos, as fantasias. A vida social perdeu espaço para a voluntarista. Nesta direção, as relações entre os sujeitos são exemplares, pois demonstram que as mesmas são festivas, mas não conseguem inserir os sujeitos nas realidades circundantes.

A linearidade e a causalidade como explicações axiomáticas se esvaíram nas contradições e nas fragmentações sociais atuais. Existem mais condições de possibilidade do que começos, meios e fins nos arranjos sociais dos sujeitos. A nova onda é: “deixar acontecer”. A pressão, no mundo atual, pode envolver, cercear, caducar, vibrar, movimentar a sociabilidade do sujeito, pois ao envolvê-lo numa teia de ameaças, estimula o individualismo, o voluntarismo e, conseqüentemente, uma teia de violência. O encontro dos corpos e os efeitos das marcas de violência produzem, por isso, variações nos rearranjos sociais dos sujeitos, levando-os, muitas vezes, ao afastamento da sociedade.

Resumindo, as pessoas procuram construir ambientes seguros e afastados dos espaços disputados nas grandes cidades. Os condomínios fechados e algumas cidades projetadas procuram produzir a idéia da segurança. Geralmente estão afastadas dos grandes centros, dificultando o acesso. As ruas e praças se tornam, praticamente, desertas, facilitando o tráfico de drogas e o domínio de certos grupos violentos. O afastamento das relações sociais faz aumentar os problemas de violência, demonstrando que o individualismo gera e estimula a agressão aos outros. Os rearranjos sociais dos sujeitos, portanto, devem pressupor o envolvimento com as realidades circundantes, pois, caso contrário, aumentarão os conflitos sociais. O afastamento da vida social amplia os territórios dominados pela violência.

3.3 As marcas da violência e os rearranjos sociais

Os processos de socialização podem se dar mediante os ritos, as festas e os jogos de sobrevivência experimentados e criados pelos sujeitos. Há, de certo modo, um querer-social que nos encontros e nos exercícios dos sujeitos em sociedade vai definindo, produzindo e exercitando coletividades. Se por um lado há um projeto de homogeneização do social planejado pelo modelo institucional, delimitando alguns arranjos sociais, por outro lado surgem, então, estes movimentos efervescentes que distendem o conjunto social, dando vazão às diferentes potências criativas e ao vitalismo.¹⁸⁸ Entre os vários elementos que vibram os modos sociais de ser dos sujeitos se encontra a violência, conforme já verificou acima, encruada em sistemas de dominação e opressão dos outros. Ela, neste sentido, instaura modos de ser e condiciona as relações sociais.

A socialização pode se definir, portanto, por um conjunto de movimentos, projetos e acontecimentos que fazem circular, no tecido social, diversos corpos e estilos de ser que podem conjugar ou não elementos distintos. Desta maneira, as experiências de violência, como aqui se compreende, condicionam o querer-social, isto é, os rearranjos sociais dos sujeitos, pois cria neles a idéia do retorno ao mesmo. A análise precisa envolver os acontecimentos sociais, as coletividades e as relações, agregando, também, os movimentos e manifestações culturais. As várias irrupções no tecido matizado da sociedade provocam diferentes modos de agrupamentos, estilos e coletividades. A recorrência delinea, neste sentido, uma forma de compreensão da violência, em que a mesma direciona os sujeitos para retornos amargos e corrompidos.

A fluidez e a tensão desmistificam as arbitrariedades das construções sociais naturalizadas, além de questionarem as representações e as estruturações estáticas. O diverso perpassa, infiltra, vibra, modifica, então, as relações sociais e condicionadas dos sujeitos, possibilitando não só outros modos de ser, mas também as invenções e experimentação de si. Desta maneira, as composições sociais precisam permitir outra circularidade e territorializações, enfim, rearranjos dos sujeitos. Assim, eles poderão dinamizar os arranjos propostos pelas instituições e possibilitar que outras condições de possibilidade possam surgir, tais como coletividade, tolerância, segurança, paz.

Diante de tal quadro e paisagem social o sujeito inventa formas e fugas nos modos de ser. E a arte de si surge como uma espécie de desvio que possibilita a conjunção dos vários corpos. Ela se torna um espaço de saúde, de bem-estar, de alegria e de prazer que possibilita ao sujeito experimentar alternativas de vida (a fuga), ou seja, rearranjos sociais que permitem

¹⁸⁸.MAFFESOLI, Michel. **A violência totalitária: ensaio de antropologia política**. Porto Alegre, Editora Sulina, 2001.

outros estilos de ser. Assim sendo, a arte do desvio no esquecimento¹⁸⁹ e no desencantamento do mundo da razão iluminada, fundamentado nas unificações dos movimentos e progresso social pode ajudar o sujeito a mudar seu estilo de ser. As marcas do vivido no embate com o fluído da atualidade, por isso, podem compor diversos modos de ser.

As marcas de violência podem se multiplicar nos modos de ser do sujeito. “À flor da pele” elas podem construir outras relações, grupos e identidades, bem como delimitar a priori as relações, espaços e efetivações dos modos de ser. Enfim, elas podem inventar o outro, dando, de certo modo, vazão aos solavancos cotidianos dos encontros dos corpos, definindo, sim, formas recorrentes, mas, também, criativas de si. As inseguranças e as incertezas produzem, portanto, na sociedade mais do que divergências e tensões, elas produzem marcas de violência nos modos de ser dos sujeitos, que no conjunto dos acontecimentos diários perfazem as sociabilidades e as relações sociais.

A aluna Gina não consegue transpor, a contento, o círculo de abuso sexual que experimenta, diariamente, na sua família. Os sinais emitidos por ela são mínimos e dissimulados, pois a interação e a efetividade poderiam causar transtornos na instituição familiar. Por isso, o silêncio, isolamento, dislexia se tornam ações defensivas e afastam os colegas. As marcas de violência experimentada e produzida, cotidianamente, nas relações sociais de Gina demonstram que além de exigir determinados modos de ser, inibe os processos criativos, pois institui determinadas regras e sistemas de rearranjo social, afastando-a das interações.¹⁹⁰

O tema das marcas da violência é, por isso, atual e, igualmente, divergente. A aura que circunda as análises da violência se torna, conforme já se afirmou anteriormente, também diversionista, pois ao envolver elementos e explicações diversas podem se tornar, também, objeto de um discurso moralista e maniqueísta. O problema da violência pode estar relacionado, à questão da carência econômica, à falta de uma educação efetiva e à corrupção das instituições, ou seja, às questões estruturais. Analisá-la como um mecanismo de constituição de modos de ser implica na agregação, da mesma, como um instrumento social utilizado no jogo da sobrevivência.

A violência é, muitas vezes, relegada ao espaço do irracional, do inumano, do brutal e do bárbaro. Assim, ela pode ser excluída dos jogos de sobrevivência, porque não é analisada

¹⁸⁹ LINHARES, Célia Frazão. Órfãos de guerra? A educação nos labarintos de tempos e espaços contemporâneos. In: VIELLA, Maria dos Anjos Lopes (Org.). **Tempo e espaços de formação**. Chapecó, Argos, 2003. p. 34.

¹⁹⁰ A situação foi discutida na reunião dos professores do Centro Educacional Maria da Conceição. A ata da reunião mencionava a situação de conflito e a dificuldade dos professores em lidar com a Gina em sala de aula.

como elemento que socializa e produz, portanto, modos de ser. Compreendida como mecanismo social passa a ser concebida como um aparato social que, entre tantos outros acontecimentos, perfaz a formação, a relação e a criação da vida social. Envolve-a. As relações sociais agregam, neste sentido, as experiências sociais e as marcas da violência, definindo outros modos de rearranjos sociais dos sujeitos.

O abuso sexual sofrido por Regina¹⁹¹ e tantas outras adolescentes é expurgado como elemento indesejável, dissimulando. Isso acaba por ocultar e silenciar os envolvidos. O abuso sexual, por exemplo, de menores tornou-se banal e natural nas regiões norte e arredores. As pessoas não vêem. São indiferentes. A análise do rearranjo social precisa agregar, descobrir outras possibilidades de composição de si e averiguar os mecanismos de conjugação diante desta violência institucionalizada no âmbito social. Caso contrário, a violência será tratada como uma espécie de “lixo espúrio” que não pode ser incluída nos processos de rearranjos sociais. O abuso sexual, como aqui se entende, institucionaliza a violência e acirra ação recorrente, pois as pessoas abusadas, na sua grande maioria, acabam fazendo o mesmo.

As marcas da violência não podem ser, também, transformadas em “elementos espetaculares”, sendo amplamente divulgados pelas mídias e explorados pelos discursos políticos como desvio social e, portanto, carente de disciplinamento. Assim sendo, pode-se afirmar que a violência circula e permeia os encontros e as relações com o outro, com os espaços territoriais, com as histórias pessoais, com a cultura, com a produção do saber, com a formação da identidade, com o mundo e com o trabalho. Ela se torna uma condição de possibilidade, um estilo de vida, uma forma de ser mais do que um objeto alheio e estranho à sociedade. Desta maneira, ao torná-la espetacular, também, transforma-a numa espécie de “problema individual”, consumida por indivíduos desviados. A violência, portanto, torna-se um problema coletivo, social.

A constituição do sujeito pode se tornar marcada pelas experiências vividas e pelos diversos encontros corporais. A experiência da violência, neste caso, pode estimular exclusões, produzir (pré) conceitos, definir a formação do indivíduo, constituir estéticas e fabricar identidades, bem como agregar os sujeitos na tarefa da constituição da sociedade. Enfim, a experiência delineia um modo de sociabilidade, instiga relações, coletividades, criações e invenções de si, bem como produz movimentos repetitivos, em que os sujeitos procuram reproduzir os elementos dispersos e violentos.

¹⁹¹ Aluna do Centro Educacional Maria da Conceição. A situação também foi discutida na reunião dos professores, conforme anotações.

Marcos vive, diariamente, o abandono e a exclusão dos amigos, pois sua mãe foi trabalhar no exterior e seu pai saiu de casa quando ele ainda era criança.¹⁹² As relações que estabelece são, quase sempre, tensas, porque na tentativa de criar parcerias e amizades na base da força, acaba sendo agressivo. A força e a possessão são transformadas, então, em métodos interativos. Isso o leva, muitas vezes, a reproduzir a violência vivida, afastando os colegas e demonstrando certo modo de ser recorrente. Enfim, ele tem dificuldade em criar outros processos de rearranjo social, ficando preso à sua marca de violência familiar.

A sociabilidade, diante de tal quadro social, se compõe (vibrada) de vários elementos e forças afetivas, tais como potências, vidas, conexões, projetos, festas, grupos, tecnologias, aparências, estilos e modos de ser. São as relações entre as variações do mesmo e dos diferentes que produzem certa coletividade. A conjunção destas variações (tensões) diversas configura os diferentes modos de ser (marcas da violência), as diferentes tribos, as estilizações coletivas, as identidades. A potência da vida assume, no âmbito da sociedade, um caráter tempestuoso, isto é, um redemoinho que atrai elementos diversos, movimentando-os invariavelmente e atirando-os em diferentes direções. A sociabilidade se define, portanto, como um “mar de águas revoltas”, em que os indivíduos e os sujeitos, tomados por estes movimentos vibrantes, são jogados e jogam com forças diversas, compreendendo as relações como tensas e desiguais.

A análise dos rearranjos sociais dos sujeitos em situação de violência agrega os centros (normatizadores), as periferias (protestadoras) e os entremeios (imbricadores). São estas espacializações que perfazem e possibilitam os estilos, mas não os resultados finais. A potência da vida, a partir do conceito de sociabilidade, sempre encontra outro caminho, outro espaço de experimentação e de criação, podendo variar, desta maneira, os modos de ser dos sujeitos. Ela não se determina e, tampouco, é apreendida nos conceitos e nas análises condensadoras, mas, sim, dispersivas, conjuntivas e multiplicadoras.

A potência da vida, portanto, transita os diversos elementos que compõem a sociedade, isto é, a luz e a sombra, o certo e o errado, o visível e o invisível, o externo e o interno, o profundo e o superficial, o fora e o dentro da linguagem, o dizível e o indizível. Em suma, ela faz circular elementos diversos e conjugativos, complicando o “viver social” e acirrando as diversas composições do sujeito. Neste sentido, a escola, por exemplo, torna-se um “*lócus*” extensivo da sociabilidade social, pois reforça os sistemas unificadores e exercita as tensões

¹⁹² Aluno da Escola Cloves William. A situação foi mencionada numa reunião pedagógica dos professores em outubro de 2009.

entre os diferentes corpos. Ela pode possibilitar o encontro das marcas de violência e o acirramento das diferenças sociais, disseminando certo modo de formação obediente, seguidora dos padrões e hierarquias.

3.3.1 *As relações sociais*

A sociedade (em constante metamorfose) é permeada por esta tensão trágica entre o “regular” (regras, costumes, trabalho, instituições, seguranças) e o “fluído” (movimentos, revoltas, potências, arte, inseguranças, medo). Esta tensão entre o instituído e o fluído define uma forma de sociabilidade, mediante uma espécie de “guerrilha das possibilidades”,¹⁹³ a saber, a constante tensão, guerrilha entre mundos e submundos, centros e periferias, públicos e privados, luzes e sombras, polícia de controle e movimentos nômades. Há uma distância entre a notabilidade instituída e a “*anomia instituinte*”,¹⁹⁴ porque expõe o trágico e a vitalidade das coletividades sociais, ou seja, as constantes criações e formações das identidades, dos grupos, dos estilos, dos costumes numa relação conjugativa.

A tragédia (nos estilos de vida grega), por exemplo, procura incluir os vários fatos diários presentes na vida dos sujeitos. Ela está relacionada àquilo que se vive cotidianamente, pois impõe à vida uma mobilidade, uma criação ordinária e comunitária. A tragédia desestabiliza e incomoda as certezas de pensamento do unidirecional, as maneiras de ser e os petrificados conceitos centralizadores. Em outras palavras, pode-se afirmar que, de certa maneira, a tragédia dinamiza a vida e produz a idéia do vitalismo e do dinâmico. Enfim, ela opera em todas as dimensões da vida, conjugando-as e dispersando-as, reagrupando e desagrupando, arranjando e rearranjando.

A vida como jogo é uma espécie de aceitação de um mundo tal como é. Quer dizer, também de um mundo marcado pelo selo do efêmero. O próprio do destino, não esqueçamos, consiste em integrar, e em viver, a idéia da morte próxima, da falta de conclusão, e da precariedade de cada um e cada coisa.¹⁹⁵

A tensão entre os diversos elementos relacionados aos encontros dos corpos não pressupõe e, tampouco, se baseia na idéia da disjunção social (ou isso ou aquilo), mas, sim, nas relações imbricadas na sociedade. As relações podem ser agregadoras e separadoras. A tensão, enfim, permeia estes elementos, dinamizando-os. Ao agregar este conceito busca-se rastrear as ações e efeitos que permeiam o instituído (arranjo) e as variações (rearranjos sociais). A

¹⁹³ O termo guerrilha, portanto, remete a tensão latente entre oposições, corpos e variações. Enfim, trata da tensão permanente de uma espécie de luta conceitual, corporal e espacial. O conceito assemelha-se as efervescências sociais, em que o sujeito inventa para si estilos e formas de expressão. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 1992.

¹⁹⁴ MAFFESOLI, Michel. 2003, p. 13

¹⁹⁵ MAFFESOLI, Michel. 2004, p. 78.

experiência da violência, neste caso, condiciona os modos de inserção e interação com estes vários corpos, conforme já afirmado acima, pois institucionaliza algumas regras e normas que delimitam as relações.

As condições acima expostas podem se tornar latentes, pois os sistemas instituidores e reguladores não conseguem agregar todas as formas de relações sociais. Ao marginalizá-las e segregá-las a ação busca centralizar as convivências sociais numa única direção cerceia os rearranjos agregadores, pois o princípio da mesma é a separação, normatização, regulação, controle e, por fim, a unificação das forças sociais numa única direção. As relações sociais, portanto, passam a ser mensurada pela capacidade de produção e aceitação da ordem proposta pela instituição.

As relações tornam-se tensas, neste caso, porque os espaços não são agregadores. A condição de possibilidade que cada pessoa experimenta não está, na maioria das vezes, sendo incluída nos processos de rearranjos sociais. A instituição define uma forma de arranjo funcional e sistêmico, baseado, quase sempre, nos modos correntes e latentes da sociedade. A aceitação e defesa destas condições na convivência social podem aumentar, ainda mais, a exclusão e marginalização de determinados grupos e pessoas. As formas de arranjos instituídos passam a definir modelos de separação, taxando o diferente de “desviado, dislexo, mal-educado, problemático”.

A outra forma de sociabilidade precisa, a partir destes pressupostos conjuntivos, agenciar os modelos modernos (as categorias e as estruturas), dispondo-os não mais em lados opostos, porém numa guerrilha formativa. O conceito de tensão (um modelo que pode ser trágico), por isso, busca, nas sociabilidades e coletividades atuais, conectar e configurar elementos diversos (povos, identidades, sexualidades, saberes, análises, histórias, experiências), seguindo uma tendência compositiva (e... e). Resumindo, as marcas da violência podem se tornar, então, dinâmicas. E ao comporem as ações, ou seja, ao se integrarem e interagirem, transformam-se, pluralizam-se numa guerrilha, constante, de indefinições e de ambigüidades. Desta maneira, ela pode instituir um sistema de recorrência, mas, também, vibrar as formas instituídas, injetando nelas a exigência das mudanças.

3.3.2 As identidades cambiantes

O movimento dos modos de socialização é constante e possibilita as cambiantes identidades. A tensão das marcas vibra as relações dos envolvidos na sociedade e no mundo, com os outros e consigo mesmo, ampliando seu modo de visibilidade. A instituição, neste caso,

de determinado arranjo tende a reforçar os mecanismos existentes, imputando, aos mesmos, certo coeficiente de eficiência: “sempre foi assim”, “sempre deu certo”, “isso funciona”. O burburinho das marcas distende os corpos (imagens, vestígios, potências, idéias) e remonta possibilidades diversas de experimentação de si. O tecido social (sujeito, coisas, mundos, normas, condições de possibilidades) vai sendo, invariavelmente, configurado.

O saudosismo do passado (resgate das histórias pessoais), o futuro progressista das promessas utópicas (das realizações pessoais) e a decadência do presente (violência, sofrimento, trabalho) se tornam potências divergentes, ou seja, transformam-se em modos de ser e tensionam, através das marcas da violência, as identidades dos sujeitos. A estrutura do tempo se complica (tudo agora e ao mesmo tempo) e a vida se torna uma possibilidade de experimentação provisória do cotidiano, sem muito envolvimento.

As marcas da violência perpassam e são perpassadas por estas diferentes condições de possibilidade, em que acontecimentos vão abrindo leitos, cascatas, curvas, e remansos, estendendo as margens, as imagens e os fluxos, constituindo modos fluídos de ser. Enfim, elas podem dinamizar a vida e a eficiência dos modelos institucionais, potencializando a capacidade de agenciamento dos diferentes estilos de vida.

A água da correnteza desliza sobre o chão duro das coisas estáticas, mistura-se aos corpos diversos, altera os estados e penetra, gradativamente, a rigidez do estabelecido. A sociedade passa a ser regida pela velocidade, em que a variação explica mais do que os diques de contenção. A potência da vida na conjunção e na composição de outras identidades, de outros modos de ser e de outras formas de visibilidades, vibra através das marcas o ideário da sobrevivência e da luta diária, complicando a constituição de si. O sujeito navega as intempéries sociais e cria modos de rearranjos sociais mais fluídos e menos condensadores.

A compreensão da sociedade com um monolito estático e impenetrável está perdendo espaço na atualidade, pois não consegue vislumbrar as constantes transformações corporais. A tensão e a fragmentação, quiçá as multiplicidades dos grupos, das etnias, dos conceitos e das religiões engendrou dinamismos na concepção estrutural de organização social. As instituições, por exemplo, estão sendo questionadas, pois as normas e estatutos se tornaram reducionistas e excludentes. Então, as fragmentações dos saberes normativos, as multiplicidades das culturas e das identidades, a velocidade das inovações tecnológicas e as constantes transformações dos indivíduos têm gerado diferentes deslocamentos e territorializações.

Algumas instituições, diante de tais movimentos, se fecham e aumentam sua capacidade defensiva (fim da liberdade civil e o uso da tortura, por exemplo, na base estadunidense em

Cuba, em Guantánamo). Já outras passam a selecionar apenas os pares do grupo cultural, como por exemplo, os neonazistas. Em resumo, as diferentes sociedades atuais experimentam o dilema das transformações (violências, outros valores, sexualidades, terrorismos) cobertas de tensão e de espúrios interesses, em que a lógica predominante é a da exclusão do diferente, do fraco e descartável. Enfim, uma guerrilha entre o atual (manutenção) e o virtual (provisoriamente) que gera insegurança e medo, portanto, marcas de violência.

Alguns grupos reportam-se ao passado e constroem comunidades alternativas resistentes às rápidas transformações sociais (grupos de tradição religiosa e cultura). Enquanto outros já se inserem nos movimentos alternativos, divagam-se nas subjetividades coletivas e relacionais, inventando mundos alternativos (a galera, a turma, a tribo). Já alguns outros apostam na resistência ao passado saudosista e ao presente hedonista (apocalipsistas e religiosos fundamentalistas), buscando o futuro ideal, relativizando o presente controverso. Pode-se afirmar que as escolhas apresentadas acima são fundamentadas nas oposições e não nas conjunções dos diversos elementos e acontecimentos temporais, locais e relacionais, a dificuldade reside no “unidirecionamento” que, eventualmente, uma ou outra dá ao seu modo de relação.

A escolha se torna, por isso, excludente, ou seja, ela isola os elementos que não corroboram para o progresso e desenvolvimento do sujeito na sociedade. O progresso compreende e envolve a ciência, a técnica, a produção, a razão, a felicidade e a igualdade. São estes elementos que também servem à sociedade de dominação e de controle.¹⁹⁶ A idéia de progresso foi se tornando uma idéia estática. Primeiramente, transformando a tradição e o passado em elementos inferiores (de pouco valor), segundo, afastando os elementos contraditórios de todo o progresso (morte, fracasso, violência, medo). A multiplicidade atual, neste sentido, serve aos modelos progressistas, pois não pressupõem uma relação de equidade entre os vários corpos sociais.

A modernidade se ancorou, de certo modo, neste modo de exclusão do diferente, do outro. A vida foi planificada, devendo deslizar sob as normas elitistas do progresso científico e econômico. E a planificação procurou expurgar os elementos contraditórios ao bom desenvolvimento do progresso (as lacunas, os vazios, as frestas, os ásperos, as diferenças). A violência e o sujeito violento se tornaram senhas de exclusão social, fazendo surgir toda uma arte de punição e aprisionamento, também, violenta. Aqueles que não corroboravam para o projeto do progresso, logo eram afastados para uma reeducação social.

¹⁹⁶ MAFFESOLI, Michel. 2001, p. 151.

A violência parece ter se tornado anti-social e irracional, não demonstrando qualquer relação com as condições de vida do sujeito e com a sociabilidade. Ela se tornou um problema político, pois expõe as contradições do progresso, das normas institucionais e das organizações sociais. Ela passou a ser reprimida, demonizada e afastada da vida social, possibilitando o surgimento do aparato repressivo da instituição carcerária e toda uma forma de vigilância e regulação da vida alheia.

A prática, a percepção e a definição da violência são marcadas por um novo sistema de organização e de visibilidade, isto é, a violência em tempo real, universalizada, estilizada e naturalizada. Deste modo, ela assume, nesta pesquisa e, também, no cotidiano dos sujeitos, um caráter institucionalizado. As percepções, as realizações, as imagens, as representações da violência circulam no meio social, ordenando o espaço (o bairro violento), o tempo (sair à noite é perigoso) e o visual das coletividades (ruas abandonadas, sujas e depredadas). As marcas da violência, assim sendo, estão em constantes redefinições, principalmente, em relação aos estilos e espaços envolvidos, mas não em relação à sua forma sistêmica de exclusão, silêncio e recorrência imposta ao outro.

A condição de possibilidade, neste caso, define uma forma de sociabilidade. O território não só predetermina as relações dos circunvizinhos, mas também as composições culturais e a produção de identidades. Assim sendo, a violência condiciona a formação do sujeito. Ela também influencia a economia local, pois as áreas violentas acabam sendo abandonadas, recebendo menos recursos públicos e menor valor agregado. Deste modo, o contexto delimita as formas de visibilidade e as relações sociais entre os sujeitos, configurando os processos de rearranjos e coletividades locais.

O conceito de sociabilidade desenvolvido acima tinha por objetivo ampliar a compreensão do problema atual da violência. Ela foi analisada na relação com o sujeito e as formas de arranjos instituídos na sociedade. Os sujeitos exercitam-se e sociabilizam-se na relação com os outros, com a sociedade e com as coisas (forças, objetos, corpos, imagens). As relações são, como já se afirmou anteriormente, tensas, imbricadas e variáveis, englobando diversos elementos e ações. A sociabilidade, por isso, como uma ação conjugativa, envolve os sujeitos e os diversos acontecimentos sociais em distintas formas de coletividades, redimensionando os arranjos instituídos.

O múltiplo, as diversidades, as desigualdades, os movimentos formam territórios e matizam a sociedade, ou seja, irrompem como acontecimentos nas coletividades. A sociabilidade diverge-se da idéia que circunda o progresso sócio-econômico, porque este reduz

os díspares, uniformiza-os, enquanto a outra se torna um modo de circulação e experimentação das diferenças. Desta maneira, pode-se afirmar que a sociedade vai se constituindo (variavelmente), a partir de uma interação com os mais diferentes eventos, cotidiana e instantaneamente. Ela se define, por isso, pela forma fluída e dinâmica das composições diárias, comportando os mais diversos segmentos, identidades, etnias, movimentos, rupturas e fatos sociais.

A partir desta premissa as marcas da violência se tornam mais integrativas, isto é, relacionam-se tanto com as constituições dos sujeitos, quanto com as variações sociais. Elas atualizam, portanto, as experiências nos encontros dos corpos e na produção do saber, expressando os modos de ser nas relações sociais de cada um. Enfim, as marcas da violência imbricam as realidades presentes, configurando diferentes estilos de vida que podem ser, por sua vez, fluídos e recorrentes.

O coletivo como inscrição na tessitura da vida cotidiana é “praticar valores outros que não os ensinados”. Esse jogo duplo no qual a prática se separa dos valores manifesta-se regularmente e sempre nas rupturas, nas formas da diferença e da anomia, no enraizamento dos múltiplos elementos da vida corrente [...] o que serve de fundamento à vida cotidiana é o presente, que exige discernimento e lucidez, atitude que permite o jogo da inclinação e da realidade acessível ou da vontade e da necessidade.¹⁹⁷

Os sujeitos inventam, sempre de novo e afetados pelos encontros corporais, outro jeito de ser e de viver em sociedade. A turma do *funk*, a galera da pichação, o grupo de rock, a comunidade do bairro, os evangélicos e pentecostais configuram os diferentes modos de ser do sujeito no exercício de si. Uma colcha com retalhos, cores e formatos diversos vai sendo costurada na tensão das relações e das diferenças. As partes (retalhos) se encontram e formam as matizadas paisagens. O elemento unificador do arranjo social pode entrar em ação, mas as possibilidades de outras conexões expandem e distendem as possibilidades de conjunção. A instituição quer, diante das velocidades e variações sociais, agenciar, unir, moldar, adequar, juntar as partes num todo coeso.

As relações sociais no espaço escolar, por exemplo, demonstram este método de unificação dos eventos. Duas estudantes começam a brigar no banheiro, o diretor, imediatamente é acionado. Objetivando manter a norma suspende as duas alunas e convoca os pais para um diálogo. A presença da família ou responsável é a condição para o retorno das duas alunas. A forma de unificar e padronizar as ações facilita e impede, ao mesmo tempo, outras formas de convivência social, tais como: diálogo, debates e dramatizações em grupo. A

¹⁹⁷ MAFFESOLI, Michel. 2001, p. 82-83.

instituição na figura do diretor expõe a família e condiciona as possibilidades dos rearranjos aos arranjos delimitados pelas instituições, ou seja, de exclusão, condenação e castigo.

A educação como formadora dos sujeitos sociais, integrado, coerente, consciente se depara com estas marcas de violências que estão, por sua vez, sendo produzidas e em constante difusão e tensão. Eles as experimentam e as exercitam. O modelo das instituições (escolas, igrejas, sindicatos, famílias) compõe-se desta cotidiana tensão, entre as marcas, os encontros corporais e os movimentos fluídos. A definição dos papéis e dos lugares (educação, formação, saber, prática, rearranjo) não tem por finalidade um distanciamento objetivo e científico, mas o exercício das diferentes identidades e desigualdades sociais. Neste sentido, a escola, por exemplo, pode ser um espaço de exercício e de confecção destas colchas matizadas e desiguais, de universos atuais e virtuais, de forças contraditórias, que define um modo de sociabilidade.

As marcas da violência precisavam, assim, ser analisadas e trabalhadas possibilitando outras formas de rearranjos. A tendência é o julgamento imediato e simples das ações, afastando os envolvidos. Uma possibilidade seria a agregação destas tensões, procurando desenvolver outros modos de ser, afastado do encruado modo progressista de separação, condenação, centralização e reagrupamento. As marcas precisam ser trabalhadas nas coletividades e não nos modos de individuação, que tendem a alocar os sujeitos em determinados espaços, estilos e rótulos tradicionalmente excludentes.

3.4 A escola e a formação dos sujeitos

A escola ocupa no debate contemporâneo sobre a violência ora o papel de vítima, ora o papel de promotora. Dito de outra forma, a violência externa dificultaria a formação e a vivência do sujeito na comunidade escolar, como sugere o título do livro: “a violência desce para a escola.”¹⁹⁸ A escola é apresentada e concebida como uma espécie de gueto, porque distante ou isolada da sociedade sofre as conseqüências das desigualdades e da violência cotidiana. As marcas da violência nos espaços escolares seriam, portanto, um problema dos outros e não dos sujeitos que ali circulam, do sistema que cria os espaços de formação.

A partir desta concepção, as instituições escolares se tornam, portanto, vítimas da violência e das desigualdades sociais. Elas, ao contrário da afirmação anterior, experimentam, produzem, acirram, internamente e, até mesmo, socialmente, o dilema das violências, ou seja, podem motivar ações, olhares, palavras, gestos e modos agressivos de ser. As disposições dos

¹⁹⁸ ARAÚJO, Carla. A violência desce para a escola. Suas manifestações no ambiente escolar e a construção da identidade dos jovens. 2.ed. Belo Horizonte, Autêntica. 2004.

sujeitos na escola demonstram que as mesmas são fluídas e não obedecem às disposições analíticas e interpretativas do interno e do externo, do social e do individual. As instituições escolares, por isso, não estão alheias aos processos de socialização e sistemas de hierarquias sociais, mas, sim, podem constituir, fomentar e demonstrar determinados projetos progressistas baseados na segregação social, racial e cultural.

A partir destas idéias pode-se afirmar que as escolas estão, intimamente, ligadas aos processos de socialização (arranjos) propostos pelas instituições sociais. A partir desta afirmação, elas não seriam uma espécie de “ilha de fantasia e de assepsia” em meio a um mar de águas revoltas, violentas e agressivas da vida social; tampouco um refúgio e uma fortaleza de defesa contra um ambiente hostil. Elas, portanto, constituem-se e instituem as contradições que as circulam. E são estas contradições que enriquecem e produzem sentido aos processos educacionais, ou dito de outro modo, fomentam outros rearranjos sociais, vibram as estruturas.

As marcas da violência, além disso, dificultam a organização escolar e a sociabilidade dos sujeitos da educação, pois podem institucionalizar os estilos de ser e condicionar, de certo modo, as relações sociais no âmbito das escolas. São estas mesmas dificuldades que podem tornar, no entanto, dinâmicas as ações pedagógicas, diversificando as metodologias de ensino, questionando as disposições dos sujeitos e motivando novas iniciativas. A partir do imbróglio que toma conta dos espaços e circularidades sociais é que as escolas precisam descobrir outros modos de agenciamento dos conflitos, possibilitando as interações sociais. No entanto, ela está preocupada com a formação social do sujeito. Assim sendo, ela institui determinadas regras, normas e hierarquias.

A tensão está, de certa maneira, entre o mesmo e o diferente. Se aventurar numa expedição, seguindo as estrelas, rumo às novas conquistas pode se tornar angustiante. Reter e condensar as tensões num mesmo canal é mais prático e seguro, pois evita o movimento e as, constantes, variações dos corpos. Neste sentido, as marcas da violência são controladas, marginalizadas, desprezadas, silenciadas, reprimidas dentro do espaço “interno da escola” como reflexos de um mundo caído, hostil e primitivo. Ali, internamente, em oposição ao mundo exterior almeja-se resgatar e organizar as bondades e as potencialidades dos sujeitos. Em busca e por um bem maior defende-se a idéia do progresso linear e desigual da humanidade.

A função da escola, dentro da idéia do progresso social-econômico e da implementação da democracia, torna-se controversa. A disputa pelo sentido da educação e pelo significado do papel central que a escola ocupa, provoca, estimula e acirra os discursos reguladores e de

repressão. A “*escola é, por momentos, vista como a instituição que construirá a democracia, potencializará os talentos existentes. A escola é promotora de justiça.*”¹⁹⁹ Deste modo, ela participa, politicamente, do processo de construção da sociedade, e sua tarefa é de formação do “novo ser humano”, que deveria buscar a felicidade na promoção dos progressos e dos direitos humanos.

O novo ser humano deve eliminar tudo aquilo que não promova a cordialidade, a objetividade e o conhecimento, ou seja, ele deve afastar da vida os elementos contrários, difusos, estranhos e negativos. A formação se torna, a partir da escola, possibilidade e fomento do progresso, em que as diferenças e as desigualdades deveriam ser eliminadas em busca de uma uniformidade (igualdade, fraternidade e liberdade). A educação se torna funcional o suficiente para que o novo ser humano aceite e respeite a “ordem social” vigente, sem questioná-la. A “*educação é definida como colonização, domesticação. Essas constatações marcam o fim do otimismo pedagógico.*”²⁰⁰

A violência, no âmbito da escola, é menos espetacular e mais difusa, menos individual e mais coletiva. Ali ela é variada, ou seja, simbólica e física, emocional e psicológica, institucional e social. Por exemplo, a intimidação, o desrespeito à diversidade, a fabricação de estereótipos e os preconceitos tornam o ambiente, cotidianamente, tenso e agressivo. Estes atos podem ser dissimulados e, até mesmo, ocultados nos processos de condenação. Eles se infiltram nas relações e nos modos de ser, definindo um modo particular de relação social, a saber, “uma delinqüência de exclusão, voltada contra o próximo: os colegas mais fracos.”²⁰¹. Estas miríades de modos de violência envolvem as instituições escolares e os sujeitos, complicando as relações e provocando, constantes, redefinições das ações pedagógicas.

Educar, portanto, é intervir, influenciar, transformar vidas.²⁰² Esta intervenção se dá mediante conflitos, dúvidas, sonhos e medos. Enfim, ela marca as constituições dos sujeitos. Neste processo, a experiência de vida dos sujeitos influencia outras vidas. São estas marcas produzidas nos corpos e produtoras de corpos, de palavras, de gestos, de ideais que afetam outras vidas; vibram os arranjos sociais e instigam outros rearranjos sociais dos sujeitos. Uma determinada intervenção pedagógica é composta, por isso, por diferentes movimentos, histórias e sonhos.

¹⁹⁹ SCHILLING, Flávia. **A escola da insegurança e a violência na escola**. São Paulo, Moderna, 2004. p. 61.

²⁰⁰ SHILLING, Flávia. 2004, p. 63.

²⁰¹ DEBARBIEUX, Eric; DEUSPIENNE, Khadija Revolte. Das estatísticas oficiais aos levantamentos sobre vitimização, delinqüência juvenil e violência na escola. **In: Anais do Seminário de Violências nas Escolas. Desafios e alternativas: violência nas escolas**. Brasília, UNESCO/UNDP, 2003. p. 36.

²⁰² MORAIS, Regis de. **Violência e educação**. Campinas, Papirus, 1995. p. 45.

Os corpos envolvem e são envolvidos pelas diferentes forças que circulam as coletividades e pelas possibilidades de invenções de si. Há, por isso, múltiplas e provisórias possibilidades de composição de outros rearranjos sociais. Isto é, os corpos se misturam na arte de aprender e de experimentar a si mesmos. A autoridade do interventor (educacional no caso) se dá pelos jogos dos corpos rumo às provisórias transformações e variações de identidade, e não pelas tradicionais, outorgas e recorrentes formas de unificação. Deste modo, a violência não está relacionada ao problema da disciplina e da autoridade do professor como aponta Morais,²⁰³ mas às condições de experimentação e de produção de identidades mais fluídas e agregadoras.

A renovação, bem como a sustentação, marca a história da educação e da instituição escolar. E através desta tensão que elas renovam a si mesmas, dando uma nova coloração ao tecido social. A escola não está em oposição à sociedade, reafirmando o que acima já foi colocado, mas participa, ativamente, das tensões sociais, ora como fomentadora das desigualdades e das diferenças, ora como protetora dos enfraquecidos. Destarte, a escola, através da educação, renova a compreensão e a experiência da vida e das relações sociais. Se a sociedade democrática se constitui de embates e desigualdades, na escola não será diferente. A sociabilidade é, por isso, vivenciada, cotidianamente, no espaço escolar, através das organizações estudantis, das hierarquias funcionais e das disposições estruturais.

As instituições, nesta direção, precisam propor arranjos mais agregadores, possibilitando a visibilidade das diferenças culturais e sociais. Assim sendo, os rearranjos sociais diante das situações de violência poderiam agregar diálogo, partilha, saber, experiência como modo de ser. As interações permitem, como aqui se acredita, outros modos de coletividades. O modelo corrente de instituição de determinados modos de ser provocam mais tensões, pois criam as oposições e acirram as diferenças.

A violência não transformou o cotidiano escolar num caos e, tampouco, é generalizada. Ela está presente e perfaz, sim, as tensões constitutivas das identidades dos sujeitos; engendra nos espaços escolares a sensação do caos e do desregramento e, por isso, provoca redefinições, discussões e ações preventivas. Nos períodos noturnos, relatam algumas experiências, policiais militares passaram a transitar nos espaços escolares e a fazerem periódicas revistas; algumas escolas instalaram detectores de metais, a fim de coibir o uso das armas, no entanto, não é possível afirmar que a violência tenha saído do controle e que, também, tenha diminuído. Ela

²⁰³ MORAIS, Regis de. 1995, p. 47-50.

tem exposto, além da fragilidade da vida em sociedade (arranjos tradicionais), o caráter constituinte, trágico, efêmero e provisório dos seguimentos sociais.

A formação para o progresso tentou eliminar estes elementos estranhos à vida em sociedade, defendendo o conhecimento objetivo e a ordem social. No entanto, diante das contradições atuais, das velocidades tecnológicas, dos movimentos sociais, a escola experimenta variação em si mesma, ou seja, ela precisa redefinir sua própria funcionalidade na formação dos sujeitos. A escola para a justiça, para a vida, para o progresso, para a felicidade encontra limites e nuances no projeto pedagógico do novo ser humano. Ela está diante de um paradoxo criativo, ou seja, de inventar novas formas de ensinar, de experimentar e de inventar o mundo e o sujeito, agregando os mais diferentes acontecimentos sociais e os mais diferentes estilos de vida que atentam, até certo ponto, contra a sua base e razão de ser.

As escolas, diante destas mudanças e transformações sociais, tornaram-se uma espécie de prisão, segregando os corpos e esquadrihando os pensamentos criativos. Em outros termos, elas transformaram-se em instrumentos sociais que hierarquizam as relações sociais. O dilema que circundava a ontologia do espaço escolar, isto é, afastar-se de um mundo hostil e em constante movimento não consegue mais ser eficiente. O desafio tem sido o da inserção nas realidades atuais. A instituição pressente que sua organização gerencial não consegue contemplar as dinamicidades sociais (provisoriidade e fluidez) e as variações do sujeito, por isso, aumenta seus sistemas de controle, regulação e centralização.

O conservadorismo institucional, normalmente, quer preservar sua história e sua identidade. Isto, de certa forma, tem dificultado a sociabilidade nos espaços escolares. A instituição se coloca e é colocada fora das tensões sociais, fora das mutações e dos movimentos de composições dos sujeitos. Desta forma, “os conflitos não podem mais ser tratados pedagogicamente. Criminalizam-se condutas que antes eram indiferentes à grande lei e eram tratadas com a mediação da autoridade escolar.”²⁰⁴ O desafio, diante de tais dilemas, seria resgatar o papel integralizador da escola, ou seja, o da participação dos circunvizinhos, do acolhimento das diferenças e o do envolvimento com o mundo. Desta forma, ela não reduziria os diversos a um uno, mas trabalharia com as multiplicidades criativas, experimentando a produção de um conhecimento mais dinâmico, tenso e fluído de outros modos de sociabilidade humana.

Se a escola falasse, teria muitas histórias para contar, se os alunos contassem não caberia em livro algum. Dentro de uma escola acontecem as mais diferentes

²⁰⁴ SHILLING, Flávia. 2004, p. 71.

experiências e dentro dos alunos as mais profundas marcas, muitas delas sem cura. Quem não tiver uma para contar que atire a primeira pedra.²⁰⁵

3.4.1 As marcas da violência na escola

A instituição escolar, ou simplesmente escola, é marcada por uma série de acontecimentos que perfazem identidades e moldam comportamentos. O conjunto das suas ações busca um “melhoramento do social”, ou seja, prepara os indivíduos para viver no mundo, para o mercado de trabalho, para seguir a lógica do progresso. Enfim, ela busca interferir e agregar valores na formação do sujeito, tanto nas relações sociais (trabalho, sociedade, progresso), quanto pessoais (identidades, projetos, pensamentos). Neste sentido, a escola se infiltra nas relações do mundo, reproduzindo seus exageros (injustiças, diferenças, desigualdades, distinções) e suas possibilidades (solidariedades, compreensões, diálogos, exercícios de si, liberdades).

A função social da escola, por isso, foi e é controversa. Se por um lado ela reproduziu as diferenças, separando os indivíduos, classificando-os, ordenando-os e hierarquizando as relações internas, por outro lado ela também visava transformar o indivíduo, preparando-o para um mundo diferente. A dupla função: manter o *status quo* e melhorar, ao mesmo tempo, a vida de todas as pessoas. Desta forma, a instituição apresenta duas características distintas, por um lado ela está inserida no mundo (reproduzindo as tensões) e, por outro lado, está fora do mundo (lutando pela sua transformação).

A escola pode se tornar um espaço de reprodução das desigualdades sociais, além de inculcação e de imposição de um arbitrário cultural e social.²⁰⁶ A violência ultrapassa as questões organizacionais e estruturais de uma escola, ela se torna uma forma de imposição e de experimentação da simbologia social, ou seja, das diferenças econômicas sustentadas pelos discursos da eficiência, do trabalho, do planejamento, da organização, do poder e do “sempre foi assim”. Ela se transforma, a partir da hierarquização e organização funcional, num espaço de produção e reprodução das relações sociais de força (desiguais) da sociedade. Deste modo, pode-se afirmar, por um lado, que não há espaço para neutralidades na educação, por outro lado, que a organização e a hierarquia da escola são reproduções das lógicas dominantes do sistema capitalista vigente.

O conjunto das relações se dá no espaço escolar e produz marcas do sistema no sujeito, marcas estas que podem ser de passividade, de agressividade, de revolta, de dominação na

²⁰⁵ UCHOA, ago. 2005. P. 169-170

²⁰⁶ BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A, 1975. p. 21-22

solução dos conflitos e na construção do conhecimento. Estas marcas podem ser de aceitação, de submissão, de silêncio, de indiferença, bem como de inquietação e de inconformismo. Neste sentido, a inculcação feita pela educação escolar das diferenças sociais pode ser entendida como um determinismo, em que o sujeito, passivamente, é produzido. As relações de desiguais tornam-se naturalizadas.

A potência da vida, a arte de si, a sociabilidade, o imaginário produzem espaços de dinamicidade, invenção e experimentação de si. A partir disso, o sujeito encontra um espaço de desvio, de repouso, de fuga, fazendo vazar as determinações estruturais do sistema. A vida encontra outro caminho. A instituição inculque determinados valores; siga regras de normatização e arranjos sociais; os encontros dos corpos provocam variações e rearranjos sociais alternativos. A violência, neste contexto, funciona como dispositivo de imposição do mesmo, servindo ao sistema opressor e dominador.

Os sujeitos envolvidos, por exemplo, em determinada ação de violência são logo separados, julgados e castigados. Dois alunos do ensino médio discutiam e ameaçavam agredir um ao outro. O diretor ameaçou chamar a polícia caso houvesse briga entre eles. A violência parece exigir ações imediatas e repressivas, pois o resultado final pode ser desastroso; faz circular, portanto, um sistema de recorrência, baseado na manutenção da ordem e das regras sociais. Neste sentido, ela impede qualquer forma de rearranjo alternativo, pois impõe aos corpos determinadas condições correntes, provocando a reação do sistema e, conseqüentemente, a sobrevivência dos sistemas impositivos. Ela serve, então, ao sistema vigente e as desigualdades sociais.

A pobreza, a marginalidade, a falta de trabalho e de perspectivas estão associadas, por exemplo, ao problema da violência. As análises sociológicas indicam que as causas devem ser combatidas, eliminadas, solucionadas em função do progresso econômico e social. Por isso, as escolas precisam disciplinar os jovens e prepará-los para serem bons cidadãos, garantindo o melhoramento de suas depreciadas vidas. As idéias são, amplamente, difundidas pelas mídias e pelas análises sociais, influenciando, assim, a opinião da população e planejamento das políticas públicas.²⁰⁷ Esta corrente de análise produziu muitos preconceitos em relação aos jovens, aos negros, aos pobres e aos marginalizados, compreendendo-os como preguiçosos e inimigos do sistema.

A violência das ações repressoras da polícia, por exemplo, no Brasil foi banalizada, corroendo as autoridades instituídas e os direitos civis. A polícia, primeiro, bate e depois

²⁰⁷ ZALUAR, Alba (Org). **Violência e educação**. São Paulo: Livro do Tatu/Cortez, 1992. p. 37.

pergunta, ou seja, ela primeiro reprime para em seguida discutir as razões dos sujeitos envolvidos. O sistema de repressão não reconhece a cidadania das pessoas, age de forma repressiva, gerando mais violência e agressão ao outro. Desta maneira, toda uma máquina institucional de arranjo e manutenção social instrumentaliza a mazela, a fim de manter sua estrutura reativa e sua base de sustentação, isto é, a condenação a priori do diferente e do outro.

A escola foi concebida e construída, inicialmente, para alguns poucos, reproduzindo, portanto, as desigualdades correntes na sociedade. O modelo ocidental de escola começou por separar adultos de crianças, protestantes de católicos, ricos de pobres e meninos de meninas.²⁰⁸ As demandas sociais foram impondo deslocamentos à instituição, provocando alterações na organização, arquitetura, regulamentos e processos avaliativos. A escola reproduziu, por isso, diferenças entre os sujeitos ao delimitar os espaços de acesso e ao hierarquizar as relações internas, separando os corpos dentro de um projeto educacional moderno, ou seja, a estruturação social econômica entre ricos e pobres, a separação física por sexo, cor e etnia.

A maioria dos alunos filhos de pessoas ricas estuda em escolas particulares e os filhos dos pobres acabam estudando em colégios públicos, abandonados e sucateados. Deste modo, percebe-se que a estrutura social vigente transporta para a instituição escolar determinada condição de ação, pois seleciona, efetiva e regulariza a inserção na realidade. As formas de socialização permanecem inalteradas e as experiências de violência tendem a aumentar entre os mais pobres, pois o espaço que os mesmos ocupam são efeitos de um sistema desigual e opressivo.

A escolarização dos corpos e das mentes acentua um projeto de sociedade definida pelos privilégios (prosperidade) e sacrilégios (fracassados). A instituição escolar segue uma ordem funcional: amainar as tensões para que a sociedade aceite o progresso social, embora desigual e cerceador. A partir da idéia de um progresso econômico e cultural a escola recusa a função de “espaço do exercício das diferenças”, impondo o silêncio e a submissão como uma forma ideal (também funcional) de vida em sociedade. Em outros termos, a socialização defendida pelos sistemas de arranjos sociais pode delimitar as experiências, reproduzir as regras e promover a violência nas relações entre os sujeitos.

²⁰⁸ LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidades e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. p. 57. O tema da violência de gênero, por exemplo, no âmbito da escola e, até mesmo na sociedade, é tratada pela autora. Eu não entro da discussão, pois não é o foco desta pesquisa. Isso demandaria outros estudos e, além disso, outras bibliografias do gênero. A análise aqui é mais restrita ao funcionamento do sistema.

3.5 As palavras do silêncio e o silêncio das palavras

A escola é composta por uma estrutura visível, a saber, a hierarquia, a disposição das carteiras, a figura da autoridade, horários, disciplinas, avaliações, arquitetura entre outras características. Há uma dimensão invisível, também, que a envolve, ou seja, os elementos e as forças que influenciam e caracterizam a subjetivação dos sujeitos. São gestos, palavras, ordens, castigos, retribuições que marcam a vida dos envolvidos e que produz ressentimentos e cerceia a criatividade dos sujeitos.

A opção pelos termos visíveis e invisíveis não está baseada numa suposta dualidade estanque e distante. O que se quer com esta distinção é demonstrar que eles se misturam e se infiltram na produção do saber, marcando as relações cotidianas do ambiente escolar. Em resumo, são ações corporificadas que no exercício de si e nos encontros dos corpos podem produzir marcas de violência, acontecimentos e estilos de vida. A palavra dita impõe a exigência da verdade, da coerência e do compromisso; o silêncio²⁰⁹ pode deixar transmitir a idéia da palavra de concórdia, de aceitação e de submissão. A indiferença sustenta, por isso, as agressões, pois não compromete os sujeitos.

As ações são como fios que compõem o tecido furta-cor do espaço escolar. Uma gama de ações, de símbolos, de imagens, de políticas que delineiam a razão de ser da escola. E neste imbróglio que a vida se faz, se experimenta e multiplica. São variações que agregam os mais diferentes gestos e produzem as mais diferentes palavras, inscrevendo nos corpos as mais diferentes marcas de violências. “*O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos [...], lugar de dissociação do Eu [...], volume em perpétua pulverização.*”²¹⁰

A sociabilidade se constitui destas marcas produzidas sobre os corpos, os pensamentos, os saberes, as histórias, as narrativas dos sujeitos. São estes acontecimentos que agenciam diferentes modos de ser, que operam diversos saberes e delineiam as relações sociais. Enfim, são estas condições de possibilidade que compõem as identidades dos sujeitos, perfazendo seus modos de rearranjos em sociedade, configurando as relações com o mundo e consigo mesmos.

O conceito de violência, neste texto, pode ser polissêmico e os seus vetores amplos impossibilitam um único enfoque biopsicossocial. E conforme já foi afirmado até aqui, separar os normais dos anormais, os sujeitos nos processos de socialização tem sido uma estratégia do modelo institucional que visa o progresso econômico e social. O conceito, por isso, busca

²⁰⁹ O silêncio pode demonstrar outras atitudes, porém, na situação colocada, ele funciona mais como indiferença e submissão à ordem.

²¹⁰ FOUCAULT, Michel. 2002, p. 22

envolver, agregar e agenciar a potência de vida, ou seja, as marcas (vestígios) da história, a experimentação do mundo e as formas de relações dos sujeitos. As variações, então, alteram os modos de ser dos sujeitos. Deste modo, a violência está ligada às vivências sócio-históricas, contextualizadas nas palavras, nos gestos e nos modos de ser do sujeito.

As experiências dos encontros corporais dos sujeitos podem provocar e demonstrar formas de relações sociais. Elas se tornam dispositivos interativos e agenciadores de diferentes acontecimentos, de diversificadas variações e construções de identidades. Enfim, instigam rearranjos sociais alternativos e recorrentes. E estes dispersos dispositivos, estas variadas forças e complicados vetores inscrevem-se como marcas de mundo, de encontros de corpos e de sonhos sobre os modos de ser e de ver o outro. As marcas da violência distendem o tecido social das relações e arranjos preconcebidos.

O nosso corpo era educado para a submissão, para o silenciamento, para a negação da voz. O nosso corpo era seqüestrado no cotidiano escolar. O espaço que deveria ser um lugar de fala, tornava-se um lugar de silêncio. Éramos corpos infantis seqüestrados pelas armas da professora militar. Aquela escola era, para mim, um lugar de produção de interdições, da não-fala.²¹¹

A relação da escola com as marcas e as experiências da vida dos sujeitos é, no mínimo, complicada, quicá de negação e de supressão destas histórias pregressas. Há uma dificuldade, latente, de trabalhar com estas marcas, porque nas concepções pedagógicas e didáticas recebem valor menor, ou seja, são silenciadas. As marcas podem ser experiências tensas, contraditórias e ritualísticas. Deste modo, são também singulares. Elas perfazem os modos de ser no exercício de uma coletividade (sala de aula, sociedade, família). Estes exercícios de si, se preferirmos tensões das coletividades, envolvem diversas marcas dos sujeitos, agenciam variadas situações e realidades de vida e complicam o cotidiano das relações sociais.

Gina, aluna da sétima série do Centro Educacional Maria da Conceição, não expressa sua condição de filha abusada sexualmente.²¹² Ao enfrentar tal situação no âmbito familiar fica uma semana sem vir a escola. A situação vivida por ela perpetua a força, o desrespeito, a banalização do outro. Enfim, tal violência tripudia os arranjos e as instituições sociais. Ela não foi ouvida nem pela escola e, tampouco, a situação foi levada ao Conselho Tutelar. Desta maneira é possível afirmar que a violência sofrida por Gina cria marcas e condiciona os seus relacionamentos interativos no espaço escolar, bem como institucionaliza uma espécie de indiferença, pois a instituição não consegue controlar, regular e centralizar tal situação. O fracasso do modelo institucional é evidente neste caso.

²¹¹ UCHOA, ago. 2005, p. 169-170

²¹² A situação está relatada no livro de atas do mesmo centro educacional.

A experiência no âmbito escolar tem demonstrado que estas marcas, em função da coletividade, são silenciadas, apagadas e renegadas. A escola acentua um modo de atuação pedagógica centralizador, pois inibe e expurga as potências da vida. E estas potências operam pelas marcas da violência e nos encontros dos corpos. O enrijecimento e o distanciamento exigidos por certos modelos pedagógico-científicos impossibilitam o aprendizado mútuo e agregador. A violência circula, por isso, nos silêncios e nas palavras; irrompem nas interações, nas exclusões e nas agressões, embora sua oralidade criativa tenha sido canalizada para um campo amorfo, secundário e dissimulado.

A oralidade envolve diferentes elementos, entrelaçando-os e expondo-os. E, além disso, pode produzir imagens, fabricar realidades, complicar o tempo e compor uma gama de variados acontecimentos. *“Uma acumulação, e não uma somatória, de significados que vão se formando uns nos outros sem uma ordem, apesar de a voz, obrigatoriamente, ter de ser emitida linearmente.”*²¹³ O corpo todo fala e se envolve no ato da oralidade, pois expõe as marcas do mundo circunvizinho, as realidades coletivas e singulares individuais. Ele agrega as diferentes experiências, sejam elas quais forem.

A coletividade escolar precisa produzir ecos afirmativos para estas marcas que circulam o imaginário dos sujeitos, possibilitando o encontro criativo e a troca destas experiências pontuais de violência. Deste modo, a discussão sobre a violência se deslocaria, ou seja, o sujeito vitimado transformaria em palavras, gestos e imagens o silêncio imposto pelo violentador, possibilitando a visibilidade dos universos apreendidos e aprisionados nas marcas das violências. Por exemplo, as estatísticas baseadas nas pessoas vitimadas permitem, conforme Debarbieux,²¹⁴ um melhor conhecimento sobre a violência no âmbito escolar. Isto é, elas invertem a lógica da violência dando voz aos vitimados, aos silêncios repressivos e condicionados.

Se a oralidade possibilita a fala de um sujeito, as brincadeiras possibilitam a experimentação dos corpos, dos afetos e dos outros. Elas criariam um ambiente interativo, em que eventuais excessos seriam divididos e rememorados. Deste modo, através das brincadeiras, o sujeito “vai elaborando a dor do crescimento, das perdas afetivas, desenvolvendo sua imaginação e capacidade de resolver criativamente os problemas que a vida vai-lhe colocando”.²¹⁵ Em resumo, as brincadeiras possibilitariam não só a vivência das marcas da

²¹³ ALMEIDA, Milton José de. **Imagens e sons: a nova cultura oral**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2004. p. 9-10.

²¹⁴ DEBARBIEUX, Eric, DEUSPIENNE, Khadija Revolte, 2003, p. 25

²¹⁵ JUSTO, Carmen Sílvia Sanches. **Os meninos fotógrafos e os educadores: viver na rua e no projeto casa**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 105.

violência, mas também o exercício dos afetos, das trocas e das interações criativas, que no ambiente da coletividade escolar ganhariam vulto e voz. As palavras ecoariam, através destas ações, rompendo os silêncios repressivos.

Os rearranjos sociais dos sujeitos passam, também, por estas duas vertentes, ou seja, a oralidade e as brincadeiras. A primeira permite a estruturação da experiência, pois antes de expressá-la precisa ordená-la. A segunda permite o exercício das marcas, possibilitando os encontros e, concomitantemente, os efeitos destes encontros. A partir destas duas ações os sujeitos podem confrontar os mundos apreendidos e os conflitos relacionais, ampliando as formas de ver e compreender os corpos vizinhos.

A escrita, além da oralidade e das brincadeiras, permite também a circularidade das marcas. Ela pressupõe outros conhecimentos, tais como domínio das formas gramaticais e dos signos. Entretanto, ela pode fazer circular, também, os universos apreendidos, permitindo outros meios de encontro corporais, ampliando as possibilidades de rearranjos sociais. No âmbito escolar, através da escrita, mais do que a oralidade e brincadeiras, pode-se perceber os modos de ser dos sujeitos. Ela, de algum modo, permite o anonimato, o silêncio, a dissimulação e a segurança necessária para a expressão do vivido.

Em resumo, a instituição de formação, aqui relacionada à escola, silencia, muitas vezes, as palavras, os gritos, delimitando as resistências. Desta maneira, a instituição cria mecanismos para amenizar a violência que produz e é produzida nas interações sociais, a fim de manter certa operacionalidade do sistema. Assim sendo, as palavras perdem espaço para as agressões defensivas. O rearranjo social, por isso, é limitado ao mesmo, ao instituído, ao hierárquico.

3.6 A disciplina dos corpos – considerações finais

A violência, efetivamente, não é jamais estável por muito tempo, ou estabilizável, controlada por seu protagonista, fixada por este a um limite ou outro onde teria sua intensidade regulada. Ela é em si mesma uma mudança, a ponto de, por vezes, falar-se dela como de uma engrenagem ou máquina infernal [...] Nos inúmeros processos que fazem da violência um fenômeno multiforme, esta se descarrega e sobrecarrega facilmente de significações que a transformam constantemente.²¹⁶

A circulação destes processos multiformes provoca, também, medidas maleáveis. A disciplina seria uma destas medidas. O problema da disciplina, no âmbito escolar, perpassa as estruturações (organização e hierarquia) e normatiza uma gama de ações, de pensamentos, de modos, de estilos e de crenças. A disciplina, enquanto método de exclusão e inclusão, insere-se nas formas e nos modos de vida, acentuando as diferenças sociais, isto é, fazendo funcionar as

²¹⁶ WIEVIORKA, Michel, 2006, p. 217.

oposições ali presentes, tanto a nível econômico, quanto social. Ela não cria os opostos, mas faz circular os modos de ser e as formas de relações correntes na sociedade.

A disciplina, então, normatiza os diferentes estilos de ser; “relaciona os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto que é, ao mesmo tempo, *“campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir.”*²¹⁷ A partir desta premissa, a escola se torna uma instituição disciplinar, pois engendra nos corpos, nos pensamentos e nos modos de ser diversas regulações. Se por um lado a escola acentua as diferenças sociais ao reproduzi-las internamente na sua organização funcional, por outro lado ela faz circular normas sociais, enquadrando os diferentes comportamentos dentro de uma regra avaliativa, quantitativa e retributiva.

A escola transpõe seu caráter puramente funcional, hierarquizado e desigual, ela produz e cria novos paradigmas daquilo que é permitido, ou não, na sociedade. E o faz mediante um conjunto de ações (exercícios pedagógicos, expressões) e disposições (organização, estrutura) que, direta e indiretamente, são assumidas e vivenciadas pelos sujeitos. Desta maneira, ela sustenta as formas de arranjos socialmente difundidas pelas instituições e, ao mesmo tempo, permite a circularidade de novos mecanismos e relações sociais que irrompem nos encontros dos corpos.

A avaliação do desempenho escolar, por exemplo, escalona os indivíduos dentro de uma ordem valorativa, a saber, a nota, o conceito final. Este processo inclui comportamentos, participações, interações, transformações, ou seja, envolve as dimensões subjetivas e objetivas do indivíduo. O emaranhado de emoções, sentimentos, percepções, divagações, sonhos, diferenças é direcionado e reduzido a um modo exemplar, a uma sociabilidade caracterizada e centralizada na idéia do progresso (negação e exclusão das oposições) e da normalidade (da maioria, do aceitável, do permitido). O mecanismo de arranjo passa a ser de exclusão e rotulação, marginalizando competências e modos de ser.

O processo avaliativo, além disso, tem por função a estruturação dos corpos sociais. Ele relaciona e unifica as diferenças, as relações, os grupos e os modos de ser - dentro de uma idéia qualitativa e supressora - com uma forma ideal e socialmente aceita. A partir disso, “as explosões das violências” têm por fim a ruptura²¹⁸ deste processo unilateral e homogeneizador do espaço escolar. Elas irrompem como uma espécie de “grito-surdo” contra um ambiente silenciador que reduz, aleatoriamente, as diferenças. Elas assumem as características de um

²¹⁷ FOUCAULT, Michel. 2002, p. 152

²¹⁸ GUIMARÃES, Áurea. 1996, p. 92.

protesto. A depredação dos espaços, sejam eles escolares ou públicos, está ligada, muitas vezes, a este protesto contra um sistema totalitário e unidimensional, denominada de “arranjo institucional”.

A quantificação e a retribuição do desenvolvimento, da capacidade e das qualidades também criam revoltas, tensões e indiferenças. A condição metodológica que circula os ambientes escolares e as suas disciplinas dificulta as interações e o aprendizado mútuo. Ela produz, por sua vez, as idéias correntes na sociedade (negando-as ao mesmo tempo) de competição, de exclusão e de castigo. A escola vive um dilema insolúvel, isto é, inserida no mundo social (das desigualdades, dos conflitos, e dos modelos ideais) e ao mesmo tempo fora dele (do novo ser, das consciências, das transformações, das liberdades). Inserida numa sociedade, embora protegida pelos muros, experimenta as tensões advindas das explosões sociais, isto é, da sociedade no exercício de si (as sociabilidades).

O muro deveria delimitar outro espaço de sociabilidade, ou seja, o da reclusão e do afastamento de um mundo “perdido”, injusto, desigual. No entanto, o que se tem percebido, ao longo da história da instituição escolar, é o acirramento das tensões sociais, da multiplicação dos valores e das identidades dentro do espaço “protegido” da escola. As tensões sociais impõem aos sistemas unificadores e reguladores reestruturações. As marcas de violência, neste sentido, fazem vazar os limites gerenciais, criando e expondo os mecanismos de imposição e dominação do outro.

O projeto de “isolamento do mundo” tem fracassado e perdido sua tarefa agenciadora, pois a atomização da tessitura social diversifica os modos de ser e de experimentação do mundo. As potências sociais inventam outras possibilidades, relações e composições de corpo, de identidade, de conhecimento e de ação no mundo, transformando o projeto de isolamento numa atitude inócua e ineficaz. A fortaleza é rompida por um duplo movimento: as possibilidades de si (as experimentações e as relações) e a tensão contínua das explosões sociais (diferenças, desigualdades, revoltas, fugas).

A instituição escolar de determinadas normas facilita e dificulta, ao mesmo tempo, a relação dos sujeitos e das marcas de violência. No entanto, no espaço da instituição torna essencial o exercício de si e as relações sociais. Se, por um lado, a escrita, a oralidade, as brincadeiras e os encontros corporais permitem a exposição das marcas e dos mundos vividos, por outro lado, a avaliação, a disciplina, o cerceamento expõem as oposições e conflitos, acirrando os ânimos entre os sujeitos no âmbito escolar.

A análise do presente capítulo buscou averiguar os mecanismos de formação instrumentalizados pelo modelo institucional. Assim sendo, o modelo institucional não só interfere na realidade regulando-a, controlando-a, centralizando-a e unificando-a, mas, também, formando os sujeitos para que os mesmos sigam as normas correntes em determinada organização. O modelo age em toda dimensão social, gerando os fins e os meios; amplia seu espectro de atuação, pois cada pessoa passa a ser defensora das estruturas.

Se o modelo institucional, por um lado, age também na formação de certa idéia de hierarquia, organização, estrutura, ordem e norma, por outro lado, são os próprios sujeitos que exercitam estes valores na sociedade. Assujeitam-se. São eles que produzem sentido para as ações reguladoras, ou ainda, tornam-se produtos finais destes mecanismos de socialização disseminados pelos modelos institucionais que, conforme suspeita, difundem modos violentos e naturalizam as agressões.

A formulação deste capítulo teve por fim a averiguação desta dimensão formativa do modelo institucional. Ele faz uso, por exemplo, da escola. Porém a ação de formação não se encerra nela, ela também acontece nas relações de trabalho, vizinhança, contratos, mídias, jogos. Em resumo, a formação do sujeito tem por fim a inserção do mesmo nos moldes sociais e tradicionais, levando-o a criar e recriar estilos condizentes com os mecanismos corriqueiros, tais como, estrutura, hierarquia, autoridade, compreensão, inserção, agrupamento. Assim, institucionaliza-se as relações, visando manter a máquina em funcionamento.

A partir deste imbróglio que envolve os espaços, instituições, marcas e formas de arranjos sociais torna-se importante a averiguação dos rearranjos sociais na relação com a violência. O capítulo seguinte trará à tona esta relação das experiências de violência com as exigências das reconfigurações sociais, envolvendo os sujeitos no desafio premente de criar novos espaços, estilos e concepções de mundo. A análise dos rearranjos sociais, até agora, fixou-se na relação método, arranjo, formas, espaços e mecanismos institucionais de dominação, imposição e formação de valores sociais. O desafio, portanto, a partir deste capítulo é agenciar os elementos que possibilitam os rearranjos sociais, isto é, outras formas de ver, criar e interagir com os circunvizinhos.

4 AS MARCAS E OS REARRANJOS DOS SUJEITOS

Quando a mão, arrogante, insiste em possuir o outro, deixa de ser seda para tornar-se garra, fracassando o encontro e abrindo-se passagem à incorporação. A singularidade é devorada. A possibilidade de diálogo desaparece. A ternura é substituída pela violência.²¹⁹

A violência pode dificultar a afetividade e produzir uma espécie de “encontro recorrente”, em que os mecanismos utilizados aliciam²²⁰ a ternura, a singularidade e o carinho. Assim, a mão que possui e agride também pode provocar o aumento dos eventos violentos, numa esteira onde os efeitos são ambivalentes, ou seja, de repulsa e de atração. O capítulo sobre a atualidade e as violências envolve as formas de trabalho, família, relações de amizade, encontros sociais, espaços públicos e a violência. Nesta direção, a observação direciona o olhar para os mecanismos utilizados para criar e manter determinadas formas de encontros.

A análise da atualidade e dos eventos de violências nos rearranjos dos sujeitos visa demonstrar que a mesma está voltada para as realidades contextuais dos sujeitos, isto é, de como eles constroem identidades em situação de violência. A partir desta premissa, algumas análises colocam a vida como um elemento secundário, desperdiçada, fragmentada e corrompida por uma série de forças aliciadoras das potencialidades criativas da mesma. Assim sendo, a atualidade se define como um “campo de batalha” onde prevalece certo mecanismo de subjugação do outro.

A crise mundial no final do governo de George W. Bush, conhecida também como a crise imobiliária, amplamente discutida nos meios de comunicação, colocou estes mecanismos em evidência. Os planos de ajuda apressaram-se em sustentar as instituições, o sistema operante. As razões para tal iniciativa baseavam-se na necessidade de manter os postos de trabalho e certa normalidade sistêmica. O congresso americano a fim de amenizar as críticas direcionou uma parte destes recursos para os mutuários. Nesta perspectiva, o campo de batalha se define por ações amenizadoras que visam ofuscar as mazelas que demarcaram tal iniciativa de amparo e proteção do sistema de opressão.

A corrupção de determinadas relações mantém a máquina em curso, embora não haja mais espaço para dissimulações e discursos demagógicos. O novo elemento é a figura que exerce o poder. O campo de batalha renova suas formas de opressão na esteira do primeiro

²¹⁹ RESTREPO, Luis Carlos. **O direito à ternura**. Trad. Lúcia Endlich Orth. Petrópolis, Vozes, 1998, p. 52.

²²⁰ O termo aliciamento pressupõe um regime de sistemas, imagens, modos e movimentos que buscam dar unidade ao dispersivo. Neste sentido, o termo agrega um conjunto de regras que buscam criar determinado corpo conceitual as tensões latentes que marcam e demarcam a sociedade.

negro, metalúrgico e mulher no poder. A distorção inventa seus mecanismos nos próprios elementos oferecidos pelo conjunto da sociedade. Assim sendo, o campo de batalha se define nas próprias relações que ali mesmo surgem. A singularidade acaba sendo devorada pela necessidade de sustentação das formas e a ternura se torna corrompida pela instrumentalização da violência. Os corpos, portanto, rearranjam-se de forma a manter certa condição de possibilidade de existência.

4.1 A instrumentalização do corpo alheio

As relações sociais que instrumentalizam a violência provocam rearranjos sociais, quase sempre, recorrentes, em que determinados modos de ser são reificados de tal forma a reforçar certa conduta normatizada. O lastro destas ações é infundável. Por exemplo, a palavra e a defesa da honra permitem que algumas ações agressivas sejam toleradas. Assim, alguns modelos institucionais difundem os mecanismos de violência, baseados em certos princípios, maios ou menos fixos, sucumbindo à afetividade e as relações harmoniosas de convivência social. As relações entre eles acabam se tornando espaço de reforço de um mesmo modo de ser, de certo estilo recorrente, em que determinados instrumentos garantem a constituição²²¹ do sujeito.

O sistema que rege as relações, conforme Bourdieu,²²² é antropocêntrico. A afirmação confirma alguns outros problemas sociais, tais como alto número de crimes, agressões e a conseqüente prisão de homens. A partir disso, poder-se-ia concluir que a violência é masculina? No entanto, ela não deveria ser associada ao gênero masculino, mas ao conjunto das relações sociais, baseadas na instrumentalização da força opressiva, que subtrai o outro. O sistema privilegia o modelo patriarcal de produção, ou seja, de dominação, controle, subjugação do outro. Se o sistema é dominado pela lógica da força, da sobreposição, do domínio,²²³ logo, as formas de relações sociais estão baseadas na imposição da força como instrumento normatizado e normatizador. Em outros termos, a violência institucionalizada e

²²¹ “[...] quando se trata de rever as relações sociais que são também relações de poder, entre mulheres e homens nem sempre percebemos essa problemática à primeira vista. Estamos de tal maneira habituadas/os a viver certos papéis sociais que achamos que eles fazem parte da própria natureza humana. Achamos que os modelos de ser homem e ser mulher sempre foram assim e portanto devem ser assim. Raramente pensamos nos processos de evolução histórica e cultural, nos encontros entre culturas, nas influências recíprocas. Raramente nos damos conta de forma existencial que são os diferentes grupos e pessoas nas diferentes relações que criam suas interpretações antropológicas e sociais.” GEBARA, Ivone. Novas relações de gênero são possíveis. In: **Agenda Latino-americada**. 2004. A revista eletrônica foi acessada no dia 20 de janeiro, 2009, às 16:00 hs. O site: <http://latinoamericana.org/2004/textos>.

²²² BOURDIEU, Pierre. 2003.

²²³ GROSSI, Miriam Pilar. **Gênero, violência e sofrimento**. 2. ed. Florianópolis: UFSC/PPAS, 1998. A violência doméstica é associada, também, à idéia de domínio. Ali o mais forte manda, agredi e dita as regras. As maiores vítimas da violência doméstica são as crianças. Elas crescem e naturalizam a violência do mais forte sobre o mais fraco, ou seja, uma questão de domínio do corpo.

naturalizada nas relações, sejam elas de gênero, econômicas, sociais, contratuais e interpessoais.

Os corpos se tornam, então, os meios onde se inscrevem os mecanismos institucionais de coerção, controle, regulação, unidade. Enfim, eles se tornam um espaço de inscrição das regras, independente do gênero masculino e feminino; perpetuam uma forma de identificação desde que nascemos (homens ou mulheres). O gênero passa a ser definido como dominantes e dominados. Desta maneira, os corpos se tornam objetos onde os modelos institucionais inscrevem sua dominação e seus mecanismos. Assim, o corpo do homem e da mulher é o lócus de efetivação desta violência latente, institucionalizada e naturalizada. A discussão, como aqui se entende, compreende esta dimensão, ou seja, a violência institucionalizada se inscreve sobre os corpos dos sujeitos,²²⁴ não importando, a priori, o gênero.

A partir desta premissa conclui-se que as relações sociais seguem determinadas regras coercitivas, ancoradas em determinados instrumentos opressivos, que deliberadamente cerceiam a afetividade, o carinho, a compaixão e a singularidade.²²⁵ Dito de outra maneira, elas condicionam as relações sociais, pois imputam às mesmas um sistema recorrente, focado no domínio das posições, na conquista dos status e naturalização das diferenças sociais. As análises baseadas nos gêneros apontam, com muita propriedade e experiência, um viés masculino na violência. No entanto, a violência institucionalizada efetiva sobre corpos, dissemina modelos, tornando-os instrumentos, independente do sexo dos mesmos.

A afetividade torna-se, a partir desta perspectiva excludente, enquanto elemento organizador e motivador das relações sociais. Ela se desvirtua. A criação de identidades está, portanto, baseada na força, no controle e na possessão dos corpos, produzindo encontros desiguais e rearranjos ancorados em modos ressentidos de ser, isto é, em relações sociais de exclusão, opressão e segregação dos problemas e diferenças. Enfim, a violência passa a configurar espaços tensos e desiguais, em que o medo, o silêncio, a agressão e a hierarquia sustentam estilos de ser opressivos e amuados, em que os sujeitos tornam-se conformados, enquadrando-se a determinados regimes e condições de possibilidades latentes.

²²⁴ Obviamente, esta inscrição tem escalonamentos, pois o gênero masculino se torna arauto destes dispositivos e, assim, domina, oprime e agride o outro. Entretanto, é importante, também, destacar que o mesmo gênero masculino (aqui como representação de poder, hierarquia, dominação) domina não só o feminino, mas outros homens. A instituição, portanto, dissemina um modelo de subjugação. O exercício dele é indistinto.

²²⁵ As características citadas, normalmente, são associadas à figura feminina. Se por um lado a força, a razão e domínio são considerados masculinos, por outro lado, a afetividade, a emoção, o carinho são consideradas características femininas. Enfim, os dois termos formam os sujeitos e assujeitam suas ações. O problema da violência institucionalizada é exatamente este, ou seja, a representação e o condicionamento dos modos de ser. Desta maneira, os dois gêneros estão inseridos neste sistema. O gênero feminino não sofre só o sistema, mas também ao androcentrismo ligado ao mesmo.

A experiência, como professor, com alunos de 5ª a 8ª série no Centro Educacional Maria da Conceição, Maracaçumé, Maranhão, tem me demonstrado que a violência cria uma espécie de paralisia emocional que impede as pessoas atingidas de romperem com o círculo de mazelas que as cercam. A dificuldade em apreender novas informações e estilos de vida transforma o diferente numa ameaça. Assim sendo, os sujeitos vivem experiências restritas e restritivas, reforçando determinados modos de ser recorrentes e naturalizados nos contextos vivenciais dos mesmos. Se a experiência do encontro de outros corpos produz certa tensão, angústia, mal-estar e inquietação, a solução é a instrumentalização de determinadas regras coercitivas e discriminadoras. As formas das recorrências, neste caso, operam enquadrando os corpos inquietantes, os estilos de ser e os projetos sociais dentro de identidades (forma de rearranjos sociais) estabelecidas e estatizantes. Deste modo, naturaliza-se a agressão ao diferente.

O diferente passa a figurar como uma ameaça que corrompe os jogos de sobrevivência tão caros e funcionais. A defesa exacerbada de certas regras vigentes impede, portanto, os sujeitos de experimentarem outros estilos de vida. Deste modo, a violência usa o mecanismo da recorrência, do retorno a um sistema corrente, mantendo certa regularidade nos jogos de sobrevivência. O outro, neste caso, deve aceitar as condições do jogo, e enquadrar-se às relações sociais locais. A partir desta perspectiva, o encontro dos corpos torna-se uma espécie de risco, pois estremece as formas de rearranjos sociais, podendo gerar atos violentos, evidenciando e agenciando as formas recorrentes de ser, que procuram manter, dentre outras coisas, os estilos baseados na força e na imposição de determinados sistemas de solução de conflitos

O silêncio, a dissimulação e a indiferença são alguns destes estilos de força e de imposição de determinados valores. O sujeito sente, vê e experimenta as atrocidades de uns contra os outros, porém não convém falar (silêncio), comentar (dissimular) e envolver-se (indiferença). Estes mecanismos impõem e garantem certa naturalidade nas situações de agressão vividas pelos sujeitos. A realidade descrita é perceptível entre os adolescentes. Eles não manifestam suas opiniões, piscam o chão com os seus olhares e posicionam seus corpos como se estivessem em fuga, amedrontados.

A violência, neste caso, provoca rearranjos sociais e identidades ressentidas, inseguras, ameaçadas e acuadas. O espaço vivencial do sujeito é tomado por certos eventos opressivos que transformam as mazelas do cotidiano numa espécie de “ponte para o paraíso”. O desejo é conseguir uma vida melhor, por isso, aqui e agora é necessário suportar as dores do mundo. O

silêncio, a indiferença e a dissimulação funcionam também como uma espécie de proteção que permite a dosagem das agruras de cada dia. A ambivalência gerada pela instrumentalização dos mecanismos impede a discussão, a denúncia e a transformação dos mesmos. Isso relega a violência a um espaço amorfo, a uma filigrana difícil de ser percebida e compreendida. Ela insere-se nas relações sociais e institucionaliza seus mecanismos de forma fluída, ora baseando-se nas oposições e tensões dos encontros corporais, ora dissimulando-se nos gestos, ações, palavras e modos de ser.

Importante ressaltar que a violência deixa suas marcas nos corpos e, até mesmo, nos modos de ser e viver a realidades presenciais, mas suas artimanhas internas são alocadas de forma a escamotear suas posições. A preocupação, portanto, tem sido com estes mecanismos de junção, manutenção e propagação dos atos opressivos e silenciadores dos sujeitos. O rearranjo social, portanto, agrega estes elementos, podendo contornar as regras ou até mesmo acentuar os mecanismos recorrentes. A compreensão destas artimanhas usadas em determinadas situações de violência poderia ajudar na recomposição de algumas identidades amealhadas nas relações com os outros, com o mundo e consigo mesmo. Enfim, torna-se propositivo, evidenciando os modos dissimuladores utilizados nas situações que imperam a agressão e a destruição do outro.

Uma estudante com aproximadamente treze anos chegou para a coordenadora do colégio e relatou que um professor havia “mexido” com ela. A mãe da estudante foi ao colégio e relatou, na ocasião, à coordenadora que a menina estava sendo estuprada pelo padrasto e que ela dependia dele, pois tinha quatro filhos e estava sozinha. A coordenadora reuniu os professores e relatou, então, a história da menina e da mãe.²²⁶ No entanto, ela não denunciou o caso junto ao Conselho Tutelar da cidade de Maracaçumé; optou pelo silêncio a pedido da mãe. O caso demonstra que violência perpetua certa indiferença, pois a coordenadora negligenciou o fato, considerando-o corriqueiro, pois envolvia uma questão de sobrevivência.

O que se pode constatar é que a violência perdura, em determinado segmento social, como um mecanismo necessário e natural. Ao relatar o fato a coordenadora sorria. A reação dela pode demonstrar algumas dificuldades correntes na administração dos casos de violência que envolve família, sobrevivência, escola, direito e, até mesmo, história pessoal. O sorriso pode demonstrar certo nervosismo, bem como demonstrar certa perpetuação da violência referente ao abuso sexual de menores na região. A reação da coordenadora foi, no mínimo, estranha. E os professores, igualmente, silenciaram-se. O rearranjo social, neste caso, torna-se

²²⁶ A coordenadora fez o presente relato numa conversa informal na Centro Educacional Maria da Conceição.

indiferente. A estrutura social institucionalizada precisa manter em movimento a sociedade. Desta maneira, o caso de violência citado institucionaliza a indiferença e o isolamento das pessoas.

A adolescente estuprada é muda e diante de tanta violência afastou-se da escola. A partir deste fato é possível constatar que uma estrutura dissimuladora concebe a violência como um evento natural, tolerando certas ações e relações opressivas. Analisar os rearranjos, neste caso, é tornar o mecanismo de dissimulação evidente, pois é o mesmo que provoca a criação de certas identidades ressentidas, voltadas para a reprodução das regras de socialização locais. E, além disso, banaliza-se o fato, porque o corpo da adolescente se torna objeto de prazer e de manutenção da funcionalidade familiar, preocupada com a sobrevivência.

O rearranjo social, portanto, pode tornar-se recorrente, pois além de tolerar alguns atos agressivos, reforça-os nas diversas formas de relação, isto é, institucional-legal, social e territorial. Esse imbróglio desemboca em determinada identidade e cria certo modo de ser desconfiado, ou seja, um estilo de vida isolado e voluntarista que resolve suas diferenças por meio das regras vigentes e opressivas, tais como: manipulação das informações, ameaças, assassinatos, mordidas, perseguição, insegurança, preconceitos, racismos, misoginia, grupos mafiosos e poder aquisitivo. A recorrência passa a gerir as relações sociais, centralizando, unificando, regulando e controlando os corpos.

A instrumentalização da violência possibilita que estes mecanismos subsistam e disseminem-se nas relações locais. Além disso, ancora-se numa estrutura simples e eficiente de subjugação do outro, tornando-o uma espécie de degrau, trampolim e palco de vaidades exibicionistas de poder. Ao subjugar o outro aos meus princípios hierárquicos, delimito sua forma de ver, experimentar e relacionar-se com os circunvizinhos. Assim sendo, a disputa, o isolamento, o voluntarismo são exacerbados, porque as instituições não apóiam e, tampouco, envolvem-se na luta contra aquilo que supostamente mantém a estrutura opressiva funcionando. E, até certa medida, elas encobrem as ações, visando à manutenção das hierarquias locais.

Alguns exemplos demonstram as banalizações dos desrespeitos, das agressões e das opressões. A violência se torna banal quando discutida na perspectiva da posse de outrem. Um grupo de senhores conversava abertamente, num bar,²²⁷ sobre o uso e o abuso sexual de menores. “Algumas meninas têm mais hora na cama do que urubu de vô”, afirmava um professor e ex-vereador. A assertiva visava justificar a violência contra as adolescentes como

²²⁷ O bar está localizado na Cidade de Maracaçumé, MA.

circunstanciais e normais. A violência cometida contra os corpos dos adolescentes torna-se aceita, pois certo discurso (social e androcêntrico) sustenta a coisificação e banalização da posse de outro para os próprios fins. Ela institucionaliza o direito ao alheio, ainda mais, quando este alheio é carente e pobre.

A instrumentalização da violência está associada, portanto, à subjugação do outro, ou ainda, a instrumentalização da mesma está relacionada à manipulação da vida, dos sentimentos, dos sonhos e dos processos de rearranjos de outrem. A partir desta perspectiva, estes mecanismos agressivos criam modos de rearranjos, quase sempre, baseados no silêncio, descaso, isolamento, medo, fuga e coerção. A afetividade é corrompida pelos mesmos, produzindo certa recorrência e naturalização da violência, delimitando as formas de rearranjos comunitários, fundamentados na partilha, no respeito ao direito do outro e na relação de criação de novas formas de composição de identidades sociais.

Os rearranjos podem ser, por isso, recorrentes, operacionalizados por certos modos opressivos e possessivos, que manipulam a violência a fim de manter um estilo de vida. Desta maneira, eles podem se tornar ressentidos, reproduzindo as regras dos jogos territoriais; as tensões oriundas das relações entre os sujeitos são controladas e direcionadas para a manutenção da estrutura social local. Assim sendo, os rearranjos sociais passam a ser funcionais, seguindo os jogos de sobrevivência determinados por algumas pessoas influentes e poderosos, ou ainda, pelos modelos institucionais manipulados pelos sistemas econômico-globais. Ou seja, o capitalismo integra as ações, as regras, normas, costumes e valores internacionais. Enfim, a análise dos rearranjos sociais dos sujeitos quer dar certa visibilidade a estes mecanismos institucionais, porque os mesmos se sustentam sobre a imposição, dominação e abuso de outrem, dirimindo a afetividade e composição alternativa de si.

4.1.1 A existência e a insistência

As condições atuais de exploração, opressão e dominação marcam a vida de muitos sujeitos, principalmente, nas regiões mais carentes do país. A defesa só dos interesses pessoais, alinhada à manutenção de uma imagem pessoal delimita e cerceia as potencialidades vitais, provocando certa morosidade, sofrimento e descarte dos corpos excedentes, fracos e debilitados. A realidade destas pessoas passa a ser gerida por um sistema que além de impedir quer delimitar os modos de ser, resistir e residir naquela região e território. A existência passa ser marcada pelos jogos de sobrevivência, configurando rearranjos sociais voltados para a

sobrevivência no local, tais como silêncio, prostituição, morte, traição, abuso sexual, agressão e descaso judicial.

A existência humana (a vida latente dos sujeitos) se torna desperdiçada,²²⁸ relegada a um entulho de objetos insignificantes, sendo valorizada pela capacidade de aceitação e agregação aos valores hierárquicos locais. A análise dos rearranjos sociais dos sujeitos ancora-se nas turbulências que circundam os interesses econômicos e sociais, que definem e criam modos de socialização baseados em relações desiguais; excluem seus excedentes (lixos) e instrumentalizam as potências vitais. Desta maneira, alimentam as dessimetrias regionais, avultam os conflitos e aceleram as disputadas entre os diferentes grupos que compõem determinada comunidade local. A violência torna-se mecanismo eficiente na solidificação das regras, sendo operacionalizada por alguns sujeitos a fim de garantir os interesses pessoais.

O conflito em Macapá entre os índios e os plantadores de arroz, amplamente divulgado pelos meios de comunicação do país, demonstra que as regras estabelecidas na solução dos conflitos e a relação econômico-social têm provocado disputas acirradas pelas terras produtivas e estratégicas. A subjugação do outro e de um grupo torna-se possível mediante o uso da violência, materializada nos assassinatos, perseguições, expulsões e segregação do diferente. A violência, portanto, naquele contexto serve aos interesses dos produtores de arroz, pois eles possuem as armas, manipulam o sistema e corrompem as regras locais. Enfim, ela torna-se instrumento de um “caos” manipulável, produzindo modos de ser inseguros. Desta maneira, os sujeitos passam a se preocuparem com a própria sobrevivência, do grupo e da família.

A perspectiva acima exposta possibilita a visibilidade do jogo de interesses que cerceiam e envolvem os modos de ser dos sujeitos e, portanto, seus conseqüentes rearranjos sociais. A disputa por um território produtivo torna pública a discussão da violência e dos interesses econômicos que circundam algumas regiões do país. O sistema baseado na produção em grande escala e na monopolização da agricultura tende a aumentar os conflitos, as mortes e a luta pelos territórios produtivos. A disseminação da violência, enquanto estratégia de dominação e posse do outro, produz seus resultados, pois garante o anonimato dos “senhores da guerra”, dos detentores dos mecanismos institucionais.

A violência se torna financiada e envolve os próprios moradores da região. O sujeito passa a matar seu semelhante defendendo, também, sua sobrevivência, sendo comprado por algumas migalhas de dinheiro, iludidos com as promessas de prosperidade e progresso para a região. O conflito não pode ser tachado de “disputa de classe social”, mas, sim, de uma

²²⁸ BAUMAN, Zygmunt. 2005.

estratégia de dominação que instrumentaliza a violência corrente na região e nos modos de ser dos sujeitos. Deste modo, o pobre e morador da região passa a disputar com o seu semelhante o que já lhe pertence. O financiamento do conflito e a produção do mesmo colocam em rota de colisão as pessoas que vivem no mesmo contexto social, acirrando as disputas, os assassinatos e a pilhagem entre elas mesmas.

A situação acima colocada demonstra que alguns conflitos são produzidos, a fim de garantir rearranjos sociais fundamentados em disputas entre pessoas do mesmo contexto social. A partir destas perspectivas, é possível perceber que nos fatos violentos toda uma lógica e interesses aleatórios motivam e, até mesmo, sustentam organizações sociais “predatórias”, baseadas na eliminação pura e simples das pessoas que contestam a lógica do sistema e não se enquadram no mesmo. A existência, portanto, torna-se marcada por disputas e agressões, definindo um modo de jogo de sobrevivência voltado para a resistência, insistência e recomposições sociais recorrentes. A análise dos rearranjos sociais, por isso, preocupa-se mais com estas formas de jogos de sobrevivência, ou seja, de recomposições dos modos de ser em situações que envolvem uma estratégia de violência.

Em resumo, enquanto os mecanismos institucionais perpetuam a discriminação, a violência, a opressão através dos interesses econômicos de alguns poucos, a resistência e as formas de rearranjos sociais ampliam suas facetas e redes de apoio. A instituição não atua, portanto, só através de regras, normas e sistemas de regulação social, mas, também, por meio de “defensores” dos interesses econômicos, tais como produtores, fazendeiros, serralheiros e outros. Enfim, as relações sociais envolvem os agentes, as normas, as estruturas, as regras e criam, a partir destas perspectivas, outros espaços e estilos de ser mais ou menos violentos. A tendência, conforme idéias desenvolvidas anteriormente, é a recorrência, ou seja, a manutenção do status quo e dos modos de operação.

4.1.2 A ontogênese e os jogos de sobrevivência

Ao analisar os rearranjos sociais dos sujeitos em situação de violência, ou de como eles constroem identidades e relações sociais, contorna a discussão baseada na ontogênese. As razões, causas e motivos aliciadores das relações entre os sujeitos, os mundos vivenciais e os circunvizinhos tornam-se um desafio premente. A análise, portanto, precisa envolver alguns dos eventos que marcam os segmentos sociais atuais, agregando-os, a fim de aproximar as hipóteses acerca das composições de si, das transformações sociais e nas alterações dos modos de ser dos sujeitos. Assim sendo, auscultar as relações sociais, através dos fatos triviais ou

inesperados, pode permitir a averiguação destes pontos de encontros, alterações e modificações nos diversos rearranjos sociais dos sujeitos.

As relações sociais são dinâmicas, pois possibilitam tanto a manutenção de determinados princípios e valores locais, bem como provocam alterações nos modos de ser e de viver dos sujeitos. Elas, portanto, criam modos aleatórios de ser, em que determinadas regras sociais de convivência e sustentação dos sistemas de opressão local são questionadas ou reafirmadas. A ambivalência permite aos encontros sociais a produção de outras condições de possibilidade, ou seja, condições de visibilidade, experimentação e composição de novos e velhos modos de ser. Entretanto, dentro desta dimensão, quando afetado por fatos e ações violentas, os sujeitos tendem a se rearranjarem de modo ressentido, buscando retornar a um estado anterior e, ainda, incólume.

A perversão²²⁹ é própria das relações e dos encontros dos sujeitos. Ela altera as preposições, cria novos saberes e dimensiona as realidades locais. Se a violência tende a reforçar os mecanismos recorrentes, conforme já se afirmou anteriormente, ela também solidifica as relações desiguais, a recorrência é estratégia viável e efetiva neste processo de composição naturalizada e contextual de diminuição do outro. Deste modo, a busca pela causa da violência, ao contrário do que se espera e objetiva, reforça os mecanismos de imposição das regras e das hierarquias sociais, pois a compreende como realidade preposta. E, além disso, marginaliza-a no processo de composição da sociedade, conceituando como uma mazela oriunda de desvios e modos associais.

Os jogos de sobrevivência, portanto, agregam todos os elementos sociais, direcionando-os para uma suposta efetividade. As relações sociais acontecem em meio a estes intrincados conflitos e crises, dando certo contorno aos rearranjos sociais dos sujeitos. A variedade de acontecimentos (de espaços, condições pessoais e intensidades) transforma, constantemente, a compreensão dos próprios corpos, delimitando uma espécie de processo tenso e perverso. A perversão abre outro modo de rearranjo social, voltado mais para o fortuito, os jogos, os encontros e menos para as causas escusas, camufladas por um sistema, supostamente, abscondido. Torna-se mister romper com uma lógica possessiva e deliberada de menorização do outro. Entretanto, os jogos sociais de sobrevivência podem possibilitar a compreensão dinâmica dos rearranjos sociais, pois dinamizam as relações interativas.

²²⁹ O termo perversão designa transformação, alteração e redefinições. Ele agrega a idéia de que as relações sociais baseiam-se, muitas vezes, na sensualidade, erotização, empatia e paixão. Dessa maneira, a perversão movimenta os corpos.

O objetivo é descobrir os pontos de encontros, de variações e transformações que os mesmos produzem. A prerrogativa colocada pelos estudos genealógicos, nesta direção conjuga as ações e as posições que os eventos de violências provocam na atualidade, bem como os efeitos das mesmas nas diversas composições sociais dos sujeitos. Enfim, agrega as marcas e os traços de violência que condicionam os modos de ser em determinados jogos de sobrevivência e contexto social, isto é, influenciam as relações dos sujeitos consigo mesmos, com o mundo e com os outros. Assim sendo, as relações sociais prefiguram modos de ser condicionados por algumas características locais, sejam elas culturais ou econômicas.

As violências podem ser discriminadas e estruturadas de várias formas, facilitando e complicando a visibilidade das mesmas. Nesta direção, condicioná-la a um determinado conceito pode possibilitar, somente, a visibilidade de um conjunto de ações e agenciamentos de diferentes contextos e situações. Isso remete, logicamente, a certa experimentação, modulação e criação de estilos de vida, modos de ser e de relacionar-se. O estudo sobre a violência, portanto, posiciona a preocupação nos eventos atuais e aleatórios, retirando o pensamento de um suposto vazio e abstração, remetendo-o a certo espaço, tempo e corpo.

Nesta direção, os estilos de vida, as alterações das disposições dos corpos e as complicações das composições sociais tornam-se efeitos de determinadas experiências, em que os sujeitos instrumentalizam modos violentos e disseminam determinadas ações que excluem, afastam, silenciam, embrutecem, segregam, condicionam as diversas relações sociais. As análises, portanto, não precisam estar fixadas nos estudos ontogênicos, mas, sim, nas formas de relações que são estabelecidas entre os sujeitos, com o mundo e consigo mesmos. Deste modo, os rearranjos sociais podem demonstrar estes mecanismos utilizados em algumas situações, a fim de garantir certos modos normatizados e disciplinadores das relações.

[...] A vida social é constituída de uma infinidade dessas relações. Assim, encontros, trocas, discussões, conflitos, disputas, competições, como também, relações de trabalho, de poder, amorosas, etc. se desenrolam num tempo e num espaço definidos.²³⁰

As relações sociais trazem à tona um conjunto de inserções, histórias, estilos e movimentos, além de efetivá-los, constantemente, nos rearranjos sociais dos sujeitos. Desta maneira, não é possível projetar um modo de relação social perfeita, pois elas se efetivam sobre elementos e mecanismos diversos e em profusão. Assim sendo, a interação advém das inconstâncias que cercam os corpos e afetos decorrentes dos mesmos. A violência, portanto, neste contexto tende a manter os mecanismos, reforçando certa lógica dissociativa.

²³⁰ BARROS FILHO, Clóvis de. **Comunicação do eu: ética e solidão**. Petrópolis, Vozes, 2005, p.83.

4.2 As tensões e as regras de dominação

A sociedade atual vive tensões latentes, em que uma série de situações de violências, descobertas científicas, movimentos populares e produção tecnológica impõem aos processos de rearranjos sociais dos sujeitos outras exigências de redefinições e alterações. As transformações são, quase sempre, definidas por certas condições de acesso, cultura e poder aquisitivo, em que as regras de dominação resguardam certa estrutura de relação entre os sujeitos, grupos e organizações locais. Enfim, os rearranjos sociais dos sujeitos tornam-se mecanismos de sustentação das diferenças de determinadas situações sociais, interesses econômicos e relações de poder²³¹ local.

Algumas pessoas não têm acesso a estas tecnologias e transformações sociais, vivem à margem do sistema global de economia e da cultura, ora por imposição dos interesses econômicos, ora por estratégia de manutenção do *status quo*. A questão geográfica,²³² o progresso e as regras que regem as relações locais definem, portanto, o desenvolvimento, a composição e as transformações dos sujeitos, pois limitam o acesso às informações e, conseqüentemente, restringem as experimentações e criações de outras possibilidades de si, ou seja, de outros modos de ser. Assim sendo, as composições sociais terminam sendo definidas por mecanismos estruturais e oligárquicos, geridos por um conjunto de ações violentas e repressivas que reprimem, de certa maneira, as variações e as relações entre os sujeitos.

Os contextos sociais, os interesses econômicos e os fatos violentos condicionam as relações locais, gerando um clima de insegurança e pavor nos sujeitos que experimentam, diariamente, estas situações. O silêncio passa a imperar, a indiferença passa a reger as interações sociais e o medo domina os espaços públicos. Uma menina abusada sexualmente, por exemplo, pelo próprio pai e pelo tio não consegue ter forças e apoio para fugir do ambiente fechado da família. A violência parece criar, neste caso, modos de ser, condicionando as relações com o mundo, como os outros. Ela se torna naturalizada e institucionalizada. A certa distância da região e do evento o comportamento deixa transparecer certa barbárie²³³, mas ao

²³¹ FOUCAULT, Michel. 2002. Ele compreende que as relações de poder são definidas por certa dinamicidade, pois o poder não é posse deste ou daquele sujeito, mas flutua, flui, age e forma as relações entre os mesmos. Assim sendo, elas não carregam consigo, internamente, juízos e condenações; operam dentro da perspectiva da agregação, conjunção e redefinição dos corpos. Elas, portanto, operam sobre interesses e projetos constitutivos da realidade, vibrando e circulando os diferentes grupos e contextos locais.

²³² Ao mencionar a geografia está se pensando nos fatores que definem certa área territorial. DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. 1992. Os autores definem estes movimentos como territorialização e desterritorialização, ou seja, a geografia relaciona os corpos e os espaços, ou melhor, a forma como cada sujeito se coloca nas topologias.

²³³ O desafio colocado aos alunos do Centro Educacional Maria da Conceição, Maracaçumé, Maranhão, foi a elaboração de um texto. O tema era de livre escolha e deveria ser desenvolvido em grupo. Então, uma adolescente de 13 anos tomou um papel e escreveu: *o maior problema que vejo na adolescência é o abuso sexual cometido pelo próprio pai e tio*. O silêncio parece ser rompido na escrita de um parágrafo. Ela não precisou verbalizar e, tampouco, explicar o conteúdo. Ela apenas deixou pistas

aproximar-se dos sujeitos e experimentar os modos de relações locais, percebe-se que o fato é mais ou menos corriqueiro.

A região mencionada, neste caso, é Maracaçumé, Maranhão. A região foi marcada pelo garimpo e, atualmente, pela extração de madeira. As riquezas estão concentradas na mão de poucas pessoas. Ainda impera a lei da justiça com as próprias mãos, em que pistoleiros garantem a “ordem” local; matam, roubam, ameaçam e violentam as outras pessoas impunemente. A partir desta realidade, o abuso sexual de adolescentes é cotidiano. A situação precária e o alto nível de violência naturalizada podem explicar, em parte, a instrumentalização do corpo de meninas e meninos. No entanto, o que se pode perceber é certa institucionalização dos mecanismos de força, imposição, regime, costume, normatização, centralização e coisificação. O abuso sexual, neste caso, demonstra e dimensiona a violência recorrente, pois leva os envolvidos, na maioria dos casos, a repetir o evento experimentado, a rever o passado instrumentalizando o corpo alheio.

A partir desta situação e de tantas outras que, diariamente, são exibidas nos meios de comunicação, o desafio é analisar a violência nos jogos de sobrevivência dos sujeitos. Assim sendo, a existência passaria a ser compreendida nos jogos de resistência e de invenção dos modos de ser coletivos, contornando os debates baseados, simplesmente, nos excessivos e diversificados fatos diários. A preocupação com os rearranjos dos corpos procura apresentar, portanto, certa visibilidade aos processos subjetivos daí decorrentes, agregando os efeitos que os mesmos produzem no conjunto da vida social. Enfim, as transformações que eles produzem nos corpos e nos modos de ser dos sujeitos que deixam transparecer certos estilos institucionalizados

O relato bíblico da mulher encurvada, por exemplo, demonstra esta dimensão subjetiva, ou seja, os fatos que corrompem o corpo, a visibilidade social e as relações interpessoais. A posição, o movimento e as relações dos corpos são alteradas; transforma a potência; desloca o mundo. Enfim, a mulher do relato bíblico é colocada à margem da sociedade; reorganiza sua vida e suas formas de sobrevivência social. O caso demonstra que a violência social (institucionalizada pelas regras de pureza) pode mudar a relação do sujeito com o mundo, consigo mesmo e com os outros, provocando no corpo diferentes (de)formações. A humilhação não precisa trazer à tona a idéia da redenção, mas expor certo modelo de instituição da violência contra o diferente.

para que o professor soubesse de sua realidade. A adolescente é calada, distante e tem dificuldade de aprendizagem. Enfim, ela parece se distanciar das relações sociais.

A adolescente da 5ª série do Centro Educacional Maria da Conceição tornou-se, por exemplo, indiferente e, agora, muda. Aproximando-se do relato bíblico da mulher encurvada. Sua voz não foi ouvida, por isso, silenciou-se. As instituições não a apoiaram, portanto, tornou-se indiferente, as outras pessoas naturalizam o abuso sexual e a abandonaram. Portanto, ela, dissimuladamente, posiciona-se no mundo, criou seus mecanismos de defesa e afastou-se. A adolescente parece entrar e sair da escola sem aprender, ver e ser sentida pelos circunvizinhos, pois construiu um mundo à parte, diferente, distante e solitário. O contexto social de agressão excluiu a adolescente, transformando-a numa figura apática e inacessível, porque seu mundo tornou-se, de certo modo, distante.

O rearranjo social desta adolescente e da mulher encurvada, por exemplo, é marcado por excessos e indiferenças sociais institucionalizadas. A violência, a partir daí, torna-se banalizada e naturalizada pelos jogos de sobrevivência; marginaliza alguns sujeitos e cria neles perfis que os afasta, ainda mais, da convivência social. Em resumo, alguns modos de rearranjos sociais diante das violências tornam-se recorrentes, porque as condições impostas pelos modelos centralizadores delimitam as relações com os circunvizinhos. A recorrência, assim, permite que grande parte destes sujeitos reproduza as regras experimentadas, encontrando nelas certa coerência de ação e interação. A violência se institucionaliza nestes espaços, estilos e relações, condicionando os efeitos dos corpos afetados, dirimindo suas potências criativas.

4.2.1. A idealização e as realidades vivenciais dos sujeitos

A discussão dos princípios idealistas de realização plena, baseadas e fundamentadas, quase sempre, em idéias futuristas perde espaços para os projetos transitórios e fortuitos de sobrevivência. As instituições, baluartes destes projetos sociais e de segurança social (preservação e defesa dos direitos humanos), tornam-se frágeis e efêmeras, pois procuram reter certa historicidade, manter certos estilos e preservar leis locais de sobrevivência. Elas foram corrompidas por certos valores locais (e globais) de imposição de regras e dominação do outro. Assim sendo, as instituições têm servido aos mais fortes, delimitando os espaços, interações e abstrações (a experimentação do diferente) dos outros sujeitos.

A atualidade, portanto, é circulada por diversos fatos que alteram a organização social e provocam movimentações e transformações dos espaços, dos corpos e dos estilos dos sujeitos. A partir desta premissa, a atualidade é demarcada por este conjunto de forças (corpos e fatos) que efetuam sobre os sujeitos deslocamentos. A preocupação se volta para a personificação, em

que os corpos dos sujeitos são engessados dentro de certos princípios legais e corriqueiros, e regulados pelos sistemas instituidores de estilos de ser.

A coordenação pedagógica do Centro Educacional Maria da Conceição, diante do abuso sexual da adolescente, pode estar preocupada mais com a estrutura organizativa da escola e menos com as transformações que a mesma precisa experimentar. O problema não é isolado. Assim sendo, o abuso sexual de adolescentes é compreendido, de certa maneira, como um fato grotesco, insolúvel e naturalizado. As causas são valorizadas, muitas vezes, em detrimento das condições que elas produzem. A adolescente abusada pelo padrasto é marginalizada e sua situação social, ou seja, a miséria, o abandono impõem sobre seu corpo marcas de violência.

O conjunto das causas não pode suplantar a inscrição que os fatos produzem nos corpos dos sujeitos. Estabelecer, somente, uma possibilidade de visibilidade e de relação entre as causas e conseqüências das situações coroadas de violências pode reduzir os meios de resistência às mesmas.²³⁴ A jovem que experimenta a violência familiar (abuso sexual do pai e do tio) pode não estar, por exemplo, preocupada com as causas, mas, sim, com os meios de fuga e de verbalização que possibilitem novas formas de rearranjos sociais. O modelo institucional, como já se afirmou acima, não tem conseguido potencializar estas fugas, pois torna a agressão naturalizada e necessária. Enfim, como um meio que possibilita a imposição e dominação do outro, personificando e isolando os fatos.

Os rearranjos sociais dos sujeitos não seguem e, tampouco, limitam-se às estruturas organizacionais de determinada comunidade. Eles podem dinamizar (também encruar) as realidades vivenciais, a fim de possibilitarem meios e formas de sobrevivência das pessoas. Assim sendo, a atualidade, enquanto realidades vivenciais e pontos de fugas, torna-se espaço de criação e de condição de possibilidade de criação de si, em que as formas de ser podem ser contraídas e expandidas. Os exemplos demonstram que alguns mecanismos sociais isolam, silenciam e ignoram os eventos de violência, encontrando na estrutura e nos jogos de sobrevivência as razões amenizadoras. Neste sentido, a análise os rearranjos sociais tem procurado dar visibilidade a estes mecanismos sociais, contornando a discussão das causas.

O termo atualidade, portanto, é compreendido, neste texto, como um conjunto de fatos e corpos ligados a uma determinada temporalidade, contexto social e estilos de vida. Ela,

²³⁴ As relações de poder, portanto, vão além de uma causa e efeito condensador das razões existenciais. Neste sentido, elas criam formas de ser e de normatização de certas regras e condições sociais. Os rearranjos sociais dos sujeitos estão mais próximos destas relações que fogem ao controle unificador e redutor dos métodos que se baseiam nas causas puras e nas conseqüências inevitáveis. A fuga e a procura de espaços alternativos de expressão devem ser considerados ora como meios de reprodução do vivido, ora como possibilidade de criação do novo e do saudável.

portanto, agencia (conceitualmente) as relações dos sujeitos consigo mesmos, com as realidades circunvizinhas e com os outros. O conceito define, neste caso, as tensões que circundam os diversos estilos sociais, independente da situação social, contexto vivencial, cor, credo, sexo e grupo. Desta maneira, as tensões são marcadas pelo conjunto dos fatos que geram nos corpos diversas inquietações e provocam rearranjos sociais, possibilitando aos sujeitos invenções de outros modos de ser e relacionar.

Os modos de ser podem ser variados e divergentes. Entretanto, diante de certas situações vivenciais de violência, apresentam resquícios das ações agressivas e repressivas. Os movimentos de composição das identidades tornam-se, portanto, circulares; retomam as mazelas como forma de reorganização das experiências. Diante desta perspectiva, os rearranjos sociais dos sujeitos podem apresentar condicionamentos, pois diante de alguns eventos os modos de ser seguem determinadas regras e condições contextuais. A agressão, por exemplo, passa a ser compreendida como repressão dos erros e como consequência de ações incomuns.

O salário do pecado, em muitos casos, acaba sendo a morte. Um jovem de 17 anos foi morto em plena luz do dia, pois havia tomado parte no assassinato de outro viciado. Ele, na presença de muitas pessoas, foi morto a golpes de pau e facadas; tornou-se mais uma vítima da intolerância e da falta de justiça legal. A ação violenta cria nos espectadores uma falsa idéia de justiça retributiva, em que os lesados usam as próprias mãos para corrigir, educar e vingar alguma ação anterior e agressiva. A dupla que cometeu o crime no município de Maracaçumé fugiu, deixando para trás toda uma forma de rearranjo social tensa e silenciada das pessoas que presenciaram os fatos. As pessoas não viram e, tampouco, falam do ocorrido. O medo institucionaliza a indiferença, o medo, a insegurança e a anomia.

Em resumo, é possível afirmar que as realidades não podem carregar idealismos eloqüentes e, tampouco, uma romanesca forma de interpretação das realidades vivenciais dos sujeitos. As violências cometidas e experimentadas, diariamente, trucidam a noção de partilha, de convivência e comunidade. As realidades, por si só, podem acirrar o caos e naturalizar a sobreposição de uns sobre os outros. Desta maneira, os rearranjos sociais não podem dispensar o sistema institucional de justiça e controle das interações sociais. Eles precisam agregar as afecções corporais, dimensionar a justiça e buscar perspectivas conjuntivas e alternativas aos modelos institucionais, pois, caso contrário, estarão subjugados aos sistemas centralizados, ou, na pior das hipóteses à barbárie humana da justiça com as próprias mãos. O rearranjo social, portanto, não é sinônimo de anarquia.

4.2.2 O jogo das sobrevivências e as tensões sociais

As tensões, na atualidade, remetem os corpos, então, para os jogos²³⁵ das sobrevivências. As relações de poder não estão baseadas só no jogo da ação e da resistência, mas, sim, nas diversas possibilidades de criação e constituição de si. Neste sentido, os jogos das sobrevivências atuais vão além da simples batalha entre dois corpos, quase sempre, classificados como opressores e oprimidos. As relações sociais vão além do maniqueísmo clássico entre bem e mal, certo e errado, legal e ilegal; pertencem a um conjunto que se aproxima, vagamente, da orientação institucional que regular as ações, centralizando e unificando as ações, corpos e estilos de ser.

Os modos de ser, nesta pesquisa, estão mais voltados para uma estilística que agrega os diversos elementos e acontecimentos sociais. Neste sentido, a composição dos corpos dos sujeitos operacionaliza formas de rearranjos sociais, que podem aumentar e diminuir a potência do corpo.²³⁶ A recorrência, neste caso, diminui a capacidade de alteração dos corpos, pois a preocupação está fixada na necessidade de recompor as rupturas, as lacunas e os vazios decorrentes dos encontros tensos. Os rearranjos sociais diante das violências tendem a ser limitados, porque se voltam para as causas, alijando as possibilidades de agregação dos elementos estranhos e recheados de tensões. Tornam-se institucionalizados.

O objetivo, neste caso, de afastar-se do mal, pura e simplesmente, precisa ser contornado e complicado pelas multiplicidades dos fatos, dos desvios e das finalidades. A composição social, neste caso, é marcada pelas possibilidades relacionais, em que diversos elementos influenciam os corpos e provocam modos alternativos de ser. O afastar-se do mal, enquanto forma de juízo e de condenação do mundo cria a imagem do perfeito de outrora, que foi quebrado pela ação unilateral de separação promovida pelos seres humanos. Os rearranjos sociais, a partir dos jogos de sobrevivência, embora condicionados pelas situações contextuais e culturais precisam ser agregadores, caso contrário, ficarão limitados pelo eterno retorno ao mesmo.²³⁷

As relações entre os diversos corpos, na atualidade, estão marcadas pelas multiplicidades dos fatos e das infinitas possibilidades de rearranjos sociais. Nesta direção, a disseminação de determinados elementos culturais, modelos econômicos, tendências de moda,

²³⁵ A compreensão deste termo está baseada no conceito de acontecimento. Neste sentido, o jogo não define regras de sobrevivência coletiva empedernidas, mas, antes, uma forma de compor as relações sociais. Assim sendo, ele possibilita uma espécie de “dança social”, em que a preocupação é com a adequação social. Enfim, ações que perfazem encaixes e desencaixes nos enlaces dos corpos, remetendo-os a ações recorrentes de isolamento, silêncio e indiferença.

²³⁶ SPINOZA, Benedictus de. 1983.

²³⁷ NIETZSCHE, W. Friederich. **Ecce Homo: como cheguei a ser o que sou**. São Paulo, Martin Claret, 2000.

conflitos entre povos, guerras contra o terrorismo e casos corriqueiros de violência (assassinatos, roubos, seqüestros, estupros, agressões contra mulheres) visa multiplicar as realidades, ampliando os problemas, bem como as direções e as soluções para os mesmos. As crises passam a ser globais, os fatos violentos banais e as soluções conjunturais. Isso provoca a sensação de certa inoperância social, pois as tensões fragilizam os corpos, conseqüentemente, diminuem a capacidade de resistência.

A atualidade, nesta direção, intrincada pelos fatos violentos divulgados pelos meios de comunicação, torna-se marcada por um crescente afastamento dos sujeitos do convívio público e coletivo. Além destes fatos, o sistema econômico cria uma classe de renegados, excluídos e indesejados,²³⁸ que se tornam, facilmente, manipulados pela ordem mundial de produção e instrumentalização do outro. A tendência, portanto, constatada nas relações sociais tem sido o aumento do individualismo e, conseqüentemente, segregação, em que muitas pessoas tornam-se excluídas, sem acesso aos direitos fundamentais e ao mercado de trabalho.

A competição fomentada pelo sistema global, além disso, leva os sujeitos a se tornarem voluntaristas, agressivos e indiferentes uns com outros. A exposição dos fatos e dos mecanismos de agressividades segue certo padrão sensacionalista. Desta maneira, transformado numa espécie de produto midiático, a violência é consumida por um número considerável de expectadores. Enfim, a banalização dos fatos violentos, dentro desta perspectiva sensacionalista das exposições dos fatos, tem fomentado também modos violentos de ser, ou seja, tem difundido os mecanismos de subjugação dos outros como eficiente e comum.

Alguns programas televisivos têm alto índice de audiência, pois relatam casos de violência, transformando-os em rotineiros e banais. Um programa jornalístico exibido pela TV Bandeirantes, denominado de Brasil Urgente, baseava suas reportagens em roubos, assassinatos, seqüestros e tráfico de drogas. O programa atingia as classes carentes, pois de alguma forma as realidades que as pessoas experimentavam no dia-a-dia aproximava e possibilitava a associação dos fatos e dos envolvidos. O consumo da violência cria liames entre as diferentes comunidades urbanas, pois elas se vêem representadas nos fatos.

Os eventos que ocorrem no bairro, na rua e nas cercanias onde moram e trabalham provocam, além do medo, silêncio e indiferença, um sentimento de pertença. A mídia possibilita isso ao expor os fatos de determinadas localidades, bem como as vítimas

²³⁸ BAUMAN, Zygmunt. 2005. O autor demonstra neste livro que o sistema atual econômico tem criado "certo lixo social". Isto é, tem reduzido a vida de algumas pessoas aos campos de refugiados, prisões e marginalidade. A estratégia é reduzir as pessoas a certos espaços, diminuindo com isso os gastos públicos com as questões sociais, educacionais e estruturais.

envolvidas. Isso aguça, por um lado, o consumo sensacionalista do produto e, por outro lado, conecta as diferentes comunidades numa espécie de rede de pertença, onde a violência gratuita torna-se o ingrediente principal. O diálogo entre as pessoas é marcado, por isso, pelas inúmeras situações vividas de violência. Enfim, o jogo da sobrevivência pode provocar uma forma de composição social, baseada na idéia de pertença, em que os sujeitos estão inseridos e contextualizados em determinadas realidades locais e, até mesmo, globais. Assim sendo, a violência se torna produto de consumo, pois não só “democratiza” o sofrimento, mas unifica as sensações de medo, insegurança, impotência e angústia.

4.3 O sensacionalismo e a violência institucionalizada

O PCC (Primeiro Comando da Capital) organizou uma série de ataques na cidade de São Paulo.²³⁹ O objetivo era medir forças com a organização presidiária e, conseqüentemente, com as autoridades constituídas. Uma série de ataques perpetrados pelos membros do PCC e a reação da Polícia Militar causaram mortes de inocentes. O caos público se instalou e foi, amplamente, divulgado pelas mídias, que viam nos fatos uma grande oportunidade de comover a opinião pública contra a organização do sistema presidiário diante das novas formas de atuação que o crime organizado demonstrava. A apresentação das notícias baseava-se, principalmente, na dificuldade da polícia militar em conter as investidas dos criminosos detidos.

As notícias procuraram demonstrar a capacidade bélica do grupo e a capacidade frágil e ineficiente de reação do polícia. Isso provocou, conforme relatos e fatos, a morte de muitas pessoas, entre eles muitos membros do PCC. A necessidade de impor a lei e a ordem tornou-se possível a partir da comoção social, que passou a exigir a retaliação aos criminosos. Nesta direção, o sensacionalismo em relação aos fatos violentos tende a provocar reações desmedidas, isto é, arranjos virulentos e truncados, que objetivam a destruição pura e simples do outro. O modelo institucional acirra os sistemas punitivos e dissemina o caos, a fim de sustentar e fundamentar as ações de violência.

O sensacionalismo,²⁴⁰ atualmente, move os meios de divulgação dos fatos, pois garante a venda do produto. A estratégia, portanto, mantém uma máquina midiática que furunga as atrocidades no convívio social, a fim de provocar sentimentos transitórios, fortuitos e efêmeros.

²³⁹ A notícia foi divulgada por vários meios de comunicação. Eles exploravam o sensacionalismo e a ingerência do Estado.

²⁴⁰ A imprensa sensacionalista, normalmente, dá especial atenção à vida privada das celebridades. Entretanto, associada ao formato de jornalismo que acompanha presencialmente os fatos, torna-se uma excelente máquina de produção e consumo de notícias, pois divulga a dimensão emocional do fato, ou seja, pessoas abatidas, chorando e em desespero.

Em outros termos, a máquina cria uma rede de fatos, sempre, novos, fazendo com que os eventos passados sejam esquecidos e menores. O fato atual é tornado central. Nesta direção, a violência provoca os rearranjos sociais, mas de forma efêmera, pois os inúmeros fatos devem ser consumidos imediatamente, sem qualquer reflexão. Assim sendo, ele mantém uma máquina voltada mais para a comercialização dos fatos e menos para a transformação da realidade.

A exposição dos fatos ligados à violência, em alguns casos, segue uma regra comercial de produção de resultados e de viabilização do consumo de determinados serviços e produtos. Assim sendo, a manha nas exposições corriqueiras da violência dá certo suporte para a disseminação do consumo individual, provocando o afastamento do convívio coletivo e a insegurança. Diferentes formas de violência,²⁴¹ portanto, são disseminadas pelos aparelhos constituídos, seguindo determinado objetivo econômico, isto é, a venda de produtos, serviços e espaços que garante certa segurança pessoal. Enfim, os eventos são exaustivamente expostos visando a difusão de determinados valores, quase sempre, baseados no voluntarismo e na segregação social.

A divulgação das realidades atuais, dentro de determinada perspectiva demonstrativa, redefine as funções dos poderes constituídos. Se outrora as estratégias de controle dos eventos sociais baseavam-se, primordialmente, na capacidade de proteção e segurança oferecidas pelo Estado-Nação, atualmente elas sofrem reajustes estruturais, pois uma economia denominada de “mercado livre” quer ditar os rumos da movimentação social. A demonstração dos inúmeros casos de violência e o aparente descaso por parte das autoridades estabelecidas possibilita a disseminação do medo, da insegurança, do voluntarismo, do individualismo, da reclusão social. Enfim, a violência é instrumentalizada de forma a garantir certos interesses econômicos, baseados na proteção, realização e circularidade social dos sujeitos.

As regiões onde predomina a extração do ouro e da madeira são marcadas por este tipo de controle. Capangas e pistoleiros garantem que interesses pessoais sobreponham aos interesses comunitários. A banalização do voluntarismo e a ausência da lei e do Estado são evidentes. Um assassino pode ser contratado por quinhentos reais, revelando que a força e a arma de fogo mantêm o curso dos negócios escusos ilesos. Os pobres matam os pobres, os

²⁴¹ O conceito de violência pode ser discriminado e estruturado, por exemplo, como violência doméstica, sexual, verbal, emocional, psicológica, paterna, materna, social, etc. Enfim, há todo um rol de estudos que apontam para as especificidades da mesma, ou seja, para suas diferentes implicações. Salienta-se que a violência, como aqui se quer pesquisar, está associada aos processos de rearranjos. Nesta direção, ela engloba os diferentes estilos, territórios e espacialidades. O estudo, como alguns poderiam imaginar, não é generalista, mas, antes, agenciador dos efeitos que a mesma provoca nos corpos, nos modos de ser e relacionar no mundo. Em outros termos, a violência pode ser estruturada, mas seus efeitos nos modos de socialização dos sujeitos podem ser diversos e diversificantes.

trabalhadores se destroem a si mesmos, transformando a região numa terra devastada e marcada por crimes bárbaros e insolúveis.

A disseminação da violência planejada, atualmente, pela instituição segue, também, uma regra simples, quiçá simplória. A instituição que normatiza as relações sociais precisa escamotear suas ações, por isso, apropria-se das comoções nacionais, do medo e da insegurança que ela mesma espalha, para justificar as criminalizações, as penalizações e as repressões. O medo do terrorismo, por exemplo, dá suporte para ações violentas contra povos e motivo para diminuir as liberdades civis (ir e vir); a insegurança no mercado de trabalho fomenta a perda dos direitos trabalhistas; a repressão torna-se necessária por causa dos pequenos delitos.

O “remédio e a doença” se confundem dentro de certa tendência organizativa da sociedade, em que as relações sociais são balizadas pelas regras do mercado global, fundamentadas dentro de determinadas preposições das regras e dos interesses, afunilando as relações. A realidade local, muitas vezes, segue costumes e culturas hediondas, baseadas no senhor das terras, na família do político e nas condutas disseminadas pela tradição de dominação. A funcionalidade garante a rotina e continuidade destes eventos, embora eles sejam execráveis sob o ponto de vista da justiça e dos direitos humanos.

A formação e a organização social da região não definem, por isso, as políticas econômicas, mas, antes, permitem a análise dos resultados, através da mensuração dos dados estatísticos. Neste sentido, a violência passa a ter corpo, voz e espaço, transformando-se numa espécie de objeto, que manuseado por diversos interesses e tendências buscam a socialização dos sujeitos. O sujeito passa a chamar outro de “inhô” (senhor), abaixa a cabeça e dissimula as palavras como forma de proteção. A situação é tão evidente que mesmo na fila de banco e da padaria determinadas pessoas tomam a frente; as demais permanecem em silêncio, aceitam a condição, mínima talvez, de injustiça. O sistema de desmando, opressão e indiferença parece enraizado e empedernido nos olhares, estilos, reações das pessoas.

Outro exemplo, a nível global, são as guerras contra determinados regimes políticos (Iraque, Afeganistão, Geórgia, Servia, Colômbia). O “remédio” (solução apresentada pelas forças supostamente democráticas) receitado usa os mesmos princípios ativos, pois instrumentaliza as mesmas armas, corrompe os mesmos sistemas, tortura os corpos e cerceia a liberdade civil, a fim de garantir uma “vida abundante” para as pessoas (americanas e cidadãos do bem) envolvidas naquela situação. A formação e organização social, portanto, não definem as políticas públicas, mas, sim, os interesses de alguns pequenos grupos que valorizam mais os

resultados quantitativos e menos a vida humana.²⁴² A receita é a violência institucionalizada e, também, “necessária” que modula os corpos dos sujeitos.

A política social abandonou progressivamente a meta de reformar a sociedade e, em lugar disso, se preocupa em supervisionar a vida dos pobres. Sem dúvida, a causa disso está na ascendência das correntes conservadoras no país, mas a razão mais fundamental é que as explicações estruturais da pobreza carecem de plausibilidade. Se a pobreza se deve principalmente ao comportamento dos pobres antes do que às barreiras sociais então é o comportamento que deve mudar, mais do que a sociedade [...].²⁴³

A análise dos processos de rearranjos sociais dos sujeitos diante destes projetos de disseminação das relações de violência deve preocupar-se, essencialmente, com os modos de ser que irrompem na vida em sociedade. Assim sendo, o foco atual direcionado, primordialmente, para o combate militar dos regimes de governo pode estar, ao contrário do que se planeja, contribuindo para o acirramento das relações e agressões sociais. Se o problema é a pobreza e a sua conseqüente criminalização, a guerra contra regimes e supostos grupos terroristas atestam que a metodologia, atualmente, visa disseminar os mecanismos repressivos e a eficácia dos mesmos. A repressão, neste caso, instrumentaliza a violência presente nas relações sociais, dando à mesma um caráter estratégico e naturalizado.

A existência humana passa a ser regida por um conjunto de interesses baseados numa espécie de capitalismo global. A globalização, no seu significado mais perverso, fundamenta-se na guerra por uma “democracia” de governo, em que a liberdade do comércio e a política suplantam as culturas locais e os direitos adquiridos. A partir deste projeto, fomenta-se a rapinagem das riquezas naturais; são criados conflitos civis e ações repressivas (Haiti²⁴⁴); algumas nações são isoladas para torná-las dóceis e servis à lógica do mercado livre (Iran, Coréia do Norte, Cuba).

A violência pode criar, enquanto sistema político de imposição de valores, a lógica do: “quem pode ganha mais”, reduzindo a existência humana a um mero jogo de sobrevivência. Os efeitos daí decorrentes são: aumento da perseguição racial (Neo-nazistas), intolerância social

²⁴² Uma crítica contundente deste processo de formação social foi feita por Paulo Freire. O pedagogo afirma: *E é uma imoralidade, para mim, que se sobreponha, como se vem fazendo, aos interesses radicalmente humanos, os do mercado* (p. 112). FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 2. Ed. São Paulo, Paz e Terra, 1996. A formação dos sujeitos deve transpor, a partir de uma luta democrática e livre, os limites do mercado, valorizando as conjunções sociais, os estilos de vida, a partir de Freire, democráticos, baseados no diálogo, respeito ao diferente e à história de cada sujeito.

²⁴³ WACQUANT, Loïc. *As prisões da Miséria*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001, p. 48.

²⁴⁴ Enquanto corrijo este trabalho o país de Haiti está se reorganizando e se reconstruindo depois de um terremoto devastador em Porto Príncipe. A ajuda internacional está sendo de grande valia para que o caos não tome conta, de vez, da situação. Entretanto, algumas ajudas internacionais demonstram este aparato violento institucionalizado. O USA enviou mais de 12 mil soldados para a região, mas poucos médicos e enfermeiros. Ou seja, a repressão ao povo já combatido garante um montante de auxílio. O povo precisa é de comida, remédio, médicos, enfermeiros e não de soldados. O modelo da ordem é insensível, pois guarda poucos e marginaliza muitos.

(perseguição, agressão e assassinato de homossexuais), torturas políticas (prisões clandestinas), violência doméstica (mulheres e crianças violentadas).

As crises humanitárias ligadas à morte de pessoas inocentes (vítimas de minas terrestres e bombas) e famintas (AIDS e fome em alguns países africanos) são negligenciadas. A luta pela dignidade humana é suplantada em nome de projetos econômicos globais, baseados nos monopólios e controle das riquezas naturais. Em outros termos, dissemina-se a violência, o medo, a rapinagem de forma dissimulada, em nome da liberdade comercial, da democracia, do progresso e da liberdade dos povos. E para tanto o sistema utiliza da potência bélica, policial, tecnológica e informativa, a fim de subjugar os mais fracos, não só através da instrumentalização da força dos corpos para a produção, mas, também, no controle da mente e dos desejos. Enfim, a máquina subjetiva dos sistemas atuais de mercado cria e provoca ação violenta entre os sujeitos, a fim de produzir corpos dóceis, inseguros e reclusos.

As realidades atuais, portanto, estão recheadas destes fatos violentos, demonstrando que o problema não envolve só os efeitos danosos da economia. Elas envolvem estilos de vida disseminados e promovidos por políticas imperialistas. O discurso, dito oficial, produz certas visibilidades voltadas para as catástrofes e perdas dos valores sociais. Ele cria, discrimina e localiza os problemas, fazendo ver e propondo soluções, quase sempre, bélicas. Nesta perspectiva, o pobre é criminalizado,²⁴⁵ tornando-o refém do sistema de controle.

Em resumo, o sensacionalismo permite que os modelos de instituição, juntamente com os sistemas midiáticos, reforcem suas ações repressivas, reguladoras, centralizadoras e unificadoras. As ações passam a ser veiculadas e fundamentadas na emoção, compaixão e sofrimento das pessoas. A violência, a catástrofe natural, o atentado, a morte de inocentes fundamentam e produzem sentido para que o modelo amplie seu poder, condene grupos e silencie as revoltas. Enfim, o sensacionalismo torna-se uma arma manuseada e instrumentalizada pelos modelos de instituição.

4.3.1 O poder econômico, consumo e a violência

O consumismo disseminado tem estreita relação com os fatos violentos que tem marcado algumas relações sociais. O sonho de possuir uma determinada linha de tênis, de comprar o celular mais completo e de adquirir aquela grife podem causar agressões, roubos e

²⁴⁵ A compreensão difundida pelos abastados é que a pobreza é um problema mundial. Algumas pesquisas demonstram, portanto, que é justamente o contrário. São os ricos que disseminam processos depredatórios, sistemas injustos e estilos individualistas. Em outros termos, os países ricos defendem interesses translocais, fortalecendo, em contrapartida os interesses locais. O efeito é o aumento da repressão e da criminalização, criminalizando e penalizando os pobres. BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1999.

assassinatos. Nesta direção, o consumo, também, pode estimular ações violentas, formar modos de ser e disseminá-los no âmbito social. A jovem Nanda (quatorze anos de idade) não consegue comprar um conjunto de roupas bonitas e maneiras, por isso, vai se mudar para as regiões de garimpo (Suriname) para poder ganhar dinheiro com a prostituição, abandonando a escola e os familiares.²⁴⁶

O desejo de ter algo essencial leva-a a configurar outro modo de ser, baseado, supostamente, no ganho de dinheiro rápido. Ela penhora sua própria vida, crescimento e auto-estima. A situação de pobreza associada ao desejo consumo leva-a tal decisão. A realidade social e os processos violentos de formação do sujeito condicionam sua relação com o mundo, consigo mesmo e com as demais pessoas, definindo sua forma de composição da realidade, ou seja, sua forma de sobrevivência.

A máquina do consumo e da regulação, por um lado, produz, instrumentaliza e dissemina a violência, por outro lado, condena, marginaliza e personaliza os eventos violentos. Nesta direção, a violência é negada enquanto realidade estrutural, passando a ser, apenas, resultado dos processos de socialização, ou seja, dos rearranjos sociais dos sujeitos. Entretanto, ela faz parte de uma estratégia organizativa do sistema de normatização da sociedade. Ele dissemina a violência ao expor os fatos de forma sensacionalista, justificando, assim, suas ações nefastas de controle das relações civis, deposição de governos terroristas e isolamento de países ditos hostis. Enfim, a máquina a fim de manter consumo e controle busca estender sua influência.

A análise dos rearranjos sociais dos sujeitos precisa agregar as várias dimensões do fenômeno das violências. Assim sendo, elas precisam envolver todas as dimensões da existência humana, enquanto efeitos e ações que produzem determinados resultados. Interpretá-la somente sob o viés da estrutura,²⁴⁷ por exemplo, como inculcação feita pelo sistema de determinados valores hierárquicos é reduzir os processos de rearranjos a mera coadjuvação. Ela precisa ser analisada como potência social que cria, recria, fomenta, dissemina, reduz e amplia determinados modos de ser. A partir disso, ela não pode ser somente resultado, mas, também, ação atual, que demonstra e normatiza certos estilos de vida. Desta maneira, os processos de

²⁴⁶ A aluna freqüentava a sétima série do Centro Educacional Maria da Conceição. A situação foi discutida em sala de aula.

²⁴⁷ BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A, 1975. Importante salientar que o jogo do sistema é dinâmico, ou seja, ele amplia as direções, os valores e os espaços sociais. Neste sentido, inculcar é fazer ver determinada ação como única e aceitável. Entendo que o jogo é mais sutil, dissimulado e manhoso, permitindo que todos os segmentos sintam-se incluídos neste ou naqueles estilos.

rearranjos sociais dos sujeitos são marcados por diversos eventos (nem sempre violentos e agressivos) que condicionam as formas de experimentação, posição, relação e ação no mundo.

A análise dos rearranjos sociais do sujeito diante das situações de violência na atualidade, portanto, não pode ser reduzida aos dados puramente estatísticos. Ela precisa agregar estas nuances que envolvem os projetos políticos e econômicos da atualidade, ou seja, averiguar em que medida a instrumentalização e disseminação da violência cria modos de ser, a fim de garantir o funcionamento do sistema de produção e consumo. Nesta direção, o problema da violência atual extrapola a noção corrente entre os meios analíticos de resultado do processo de socialização, ou seja, como mera consequência da vida urbana e da aglomeração de pessoas. Ele cria modos de socialização, provoca rearranjos e estilos de vida, além de circundar os discursos imperialistas baseados na guerra e no controle da mente. Isto é, sua ação cria estilos e estruturas de poder, baseadas, quase sempre, na marginalização e destruição do outro.

O trabalho escravo no nordeste do país fundamenta esta realidade. A ausência do Estado e o poder econômico tornam-se misturas danosas à população. O gato, nome dado ao sujeito que agencia os trabalhadores escravos, promete mundos e fundos às pessoas carentes e desempregadas da região. Elas, então, são levadas para regiões distantes, de difícil acesso e lá amedrontadas, assassinadas e controladas através da arma e da força. São crianças, mulheres e homens que passam a ser tratados como animais, sem qualquer direito e respeito. O processo gera uma espécie de violência oculta, ou ocultada, que envolve políticos e pessoas influentes da região.

As ações políticas, portanto, fundamentadas nestes modelos de marginalização do outro, de controle das mentes e de certa padronização das relações sociais buscam trabalhar o corpo, vigiando-o e punindo-o.²⁴⁸ Enfim, o objetivo é a (des)potencialização e controle dos corpos. Neste sentido, eles tornam-se meios por onde circulam os mecanismos repressivos e produtivos de uma sociedade organizada, fundamentada na estruturação da força produtiva. Assim sendo, os corpos são educados, reprimidos, instrumentalizados e potencializados dentro de certos princípios de sobreposição do outro.²⁴⁹ Isso caracteriza uma espécie de “violência dissimulada”, outorgada pelos poderes constituídos. As ações repressivas e os meios

²⁴⁸ FOUCAULT, Michel. 2002. O autor, neste livro, analisa toda a máquina criada pelo Estado de direito para controlar os corpos, tornando-o dóceis e úteis ao progresso. A prisão, portanto, não tem por fim a recuperação do preso, mas, antes, o controle e o castigo do corpo.

²⁴⁹ BOURDIEU, Pierre. 2003. O autor desenvolve uma análise do sistema como uma ferramenta de ação masculina, que subjuga os outros, dominando todas as formas de relações.

empregados para a garantia dos resultados passam a ser naturalizados na formação da sociedade.

Raimundo saiu da escola e passou a vender açaí, numa bicicleta velha, de porta em porta na cidade de Maracaçumé.²⁵⁰ Ele ganhava dez centavos por litro. Joana vendia castanhas em pequenas sacolas a setenta centavos. Sua mãe e ela assavam as castanhas e limpavam, obtendo um lucro de cinco centavos. A doméstica, na região denominada de secretária, recebe cento e cinqüenta reais por mês, trabalhando dez horas todos os dias, de domingo a domingo. A realidade de opressão, marginalização e instrumentalização do outro se sustenta na necessidade de sobrevivência. A violência é dissimulada, transformando os modos de ser dos sujeitos, institucionalizada em relações sociais de imposição, sobreposição e opressão do outro.

4.4 A instrumentalização da violência

O sistema, como aponta Michel Foucault,²⁵¹ inscreve-se nos corpos dos sujeitos, produzindo modos de ser e, até mesmo, certa estrutura de punição e de vigia legais. O sistema, portanto, age de forma disciplinar, fazendo com que seus mecanismos sejam corporificados e reproduzidos no convívio social. Assim sendo, a instrumentalização da violência provoca o recrudescimento da mesma, em que algumas formas de agressão tornam-se, com o passar do tempo, naturalizadas e banais nas relações dos sujeitos. Nesta perspectiva, alguns sujeitos procuram manter a sua honra através do emprego de uma força desmedida, em que o outro precisa ser humilhado socialmente e, em alguns casos, a reconquista da honra se dá mediante a eliminação do outro.

A escravidão, no Brasil, demonstra ainda a força deste mecanismo disciplinar, que redonda numa dissimulada e naturalizada disseminação da violência. O corpo é torturado, acorrentado e preparado para a produção, ou seja, para o trabalho. Atualmente, os mesmos mecanismos são empregados, isto é, no uso da mão-de-obra escrava nas grandes fazendas no Estado do Pará; infantil, principalmente no nordeste do país e pouca remuneração das mulheres que trabalham como domésticas, por exemplo, no interior do Maranhão. O sofrimento e a negação dos direitos fundamentais são naturalizados e as pessoas passam a aceitar uma condição social de humilhação, em que não há dignidade e respeito nas relações, sejam elas quais forem.

²⁵⁰ Aluno da quinta série do Centro Educacional Maria da Conceição.

²⁵¹ FOUCAULT, M. *Tecnologias Del yo y otros textos afines*. 2 ed. Barcelona, Paidós, 1991.

A poder, neste caso, associado à situação financeira petrifica uma indiferença social. A partir disso, as pessoas não conseguem estabelecer relações e organizações de comum interesse (de cooperação e projetos de longo prazo), pois o medo de perder algumas poucas migalhas e sofrer represálias é grande. O sistema, portanto, perpetua, em novas roupagens, uma máquina que dissimula e naturaliza a uma espécie de violência situacional, em que a opressão, a diminuição, o voluntarismo e a prosperidade mantêm um *status quo*. Aqui e acolá o assassinato, a agressão, a honra, a tortura e o castigo podem, até, tornar instrumentos condenáveis, mas tornam-se, também, indispensáveis no agenciamento da sociedade brasileira, baseada numa força opressiva e dissimulada que silencia, segrega e marginaliza pobres, negros, índios, mulheres, crianças e jovens.

Uma adolescente de 14 anos, grávida e faminta pede comida e acolhida numa determinada casa.²⁵² Ela se alimentava e em troca ajudava a senhora na lida da casa. Estava grávida de quatro meses e morava junto com uma tia, pois os pais estavam separados. A história da gravidez dela demonstra, de certo modo, a naturalização da violência e da imposição da força. Um homem de 23 anos invadiu sua casa, no Estado do Pará, onde ela morava com os pais, na região do Xingu. Ele a estuprou e, depois, a levou para morar junto com ele. A família consentiu. O rapaz a agredia diariamente. Ela voltou para casa do pai e estava nesta situação, ou seja, trabalhando por comida. A menina contava sua história com naturalidade, demonstrando não ter consciência da extensão da mesma. A tia a desprezava. As pessoas que estavam à sua volta não condenavam o estupro, ao contrário, silenciavam-se. A situação, até certo ponto, corriqueira em boa parte da região norte e nordeste, não produzia, a meu ver, indignação.

O sistema torna dócil o corpo, perpetua atrocidades e condiciona os processos de rearranjos sociais dos sujeitos, disseminando métodos que naturalizam as relações e as condições sociais. Neste exemplo, pode-se perceber que a ação (acolhida e ajuda) ameniza a dor, porém não trata os efeitos. A vida torna-se condicionada pelas ações (abuso e violência) e as relações naturalizadas. A mudança (do Estado do Pará para o Maranhão) permite certa distância do evento, mas não altera o comportamento das pessoas de indiferença (forma de proteção). A violência se sustenta na dissimulação, no silêncio, no descaso, na indiferença e na manipulação do sofrimento feita pelas pessoas que, de certo modo, já experimentaram situações semelhantes na composição de suas próprias vidas. Isso demonstra a institucionalização da violência na região.

²⁵² A situação citada ocorreu na cidade onde moro. A menina grávida nos pediu ajuda e abrigo. Isso ocorreu em julho de 2009.

Os rearranjos sociais perpetuam, portanto, certo modo de relação dos sujeitos entre si, com os outros e com o mundo ao redor. O corpo da menina passa a ser usado na luta pela sobrevivência. O ressentimento paralisa os sonhos, condicionando as relações afetivas e emocionais. A situação contextual impõe a conformidade, em que as agressões são diárias e banais. A partir destas perspectivas, percebe-se que a violência pode estar naturalizada nos modos de ser, pensar e projetar a vida. A máquina alicia e ameniza as tensões, promovendo certos rearranjos sociais. Assim, ela dissemina os fatos, a fim de naturalizar a diferença e a indiferença e, ao mesmo tempo, controla os mecanismos de condenação, dificultando o acesso aos direitos fundamentais.

A violência está associada, de certo modo, à educação do corpo. A preocupação, portanto, é com a normatização do corpo.²⁵³ Ela constitui um modo de relação do sujeito consigo mesmo, com o mundo e com os outros. Desta maneira, disseminam-se os atos violentos, pois, de alguma forma, ela está presente nos rearranjos sociais dos sujeitos, conforme exemplos acima citados. A educação dos corpos, nesta perspectiva, está baseada fundamentalmente na acomodação e adequação dos mesmos às realidades contextuais. Por isso, estrutura-se a adequação²⁵⁴ dos sujeitos à sociedade, organizando os corpos dentro de certos princípios, quase sempre, hierárquicos. Assim, dissemina-se a violência na defesa e na sustentação²⁵⁵ de determinado sistema político e social, tornando alguns atos de agressão aceitáveis, pois os mesmos tornam-se objetos de consumo.

A formação histórica da sociedade brasileira é heterogênea,²⁵⁶ isto é, diferentes culturas e classes sociais demarcam os estilos de ser do povo. A escravidão dos índios e negros marca as relações sociais, avultando a violência baseada no preconceito contra o diferente. A consequência foi a exclusão de determinadas pessoas dos direitos fundamentais, definindo o espaço social (margem) e a função (subjugada) das mesmas. Desta maneira, o sistema vigente localizou e impôs a violência às classes mais pobres, utilizando-se de políticas repressivas e de segregação social. O mal está associado ao outro (ao diferente, ao negro, ao pobre, ao estranho).

²⁵³ FOUCAULT, Michel. 2002.

²⁵⁴ BAUMAN, Zygmunt. 2005.

²⁵⁵ Uma possível compreensão desta perspectiva está associada ao que Pierre Bourdieu denominou de dominação masculina (BOURDIEU, Pierre. 2003). O nome remete a uma imagem de homem, no entanto, é preciso distinguir da questão, puramente, sexista. A afirmação agência, isto sim, a idéia da força, da sobreposição, da repressão e do castigo. O próprio termo dominação equivale, concomitantemente, ao problema da violência. O primeiro dá a idéia de subjugação, anulação do outro, e o segundo de destruição e aniquilação do outro. Em suma, dominar e violentar remete a determinada forma de ação, quase sempre, de inferiorização de outrem.

²⁵⁶ CHAUI, Marilena. 2000. A autora analisa, a partir de estudos antropológicos, as diferentes culturas que marcaram a formação do povo brasileiro. A autora procura englobar, diferente das pesquisas centralizadoras da cultura, as tensões, os embaraços, os exageros que marcam os estilos do povo.

A violência, sofrida de forma mais aguda pelas populações de baixo poder aquisitivo, fundamenta a idéia do caos social, fazendo com que determinados partidos políticos, ligados aos economicamente poderosos da sociedade ganhem as eleições, baseados no discurso repressivo e policial. A eleição do presidente Álvaro Uribe, na Colômbia, que defende a perseguição aos movimentos sociais, denominados por eles de terroristas, foi e é um exemplo desta política. Além dele, tantos outros movimentos políticos procuram combater a violência com violência, legitimando certo modo de ação repressiva, onde a população pobre e marginal é a que mais sofre os efeitos destes mecanismos de sustentação do poder.

Em relação, ainda, à realidade internacional assiste-se à eleição de políticos conservadores, que limitam as leis da imigração e os direitos civis (França, Inglaterra). A tendência é o retrocesso nas conquistas sociais, tornando as circularidades sociais mais complicadas e escassas. A disseminação da violência, feita por determinados interesses econômicos, dissemina a idéia do caos. Os sujeitos são acuados e a circularidade social é reduzida, ampliando, de certo modo, os espaços de violência. A dimensão coletiva é, por exemplo, suplantada pelo individualismo consumista e relações voluntaristas. Nestes casos, os rearranjos sociais dos sujeitos são condicionados pelas ações repressivas, que disseminam a violência, sucumbindo às relações entre as pessoas e trazendo à tona mecanismos totalitaristas.

No Brasil, o surgimento de milícias e esquadrões de justiceiros demonstra que órgãos municipais, estaduais e federais instrumentalizam a violência. A estratégia é simples: combater o fogo com o fogo. A lei do Talião: “dente por dente, olho por olho” demarca uma forma de ação. Nesta direção, a disseminação da violência cortina os fatos, transmitindo a sensação de caos. Assim, diferenciar os atos, delimitar territórios, estruturar ações e transformar a situação tornam-se complicado, pois as agressões são apresentadas, ao mesmo tempo, como problema e como solução. A mão que abana é a mesma que machuca. Desta maneira, a estratégia utilizada na formação social é difusa, sustentada por discursos demagógicos e pessimistas que institucionalizam a violência, a fim de garantir certa normalidade nas ações e sistemas sociais.

4.4.1 Subjetividade, violência e os rearranjos sociais

A subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo. Uma coisa é a individuação do corpo. Outra é a multiplicidade dos agenciamentos da subjetivação: a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social.²⁵⁷

²⁵⁷ GUATTARI, Félix & ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, Vozes, 1986, p. 31.

Os processos de subjetivação implicam numa forma de estilística, isto é, numa forma de construção e arte de existência, em que determinados rearranjos sociais dos sujeitos tornam-se condicionados, conforme já foi afirmado acima, pelas realidades contextuais de cada um. Eles funcionam por agenciamentos, conjugações e composições sociais, em que os sujeitos são definidos e definem uma série de características coletivas e singulares. Os processos subjetivos, uma espécie de máquina de produção de expressões, estilos e corpos, são variados. Envolvem, portanto, todas as dimensões sociais, sejam elas quais forem: sociais, econômicas, pessoais.

A análise dos processos subjetivos ligados aos eventos de violência experimentados pelos sujeitos prioriza, primordialmente, os efeitos dos mesmos sobre os modos de ser em sociedade. Desta maneira, compreende-se a violência como um processo que implica certa estilística da existência, que valoriza, cria e dissemina certos modos de ser. Assim sendo, a violência enquanto mecanismo utilizado nas relações sociais precisa ser averiguada como fenômeno atual, que pode direcionar as formas de rearranjos. Enfim, ela reforça certas ações institucionalizadas e dissemina estilos de ser.

Ela pode colocar os sujeitos em constantes processos desestabilizadores.²⁵⁸ Em outros termos, coloca-os em movimento de busca, de acomodação e transformação das formas de compreensão e experimentação da vida. Se o corpo afetado por outros corpos produz variações de si mesmo e faz circular suas potências e diversificações, diante dos fatos e experiências de violências (afetos incorporais e corporais) pode produzir, também, mecanismos, estilos e espaços próprios de retenção, fuga e proteção, aumentando ou diminuindo sua força agregativa.²⁵⁹ A partir desta perspectiva, conforme já foi estudado acima, cabe ressaltar estes sobressaltos e desestabilizações, diferentes condições de possibilidade e situações que envolvem os processos de rearranjos sociais dos sujeitos.

A forma agressiva de opressão e dominação do outro pode colocar os rearranjos dos sujeitos e os contextos sociais dos mesmos diante de desestabilizações, ou seja, de multiplicação e repetição do mesmo, configurando rearranjos sociais recorrentes. As relações sociais caracterizam-se, essencialmente, pelos processos de adequações, rearranjos, composições e conjugações. Dentro desta perspectiva, os eventos violentos alteram, sim, os

²⁵⁸ O termo desestabilização pode estar associado a diferentes conceitos trabalhos por outros autores. Por exemplo, Deleuze e Guattari falam de desterritorialização, em que os corpos passam a configurar um universo nômade de existência, isto é, de desterritorialização e territorialização em novos espaços, conceitos e singularizações. Foucault já trabalha estes processos sob o viés das práticas de si, em que os sujeitos experimentam diferentes processos de normatização, transformando e sendo transformando pelos mesmos. A vida passa a ser uma arte, subjugada aos contextos, situações e condições de possibilidade de cada um.

²⁵⁹ SPINOZA, Benedictus de. 1983.

modos de relações, pois estão presentes nas diversas interações dos sujeitos. As destabilizações podem ser caracterizadas da seguinte forma:

- Aquela que envolve o espaço vivencial dos sujeitos, levando-os a criação de outros territórios e relações sociais;

- Aquela decorrente da dissolução dos laços afetivos e dos grupos sociais, que provoca insegurança e certo ostracismo, alijando-o os processos constitutivos e relacionais;

- Aquela que leva os sujeitos a transformarem seus modos de ser, levando-os a certo ressentimento, condicionando suas relações com os outros e com o mundo.

- Aquela que altera o movimento progressivo da vida, fazendo com que os sujeitos passem a valorizar as experiências já vividas, negando, de certo modo, os devires e as possibilidades dos rearranjos sociais alternativos.

A tensão, portanto, que cerca os corpos dos sujeitos influencia nas suas formas de rearranjos sociais, configurando modos de ser, ou seja, uma estilística da vida. A hipótese que rege esta pesquisa está baseada, portanto, na seguinte afirmação: A violência institucionaliza certos modos de ser próprios, tais como: regulação, controle, centralização, normatização, unificação das tensões sociais, das diferenças, a fim de manter certa efetividade nas ações dos sujeitos. Ela está associada a um modelo de instituição que visa lucro, eficiência, formação e unidade do corpo, relegando as convulsões e problemas sociais. A violência, portanto, delimita um estilo de ser, conforme afirmações anteriores, que leva os sujeitos a serem recorrentes em suas ações e interações. A instituição só produz efeitos associada ao corpo, inscrita nele.

Já os rearranjos sociais dos sujeitos diante destas violências institucionalizadas seguem, pelo menos, duas vertentes. A primeira está associada aos modelos de instituição, em que os sujeitos passam a inventar nos meandros, lacunas, espaços, frestas uma gama de multiplicidades, ou seja, singularidades que permitem inovações e transformações do corpo. A segunda vertente trata dos rearranjos dos sujeitos diante dos mecanismos sociais, onde eles acabam recriando sistemas recorrentes, baseados na exclusão do outro, na regulação das normas, no controle dos fluxos e na unidade das comunidades. Os rearranjos sociais estão inseridos nas realidades contextuais e, por isso, tendem a criar variações corporais, bem como repetir ações empedernidas pelas instituições.

Diante deste quadro a análise dos problemas que envolvem a violência e constituição do sujeito tende a ser recorrentes. Ela produz um responsável e algumas vítimas. Depois instrumentaliza o sistema da culpa, pena e segregação do corpo, produzindo uma série de causas e conseqüências que levam a mesma e fadada visão inicial, ou seja, de condenação do

outro. O objetivo, a partir desta discussão dos rearranjos e modelos institucionais, é demonstrar que algumas formas de análise podem estar servindo aos modelos institucionais, ou seja, de centralidade, unidade, regulação e segregação. Sobre o corpo está inscrito uma série de modos de visibilidade, sensibilidade e coerção que delimitam as interações, bem como as formas de análise, experiência e variação de si.

A formação promovida pelo modelo institucional pode promover certos modos de estilização da vida. A interação social seria, portanto, uma forma de arte que agencia as várias nuances do convívio social, dando certa visibilidade às características culturais. Alguns valores comuns na sociedade configuram esta forma de composição da vida, tais como: força, desinteresse, indiferença, silêncio e dissimulação. E são eles que definem, a priori, os mecanismos de mediação das relações e, também, dos rearranjos sociais dos sujeitos, pois podem funcionar ora como proteção da vida, ora como repressão de outrem. Em resumo, ela faz parte de um modelo que procura reger a vida social.

A sociedade contemporânea caracteriza-se pela mediação da comunicação à distância, que interfere estruturalmente nas relações inter-subjetivas e intragrúpis, modificando, pela ação silenciosa, permanente e sistemática das novas tecnologias de processamento e difusão de informações, as formas de percepção, inteligibilidade e representação da realidade.²⁶⁰

O lastro que envolve as notícias midiáticas atuais prioriza, primordialmente, uma espécie de “estética da barbárie”,²⁶¹ que torna público toda uma arte criminosa, recheada de eventos inesperados e eloqüentes. A estratégia é explorar o incomum, o grotesco, o inoportuno difundindo certo alarde social, em que as fronteiras da segurança podem ser, facilmente, violadas e destruídas. A exposição dos fatos, diariamente, modifica os hábitos e impõem aos sujeitos certa resignação e desconfiança, transformando seus modos de ser e colocando-os numa movimentação constante e incessante.

O filme *a Fronteira*²⁶² demonstra uma característica peculiar de compressão dos limiares que se criam entre os territórios, nações e costumes. A fuga de alguns jovens da violência causada pela guerra civil leva-os a experimentarem uma espécie de violência privada, doméstica e familiar criada por uma família de canibais. Uma espécie de violência do meio, do

²⁶⁰ COSTA, Belarmino Cesar Guimarães da. **Estética da violência: jornalismo e produção de sentidos**. Campinas, Autores Associados, Piracicaba, Editora UNIMEP, 2002, p. 5.

²⁶¹ A estética da barbárie remete à produção de formas de visibilidade social, organizadas e difundidas pelos meios midiáticos. Os fatos são expostos e disseminados pelas mídias que estão preocupadas mais com as formas de interpretação e, menos, com as condições que rodeiam os mesmos. Desta maneira, o termo demonstra que existe toda uma indústria voltada para a produção de mecanismos interpretativos, isto é, modos de subjetividades consumidores de violência.

²⁶² GENS, Xavier. **A Fronteira**. Produzido por Laurent Tollerón. Califórnia (EUA), Califórnia Filmes, 2007.

entremeio e das fissuras, localizada nos porões,²⁶³ fronteiras e cavernas abandonadas, que não pode ser capturada pelos sistemas de normatização. Ela, portanto, captura, atrai e prende as pessoas dentro de tramas, configurando-se numa espécie de teia que embosca suas presas.

Os eventos de violência ramificam-se no conjunto dos rearranjos sociais dos sujeitos e provocam uma série de fugas, e, ao mesmo tempo, prendem os envolvidos dentro de certos jogos violentos. A sobrevivência se torna possível mediante o uso dos mesmos mecanismos, criando uma espécie de jogo das recorrências, em que as ações são condicionadas, quiçá determinadas, pelas regras pré-impostas. Em outros termos, as condições de possibilidades são ditadas *a priori*, exigindo dos envolvidos ações repetitivas, limitando os deslocamentos e territorializações.

A fuga das agressões leva os jovens, no filme, a experimentarem um ambiente de terror, alterando, ainda mais, seus estilos de vida. A violência, neste caso, passa a configurar as relações entre os sujeitos, criando seus próprios regimes e seus modos de captura. O invólucro que cria ao redor e nos espaços dos meios torna tanto a ação quanto a reação agressiva. Assim sendo, a violência estiliza a vida, pois cria uma espécie de invólucro que condiciona os movimentos, marca as relações e altera os modos de ser dos sujeitos. Ela, portanto, inebria e provoca efeitos de captura, à medida que é transformada em produto de consumo diário inusitado e sensacional.

A invenção dos espaços, dos estilos e de certa circularidade social possibilita que alguns eventos grotescos, na atualidade, tornem-se banais e corriqueiros. A tendência, portanto, é de certa indiferença, ostracismo e resignação, que desemboca numa espécie de violência dissimulada, isto é, violência privada, criada nos espaços espúrios e acinzentados dos entremeios, fissuras e lacunas do convívio social. Se outrora, na época das conquistas e segurança do Estado-Nação, a violência tinha um aspecto público e nacionalista que envolvia, em certa medida, grandes interesses de posses territoriais e projetos culturais, atualmente, ela é fenestrada, cheia de fendas e buracos por onde faz circular pequenas, mas torturantes ações e repressões. Em outros termos, ela faz fluir estilos, dissimulações e indiferenças que complicam os limiares públicos e privados.

Alguns exemplos corroboram com esta compreensão de violência que produz determinados arranjos sociais dos sujeitos envolvidos, definindo diferentes espaços, estratégias

²⁶³ O termo porão leva a outros casos de violência ocultada, que cria seus estilos de organização e manutenção. O caso do Austríaco que manteve sua filha presa por oito anos no porão de sua casa, explorando-a sexualmente. Ali foi constituída uma família com quatro filhos, sendo que um deles faleceu. Neste caso, fica evidente o problema da violência que se cria nestes espaços fechados e fronteirizos (ocultados) dos processos de socialização.

e organizações. Os grupos denominados de terroristas, por exemplo, o Hamas da Palestina, impõem ao Estado repressor e expansivo de Israel uma constante vigilância militar. O conflito é permanente e condiciona as ações dos envolvidos que, tomados pelas tensões, vivem em constante violência. Enfim, há uma espécie de adequação à insegurança, imposta por regimes que disputam territórios e valores religiosos. Neste exemplo, os espaços tornam-se disputados, cabendo a esta ou aquela ação a dizimação dos mesmos, além, é claro, da imposição de uma força ultrajante, quase sempre, associada aos poderes constituídos e bélicos.

As capitais como São Paulo e Rio de Janeiro também vivem situações semelhantes. A disputa, também, é por territórios. A disputa gira em torno do controle do tráfico e dos consumidores. Os efeitos são danosos, pois colocam a população local em constante alerta, fugindo dos tiroteios e sendo vítima de balas perdidas. A permanente insegurança provoca traumas e vítimas em toda a população, pois as ações repressivas e expansivas acabam atingindo diferentes sujeitos. Nestes contextos, os rearranjos sociais dos sujeitos tornam-se, essencialmente, reclusos e individualistas, isto é, as pessoas não falam, vêem e assumem riscos pelos outros. O silêncio é provado e garantido pelas ameaças e represálias feitas pelos chefes do crime local e, de certo modo, também pelas ações agressivas da polícia.

A situação toma dimensões gigantescas, causando fechamento do comércio, escolas e casas. Os moradores precisam fugir dos tiroteios e se mudam, por alguns dias, para a casa de parentes em outros bairros. Algumas crianças passam a andar agachadas e chorando, enquanto outras passam a colecionar as cápsulas de balas dos rifles. O contexto cria suas regras e seus consumidores, provocando formas de rearranjos sociais intrigantes. Ao colecionar os cartuchos dos projéteis congregam a violência ao cotidiano de suas vidas, apesar do sofrimento e das mazelas que a mesma causa.

As relações entre os sujeitos, portanto, tornam-se envolvidas por estes mecanismos microsociais que, quase sempre, na atualidade são marcados por uma excessiva exposição de eventos, modelos repressivos e disseminação da insegurança. A exposição destes fatos impõe à sociedade uma preocupação, constante, com a segurança pessoal. Os efeitos daí decorrentes são: intolerância, xenofobia, agressões, racismos e conflitos religiosos. Enfim, a barbárie explorada e disseminada na atualidade produz modos de ser violentos. A partir desta situação, alguns valores tais como virilidade, honra, voluntarismo, controle do pedaço são impostos às pessoas, transformando em banais os pequenos e os grandes atos violentos. E são difundidos estilos de vida marcados por certo individualismo e reclusão, em que a agressividade impõe a opressão e o controle da circularidade dos sujeitos.

Um eminente e popular comerciante foi, brutalmente, assassinado em Maracaçumé, Maranhão.²⁶⁴ O relato policial conta que dois homens invadiram o estabelecimento, efetuaram dois disparos com uma arma de fogo e fugiram do local a pé. Uma hora depois já haviam sido capturados. A população ficou revoltada e ameaçavam linchar os assassinos. O caso afetou muitas pessoas que amedrontadas e inseguras passaram a trancar suas portas. Elas procuram o refúgio de seus lares. O fato levou algumas pessoas, conforme conversas, a cogitarem a possibilidade de adquirirem armas e a se preparem para tal situação. A violência, neste caso, não só afetou os modos de ser dos sujeitos, levando-os a refletirem sobre a possibilidade de comprar armas para se defenderem contra inimigos casuais, projetando realidades semelhantes e ações possíveis.

O fato acima citado pode sustentar, apesar de ter certo caráter rotineiro, a hipótese que há uma forma latente, disseminada e disseminadora de criação da barbárie humana. Nesta perspectiva, as pessoas passam a consumir e produzir fatos grotescos, isto é, elas são seduzidas, basicamente, por duas características. A primeira refere-se ao ineditismo de determinado evento. Ele possibilita a disseminação e a naturalização das novidades contidas nos fatos. Além disso, a surpresa provoca uma espécie de comunicação ressentida,²⁶⁵ em que encruados dispositivos de subjugação vêm à tona e institucionalizam o medo, levando as pessoas a recriarem a barbárie.

A segunda característica refere-se às questões e modos apreciativos burlescos. Se por um lado as lutas no Coliseu causavam certa repugnância, por outro lado, as ações e seus efeitos eram transformados em show. Atualmente, alguns fatos e as reiteradas exposições de violência seguem esta mesma lógica. As pessoas passam a consumir a barbárie como uma espécie de comédia humana, onde a técnica empregada passa a valer mais do que a vida destruída.²⁶⁶ A barbárie passa a ser consumida como trivialidade, conjugando um misto de repugnância, indignação, conformação e comicidade. Desta maneira, o consumo da violência deprecia a possibilidade de diálogo e de interação criativa, pois esta última poderia veicular modos de rearranjos sociais voltados mais para a construção de relações pacíficas e menos para o consumo dos fatos grotescos.

²⁶⁴ A história foi amplamente comentada na cidade. A denúncia e o inquérito policial estão registrados na delegacia local.

²⁶⁵ O termo comunicação ressentida remete, aqui, primordialmente à concepção da ação, isto é, da comum ação, que uma vez estabelecida entre os sujeitos pode levar à transformação dos espaços e dos modos relacionais com o mundo, consigo mesmos e com os outros. Entretanto, baseada no ressentimento, ela provoca uma espécie de ação que quer o retorno ao mesmo, às mesmas experiências e espaços. Assim sendo, ela provoca culpa e morbidez, pois deprecia o atual em função de um passado compreendido como ideal. A ação no presente, neste caso, torna-se repressora, pois os corpos precisam ser adequados aos movimentos de outrora.

²⁶⁶ Os livros de Rubem Fonseca fundamentam esta compreensão, pois retratam a banalidade, a sensualidade e a atração dos fatos violentos.

No tensionamento entre experiência vivida e percepções mediadas pelas tecnologias de comunicação, que torna a temática da produção industrial da cultura uma questão educacional contemporânea, há redefinições e transformações radicais nas esferas da produção de identidade cultural, nos assuntos que afetam a formação autóctone, os processos de individuação e de socialização ao meio natural e técnico.²⁶⁷

A tecnologia vai além dos veículos tradicionais de comunicação de fatos, de estilos de vida e modos de produção, ela pode ser, neste caso acima, uma difusão de tensões locais. As transformações sociais foram geridas, principalmente, por experiências e visibilidades veiculadas pelas formas artísticas. Atualmente, as realidades estão sendo criadas pelas constantes transformações tecnológicas, que se baseiam, praticamente, na supressão do anterior. Enfim, provoca um amontoado de lixo e de descartáveis, gerando realidades onde predominam a exploração, o comércio e a supressão do outro.

O consumo foi aliciado pelas tecnologias e tem provocado nos modos de rearranjos sociais modos individualistas de ser. As relações passam a ser conectadas pelos produtos novos, descartando o anterior. E são estes produtos que ditam o grau de valor de cada sujeito, fazendo com que este ou aquele tenha mais aceitação em determinado grupo. Um adolescente exhibe seu telefone celular e debocha dos outros ultrapassados aparelhos,²⁶⁸ transformando o objeto numa espécie de mediador das relações.

A partir destes mecanismos estilísticos baseados na exposição diária de eventos de barbárie e de tecnologias de consumo, os rearranjos sociais dos sujeitos passam a ser intrincados, isto é, cobertos por certa nebulosidade melindrosa, em que os modos de ser passam a ser regrados por um conjunto de fatores mais ou menos movediços. O consumo não se impõe como regra definitiva, ele circula pelos mais diferentes espaços e estilos, transformando-se constantemente. A violência impõe algumas formas de ser, mas, ao mesmo tempo, alicia determinados sujeitos e se instala nos jogos de sobrevivência. Ambas agregam e provocam modos de ser, fomentando determinadas estilísticas.

As tensões marcam a atualidade e extrapolam, portanto, a compreensão dos conflitos. Elas são definidas pelo conjunto das políticas que demarcam as realidades, remetendo os corpos para relações intrincadas entre os mesmos. Nesta perspectiva, os sujeitos são alimentados por uma série de eventos que transformam seus modos de ser, relacionar e posicionar-se no mundo. Os corpos tornam-se imersos em movimentações recheadas de factóides circundados por sensacionalismos e consumismos efêmeros. A instrumentalização destes eventos visa

²⁶⁷ COSTA, Belarmino Cesar Guimarães da. 2002, p. 10.

²⁶⁸ Evento observado na praça da cidade de Maracaçumé em outubro de 2009.

manter (ou aumentar) o consumo da violência. Assim sendo, as tensões, na atualidade, impõem aos sujeitos certa letargia, quiçá catatonia.

A violência, associada a estes corpos tensos e intrincados pelos inúmeros casos de agressões, é, portanto, manipulada. A velocidade das transformações e a infinidade de estilos, por exemplo, que são oferecidos pelos meios de produção e difusão incomoda os corpos, agitando-os e condicionando-os respectivamente. O objetivo é a produção de corpos dóceis, voltados para o consumo, individualismo e repetição de determinados modos de ser. A manipulação da barbárie e violência cria tensões (corpos e acessos) e exclui os sujeitos das coletividades. A partir disso, os rearranjos sociais passam a ser voluntaristas e individualistas, pois as tensões são direcionadas para as decepções, associadas, quase sempre, às instituições e estruturas constituídas da sociedade.

4.5 Criminalização, penalização e descarte social

A partir de um sistema econômico e cultural globalizado que privilegia os países industrializados e centrais verifica-se outra espécie de autoritarismo mundial dissimulado nos monopólios industriais e nos mercados de capitais. O autoritarismo controla a comercialização dos produtos e a divulgação das informações; reduz as liberdades civis e penaliza as camadas mais pobres da sociedade.²⁶⁹ Por exemplo, a política da “*Tolerância Zero*” consiste, basicamente, na limpeza dos espaços públicos, para tanto penalizam, severamente, os grupos de pequenos delinquentes.

De Nova York, a doutrina da “tolerância zero”, instrumento de legitimação da gestão policial e judiciária da pobreza incomoda – a que se vê, a que causa incidentes e desordens no espaço público, alimentado, por conseguinte, uma difusa sensação de insegurança, ou simplesmente de incômodo tenaz e de inconveniência -, propagou-se através do globo a uma velocidade alucinante. E com ela a retórica militar da “guerra” ao crime e da “reconquista” do espaço público, que assimila os delinquentes (reais ou imaginários), sem-teto, mendigos e outros marginais a invasores estrangeiros [...].²⁷⁰

Após a destruição das Torres Gêmeas, por exemplo, muitas liberdades civis foram suprimidas em razão do terrorismo, dificultando o ir e o vir das pessoas. Além disso, muitas pessoas foram sumariamente presas e afastadas do convívio social. A partir, portanto, de William Bratton a perseguição aos mais pobres busca dar maior tranquilidade às classes médias e superiores. Nesta direção, ele aumenta em dez vezes o efetivo, investe em equipamentos e

²⁶⁹ A política da *Tolerância Zero*, por exemplo, implantada por Rudolph Giuliani em New York no ano de 2003, penalizava os pequenos furtos, as delinquências juvenis, na sua grande maioria, atingindo pessoas de baixo poder aquisitivo. O projeto de limpeza das ruas reduz a circularidade das pessoas que vivem à margem do sistema econômico-social, disseminando a idéia de uma polícia ostensiva, conectada aos meios de informação e tecnologia.

²⁷⁰ WACQUANT, Loïc. 2001, p. 30.

cobra resultados dos comissários. Além disso, cria um sistema de informação que, quase instantaneamente, possibilita a intervenção e aplicação dura da lei sobre os delitos menores (atentados aos costumes, ameaças e comportamentos anti-sociais).²⁷¹

O projeto de criminalização da pobreza cria a falsa idéia da violência associada às camadas mais pobres da sociedade. Se este projeto for implantado, por exemplo, no Brasil (seguindo a tendência de globalização dos instrumentos implantados em Nova York) pode ocorrer o aumento do preconceito étnico, ou seja, da idéia de que os negros, pobres, vagabundos são preguiçosos e violentos. A política da tolerância zero pode, portanto, disseminar a limpeza cultural, excluindo os diferentes. O projeto de globalização impõe, neste sentido, o etnocentrismo baseado nos costumes liberais das classes médias e superiores, acentuando o racismo e o narcisismo ocidental, institucionalizando a idéia de que o combate eficiente do crime está associado à prisão dos mesmos.

A análise dos rearranjos sociais dos sujeitos, nesta direção, pretende superar o sensacionalismo associado aos fatos grotescos e banais de violência e penalização dos sujeitos. Ela deve dar visibilidade aos processos de recomposição dos sujeitos, ou seja, averiguar os modos de subjetividades daí decorrentes. As mídias, por exemplo, noticiam as catástrofes, as guerras e, de forma especial, os assassinatos, roubos e seqüestros. Isso tem aumentando a insegurança, bem como o projeto da segurança pessoal (armas pessoais letais e empresas especializadas no ramo). A ação e reação, neste caso, provocam modos de ser tensos, alheios e vingativos. E, por sua vez, estes modos de ser geram outras formas de coletividades e estilos de ser.

O desafio é analisar como, por exemplo, Fernanda (a que deseja ir para a região do Suriname) rearranja sua vida no território dos garimpeiros. Ela deixou suas amigas e foi assumir uma vida, no mínimo, desconhecida. A distância e o isolamento serão preponderantes na exploração de sua mão-de-obra do seu corpo. Nesta perspectiva, o processo de rearranjo social torna-se isolado e sentenciado socialmente, pois as pessoas não interferem na decisão da menina. Ela aceita as condições e os perigos contidos na decisão.

O estudo dos eventos violentos de uma sociedade precisa agregar, também, os efeitos que os mesmos produzem nos modos de relação entre os sujeitos. Nesta perspectiva, diferente das análises dos fatos e dos casos correntes nas diferentes regimes políticos e econômicos, o estudo dos processos de rearranjos sociais está voltado para os mecanismos que os sujeitos inventam e instrumentalizam diante de uma espécie de violência impositiva, que, por um lado,

²⁷¹ WACQUANT, Loïc. 2001, p. 26.

dissemina o consumo da segurança pessoal e, por outro lado, reduz as relações coletivas fomentando o individualismo. A violência, por isso, produz formas subjetivas de exclusão dos pobres, negros, alternativos, mulheres, jovens.

A penalização atinge, principalmente, as pessoas de pouco poder aquisitivo, cerceando seus direitos, indo além de uma questão legal. Neste caso, a violência instrumentalizada, apropriada e disseminada pelo sistema visa acuar os sujeitos, controlando seus modos de circularidade social. A criminalização e a penalização impõem aos sujeitos estilos de organização e prática de si defensivas, inseguras e aleatórias. A política do aprisionamento e do acompanhamento jurídico cria modos subjetivos baseados no medo, pois a instituição que penaliza alcança a todos e estende seus braços controladores em todas as direções. Os sujeitos são transformados em reféns, pois são obrigados a viverem de forma retraída e insegura.

A própria situação social penaliza o sujeito. Deste modo, a criminalização pode variar, mas os mecanismos impositivos das regras agem de forma a garantir o status quo. Os vários exemplos citados acima demonstram que determinadas situações e casos pessoais demonstram que algumas formas de imposição e dominação, indistintamente, criminalizam os sujeitos e impõem suas penalizações. Deste modo, o corpo explorado passa a valer, somente, pela sua força de trabalho e de repetição das regras, produzindo no corpo que explora determinada sensação de prazer associado ao seu poder de opressão do outro.

Os processos de rearranjos sociais são, então, limitados por um conjunto de regras que, em função de uma política de controle do espaço público, cria seus dependentes e delinquentes. Os eventos violentos, ligados normalmente aos tantos assassinatos, roubos, agressões e seqüestros que a sociedade experimenta na constituição dos seus valores dão sustentabilidade as “ações” de penalização e criminalização dos sujeitos. A partir desta perspectiva, a análise dos processos de rearranjos preocupa-se com as formas de ser agenciadas nas relações diárias e as razões que cercam a origem dos fatos. Em outras palavras, há uma política de disseminação da violência, ou de exposição da mesma, a fim de garantir a fluência, o movimento e os resultados dos sistemas produtivos, criminalizando os mais pobres e tornando-os reféns do sistema judicial.

Os prejuízos causados pela violência são evidentes. O custo provocado por determinados mecanismos é alto e as medidas paliativas ineficientes. A análise baseada nos custos tem provocado mais ações da Polícia Militar, entretanto, os resultados destas ações são pequenos. Algumas iniciativas de socialização por meio do esporte, a recuperação da infra-

estrutura e o envolvimento da população local tem gerado resultados positivos para as diferentes comunidades que sofrem diariamente agressões.

Em resumo, o combate puro e simples da violência se mostra ineficaz. É preciso inventar modos de socialização e integração das pessoas. A criminalização, como pode se perceber, torna boa parte da população refém do sistema, ou seja, ela pode ser transformada numa técnica disfarçada de escravidão, pois impõe aos sujeitos determinadas condutas e normas inquestionáveis. A pessoa apenas precisa seguir o sistema à risca, evidenciando, com isso, o mecanismo institucional da violência, isto é, a prisão.

4.6 Considerações finais: a instituição, rearranjo e interações sociais

Os denominados países periféricos²⁷² também são oprimidos e dominados por certos modos e artimanhas econômicas. Nesta direção, os serviços públicos são os mais atingidos, pois passam a ser considerados como ineficientes e corruptos. O Brasil paga, ainda, um alto custo social dentro do projeto de inovação do sistema de produção industrial e regras trabalhistas. A economia baseada nos produtos primários, principalmente, produção de minérios, produtos agrícolas e agropecuários é dependente do humor internacional. O custo social é visível, principalmente, nos estados do norte do país, onde grandes empresas depredam o meio ambiente e destroem os modelos tradicionais de produção, causando aumento e acirramento da violência.

O Estado do Pará, por exemplo, vive tensões, permanente, no campo. Um exemplo desta tensão é o assassinato da irmã Dorothy Stange.²⁷³ Envolvida no projeto dos PDSs (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) defendia, juntamente com outras pessoas, uma relação diferente, ou seja, sustentável com o meio-ambiente. A sanha do interesse privado, associado à carência local, dissemina a violência como forma de solução dos conflitos. O assassinato da irmã foi divulgado, enquanto tantos outros são ocultados e, até mesmo, desconhecidos. As instituições públicas, na região, tornaram-se corruptas e os conflitos territoriais são infundáveis, pois negligenciam a grilagem das terras e os assassinatos de famílias da região.

²⁷² SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. A globalização e as ciências sociais. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2005. O autor compreende que os países centrais dominam o sistema tecno-científico. Os países ditos periféricos produzem produtos e bens de consumo com baixo valor agregado. As conseqüências daí decorrentes são: depredação do meio ambiente, aumento das disparidades sociais e aumento das violências locais. Neste sentido, os países centrais dominam a manufatura dos produtos, obrigam os outros países a fornecerem a matéria prima (setor primário) e a seguirem as cartilhas econômicas de privatização dos bens públicos. Além disso, incentivam as reformas trabalhistas (fim dos direitos adquiridos) e regulação das atividades civis (manifestações, expressões e costumes).

²⁷³ A notícia foi amplamente divulgada no Brasil. O assassinato ocorreu no ano de 2005, na região de Anapú, Pará.

Em resumo, as diversas realidades e os jogos de sobrevivência envolvem os sujeitos e são circundadas por resistências, quase sempre, revelando estilos agressivos de relação consigo mesmo e com os circunvizinhos. A violência se institucionaliza nas relações sociais e nos modelos reguladores, centralizadores, controladores e unificadores dos modos de ser. A partir desta perspectiva, as violências, relacionadas aos rearranjos sociais e conectadas a determinadas formas de apreensão das experiências passam a ser rotineiras e banalizadas. Assim sendo, por um lado, elas, tornam-se condições de sobrevivência²⁷⁴ para uma camada expressiva da sociedade e, por outro lado, uma espécie de metodologia de composição da própria compreensão de si em sociedade. O problema central, nestes casos, não está relacionado à dominação dos meios que produzem as violências, mas, antes, aos processos de difusão e disseminação das mesmas.

A multiplicidade, portanto, das possibilidades das conjunções sociais alteram as relações dos sujeitos consigo mesmos, com os mundos e com os outros. A partir desta perspectiva, compreendem-se as violências como modos de ser disseminados por diversos sistemas (políticos, econômicos) e instituições (escolares, familiares, religiosas, associações, estatais) que podem gerar estilos relacionais e rearranjos sociais corriqueiros e banais. Portanto, tornam-se naturalizadas como uma forma eficiente e eficaz na solução dos problemas e das querelas coletivas. Por isso, elas são compreendidas como um tipo de liame, de jogo, de filigrana que é acessada em determinado contexto, tempo, espaço e situação, provocando determinada intensidade e modo de ser.

Os rearranjos sociais dos sujeitos diante das violências institucionalizadas podem ser variados e, em algumas situações, tornam-se estranhos, pois o agenciamento de modos violentos atenta contra a vida de todas as pessoas próximas. Neste sentido, a finalidade exige certos meios, a fim de garantir resultados permanentes e definitivos. Alguns exemplos citados, anteriormente, demonstram que certos modos de composições baseiam-se na eliminação dos outros e de si mesmo.

A partir desta perspectiva, pode-se constatar que a violência não agrega, necessariamente, uma potência criativa, mas, sim, uma espécie de força de composição que procura determinar os resultados. E, quase sempre, estes resultados são recorrentes, pois

²⁷⁴ ARENDT, Hannah. 1989. A violência, enquanto condição de sobrevivência, pode se tornar a única saída. A autora descobre que nos modos de resistência da população empobrecida está presente certa instrumentalização da violência. Desta maneira, a violência torna-se uma espécie de ação política, que pode ser agenciada tanto pelo Estado quanto pela sociedade civil. A diferença está nas motivações da mesma. Esta visão compreende a violência como elemento externo, ou seja, como corpo estranho e alheio as condições de composição dos sujeitos. A violência é, portanto, instrumento e instrumentalizada em determinadas situações e contextos.

reforçam um sistema de efetivação e institucionalização baseado no controle. Os rearranjos sociais envolvem, portanto, os circunvizinhos e provocam variações nas composições do corpo, tais como: angustia, medo, insegurança, isolamento, individualismo.

A violência irrompe, portanto, em determinado contexto, situação e espaço; deixa suas marcas, cicatrizes e efeitos nos corpos dos sujeitos, transformando as relações sociais. As marcas podem, por exemplo, ser diversas, tais como ressentimento, vingança, voluntarismo, força, silêncio e indiferença.²⁷⁵ Além disso, elas podem dificultar as interações sociais, dirimindo a afetividade e a confiança. Enfim, ela estiliza a vida de forma a produzir certos modos de ser reclusos.

Um jovem invade uma escola nos Estados Unidos da América com uma arma, matando professores e alunos de forma inexplicável, conforme noticiário televisivo. As pessoas ficam atônitas, sem saber como agir. A comoção leva as instituições a instalarem detectores de metais nas universidades e escolares, a fim de evitar outros casos, pois atos violentos podem acontecer a qualquer hora e em qualquer espaço. A vida do jovem é analisada na tentativa de encontrar algum paralelo entre o ocorrido e sua vida pregressa. Até aquele momento ele não havia despertado uma observação especial e, tampouco, um acompanhamento institucional.²⁷⁶

Associamos, normalmente, a violência a determinados comportamentos, condições econômicas, formações psicológicas e instruções pessoais. No entanto, os paradigmas são rompidos diante de tais exemplos acima expostos, pois ela é instrumentalizada de forma a demonstrar uma situação de ausência de controle, em que as normas que regem a convivência social são rompidas e são criados outros modos de ser, normalmente, reclusos, inseguros, ressentidos e recorrentes. Deste modo, percebe-se que os exemplos demonstram que as violências estabelecem liames e condições inesperadas, dificultando a análise das mesmas pelos vieses sociológicos tradicionais.²⁷⁷

²⁷⁵ SOARES, Gláucio Ary Dillon, MIRANDA, Dayse, BORGES, Dorian. **As vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006. A pesquisa relatada, neste livro, demonstra que as vítimas indiretas da violência, ou seja, as pessoas no entorno da vítima fatal tornam-se negligenciadas tanto pela lei quanto pelas organizações que auxiliam na recuperação do trauma. Os pesquisadores alertam sobre o silêncio ensurdecedor que cerca os sobreviventes da violência. Neste sentido, analisar os efeitos das violências deve ir além dos consultórios médicos, psicológicos, psiquiátricos, religiosos, sociológicos; deve agenciar, também, os modos de rearranjos, a arte que é inventada na composição de novos caminhos, lugares e relações. Cabe salientar que não há vítimas ocultas, mas, sim, ocultadas, silenciadas, negligenciadas.

²⁷⁶ Esta afirmação está baseada no fato que boa parte das pessoas nos Estados Unidos da América, por exemplo, estão sendo acompanhados por algum sistema judicial ou penal. Em outros termos, a penalização dos sujeitos visa dar a falsa sensação de segurança, pois afasta, em parte, os mesmos do convívio social. Além disso, é fomentado um sistema de controle direto das camadas mais pobres da sociedade.

²⁷⁷ GIRARD, René. **A violência e a religião**. São Paulo, Paz e Terra, 1990. A análise da violência, por exemplo, pelo viés do sacrifício expiatório proposto por Girard Gerard parte de uma compreensão estereotipada da mesma. A violência torna-se elemento estranho, por isso, precisa ser afastada da sociedade. A instrumentalização da violência feita pelo Estado, perspectiva de certo modo implantada por Maquiavel, depois defendida por Hobbes conflitam com a idéia de Gerard. No

Um determinado contexto violento pode ser democratizado com o uso da violência? Ela pode ser tornar remédio se dosada corretamente? Alguns segmentos sociais acreditam nesta perspectiva, entre eles estão os poderes constituídos e econômicos. O choro, sofrimento, mágoa, ressentimento, revolta do outro não são ouvidos e, tampouco, percebidos. Acima destes detalhes estão os interesses denominados de “social”, efetivos, lucrativos e globais. A instrumentalização e imposição das regras violentas privilegiam poucas pessoas em detrimento de muitas outras, condicionando certos modos de ser.

A análise dos rearranjos sociais dos sujeitos em situação de violência preocupa-se, portanto, com as questões atuais, ou seja, com os eventos que marcam e demarcam as composições dos mesmos. Assim sendo, os eventos provocam tensões nos corpos, colocando-os em movimento de transformação, remetendo-os para a configuração de outros espaços, rearranjos e relações. Nesta perspectiva, a velocidade das transformações e os variados acontecimentos precisam ser analisados pelos efeitos que eles provocam nos corpos, alterando as práticas sociais dos sujeitos. A velocidade das transformações arremessa os corpos na exigência das multiplicações de outros corpos e nas variações dos estilos de ser, configurando outros processos de rearranjos sociais dos sujeitos.

As descobertas tecnológicas, as transformações nas regras contratuais e a insegurança social fomentam e provocam, portanto, estas tensões na atualidade. Desta maneira, os jogos de sobrevivência tornam-se irrupções, isto é, convulsões sociais que remetem os sujeitos para diferentes possibilidades de rearranjos sociais. Assim sendo, as tensões são definidas pelas situações, por exemplo, de perda da segurança no contrato de trabalho, da idéia do descartável que gere as relações sociais, do individualismo promovido pelo sistema de produção, das violências que fomentam a reclusão e de certos modos dissimulados que possibilitam as circularidades coletivas. As tensões distendem o habitual, colocando os sujeitos na urgência dos rearranjos sociais, possibilitando a capacitação das próprias rações e o aprimoramento das relações com os outros.

As tensões são compreendidas, então, como certo modo de relação com as realidades circundantes. Neste sentido, elas não se referem, somente, aos imbrólios de acontecimentos que demarcam a atualidade, mas, sim, ao princípio de inserção e envolvimento com os mesmos, numa espécie de dupla captura. O processo de dupla captura das realidades e dos corpos possibilita, portanto, o aperfeiçoamento dos modos de ser nas relações coletivas. Em

entanto, entendo que devemos ir além, pois as violências não foram instrumentalizadas pelos poderes constituídos, mas antes, disseminadas como política de manutenção do status quo.

resumo, isso pode acontecer da seguinte forma: o sujeito recluso, absorto, distante das realidades circundadas pelas violências acaba construindo espaços, também, violentos. Desta maneira, reforça-se a violência institucionalizada, pois não se motiva e fomenta as relações sociais.

A vida nos condomínios e prédios altamente vigiados pelas câmeras de vídeo, protegidos por muros e guardas acaba experimentando algum tipo de violência. Neste sentido, o problema das tensões ligadas aos eventos de violência não reside só nos espaços públicos, em que diferentes classes sociais se misturam e compõem relações coletivas. A vida social parece agregar, nos seus diversos modos de rearranjos, elementos de agregação e desagregação dos corpos. Deste modo, as práticas de si dos sujeitos distendem e expandem as próprias formas de conjunção das possibilidades de ser; e experimentam diversos estilos de ser. Assim, as relações procuram criar uma espécie de expansão e distensão dos elementos vividos, fugindo, atualmente, do estabelecimento de regras e compromissos.

O envolvimento com um trabalho social num bairro carente em São Leopoldo demonstrou como as relações eram estabelecidas entre os adolescentes que participavam dos encontros semanais. Antes de começar a reunião eles brincavam, entre si, de dar pancadas, derrubar e segurar uns aos outros. A primeira impressão que o evento transmitia era de uma espécie de brincadeira. No entanto, estabeleciam hierarquias, configuravam grupos e criavam regras próprias para aquele espaço. As agressões confundiam-se com diversões, pois cada adolescente inventava um estilo de relação e um modo de fuga. A tensão estabelecia, naquele caso, relações efêmeras e fortuitas. Os modos de rearranjos eram agressivos e voluntaristas.

A análise das tensões nas relações, agregadas, normalmente, com a idéia da superação do outro, possibilita a compreensão naturalizada e coletiva da violência. A agressão coletiva um do outro ora servia como show, ora como delimitação do espaço. Alguns espectadores incentivavam a disputa baseada na força, enquanto outros procuravam uma forma de envolvimento na brincadeira. As relações estabelecidas, naquele local, priorizavam o uso da força e imposição da vontade de um sobre os demais.

As relações sociais são vibrantes, pois podem envolver diferentes corpos e transformá-los, produzindo outros espaços, temporalidades e estilos de ser. As preocupações dos sujeitos estão demarcadas pelas formas de convivialidade, em que os diversos acontecimentos sociais capturam os corpos e são, ao mesmo tempo, pelos mesmos, incorporadas. A captura dos corpos e a fuga dos elementos potenciais criam relações tensas, em que as agressões, quase sempre,

são utilizadas. A partir desta perspectiva, as tensões criam espaços, vazios, lacunas que podem gerar violência e, portanto, rearranjos recorrentes.

A insegurança, por exemplo, demonstra que estas formas de relações são tensas entre sujeitos e os diversos contextos vivenciais que surgem a cada encontro. Se por um lado um grande número de pessoas caminha na mesma direção, provocando certos modos de rearranjos espaciais, sociais e pessoais, por outro lado, um número expressivo de pessoas precisa inventar espaços alternativos que possam agregá-las e inseri-las em determinados grupos de convivência. Enfim, inventar formas de rearranjos e modos de ser sociais torna-se uma arte coletiva e pessoal, que exige dos sujeitos diversas ações e agenciamentos. Desta forma, as composições precisam, de fato, de território, corpo, estilo e de relações interativas que possibilitem transformações do atual.

A violência institucionalizada contraria esta iniciativa, pois ela pressupõe certa normalidade, recorrência e modo de ser. Se a movimentação social tende a criar alternativas (embora ambíguas, como já afirmamos anteriormente), a instituição tende a centralizar as ações, buscando certa coerência. Desta maneira, os rearranjos sociais se tornam díspares, porque procuram agregar os elementos e os efeitos das interações corporais, já o modelo institucional sobrepõe os efeitos, buscando criar a noção de efetividade, coerência e regularidade. Os problemas sociais, por exemplo, tendem a aumentar a tensão entre rearranjos e institucionalidades.

O problema do desemprego, por exemplo, que assola grande parte da população brasileira e, também, global provoca o imbricamento destas diversas situações. A partir desta perspectiva as relações tornam-se retraídas, densas e latentes, pois os sujeitos não conseguem construir condições de possibilidades, isto é, certos espaços seguros de circularidade. O sistema atual de globalização da cultura e da economia promove certo intercâmbio entre os diferentes povos, mas ao mesmo tempo cria certas catatonias sociais, em que experimentar e provocar ações violentas torna-se banal. As relações sociais, então, criam espaços variados, alojando os sujeitos de modo diferente.

As diferentes realidades na atualidade, por sua vez, são capturadas pelos modos de ser dos sujeitos, em que as formas de visibilidade possibilitam as nomeações dos acontecimentos. A relação entre as pessoas com os eventos atuais, acima mencionados, é circundada pela tensão, permanente, de adequação às exigências de transformações e deslocamentos do corpo. As tensões, portanto, definem um modo de relação com as realidades circunvizinhas, em que os eventos capturam os corpos e são, pelos mesmos, capturados e criados. Em outros termos,

os rearranjos não envolvem, somente, uma exigência de alteração dos modos de ser, mas também de invenção de espaços e de concepção da realidade, agregando os modelos e sistemas sociais.

A movimentação, então, demarca as relações sociais, os rearranjos dos sujeitos e as territorializações do corpo. Ela demarca os estudos dos processos de rearranjos, pois a vida inventa e descobre seu caminho ao exercitar-se. A perspectiva existencialista voltada para os vazios, traumas e libidos é preterida, passando a vigorar o princípio das conjunções, composições e multiplicidades. Assim sendo, as causas e origens dos fatos, a vida e o ser, o corpo e os espaços criados são antes conexões, disseminações, configurações e composições de assujeitamentos sociais, modos de coletividades latentes e formas de rearranjos sociais.

As diferentes formas de violências na atualidade alteram os modos de convivência e de coletividade. O rearranjo social do sujeito passa a ser definido, em parte, pelos fatos violentos que o mesmo pode produzir e sofrer; provoca nas pessoas afastamento da convivência coletiva, bem como pode reduzir seu universo de relações. Por isso, os modos de ser dos sujeitos tornam-se, também, angústias, uma espécie de medo disseminado e fomentado pelo sistema capitalista e instituições que buscam transformar a outra pessoa, a diferente e a distante numa constante ameaça. Neste sentido, as violências passam a reger as relações sociais, compondo corpos reclusos e dispersos.

A formulação, portanto, deste capítulo tinha por objetivo apresentar as tensões sociais advindas das marcas de violência inscritas nos corpos dos sujeitos. A inscrição destas marcas ora são frutos das experiências, interações e relações sociais, ora efeitos dos modelos que institucionalizam certas regras e sistemas de efetivação. A discussão demonstra que os corpos e os modelos institucionais são interativos, produzindo, cada um a seu modo, um conjunto de ações que podem ser recorrentes ou não.

O modelo institucional tende a manter certa operacionalidade, efetividade e normatização, contornando as tensões dos corpos, tais como, pobreza, miséria, violência, individualismo, angústia, sofrimento. Ele está preocupado mais com a cadência dos corpos, objetivando uma finalidade, normalmente, associada ao sistema econômico de lucro, consumo, espetáculo, efetividade, coerência, segurança. Deste modo, o modelo regula, centraliza, unifica, controla os movimentos dos corpos e, para tanto, dispõe de mecanismos coercivos, associados, quase sempre, à violência.

Os rearranjos dos corpos procuram ser dinâmicos, criando nas lacunas, frestas e espaços novos modos de ser. Os modos de ser podem se tornar, também, recorrentes, baseados na

exclusão, segregação, gênero e força. Enfim, os rearranjos sociais definem-se pela variação, movimentação, velocidade, retesamentos produzidos nas diversas relações e interações sociais. Deste modo, eles são condicionados pelas realidades presentes, sistemas operantes e finalidade social, mas, também, extrapolam estas condições, criando comunidades, estilos e linguagens alternativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa do tema dos rearranjos sociais diante da violência foi marcada de resgate, memórias e leituras. As infinitas possibilidades de experimentação destes diversos pensamentos, a exigência da coerência e da objetividade metodológica, bem como de estruturação das idéias nortearam o processo de escrita. Afinal desta etapa a sensação é de angústia, silêncio, distância, perda, solidão. O corpo se encontra atônito. A preocupação e os efeitos do tema provocaram um estado de estranhamento, em que as idéias parecem fugir, os conceitos diminuem suas intercessões e as reflexões se tornam ausentes. O corpo se encontra em estado de fuga.

A violência parece provocar certa circularidade nos movimentos dos corpos. Isso ficou evidente no desenvolvimento deste texto, possibilitando a seguinte afirmação: a violência afasta os sujeitos de si mesmo e os arremessa numa espécie de circularidade recorrente, dificultando a apropriação das próprias condições de possibilidade (história, medo, insegurança, angústia). Em resumo, ela parece fortificar os mecanismos correntes, em que determinada ação pressupõe uma sobreposição. Desta maneira, a violência corrói a potência criativa dos sujeitos, pois os impede de auto-reflexão e variação de si.

O rearranjo social, portanto, do sujeito que se põe (e pôs) a refletir sobre as condições que circulam as ações violentas, torna-se retraído. A escrita envolve uma crise, denominada neste trabalho de tensão. Se o modelo institucional condiciona (e apropria) o sistema das recorrências, a pesquisa sobre os rearranjos sociais dos sujeitos diante da violência demonstrou isso com muita propriedade, pois demonstrou que o corpo agredido, violentado, abusado tende a certa circularidade. Desta maneira, o tema envolve a história, o contexto, as experiências, os espaços, os modos de ser, as relações sociais e os sistemas vigentes, mas condiciona seus movimentos.

A violência, enquanto experiência do sujeito, torna-se institucionalizada, pois cria mecanismos de recorrência, em que os fatos vividos são revisitados, constantemente, e reforçam certa normatividade e estilo de ser. Assim sendo, as relações sociais estão marcadas por estas violências, que ora servem para manter certa rotina, ora garantem a dominação do corpo alheio, ora a conquista dos espaços alheios. As reflexões no decorrer do trabalho, portanto, confirmam a hipótese da violência institucionalizada, pois a mesma envolve um sistema preocupado com a eficiência, efetivação, regularidade e sobreposição. A violência vibra os corpos, a fim de

mantê-los subjugados ao medo, à insegurança, à catatonia, à paralisia, à circularidade, à repetição do mesmo.

A afirmação poderia assim ser questionada: como ficaria a noção de movimento, pausa, intervalo e fuga? A escrita deste trabalho, portanto, foi um intervalo, uma oportunidade de reunir os destroços, os cacos e os fragmentos deixados pelas tensões vividas pelo corpo. A intenção foi demonstrar que as marcas de violência podem, também, possibilitar as fugas e a rememoração dos eventos. O sujeito conjuga os fragmentos e inventa modos de ser alternativos, ora distorcendo-os, ora contorcendo-os, ora amortecendo-os. O movimento das idéias buscou criar outros corpos, noções e divagações. O rearranjo social do corpo parece, ao final, então, extasiado e absorto, pois as marcas permaneceram, os sistemas ainda procuram efetividades, as condições se multiplicaram e os movimentos aceleraram os efeitos.

A Teologia no decorrer do trabalho foi transversal, quiçá nômade, trilhando caminhos alternativos. Ela foi discreta, sem arrogar o espaço principal que lhe era devido. Isso não demonstrou que a mesma não estivesse presente. O soslaio demarcou, portanto, a análise teológica dos rearranjos sociais dos sujeitos diante da violência institucionalizada. Ao final desta caminhada cabe apresentar, então, uma reflexão sobre a mesma, ou o que a mesma pode fornecer neste imbróglio de violências institucionalizadas, relações sociais e rearranjos sociais. A exigência de alternativa, de variação, de transformação, inserção, interação é preocupação fundamental do fazer teológico.

A misericórdia permite outra ação? Qual?

O quadro pintado parece instável e as sensações em plena difusão. A tentativa, a seguir, é buscar alguma contenção, alguma indicação e possibilidade de alternativa. Desta maneira, as considerações finais precisam indicar alguns mecanismos alternativos de visita, trabalho, reflexão, interação e rearranjo social dos sujeitos diante da violência. A atenção, portanto, da formulação do conceito de perdão, atravessada pela noção de misericórdia, a partir de uma teologia nômade, estará sobre a tendência (ou perigo) de se jogar, facilmente, pétalas sobre o sofrimento e desafios corporais. O perdão estará associado a uma relação possível entre os sujeitos e os circunvizinhos.

A teologia pode ter várias vertentes, ou seja, a igreja, a apologética, a querigmática, a sistemática (como ciência),²⁷⁸ a libertária, a feminista, a pública. Inúmeras possibilidades demarcam o campo conceitual da teologia como podemos perceber na atualidade. As idéias teológicas, portanto, seguem determinadas correntes interpretativas. A teologia nômade,

²⁷⁸ TILLICH, Paul. **Teologia Sistemática**. 2. Ed. Trad. Getúlio Bertelli. São Paulo, Paulinas; São Leopoldo, Sinodal, 1987.

portanto, define-se pela movimentação, ou seja, pela circularidade que a mesma faz sobre as demais. O nômade transita sobre os espaços, engendra-se nos meandros e inventa o território. A teologia, como entendo, precisa circular e fazer circular os corpos.

Os rearranjos sociais dos sujeitos diante da violência, conforme afirmação anterior, tendem a ser recorrentes e institucionalizados. O desafio, portanto, é descobrir mecanismos, formas, estilos que permitam contornar estas condições. Desta maneira, a misericórdia possibilita outra relação do sujeito consigo mesmo, com o mundo e com as marcas da violência. Enfim, ela permite outras formas de interação, voltadas mais para a agregação e menos para a separação e sobreposição dos corpos.

A teologia, neste contexto, passa a multiplicar os espaços, ampliando as possibilidades de relação com os valores instituídos e os sistemas corrompidos. Desta maneira, a procura de sentido não se fundamenta no vazio, na ausência, na falta, mas, sim, nas possibilidades de ser, ver e experimentar o mundo. Enfim, a teologia em movimento passa incorporar e ser incorporada pelos dizeres do mundo, experimentando novos jeitos, tendências e vieses analíticos. Ela se torna, primordialmente, caminho, ou seja, uma ação de criação e invenção de si mesma.

A *inserção* numa determinada realidade pode provocar, por sua vez, deslocamentos conceituais e organizacionais; imputar à teologia transformação. A partir desta perspectiva, o preposto problema científico da verdade é deslocado para as interações fluídas dos processos de rearranjos sociais, em que os desvios, os erros, as movimentações, os modos de ser, as experimentações tornam-se parte importante no envolvimento com o campo delimitado de determinada ação. A noção de campo e dos sujeitos se torna expansiva, heterotópica e multifacetada, isto é, em movimento, em retorno. Assim sendo, em cada encontro dos corpos a teologia precisa construir seu lugar (altar), isto é, outro dizer.

Alguns exemplos bíblicos dão conta desta maneira de relação com Deus. A história dos patriarcas demonstra esta dimensão de um povo, grupo, pessoa a procura de uma terra para viver seu estilo de fé. O próprio movimento de Jesus Cristo também se caracterizou pela idéia de movimento, caminho e encontros. Em que o “movimento de Jesus tem como tarefa descrever o comportamento típico entre as pessoas [...] e analisar sua interação com toda a sociedade judaico-palestinese.”²⁷⁹ Assim sendo, o fazer teológico precisa estar em

²⁷⁹ THEISEN, Gerd. **Sociologia do Movimento de Jesus**. Trad. Werner Fuchs e Annemarie Höhn. São Leopoldo, Sinodal, 1989.

movimento, inserido nas relações e interações sociais, contribuindo, à medida do possível, com os rearranjos sociais.

O viés analítico-teológico possibilita, portanto, a inserção nas diversas realidades, buscando a transformação, ou ainda, a multiplicação do mundo. Enfim, são modos de ser que se engendram nas interações dos sujeitos e duplicam as possibilidades da vida. Estas condições de atuação demonstram que a análise, a partir da teologia, está em constante transformação, a fim de acompanhar as movimentações e mudanças sociais; torna-se, portanto, estranha, pois aninha o presente apesar das aparentes contradições e tragédias. E, além disso, rega o futuro, remetendo os sujeitos às diferentes heterotopias e possibilidades de si, complicando o presente.

As relações sociais configuram, portanto, modos de ser em sociedade. Elas são impregnadas por diferentes elementos, perfazem as composições, as transformações, as variações e as coletividades. Dito de outra forma, elas se definem pelos modos de conexão e marcam os processos subjetivos dos sujeitos. Estes modos de conexão podem ser recorrentes, intrincados, tensos, divergentes e agenciadores. Assim, compõem processos subjetivos, em que os sujeitos criam corpos, espaços e estilos de ser. A misericórdia, também, é uma forma de conexão e de efetivação destes elementos, pois estabelece um modo de relação, ou seja, um modo agregador. Desta maneira, propõe analisar os rearranjos sociais diante de violência, a partir do perdão.

Se as marcas da violência pressupõem distintos elementos, ações e forças, é mister integrá-los, ou melhor, agenciá-los através de conceitos dinâmicos e fluídos. Enfim, relacioná-los. Diante desta perspectiva, é possível afirmar que as marcas da violência são formas, por um lado, de ruptura (contra a homogeneização) e, por outro lado, de recorrências e ressentimentos. A ação de misericórdia tende a romper com estes mecanismos recorrentes, pois procura remeter as relações sociais para as criações, recriações e novos territórios. A conquista de outro perfil passa pela libertação da tendência de recorrência, ou seja, da mania de se olhar para trás, para o passado, tornando-se refém do mesmo.

[...] O passado é irrevogável e toda verdade é eterna: mesmo Deus, notava Descartes, não pode fazer com o que foi feito não o tenha sido. Nós também não podemos, e para com o impossível ninguém tem obrigação. Quanto a esquecer a falta, além de que, muitas vezes, isso seria faltar com a fidelidade às vítimas [...] seria também uma tolice, quase sempre, e por conseguinte seria faltar com a prudência [...], perdoar não é apagar, que perdoar não é esquecer.²⁸⁰

²⁸⁰²⁸⁰ COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. 2. Ed. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2009, p.131-132.

A misericórdia tem como definição central, a partir da perspectiva da ação do perdão, deixar de odiar. Desta maneira, ela seria uma virtude que supera o ressentimento, a recorrência, o retorno ao mesmo. Ela, portanto, não suprime a ofensa, mas libertaria o sujeito das constantes recorrências aos fatos vividos, buscando de algum modo reconstruí-lo no presente. O rearranjo social do sujeito diante da violência, circundado pela virtude da misericórdia estaria mais voltado para a vida presente, desafiando os sujeitos aos encontros e às experiências de si. O fato vivido não seria um infortúnio, mas uma possibilidade de variação e transformação.

O perdão não pode ser confundido com a compaixão, pois esta última tende a levar o corpo do sujeito a sofrer com o outro, a carregar sobre si a culpa. A misericórdia exige uma ação reflexiva e autocrítica. Antes de atirar a primeira pedra, é preciso refletir sobre as próprias ações. Desta maneira, a misericórdia é mais difícil e mais cara, pois compromete o sujeito com a própria existência, comprometendo-o em suas ações. Ao cessar de odiar e abandonar o desejo da vingança ele se compromete com o outro. Assim, procura rearranjar sua vida sem o espectro da ação do outro sobre si. “É por isso mesmo que precisamos tanto da misericórdia! Não porque o amor está presente, mas porque não está, porque só há ódio, porque só há cólera. Como amaríamos os canalhas?”²⁸¹

A misericórdia, portanto, define um modo de ser voltado para a agregação não do outro, confundindo-se com a virtude da compaixão, mas em compreender as ações dele. Desta maneira, perdoar é parar de odiar, mas não de lutar, de indignar-se e de comprometer-se com o mundo. A misericórdia não estaria impondo ódio ao ódio, vingança à vingança, dente por dente, mas uma liberdade de ação. Enfim, trataria de curar estas condições em nós mesmos, já que estas ações opressivas não param de cessar no outro. Assim, “perdoa-lhes, pois eles não sabem o que fazem”, como dizia o próprio Jesus Cristo na cruz. O rearranjo social, portanto, diante da violência, seja ela institucional, seja ela interativa, seja ela ocasional, deve libertar-se das condições impostas pela mesma, agindo de tal forma a agregar os elementos e as potências criativas da vida.

“O perdão só se dirige à liberdade, como só pode nascer de uma liberdade: livre graça, por uma livre falta”.²⁸² O perdão, deste modo, compromete o sujeito não somente com o outro, mas consigo mesmo, redefinindo seu modo de ser em sociedade. As relações sociais, a partir desta perspectiva, tendem a ser mais solidárias e compreensíveis, pois dinamiza as ações e potencializam as transformações, contornando os processos truncados das violências

²⁸¹ COMTE-SPONVILLE, André. 2009, p. 134.

²⁸² COMTE-SPONVILLE, André. 2009, p. 136.

institucionalizadas. Isto é, as interações sociais passam a agregar ao invés de segregar, excluir, regular e controlar.

A virtude da misericórdia, portanto, não anula a predisposição à maldade, aos erros ou, até mesmo, aos desejos de vingança. Além disso, não cessa de combatê-la. Ela, isto sim, recusa-se a compartilhá-la, a somar ódio com ódio, maldade com maldade, recorrência com recorrência. A misericórdia, então, liberta os sujeitos das condições impostas pelas próprias ações, ou seja, o rancor do rancoroso, o ódio do odioso, a maldade do maldoso, a vingança do vingador. A virtude não os compreende como determinados a estas reações, mas agrega as ações pelas possibilidades de se criar alternativas a elas, ou seja, descobrir outros processos rearranjos sociais.

A culpabilização, a segregação, a infantilização, a higienização, o individualismo, por exemplo, são alguns dos modos de subjetividades disseminados pelas instituições a serviço do capitalismo, ou ainda, a serviço de alguns sistemas de efetivação. Elas têm papel preponderante nas normatizações dos costumes, pois controlam a política e a execução dos preceitos da vida social. As instituições, dentro de uma política de pureza, fabricam seus sujeitos estranhos e normais, aqueles que estão perfeitamente adaptados ao sistema. Os estranhos são aqueles que não se *encaixam no mapa cognitivo, moral ou estético do mundo*.²⁸³ Já os normais seguem as regras e a idéia do progresso, naturalizando os problemas sociais.

A ação misericordiosa, também, precisa compreender as artimanhas dos sistemas constituídos, encontrando neles uma força capaz de compreensão. Se perdoar se torna cessar de odiar nas relações sociais, como ficaria nas relações institucionais? O princípio é o mesmo, ou seja, do melhoramento do si e dos mecanismos organizacionais da sociedade. Assim, procura-se compreender os mecanismos e não pura e simplesmente aceitar a arbitrariedade, pois a ação misericordiosa é resistência e luta numa perspectiva de construção de espaços mais agregadores. Ela estaria abolindo, neste caso, o rancor, a recorrência, não o combate e a indignação. Enfim, não se trata de dente por dente, mas de pensar e viver de forma alternativa.

A teologia, neste sentido, precisa desafiar os sujeitos a se envolverem com as situações presentes, motivando-os a outras formas de interações (engendradas e inconvenientes) e à criação de outros espaços de circularidades. Assim como uma educação pode estar voltada para a ética do bem (virtudes), promovendo a intervenção social, mecanismos teóricos e analíticos das realidades; a teologia difundiria a compreensão misericordiosa das relações sociais. Assim, os rearranjos sociais dos sujeitos precisam ser analisados pelo viés da transformação, em que a

²⁸³ BAUMAN, Zygmunt. 1998, p. 27.

interação baseada no perdão poderá gerir outras relações de justiça social, diferindo dos sistemas recorrentes, controladores, centralizadores, reguladores que procuram, somente, afirmar a si mesmos.

O ódio é uma ação de recorrência que determina os modos de ser e direciona as reações dos sujeitos. Assim sendo, a misericórdia se torna potência criativa, pois resiste aos sistemas recorrentes e desafia os sujeitos a reinventarem modos de ser, alternativos. Ela se torna “... caminho, que inclui até mesmo os que fracassaram nela. Perdoa-te, minh'alma, teus ódios e tuas cóleras.”²⁸⁴ Desta maneira, as relações com os outros, com o mundo e consigo mesmo passam a ser regidas pelo perdão, ou seja, pela cessação do ódio e dos ressentimentos. A misericórdia permite uma espécie de ódio sem rancor, de combate sem sobreposição e de resistência sem subjugação.

Os rearranjos sociais diante da violência são dinâmicos e diversos, mas atravessados pela misericórdia desafiam os sujeitos a interagirem, a agregarem e a estabelecerem outras relações potenciais, onde o instituído não determina os resultados. A ação de rearranjo social exige dos envolvidos certa compreensão, disponibilidade e inserção nas realidades circunvizinhas, pois, caso contrário, a recorrência se torna um mecanismo instituído, em que os corpos seguem determinados modos de ser, definidos pelos contratos, regimes e costumes sociais. A compreensão e a inserção tornam-se possíveis através da liberdade, da graça e da ação de misericórdia.

Enquanto a teologia permite criar outros vieses relacionais do sujeito consigo mesmo, com o mundo e com os outros, como ficaria a educação? Ela teria alguma função e alternativa diante destes imbróglios? Ela poderia conceber outra sociedade? A partir destas questões seria interessante vislumbrar algumas idéias, virtudes, modos de ser e estilos que poderiam ser objetos e, até mesmo, proposições da educação.

A educação poderia, de fato, propor uma alternativa aos sistemas de recorrências sociais? Sua proposta poderia romper com os mecanismos e modos de ser instituídos?

A virtude da constante procura do bem poderia ser uma proposta de educação. Ela poderia se realizar nas comunidades e pressupor a aceitação de alguns princípios morais²⁸⁵ de partilha, convivência mútua e relações sociais. Deste modo, a educação e a ética de procura do bem comporiam outros espaços de convivência, intervindo nos processos subjetivos dos rearranjos dos sujeitos e recorrentes, isto é, uma educação para a virtude, “que permite

²⁸⁴ COMTE-SPONVILLE, André. 2009, p. 144.

²⁸⁵ HERMANN, Nadja. 2001, p. 20.

encontrar o fim último do ser humano (sic)”.²⁸⁶ A atualidade está marcada pelos fins efetivos e lucrativos, em que definham as garantias contratuais, sucumbem os princípios e fomentam o consumo, conforme salienta Guattari e Rolnik no estudo do Capitalismo Integrado.²⁸⁷ A educação, por isso, a partir da ética justifica-se como ação integralizadora do ser humano, que age no mundo a fim de criar espaços alternativos de realização e composição social diferenciada. Ela poderia não romper, mas propor mecanismos sociais agregadores.

Um destes espaços alternativos seriam as comunidades, como aponta Bauman.²⁸⁸ Ela seria o local de realização dos sujeitos, já que as companhias e a sociedade criam, reproduzem, fomentam locais de sofrimento e exploração. Neste sentido, as comunidades surgem como forma de garantia e de segurança, possibilitando a vida feliz que o mundo atual não consegue oferecer. A vida comunitária enfrentaria a tensão permanente provocada pelo sistema regulador, pois a mesma poderia escapar “ao nosso alcance ou se desmanchar”,²⁸⁹ pois os sistemas estimulam a realização de forma a aumentar a insegurança, tornando-a um sonho, uma espécie de “paraíso perdido” inalcançável.

As comunidades, dentro do projeto de sociedade moderna e efetiva, podem servir, também, como espaço privilegiado de limpeza, exclusão e normatização das regras sociais. Elas surgem como espaço de reclusão; podem ser comunidades baseadas no preconceito (neonazistas, milícias) e na junção de perfis e estilos semelhantes. Então, as comunidades se tornam ambivalentes. As referências sociais das mesmas são carregadas de positivities, em que a realização individual e coletiva é transformada numa possibilidade de segregar, excluir, perseguir o outro.

As formas de organização social podem repetir os sistemas recorrentes de regulação, centralização, controle e domínio dos outros. As comunidades podem provocar as duas tensões, ou seja, a segurança contra um mundo hostil, bem como acentuar a segregação social. Desta maneira, a ética da procura do bem precisa ultrapassar as formas organizacionais, definindo outras formas de relacionamentos sociais dos sujeitos consigo mesmos e com os outros. Assim, conforme já vimos acima a misericórdia é um viés e a procura do bem seria uma outra, pois projeta para fora das tensões dos corpos um espaço de realização e mutualidade.

A insegurança, por exemplo, alimenta o medo. E não é surpresa que a guerra contra a insegurança (o crime) ocupe lugar de destaque nas listas de prioridades dos planejadores

²⁸⁶ HERMAN, Nadja. 2001, p. 23.

²⁸⁷ GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. 1986, p. 187.

²⁸⁸ BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003, p. 7-10.

²⁸⁹ BAUMAN, Zygmunt. 2003, p. 129.

urbanos; ou pelo menos estes acreditam que deveria e, indagados, insistem nisso. O problema, porém, é que quando a insegurança se vai, a espontaneidade, a flexibilidade, a capacidade de surpreender e a oferta de aventuras, principais atrações da vida urbana, também tendem a desaparecer das ruas da cidade. A alternativa à insegurança não é a bênção da tranquilidade, mas a maldição do tédio.²⁹⁰

A modernidade pautou-se na limpeza social, buscando tornar a sociedade isenta de toda sujeira; já a pós-modernidade acentuou a liberdade de procura, valorizando as diferenças culturais. Ambas toleram pouco a segurança pessoal, pois criam seus sistemas e mecanismos de efetivação. A análise dos rearranjos sociais dos sujeitos diante da violência compreende as posições que cada um toma para si, lutando para estabelecer interações sociais e se integrar, também, nas subjetividades capitalísticas. Dito de outro modo, os sujeitos fazem parte deste conjunto de modos de ser integrados e criados pelos sistemas econômicos globalizados, buscando alternativas que possibilitem alegrias, seguranças, encontros e partilhas na sociedade.

A invenção de outros espaços de referência possibilita, dentro de uma educação como ética da procura do bem, a realização do ser humano em comunidades, enfim, nas coletividades. Entretanto, o modo de subjetividade proposto pelo capitalismo, ou seja, de lucro e efetividade, produz o desejo, a fascinação, o delírio objetivando a integração dos sujeitos à realização individual do consumo. O consumo se torna sinal de cidadania e de rearranjo social ideais, em que os produtos passam a justificar determinadas ações. As relações sociais, nestes casos, baseiam-se no fascínio e na apropriação.

Um exemplo deste desvirtuamento são as mortes causadas pela disputa por uma marca de tênis e celulares ultramodernos. Estes dois objetos alimentam uma máquina de consumo que por razões diversas sustentam e promovem um desejo de consumo. As conseqüências são catastróficas. São mortes banais e injustificáveis, todas relacionadas aos objetos de desejo produzidos pelos sistemas econômicos atuais. A segurança do sujeito, seu bem-estar e realização social não configuram a preocupação dos sistemas capitalistas, mas, sim, a produção do medo, do desejo e do consumo. O rearranjo social do sujeito passa pela sua capacidade de consumir na sociedade.

A educação como ética de busca do bem, neste projeto, torna-se possibilidade de gestação de novos modos de relação com o mundo, consigo mesmo e com os outros, ou seja, ela pode fomentar novas formas de experimentação e de invenção nos arranjos e combinações individuais e coletivas. Assim, seria interessante pensar o processo educacional não só como

²⁹⁰ BAUMAN, Zygmunt. 2003, p. 101.

um espaço privilegiado de exercícios de si, das composições sociais diversas e diversificantes, mas, também, como produtor de outras tensões e rearranjos sociais que contornam as violências instituídas.

Se as composições sociais são marcadas, como já foi acima discutido, por diversos conflitos e violências, cabe, então, o desafio é o da invenção de outro interlocutor. No entanto, sob outra ordem, ou seja, a da compreensão das diferenças, dos eventos e expressões que se efetuam num determinado plano, agenciando outros corpos. Os rearranjos sociais dos sujeitos possibilitam as interações e variações dos corpos, agregando as tensões, normas, estilos de ser, mas, numa, perspectiva crítica, em que o diferente, o outro, as coisas não precisam ser subjugadas, oprimidas e controladas.

A análise dos rearranjos sociais tem um papel fundamental na compreensão dos eventos das violências instituídas, pois dinamiza a compreensão e os estilos de ser dos sujeitos. A educação estaria conectada ao papel da mediação, ou seja, o da aprendizagem da ação comum (comunicação). Assim sendo, sua função seria a de construção coletiva dos mundos, ou seja, de modos de interação. Ela estaria, com isso, configurando um modo de ser, baseado na interlocução dos agentes, nas composições sociais. Enfim, imiscuindo-se na realidade e criando outras possibilidades de ser, isto é, agregadoras, comunitárias, interativas e criativas. A ação educacional deveria possibilitar, portanto, as invenções das heterotopias, dos espaços dentro de espaços, territórios dentro de territórios, complicando os modos instituídos de opressão, controle e regulação dos corpos.

As políticas públicas e o imaginário social compreendem e fomentam a educação como garantia de futuro, de civilização e de regramento das convulsões sociais. A escola passa a ocupar, por exemplo, o espaço da repressão, da disciplina e da inculcação de valores.²⁹¹ O efeito de tal premissa é a responsabilização e, até mesmo, a criminalização dos jovens²⁹² pelas desgraças ocorridas na sociedade. A violência aumenta, pois o corpo dos mesmos precisa ser formado, preparado e direcionado para o trabalho, vida social e progresso. Enfim, os jovens são responsabilizados pela degradação dos valores e aumento da violência.

Assim, diante de tal quadro procura se justificar a diminuição penal, os castigos físicos e as agressões corretivas. As violências passam, portanto, a ter uma dupla função. Se por um lado elas funcionam como dispositivos justificadores das criminalizações, por outro lado,

²⁹¹ BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean Claude. 1975.

²⁹² A juventude, talvez, seja uma das fases mais difíceis da vida, pois alguns valores instituídos procuram moldar os corpos dos jovens. Se o assunto é guerra, logo, precisa-se de mais jovens no exército, se o assunto é droga, logo, os jovens são pioneiros, se busca a correção dos costumes, logo, os jovens são envolvidos. Enfim, os jovens tornam-se fins e meios de um projeto de sociedade.

provocam o medo, a insegurança e mazelas sociais, como, por exemplo, no caso da menina de quatorze anos presa numa sela masculina em Abaetetuba, Pará. Ser presa com os homens torna-se processo de educação e humilhação. O imaginário militar parece ditar a seguinte regra: a sociedade precisa ser educada a “ferro e fogo”, atrás das grades, torturada e enfraquecida.

A educação pode ser, especialmente junto às pessoas violentas e violentadas igualmente agressiva, pois pode propor mudanças. Ela está voltada para a ética da busca do bem e para a realização da vida comunitária, mas no contexto brasileiro a educação foi compreendida como castigo do corpo, associada, quase sempre, à palmatória, às varinhas de marmelo e à exposição do corpo. A menina de Abaetetuba é um exemplo clássico desta cultura brasileira de educação. O caso exposto, também é verdade, não é isolado, porque existem outras histórias semelhantes envolvendo outras pessoas. A menina deveria ser castigada, pois havia cometido alguns pequenos furtos e se prostituído. Ela precisava de correção e de exemplo. O corpo precisa ser torturado, marcado e humilhado para que aprenda as regras sociais.

Uma empresária presa em flagrante em Goiás confessou torturar uma menina de 12 anos, dizendo que era induzida pela empregada a fazer isso.²⁹³ A fim de controlar e regular a vida da filha, a mãe mantinha a menina acorrentada em seu apartamento. O motivo para tal atitude era a educação. A violência, neste caso, nomeada de castigo, passa ter valor institucional, porque é executada em função de um sistema de normas e costumes sociais. O corpo precisa ser disciplinado, para tanto se justifica as ações agressivas. A educação, neste caso, está baseada na violência e violação do corpo, inscreve e marca o corpo das pessoas, a fim de manter certa operacionalidade do sistema.

A educação precisa romper com esta concepção de instrumentalização do corpo. A inculcação de determinados princípios sociais não precisa reproduzir a violência latente dos mecanismos instituídos. As regras regem a sociedade, mas não podem encerrar-se em si mesmas. A finalidade das interações sociais é a felicidade, a vida comum, a realização do ser humano. Desta maneira, a educação precisa agregar, mediar, provocar, criar e resistir às violências instituídas, que agem, principalmente, sobre os corpos dos jovens, tornando-os, muitas vezes, reféns dos poderes constituídos.

Aqueles que educam precisam, de certo modo, estar inseridos nas tensões sociais. Assim, a educação e a ética como busca do bem seria ensaiada, fomentada e estruturada.²⁹⁴ A ética da educação diante da pluralidade social que os sujeitos experimentam atualmente torna-

²⁹³ Acesso ao site no dia 15/04/08 www.oglobo.globo.com/pais/mat/2008/04/10.

²⁹⁴ HERMANN, Nadja. **Pluralidade e ética na educação**. Rio de Janeiro, DP&A, 2001, p. 11-16.

se um projeto de vida sócio-cultural, concretizando-se nas comunidades locais, nos pequenos grupos de insistência, a partir dos vários encontros e possibilidades de rearranjos sociais. Enfim, ela projeta e cria realidades alternativas de partilha, interação, diálogo e respeito.

Em resumo, uma determinada proposta de educação precisa agregar, em resumo, outros modos de interação e de compreensão dos rearranjos sociais dos sujeitos. Assim, as instituições passam a possibilitar e a fomentar a interação no conjunto da sociedade; configurar espaços e estilos de ser alternativos, baseados nas ações agenciadores e não excludentes. Ela, por isso, precisa definir um modo de localização e exercício de si no mundo. A presente análise destas diferentes combinações sociais produzidas pelos sujeitos pressupõe as tensões das oposições, o conflito de interesses econômicos, os modelos de instituições das regras, engendrando nelas possibilidades de alterações. A educação deveria, portanto, procurar inserir no conjunto das interações sociais a idéia da agregação, multiplicando os modos de ser e os espaços possíveis de criação dos sujeitos.

A partir da educação agregadora, os modos de ser que procuram o bem, o trabalho do sujeito sobre si mesmo e as transformações sociais definem um modo de subjetividade. Assim, as experiências, as tensões sociais, as interações, os sistemas e modelos de instituição formam um conjunto de corpos que afetam e compõem, por sua vez, outros corpos. Assim, a sociedade vai se dinamizando, rompendo as normatizações, variando os corpos e possibilitando o surgimento de outros estilos de ser mais voltados para a agregação e potencialização da vida.

Qual seriam os modos de subjetividade? Se o corpo se conecta com as realidades circunvizinhas numa relação de equivalência, como ele agrega forças?

A subjetividade, de fato, é plural, polifônica, para retomar uma expressão de Mikhail Bakhtine. E ela não conhece nenhuma instância dominante de determinação que guie as outras instâncias segundo uma causalidade unívoca.

As subjetividades são dominadas pelos diversos movimentos sociais de luta por autonomia, liberdade e direitos humanos. Elas podem trabalhar tanto para o melhor, quanto para o pior, criando universos de referência e de permanência. Neste sentido, elas podem ser polifônicas, coletivas, pessoais e plurais. As análises dos processos de rearranjos individuais e coletivos dos sujeitos diante da violência não podem ser, também, pré-determinadas, mas efeitos de variados acontecimentos e encontros corporais. Desta maneira, elas se tornam dinâmicas e fogem das predefinições, ou seja, dos conceitos reducionistas do sofrimento.

Guattari²⁹⁵ detecta três modos de subjetivação, a primeira relacionada aos modos residuais e históricos como uma espécie de resistência coletiva, baseada no lucro, na propriedade e na segregação social; a segunda está relacionada aos movimentos sociais que buscam a recuperação dos valores de produção; a terceira refere-se às resistências moleculares que atravessam a sociedade e os grupos sociais. São potências vitais que perfazem variados estilos, relações, territorializações, formações, composições e circularidades. Os rearranjos sociais dos sujeitos diante da violência institucionalizada precisam agregar estes três modos de subjetivação.

A primeira parte versa sobre os modos de conexão dos sujeitos com as realidades circundantes; a segunda discute as tensões existentes entre as movimentações sociais e as formas de instituição de determinados valores; a terceira parte analisa as formas de resistência e de configuração dos modos de ser dos sujeitos e a quarta analisa os estilos de rearranjos em meio às situações de violência. Assim sendo, a análise dos processos de rearranjos dos sujeitos diante da violência procurou agregar os estudos subjetivos, isto é, os modos de composição que imperam nas relações sociais, especialmente, ligados aos modelos de instituição dos valores. A violência institucionalizada engendra, portanto, determinados valores, modos de ser e sistemas de recorrência, que dificultam as transformações dos corpos.

As violências²⁹⁶ inserem-se nos movimentos, nas velocidades, nas recorrências, definindo, por isso, modos de subjetividades encruados, empedernidos e repetitivos. Isto é, elas possibilitam e provocam certos exercícios de si e de algumas experiências nas realidades circundantes, em que os sujeitos definem as relações consigo mesmos, com mundo e com os outros. Diante destes fatos os sujeitos rearranjam-se, isto é, inventam e reproduzem modos sociais de ser, configuram diferentes espaços, estilos, ações e interações condicionados pelos modelos instituídos de controle, regulação, centralização e unificação das forças. Analisar estas condições é fundamental para desenvolver ações que possibilitem os sujeitos a viverem nas suas respectivas comunidades, criando heterotopias e ampliando suas capacidades criativas.

A análise dos modos de subjetividade nos rearranjos sociais dos sujeitos diante das violências instituídas, portanto, define um estilo de ver e de experimentar os jogos de sobrevivência, antes, mesmo, de demonstrar novos conceitos e parâmetros científicos. Os rearranjos sociais não estão baseados nas sobreposições e, tampouco, justaposições, mas, sim,

²⁹⁵ GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. 1986, p. 187-189.

²⁹⁶ O conceito das violências ancora-se na idéia de Wieviorka, que ao analisá-las a partir dos sujeitos, descobre que as mesmas sofrem constantes transformações no conjunto das combinações sociais. Neste sentido, opta-se pelo conceito a fim de compreender as composições sociais desde uma perspectiva fluída e cambiante. WIEVIORKA, Michel. 2006.

nas formas de distanciamento dos corpos; produção de estilos e disposições interativas. Enfim, são dissonâncias, estranhamentos, desvios, expansões, fugas e possibilidades de experimentação, exercício e criação de si. Assim, estes elementos podem configurar os rearranjos sociais dos sujeitos (de um sujeito); materializar alguns modos de ser comunitários, possibilitando a efetivação de determinadas experiências e acontecimentos sociais.

A exposição desta concepção pode demonstrar, num primeiro momento, as implicações do tema sobre os corpos daquele que reflete, trabalha e lida com os eventos. Equivaleria afirmar: o conjunto de remissões, proximidades e repulsas definem o objeto em estudo. A análise da violência instituída nos modos de ser e nos modelos de controle, regulação, unificação e centralização demonstra que a experiência da violência (ou da lida com o tema) é angustiante, pois pode isolar, emudecer, distanciar e marcar o corpo. O tema foge ou provoca fugas circulantes, em que o corpo circula o objeto sem muita penetração e envolvimento com o mesmo. As relações entre os diversos acontecimentos são definidas, de certa maneira, pelas tensões permanentes, provocadas pelas dissipações e composições sociais.

Se a distância e as relações não constituem, por si só, uma objetividade analítica, cabe agregar outras interações, a saber, a da invenção de topologias, de conceitos e de onomásticas. A primeira refere-se à descrição das localidades e localizações, a segunda à condição de análise dos acontecimentos e a terceira à investigação das transformações dos nomes e dos lugares. Desta maneira, a análise dos rearranjos sociais cria, sim, determinadas regras de análise, em que os sujeitos inventam modos de ser, nomes próprios e delimitam espaços para criarem suas comunidades locais e, até mesmo, virtuais. Isso poderia definir (e definiu) certo modo de aproximação e própriocepção com o tema da violência instituída, que condiciona os modos de ser e as formas interativas entre os sujeitos.

Os sujeitos interagem e inventam-se nos espaços e nas variações das relações, nos encontros, nas divagações aleatórias, auscultando em si e nos outros as dissonâncias e concordâncias extensivas. Em outros termos, a análise dos acontecimentos sociais permite compreender os rearranjos dos sujeitos diante da violência instituída, pois ela busca as misturas, os distanciamentos, os modos de conexão e as configurações das realidades cotidianas. O modelo da violência institucionalizada não cria só uma ação de recorrência nas diversas relações sociais, mas cria, também, modos de ser violentos. Ele tende a sobrepor as ações alheias, subjugá-las ao seu estilo.

A análise dos rearranjos sociais não se atém, por isso, as causas dos problemas relacionados às violências, mas, fundamentalmente, às questões dos efeitos, dos vestígios e das

marcas que delineiam os exercícios de si na sociedade. Ou seja, aos modos de ser recorrentes e tensos. Os processos subjetivos analisam os mecanismos sociais e os modos de conexão dos sujeitos às realidades circunvizinhas. Assim sendo, os rearranjos dos sujeitos diante das violências demonstram que os sujeitos não conseguem, muitas vezes, alterar estes mecanismos de recorrência, e acabam repetindo as agressões, os estilos violentos de ser. Desta maneira, a violência se torna instituída, pois fortalece um sistema centralizador, regulador, unificador e controlador das ações, difundindo um modo de interação que busca sobrepor ações. Isto é, classifica, denomina

O discurso sócio-econômico demarcou, por longa data, a compreensão dos processos constituintes dos sujeitos, além de explicar as convulsões civis tais como violência e miséria. As análises daí decorrentes penalizavam, duplamente, as classes miseráveis e interpretavam a violência como efeito da situação social de carência. E, além disso, colocava as classes ricas e o sistema capitalista como os grandes causadores das catástrofes sociais. Os pobres, nas análises baseadas nas classes sociais, eram concebidos, muitas vezes, como causadores dos conflitos, enquanto os ricos eram as vítimas da incapacidade social de organização.

O caso da doméstica²⁹⁷ agredida no ponto de ônibus por rapazes de classe média do Rio de Janeiro demonstra estes imbrólios sociais, ou seja, o preconceito apregoado pelos modos de compreensão dos problemas sociais. A mulher ganha seu sustento trabalhando para pessoas de classe média, ao sair cedo de casa (madrugada) para enfrentar a fila do Sistema Único de Saúde (SUS), é agredida pelos ditos rapazes. Ela passa a ser apresentada à sociedade, pela mídia, como uma doméstica, enquanto os rapazes como “jovens abastados e mal-educados”. O estereótipo social mantém o sistema instituído, em que o preconceito passa a gerar a agressão. A condição de possibilidade e os espaços sociais dos envolvidos se misturam, mas a tendência de sobreposição da ação, do outro, dos espaços agencia o mecanismo da centralização, regulação, unificação. Enfim, faz irromper um modelo de violência instituída.

A idéia disseminada na sociedade é de que cada macaco precisa ficar no seu respectivo galho. Isso dificulta a discussão da situação e dos sofrimentos impostos aos outros e, especialmente, em relação à doméstica. O acontecimento é apresentado pela mídia como extraordinário e não como corriqueiro e banal. Casos semelhantes ocorrem todos os dias na sociedade brasileira, demonstrado o preconceito social em relação às pessoas empobrecidas. Isso pode ser averiguado no tratamento dispensado, por exemplo, à doméstica. Ela não tem

²⁹⁷ Acesso no dia 15 de abril de 2008 ao site: www.oglobo.com/rio/mat/2007/11/04/327023717.asp

nome, história e sonhos. Enfim, ela se torna uma espécie de acidente de percurso, enquanto os jovens ricos são os promissores. Isso é reflexo da violência instituída, naturalizada.

A objetividade analítica nestes casos pode criar uma nebulosa e tornar-se fator alheio, pois a ação exterior e calculada pode produzir, de antemão, resultados pré-concebidos. As tensões, portanto, instalam-se entre as hipóteses formuladas e os mecanismos de verossimilhanças. Enfim, pode ocorrer a invenção do problema e, também, das conseqüentes soluções. As potências de vidas e as condições de possibilidades delineiam os modos de relações dos sujeitos no mundo, bem como aproximam, o máximo possível, os acontecimentos e as experiências cotidianas dos sujeitos aos rearranjos sociais.

O desafio, por isso, tem sido analisar os acontecimentos sociais de violências não somente como negativo e execrável, mas como dispositivo gerador de modos sociais de ser, de potência de vida e de invenção coletiva dos sujeitos. A afirmação pode, obviamente, deixar transparecer certa naturalização dos fatos de violência. No entanto, o objetivo era poder integrar os elementos que compõem as relações sociais e descobrir neles os mecanismos de recorrência. Isso possibilitou averiguar que a violência se institucionaliza nas ações de centralização, regulação, controle e unificação, pois dissemina a idéia de sobreposição, efetivação, normatização e regularidade. Ela define um estilo de ser.

Os exemplos mencionados, por isso, pululam ao redor de alguns princípios de compreensão dos sujeitos, dos processos de rearranjos e de criação de espaços de circularidades que estão, como se entende, em constante transformação e proliferação. Eles provocam tensões, alterações e deslocamentos nos modelos instituídos. Analisar o problema da violência em si mesmo seria, de certo modo, um erro, pois a mesma inscreve-se nos corpos dos sujeitos e se tornam marcas operantes. Os rearranjos sociais, a partir dos modos de ser e das formas de organização social, estão, por sua vez, em constante movimentação e transformação. Assim, também, os modelos de instituição renovam seus mecanismos e instrumentos coercitivos.

A mobilidade social, por isso, confere mais sentido aos processos de composições do que aos estudos das origens e causas. O que analisamos, a partir desta perspectiva, pode ser o que guardamos e atualizamos sobre uma superfície mensurada e referencial repleta de acontecimentos e rearranjos sociais. E o que escapa a este universo de referência pode vibrar os fatos e provocar alterações dos corpos, ou seja, fomentar rearranjos sociais dos sujeitos. As situações de violência enquadram-se nesta realidade, ou seja, de fuga, marginalização, segregação e de condicionamentos dos modos de ser.

As diferentes formas de violências imbricam, portanto, como uma espécie de instrumento de mediação dos espaços de fora, isto é, os espaços das subjetividades, das circularidades e das experiências coletivas. O termo mediação remete, aqui, à concepção de uma presença contínua e constante de determinadas formas de interação que mediatizam o imediato. Os sujeitos inserem-se e são inseridos nas diversas interações sociais, agenciando diversos modos de ser. Assim, constituem diferentes processos de rearranjos sociais; configuram espaços de interações, estilos, linguagens e criatividades. Nestes contextos, as violências tornam-se liames, pois comunicam elementos e técnicas conflitantes de ser; fazem circular as tensões, as intensidades, os movimentos e as velocidades nas relações dos sujeitos.

A idéia do sujeito único e singular que experimenta processos de individuação egocêntricos, finalidades últimas e utópicas tem sido deslocada para a compreensão das coletividades, das multiplicidades, das heterotopias e das heteronomias. Enfim, a multiplicidade agencia, em diferentes contextos, temporalidades, situações, espaços e perfis diferentes. Isso permitiu, na produção deste trabalho, um rompimento com a concepção do sujeito único,²⁹⁸ baseada, muitas vezes, na idéia da imagem e da semelhança apresentada nos relatos bíblicos. As coletividades passarão a dar forma e expressão a estas identidades, aninhando um conjunto de estilos, de modos de permanência e de fluências dos sujeitos.

A constituição dos territórios alternativos, quando os sujeitos passam a veicular suas ações e decepções nas músicas, nas artes, nas fugas, nos desvios, nas indiferenças e nas dissimulações faz escapar as agruras sofridas no cotidiano social e nos espaços público-privados. A invenção, neste caso, passa a ser condição de possibilidade de sobrevivência e, normalmente, agencia diversos elementos. A violência dissipa as possibilidades de ser, pois envolve os modos de ser de sujeitos. Isto é, condiciona-os, instituindo determinados sistemas de recorrências, tais como: isolamento, individualismo, segregação, agressão, sobreposição, dominação. A invenção das heterotopias, isto é, das comunidades, grupos, interações, corpos e modos de ser, pode se tornar uma forma de tangenciar processos reativos e ressentidos.

As relações sociais provocam, por isso, outros espaços de referência, a saber, os entremeios, os meandros e as variações, visando novas formas de organização social e produção de rearranjos coletivos. As instituições, por sua vez, passam a figurar, portanto, no bojo daquilo que se afirma, aqui, às definições conceituais, outras funções e modos

²⁹⁸ As multiplicidades das facetas que compõem os sujeitos, seus desvios, desejos e variações norteiam a compreensão dos mesmos e dos movimentos das socialidades. Foucault, Deleuze, Maffesoli, Santos são alguns dos autores que diversificam as relações sociais, econômicas e organizacionais da sociedade, desde a perspectiva dos sujeitos multiplicados. Neste sentido, a compreensão dos sujeitos rompe com as questões das centralidades, das originalidades e das causas primordiais. Eles são feitos nos exercícios aleatórios de si mesmos.

organizacionais mais contraídos, pois, de algum modo, constrange os corpos. Se, por um lado, as relações experimentam tensões, agressões, recorrências e constrangimentos, são elas, também, que permitem os rearranjos, isto é, as variações dos corpos e dos estilos de ser. E por outro lado, as instituições constroem, regulam, unificam, centralizam e controlam os corpos, são elas, também, que possibilitam certa identificação social.

A criação de outros perfis é definida e compreendida pelas conjunções, agregações, multiplicidades, convergências e dissipações aleatórias. As instituições objetivam instrumentalizar certos modos de ser, mas não conseguem assegurar os resultados, pois as mesmas também são instáveis. Assim, elas, portanto, estabelecem normas, sistemas e justaposições aceitáveis e normatizadoras, a fim de garantir a liberdade de escolha fundada no conceito de sociedade. Entretanto, como também se percebe, paralisa e condiciona certos modos de recorrência, em que os sujeitos passam a repetir os mecanismos de sobreposição, dominação e exclusão.

Um exemplo deste mecanismo pode ser averiguado na história de abandono ocorrida na cidade de Belo Horizonte. Uma mãe jogou a própria filha recém-nascida no córrego imundo próximo à sua casa.²⁹⁹ Algumas crianças que brincavam na beira do córrego viram a recém-nascida boiando. Inicialmente pensaram, conforme relatos, que era uma boneca. A mãe é presa. As notícias tematizam o problema da maternidade, a culpa e a falta de amor. As perguntas, no entanto, tornam-se preconceituosas, servindo a um modelo de exclusão, pois não incluíam o pai da criança. A mãe foi condenada à prisão e o pai permaneceu no anonimato. O sistema instituído, neste caso, contorna a responsabilidade do pai, protege-o.

A compreensão dos rearranjos sociais, por isso, precisa agregar outras formas de concepção dos fenômenos sociais, fazendo ver as filigranas das violências, em que os sujeitos passam a criar outro modo de constituição de territórios, estilos e expressões de si mesmos. As responsabilidades precisam ser compartilhadas, bem como as implicações em determinados eventos. A violência institucionalizada tende a delimitar os mecanismos de compreensão, visibilidade e experimentação. Enfim, elas naturalizam as mazelas e fortificam os sistemas efetivos e operacionais.

A “dinâmica social” possibilita a compreensão da sociedade como movimento e em constante constituição. E os diferentes acontecimentos locais criam seus efeitos. Um grupo de pessoas se reúne em torno do objetivo comum da paz, no bairro da Terra Firme, Belém, Pará. Um jovem dirige seu carro, desorientado e perdido pelo bairro. Um assaltante dá dois tiros para

²⁹⁹ Acesso no dia 15/04/08 ao site: www.oglobo.globo.com/pais/mat/2007/01/17/287443195.asp

o alto e manda parar o carro. O jovem desce e cai no chão. O grupo de pessoas que estão reunidas na busca da paz assiste a tudo na rua. O assaltante dispara, então, contra o jovem, mas a arma não tinha mais projétil. O jovem sai correndo e o assaltante entra no carro e vai embora.³⁰⁰ As diferentes situações cotidianas podem configurar os contextos sociais, perfazer as preocupações e as composições dos sujeitos, mas acima de tudo, elas criam formas de rearranjos sociais.

A análise dos processos de rearranjos diante de tal situação implica no desenho de uma ação pedagógica, por exemplo, que fomente a invenção das heterotopias. O desafio se torna, como aqui se compreende, atual e social. A violência e a paz estão presentes na mesma rua e diante da mesma condição, reinventar-se. Elas distanciam-se quanto aos objetivos, aproximam-se nas interações. A invenção de outro espaço poderia facilitar encontros diferenciados. A paz e a violência como oposição social não facilita a criação de espaços alternativos de rearranjos sociais. A oposição, neste caso, gera mais medo e distância. A busca de outro modo de relação social precisa basear-se noutros critérios de espacialidade.

O problema das violências produz, também, uma dubiedade perceptiva, ou seja, elas tornam-se ao mesmo tempo repulsivas e atrativas, uma espécie de objeto de consumo e de expurgo. A ambigüidade amplamente explorada nos filmes e nas novelas dificulta a condenação das denominadas “violências banais”, que associadas às indiferenças culturais transformam-se numa espécie de identidade, encruadas em formas agressivas de ser.³⁰¹ A sociedade entende-se, por um lado, como refém de alguns desajustados e, por outro lado, como promotora de formas socialmente aceitas de repressão e difusão de valores. Nesta perspectiva, por exemplo, os jovens são prejudgados pela sociedade como violentos e, ao mesmo tempo, vítimas das violências. Como “seres em formação” sofrem agressões e desrespeitos como correção de conduta.

O caso da menina de Abaetetuba³⁰² é exemplar e demonstra esta dubiedade. A jovem é colocada na prisão para receber um castigo. No Estado do Pará tem surgido várias denúncias de prisão de mulheres em celas com vários homens. Uma menina de 15 anos foi mantida presa por 26 dias numa cela com cerca de 20 homens na cidade de Abaetetuba. A menina sofreu abusos sexuais e foi obrigada a manter relações com os presos em troca de comida. Três delegados (sendo uma delegada, Flávia Verônica, a que prendeu a menor em flagrante por furto e a

³⁰⁰ O fato foi relatado pela Reverenda Lilian Linhares da Igreja Anglicana e membro do grupo Caravana da Paz da Terra Firme.

³⁰¹ CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

³⁰² Acesso no dia 15/04/08 ao site: www.oglobo.globo.com/pais/mat/2008/04/04/426685689.asp

colocou na cela com os homens) e mais o superintendente da Polícia Civil estavam envolvidos e depois da denúncia, foram afastados.

O superintendente tentou justificar a prisão dizendo que não sabia que a menina era menor: “se ela dissesse que era menor, seria dado outro procedimento”. Isso demonstra o descaso da lei, como se o fato justificasse a prisão de uma mulher com mais de 20 homens. Três juízes, três promotores e duas defensoras públicas de Abaetetuba afirmam que não tinham conhecimento do ocorrido, pois no pedido de remoção da jovem não teria sido comunicado o fato de que mesma estava com homens na cela.

As considerações finais deste trabalho, portanto, permite-nos afirmar de forma resumida e prospectiva. As análises das relações sociais, além de interagirem com realidades contextuais dos sujeitos, precisam propor mudanças nos modos de interação. O desafio, portanto, é analisar a violência como um mecanismo de instituição, ou ainda, institucionalizada. Assim, será possível discuti-la e retrabalhá-las nos rearranjos sociais dos sujeitos. Entretanto, as mesmas, devem ser condenadas nas suas mais diversas formas, porque podem inibir e cercear as diferenças, as circularidades e as liberdades dos sujeitos. Elas são efeitos de potências corporais que podem colocam os sujeitos em movimento e no desafio de reinventar modos de ser.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. Cadernos de Direito e Cidadania I. www.iedc.org.br/publica/dialogos/sergioadorno.html. Editado em: junho de 1998.
- ALMEIDA, Milton José de. **Imagens e sons: a nova cultura oral**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2004.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo, Companhia da Letras, 1989.
- BARROS FILHO, Clóvis de. **Comunicação do eu: ética e solidão**. Petrópolis, Vozes, 2005.
- BAUDRILLARD, Jean. **Tele total: mitos-ironias da era do virtual e da imagem**. Trad. Juremir Machado da Silva. Ed. Sulina, Porto Alegre, 1997.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.
- _____. **Globalização: as conseqüências humanas**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1999.
- _____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Trad. Mauro Gama. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.
- _____. **Tempos líquidos**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2007.
- _____. **Vida líquida**. Trad. Alberto Medeiros, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.
- _____. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BENTES, Ivana. Estéticas da violência no cinema. **In: Revista de Estudos Interdisciplinares**. Rio de Janeiro, UERJ, ano 5, n. 1, 2003.
- BLIKSTEIN, Izidoro. **Kasper Hauser ou a fabricação da realidade**. 4. ed. São Paulo, Cultrix, 1995.
- BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A, 1975.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.
- CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- _____. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1986.

COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. 2. Ed. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2009.

CONCEIÇÃO, Octavio A. C.. **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista**. Tese de Doutorado em Economia. Porto Alegre, PPGE/UFRGS, 2000. (mimeo).

CONNOR, Steven. **Cultura pós-moderna: introdução às teorias contemporâneas**. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo, Loyola, 1992.

COSTA, Belarmino Cesar Guimarães da. **Estética da violência: jornalismo e produção de sentidos**. Campinas, Autores Associados, Piracicaba, Editora UNIMEP, 2002.

DAWSEY, John C. O teatro dos “bóias-frias”, repensando a antropologia da performance. **In: Horizontes Antropológicos**. v. 11, nº 24, Porto Alegre, Jul.Dec. 2005.

DEBARBIEUX, Eric; DEUSPIENNE, Khadija Revolte. Das estatísticas oficiais aos levantamentos sobre vitimização, delinquência juvenil e violência na escola. **In: Anais do seminário de violência nas escolas. Desafios e alternativas: violência nas escolas**. Brasília, UNESCO/UNDP, 2003.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Trad. Bento Prado Jr. E Alberto Alonso Munoz. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1992.

____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. V. 5. Trad. Peter Pal Pelbart. São Paulo, Ed. 34, 1997.

____. **Mil platôs: capitalismo e Esquizofrenia**. V. 1. Trad. Aurélio Guerra neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro, editora 34, 1995.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Trad. Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1992.

____. **Foucault**. São Paulo, Brasiliense, 2005.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia**. 2.ed. Trad. Helder Godinho. São Paulo, Martins Fontes. 2001.

FONSECA, Rubem. **64 contos de Rubem Fonseca**. Companhias das Letras, São Paulo, 2004, p. 186.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo, Edições Loyola, 1996.

____. **Tecnologias Del yo y otros textos afines**. 2 ed. Barcelona, Paidós, 1991.

____. **Archivo Foucault: Estetica dell'esistenza - A cura di Alessandro Pandofi**. v. 3. Trad. Selvino José Assmann, Florianópolis, 2000.

- ____. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamentos. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2000.
- ____. **Arqueologia do saber**. 6. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2002.
- ____. História da sexualidade I — a vontade de saber. Rio de Janeiro, Graal, 1993.
- ____. **Microfísica do poder**. 17 ed. Rio de Janeiro, Graal, 2002.
- ____. Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982). Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.
- ____. **Vigiar e punir**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro, Graal, 2002a.
- ____. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Ditos e Escritos III. Rio de Janeiro, 2001.
- ____. História da sexualidade II: o uso dos prazeres. 12. Ed. São Paulo, Graal, 2007.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 2. Ed. São Paulo, Paz e Terra, 1996.
- GARCIA, Pedro. Disponível em: www.semiosfera-arquivos-imag-pgarcia.htm. Acesso em: 27 jun. 2006.
- GEBARA, Ivone. Novas relações de gênero são possíveis. **In: Agenda Latino-americada**. 2004. A revista eletrônica foi acessa do no dia 20 de janeiro, 2009, às 16:00 hs. O site: <http://latinoamericana.org/2004/textos>.
- GENS, Xavier. **A Fronteira**. Produzido por Laurent Tolleron. Califórnia (EUA), Califórnia Filmes, 2007.
- GIRARD, René. **A violência e a religião**. São Paulo : Paz e Terra, 1990
- GROSSI, Miriam Pilar. **Gênero, violência e sofrimento**. 2. ed. Florianópolis: UFSC/PPAS, 1998.
- GUATTARI, Félix & ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis, Vozes, 1986.
- GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro, Editora 34, 1992.
- GUIMARÃES, Áurea M. O cinema e a escola: Formas imagéticas da violência. **In: Cadernos Cedes**. São Paulo, ano XIX, n. 47, dez. 1998.
- HARDT, Michel. A sociedade mundial de controle. In: ALLIEZ, Eric (org.). **Gilles Deleuze: uma vida filosófica**. São Paulo, Ed. 34, 2000.
- HERMANN, Nadja. **Pluralidade e ética na educação**. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

JORNAL O ESTADÃO. Disponível em: www.estadao.com.br. Acesso em: 4 ago. 2006.

JUSTO, Carmen Sílvia Sanches. Os meninos fotógrafos e os educadores: viver na rua e no projeto casa. São Paulo, Editora UNESP, 2003.

KUMAR, Krishan. Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

LINHARES, Célia Frazão. Órfãos de guerra? A educação nos labarintos de tempos e espaços contemporâneos. In: VIELLA, Maria dos Anjos Lopes (Org.). **Tempo e espaços de formação**. Chapecó, Argos, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidades e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder (prefácio). In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. São Paulo, Graal, 2002.

MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Trad. Bertha Halpern Gurovitz. Petrópolis (RJ), Vozes, 1996.

_____. **O instante eterno: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas**. Trad. Rogério de Almeida e Alexandre Dias. São Paulo, Zouk. 2004.

_____. A violência totalitária: ensaio de antropologia política. Porto Alegre, Editora Sulina, 2001.

_____. **O tempo das tribos. O declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

MORAIS, Regis de. **Violência e educação**. Campinas, Papyrus, 1995.

NIETZSCHE, F. **A origem da tragédia**. Trad. Álvaro Ribeiro. Lisboa, Guimarães, 1978.

_____. Para além do bem e Mal: Prelúdio a uma filosofia do futuro. Martin Claret, 2001.

_____. **A gaia da Ciência**. 3. Ed. São Paulo, Humes, 1995.

_____. **A Genealogia da Moral**. Lisboa, Guimarães editores, 1976.

_____. **Ecce Homo: como cheguei a ser o que sou**. São Paulo, Martin Claret, 2000.

PEREIRA, Marcos Villela. A estética da professoralidade: um estudo interdisciplinar sobre a subjetividade do professor. São Paulo, PUC, 1996. (tese de doutorado)

RESTREPO, Luis Carlos. **O direito à ternura**. Trad. Lúcia Endlich Orth. Petrópolis, Vozes, 1998.

RIBEIRO, Joãozinho. "Pra resistir, eu canto". In: TEIXEIRA Cesar; AZEVEDO Emílio. **Vias de fato jornalismo a serviço da causa popular**. Ano 01, n. 05. São Luís, fevereiro de 2010, p. 5.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Edmilson Brito. O Estado Nacional, cidades e Desenvolvimento: apontamentos sobre os impactos das reformas neoliberais na estrutura federativa, o golpe à autonomia e ao protagonismo municipal. Belém, Labor Editorial, 2002.

ROLNIK, Suely. Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo, Estação Liberdade, 1989.

_____. Pensamento, corpo e devir. Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. **In: Cadernos de subjetividade**. São Paulo, NEPS/ PEGPC/ PUCSP, v.1, n.2, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O Estado e o direito na transição pós-moderna: para um novo senso comum. **In: Humanidades. Mente humana: interface entre o real e o observado**. v. 7, nº 3, Brasília, 1991.

_____. Os processos da globalização. A globalização e as ciências sociais. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2005.

_____. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo, Cortez, 1995.

SCHILLING, Flávia. A escola da insegurança e a violência na escola. São Paulo, Moderna, 2004.

Site: <http://oglobo.globo.com>. A matéria foi escrita pelo jornalista Jailton de Carvalho.

SOARES, Gláucio Ary Dillon, MIRANDA, Dayse, BORGES, Doriam. **As vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

SPINOZA, Benedictus de. Pensamentos metafísicos, tratado da correção do intelecto, ética, tratado político; correspondência. 3. Ed. Trad. Marilena de Sousa Chauí. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

THEISEN, Gerd. **Sociologia do Movimento de Jesus**. Trad. Werner Fuchs e Annemarie Höhn. São Leopoldo, Sinodal, 1989.

TILLICH, Paul. **Teologia Sistemática**. 2. Ed. Trad. Getúlio Bertelli. São Paulo, Paulinas; São Leopoldo, Sinodal, 1987.

TUCHERMAN, Ieda. Tendências Contemporâneas: contaminações e hibridismo. **In: Semiosfera Especial**. Rio de Janeiro, 2002.

UCHOA, Denise. Corrigindo corpos (im)perfeitos: a escola como cartografia da dor e da punição. **In: MOTA, André, BURITI, Iranilson (Org.). Mneme – Revista de humanidades**. ago/set, v. 7, n. 17. Caicó/RN, 2005.

VILELA, Eugénia. *Corpos inabitáveis. Errância, filosofia e memória.* In: LARROSA, Jorge, SKLIAR, Carlos (Org). **Habitantes de babel: políticas e poéticas da diferença.** Trad. Semíramis Gorini da Veiga. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da Miséria.** Trad. André Telles. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

WIEVIORKA, Michel. **Em que mundo viveremos?** Trad. Eva Landa e Fábio Landa. São Paulo, Perspectiva, 2006.

ZALUAR, Alba (Org). **Violência e educação.** São Paulo: Livro do Tatu/Cortez, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADORNO, Sérgio. **Violência urbana e justiça criminal**. v.2, n.4. São Paulo, Travessia, 1989.

ALVES, Rubem. **Entre a ciência e a Sapiência: O dilema da Educação**. São Paulo, Edições Loyola, 2000.

ARAÚJO, Carla. A violência desce para a escola: suas manifestações no ambiente escolar e a construção da identidade dos jovens. 2. ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.

ARRIETA, Gricelda Azevedo (et. all.) A violência na escola: a violência na contemporaneidade e seus reflexos na escola. Canoas, Ed. ULBRA, 2000.

BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. (Org.). **Cultura, Consumo e identidade**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

BELO, Fábio. Os efeitos da violência na constituição do sujeito psíquico. In: **Psyche**. Ano VIII, n. 14. Belo Horizonte, UFMG, 2004.

BERGESCH, Karen. **Poder e Saber em Michel Foucault**. A série de Ensaio e Monografias, São Leopoldo, Sinodal, 2000.

BLANCHOT, Maurice. **Foucault: como o imagino**. Trad. Miguel Serras Pereira e Ana Luisa Faria. Lisboa, Relógio d'água Editores, s/d.

_____. **A conversa infinita: a palavra plural**. Trad. Aurélio Guerra Neto. São Paulo, Escuta, 2001.

COSTA, Belarmino César Guimarães da. **Estética da violência: jornalismo e produção de sentidos**. Piracicaba/SP: Editora UNIMEP, 2002.

DELEUZE, Gilles. **A lógica do sentido**. Trad. Luiz Roberto Salinas. São Paulo, Perspectiva, 1974.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. V. 3. São Paulo, Editora 34, 1996.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 4. São Paulo, Editora 34, 1997.

DIAS, Ângela Maria; GLENADEL, Paula (Org.). **Estéticas da crueldade**. Rio de Janeiro, Atlântica, 2004.

FONTANA, Roseli A. A constituição social da subjetividade: notas sobre a central do Brasil. In: **Educação e Sociedade**. Ano XXI, n. 71. Campinas, UNICAMP, 2000.

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. 8 ed. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

GADOTTI, Moacir. **História das Idéias Pedagógicas**. 8 ed. São Paulo, Editora Ática, 2001.

GHIGGI, Gumercindo. A pedagogia da autoridade a serviço da liberdade: diálogos com Paulo Freire e professores em formação. Pelotas, Seiva, 2002.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. A abordagem Microgenética da Matriz histórico-cultural: uma perspectiva para o estudo da constituição do sujeito. In: **Cadernos CEDES**. Ano XX, n. 50. São Paulo, UNIMEP, 2000.

GUIMARÃES, Áurea M. **A dinâmica da violência escolar: conflito e ambigüidades**. Campinas/SP, autores associados, 1996.

HAVERKAMP, Anselm. **Gewalt und Gerechtigkeit: Derrida-benjamim**. Frankfurt, Suhrkamp, 1994.

HERMANN, Nadja. **Hermenêutica e educação**. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

_____. Estetização do mundo da vida e Sensibilização moral. In: **Educação e Realidade**. Ano 30, n. 47. Porto Alegre, UFRGS, 2005.

KAFKA, Franz. **A metamorfose seguido de O Veredicto**. Trad. Marcelo Backes. Porto Alegre, L&PM, 2001.

KUMAR, Krishan. Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

LARROSA, Jorge, SKLIAR, Carlos (Org.). **Habitantes de babel: políticas e poéticas da diferença**. Trad. Semíramis Gorini da Veiga. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

NEVES, Rui Rothe; WINK, George (Org.). **Entre a guerra e o muro: coletânea bilíngüe comentada**. Belo Horizonte, Tessitura, Faculdade de Letras, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Crepúsculo dos ídolos, ou, como filosofar com o martelo**. Trad. Marco Antonio Casa Nova. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2000.

_____. **Obras incompletas**. 5 ed. Seleção de Textos de Gerard Lebrun. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo, Nova Cultural, 1991.

MAFFESOLI, Michel. **A parte do diabo**. Trad. Clóvis Marques. São Paulo, Editora Record, 2004.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe escritos políticos**. 5. Ed. Coleção os Pensadores. Trad. Lívio Xavier. São Paulo, Nova Cultural 1991.

MATEUS, Odair P. (Org.). **Situação da Educação Teológica**. São Leopoldo, Sinodal, São Paulo, ASTE, 1989.

MEIRIEU, Philippe. **Carta a um jovem professor**. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MUSSKOPF, André S.; STRÖHER, Marga J. (Org.). **Corporeidade, etnia e masculinidade: Reflexões do I Congresso Latino-americano de Gênero e Religião**. São Leopoldo, Sinodal, 2005.

ONATE, Alberto Marcos. **O crepúsculo do sujeito em Nietzsche ou como abrir-se ao filosofar sem metafísica**. São Paulo, Discurso Editorial UNIJUI, 2000.

PORTO, Maria do Rosário Silveira; TEIXEIRA Cecília Sanchez; SANTOS, Marcos Ferreira (Org.). **Tessituras do Imaginário: cultura e Educação**. Cuiabá, Edunic, CICE, FEUSP, 2000.

RATEKE, Deise. **A negação da violência como prática de liberdade: o cotidiano de si como estratégia e princípio de uma formação ética**. Florianópolis, UFSC, 2005.

SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do “Velho Intendente” Antonio Lemos (1969-1973)**. Belém, Pakatatu, 2002.

SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Maria Izilda S. de Matos (Org.). **Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo, Educ, 1997.

SEGUNDO, Juan Luis. **Fé e Ideologia: as dimensões do homem II**. São Paulo, Edição Loyola, 1983.

SERRES, Michel. **Pertinência e Identidade**. In: LEVY, Pierre; AUTHIER, Michel. **As árvores do Conhecimento**. São Paulo, Escuta, 1995.

SILVA, Walfrido da. **“Dize-me com quem tu andas e te direi quem és”**: método e Instituição da Identidade. In: WACHHOLZ, Wilhelm (Org.). **O luteranismo no contexto religioso brasileiro**. São Leopoldo, Sinodal/EST, 2007.

_____. **As violências e Narrações: efetuando espaços e expressões**. In: **Letras & Letras**. V. 24, n. 2, Jul/Dez. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Letras e Lingüística, 2008.

_____. **O pensamento como criador de mim**. Pelotas, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, 2003.

SPOSITO, Marília Pontes. **Indagações sobre a educação de jovens filhos de migrantes**. v. 5, n.1 2. São Paulo, *Travessia*, 1992.

VIELLA, Maria dos Anjos Lopes (Org.). **Tempo de formação**. Chapecó/SC, Argos, 2003.

VÖGELE, Wolfgang, KAYALES, Christina (org). Versöhnung und Gewalt. In: **Evangelische Akademie LOCCUM**. 65/02. Rehburg, 2003.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)